



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO LXXXVII - Nº 791
SET/OUT/NOV/DEZ 2001



**Bicentenário
da Guerra
de 1801 no
Rio Grande do Sul
e da Conquista
dos Sete Povos
das Missões**

Cláudio Moreira Bento





Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.

Editorial

Título: A Defesa Nacional : revista de assuntos militares e estu



320849

v.82, n.791, set./out./nov./dez. 2001

290637
BFD

FALANDO DE UM BICENTENÁRIO

Faz duzentos anos que as atuais fronteiras meridionais do Brasil – aquelas cuja conquista mais sangue custou dos nossos ancestrais – foram delineadas, com a ocupação dos territórios conquistados na guerra ocorrida entre 14 de julho e 17 de dezembro de 1801 no Rio Grande do Sul, neles incluídos os Sete Povos das Missões.

Dos Sete Povos das Missões o grande público já ouviu falar. Além de a sua conquista ter-se constituído tema de filme europeu, no embalo do súbito interesse pelo destino dos índios sul-americanos, ainda estão preservadas, no estado gaúcho, as ruínas do Convento de S. Miguel, hoje atração turística, testemunhas da obra jesuíta de segregação indígena e das lutas que ali ocorreram e de que resultou sua destruição.

Quanto à guerra de 1801 em si mesma, esta é menos conhecida fora dos limites abrangidos por seu Teatro de Operações. E não por culpa de sua aparentemente curta duração, que nada tem a ver com o tamanho da importância geopolítica dos seus resultados. Mas pelo desinteresse no conhecimento do nosso passado histórico de que padecem as gerações submetidas à massificação da mídia comercial.

O artigo *Bicentenário da Guerra de 1801 no Rio Grande do Sul e da Conquista dos Sete Povos das Missões*, que abre nosso sumário, apresenta uma síntese das operações que tiveram lugar no território do estado sulino e lista os resultados mais significativos que dela advieram para o Brasil, bem caracterizados no esboço que o acompanha.

Extensão da guerra travada, na mesma época, entre portugueses e espanhóis na Europa – fenómeno comum envolvendo colonizadores europeus mundo a fora – *ela foi planejada e comandada pelo governador do Rio Grande de então, como o artigo registra, e financiada por estancieiros e fazendeiros gaúchos que participaram da luta como voluntários e milicianos.*

A guerra de 1801, no fundo, foi uma reação do povo gaúcho motivada pelo inconformismo com o Tratado de Santo Ildefonso (1777) que reduzira expressivamente o território sul-riograndense definido pelo Tratado de Madri (1750). Ela representa uma síntese do que foi a conquista da nossa fronteira Sul, cuja história divide, com Guararapes, a motivação maior do nosso orgulho cívico, do sentimento de brasilidade. Guerra tão pouco estudada e difundida, *Falando de um Bicentenário* parece-nos título bem posto para um editorial destinado a evocá-la.



A DEFESA NACIONAL

A DEFESA NACIONAL

Diretor

Gen Div Synésio Scofano Fernandes

Editor

Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Redator

Cel Eng EM Virgílio da Veiga

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar
Ala Marçilio Dias - CEP 20221-260
Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Tels.: (21) 2519-5707 e 2519-5715
Fax: (21) 2519-5569
Ligação gratuita: (0800) 238365
E-mail: bibllex@ism.com.br
Homepage: www.bibllex.eb.br

PROGRAMAÇÃO VISUAL & EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Murillo Machado e Rodrigo Tonus
Telefax: (21) 2275-6286 e 2541-6927

REVISÃO

Ellis Pinheiro
Andreza Tarragô
Ricardo Braule Pinto Bezerra Pereira

IMPRESSÃO

Sermograf - Artes Gráficas Editora Ltda
Telefax: (24) 2237-3769 e 2237-3709
E-mail: sermograf@sermograf.com.br

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Acetla-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em formato A4 (210 x 297mm), com margens de 25mm (usar apenas um lado de cada folha), acompanhados de uma síntese do currículo e endereço postal.

Os originais do autor encaminhados à Redação não serão devolvidos.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Por imposição de espaço, a Redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

ASSINATURAS E VENDAS DE NÚMEROS AVULSOS

A assinatura anual e venda de números avulsos são feitas na Administração.

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Príncipes Tesseiros: BERTOLDO ALMEIDA, ESTEVÃO LOPES DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I

SUMMARIO **PARTE JORNALÍSTICA:** O Exército e a organização da Guerra. — Subordinação tática. — A instrução de massa instruída em face dos ataques modernos. — Campos de munição para a infantaria e metralhadoras. — Comandos de grupo de artilharia em combate. — A munição automática de cartuchos cartuchos. — Correntes táticas na artilharia francesa. NOTICIÁRIO: A paragem de 7 de Setembro. — Realização. — O desenvolvimento da guerra aérea. — Penetração da Guerra Nacional. — Equipamento empregado na guerra. — Simulacro de guerra. — Fortificação para a cavalaria. — O desenvolvimento do "Guerra". — Guerra e munição. — A Defesa Nacional. — O desenvolvimento da guerra dos Estados sobre artilharia. — A infantaria japonesa. — Colaboração. BIBLIOGRAFIA: Os instrumentos clássicos da guerra aérea. — Exercícios de quadros e sobre a carta. — Para a arma de infantaria. — Livros franceses e alemães.

Fac-símile da portada do N.º 1, Ano I - 10/10/1913 de A DEFESA NACIONAL

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A DEFESA NACIONAL"

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Diretor-Presidente

Gen Div Synésio Scofano Fernandes

Diretor-Secretário

Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Diretor-Administrativo

Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Diretor-Tesoureiro

1º Ten João Marcelo Devede Seralim

Conselheiros

Cel Prof Celso José Pires
Cel Art Enir dos Santos Araújo

Conselho Fiscal

Cel Victor José Freire
Major Mário Jorge Plácido de Sá Palmeira
Major Ricardo José Guedes Franklin

Suplentes

Capitão Wagner Alcides de Souza
Capitão Francisco Severiano Rodrigues da Silva
2º Tenente Mônica Avelar Leal



NOSSA CAPA

Homenagem ao bicentenário da guerra de 1801 (14 de julho a 17 de dezembro) no Rio Grande do Sul e da conquista dos Sete Povos das Missões.

Sumário

EDITORIAL	1
BICENTENÁRIO DA GUERRA DE 1801 NO RIO GRANDE DO SUL E DA CONQUISTA DOS SETE POVOS DAS MISSÕES <i>Claudio Moreira Bento</i>	5
O INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA NO ALVORECER DO SÉCULO XXI <i>José Carlos Albano do Amarante</i>	10
A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E O BRASIL NA "ALDEIA GLOBAL" <i>Waldecir Rosa da Silva</i>	24
ORIENTE MÉDIO <i>Fernando Luiz Vieira Ferreira</i>	30
O EXÉRCITO IMPERIAL BRASILEIRO: OS MERCENÁRIOS ALEMÃES, NO RIO DE JANEIRO (1824-30) <i>Sylvia Lenz</i>	52
REVIVENDO GUARARAPES <i>Sérgio R. D. Morgado</i>	62
UM CULTO À MEMÓRIA NACIONAL: A CRIAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL <i>Gláucia Soares de Moura</i>	72
A BATALHA DE SALAMINAS <i>Armando de Senna Bittencourt</i>	90
GUERRA DO PARAGUAI (ASPECTOS SUMÁRIOS) <i>Manoel Soriano Neto</i>	97
DUARTE COELHO – SUA VIDA E SEU RELATO <i>Claudio Ricardo Hebl Forjaz</i>	106
COMENTÁRIOS	
A PROLIFERAÇÃO DAS ONG <i>Carlos de Meira Mattos</i>	125
A PROBLEMÁTICA DO SÉCULO XXI <i>L. P. Macedo Carvalho</i>	126
ÍNDIA, UMA LIÇÃO ESTRATÉGICA <i>Eduardo Ítalo Pesce</i>	130
INFORMAÇÕES	
O VALOR ESTRATÉGICO DA INSERÇÃO EDUCACIONAL: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS NO CASO BRASILEIRO <i>Dayse de Melo Benzi</i>	132
DESTAQUES DA IMPRENSA	139

UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

O leitor de *A Defesa Nacional* irá encontrar, a partir desta edição, uma pequena novidade introduzida no formato de seus artigos. Trata-se do enquadramento destes em recentes normas internacionais, traduzidas em recomendação do nosso Conselho Nacional de Pesquisas, o CNPq, segundo as quais, para serem aceitas como fontes de referência para pesquisas, os artigos devem ser encabeçados por um resumo (*abstract*) e por palavras-chaves (*key words*), para facilitar-lhes a indexação automatizada.

De início, os resumos (até dez linhas) e as palavras-chaves (de 3 a 5) serão providenciados pela redação da revista, quando os originais recebidos não os contiverem, e serão redigidos em português, até que esta adquira estrutura para fazê-lo, também, em inglês, como manda a regra.

A Revista do Instituto de geografia e História Militar do Brasil, desde a edição do ano 2.000, já está enquadrada nas novas normas, da mesma forma que revistas universitárias, como a *Revista Ciências Humanas*, da Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro.

A Defesa Nacional, malgrado a sobrecarga de trabalho que a inovação representa para sua modesta estrutura, não pode fugir dos compromissos que tem com a modernidade.

Bicentenário da Guerra de 1801 no Rio Grande do Sul e da Conquista dos Sete Povos das Missões

Cláudio Moreira Bento*

RESUMO

O artigo oferece ao leitor uma síntese histórica sobre a definição final da fronteira meridional do Brasil, ao evocar a passagem do seu bicentenário.

PALAVRAS-CHAVES

Portugal, Espanha, Rio Grande do Sul, Sete Povos das Missões.

Em 1801, Portugal e Espanha entraram novamente em guerra na Europa. O conflito estendeu-se ao Brasil, envolvendo os territórios do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul atuais.

No Rio Grande do Sul durou, de 14 de julho a 17 de dezembro de 1801, 5 meses e 3 dias. Foi planejada e comandada pelo Governador do Rio Grande de então, o Tenente-General Sebastião Veiga Cabral da Câmara que, em 1º de abril de 1776, como coronel, comandara o Regimento de Bragança na reconquista da Vila de Rio

Grande. Foi ele o primeiro a entrar na cidade, depois de expulsos os espanhóis que a ocuparam por 13 anos¹.

De 1777 a 1801, o Rio Grande do Sul atravessou um período de paz e de grande desenvolvimento, ao lado de um inconformismo generalizado de seu povo com o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, que reduziu expressivamente o território da 3ª Região Militar (3ª RM) atual delineado pelo Tratado de Madri, de 1750.

Nessa época, a Comandância Militar estava dividida, pelo Rio Camaquã, em fronteira do Rio Grande, sob jurisdição da

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior. Presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul.

¹ O evento é abordado, com detalhes, em *A Guerra de Restauração do Rio Grande do Sul, 1774-76*. (BIBLIEX, 1996), que relata como o Tenente-General Veiga Cabral a comandou do Rio Grande, seu quartel-general, recolhido ao leito. Veiga Cabral morreu em 5 de novembro de 1811, após a fase mais crítica da guerra e ter governado o Rio Grande do Sul, subordinado ao Rio de Janeiro, por mais de vinte anos.

vila do Rio Grande, Quartel-General da Comandância Militar, e a do Rio Pardo, sob jurisdição de Rio Pardo, sede do Regimento dos Dragões do Rio Grande.

As hostilidades tiveram início na fronteira do Rio Grande, comandada pelo Coronel Manoel Marques de Souza². Foram atacadas as guardas espanholas ao sul do Rio Piratini, a fronteira de fato (municípios de Canguçu e Piratini atuais) até o Rio Jaguarão.³

Essa operação foi conduzida pelo Major Vasco Pinto Bandeira, que, segundo consta, era irmão do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira e filho do primeiro comandante de uma unidade de linha no território da 3ª RM, Capitão Francisco Pinto Bandeira, a primeira companhia formadora do Regimento de Dragões.

Na fronteira do Rio Pardo, os Dragões, ao comando do Coronel Patrício Correia Câmara,⁴ expulsaram os espanhóis da guarda de São Gabriel do Batovi⁵ e, a seguir, a de Santa Tecla, que foi arrasada pela segunda vez e definitivamente.

Os espanhóis de Batovi e de Santa Tecla recolheram-se ao forte de Cerro Largo (atual Mello). A Guarda São Sebastião retirou-se para São Borja, no Passo do Rosário.

A partir de Santa Maria atual, quarenta Dragões aventureiros, sob orientação do Coronel Patrício da Câmara comandante da fronteira do Rio Pardo, lançaram-se, a partir de Santa Maria atual, sobre a guarda espanhola de São Martinho e, dali, sobre os povos de São Miguel, Santo Ângelo, São

Luiz Gonzaga e São Nicolau, terminando por incorporar definitivamente os Sete Povos pela força das armas.

Seguiu-se a conquista do atual município de Santa Vitória, a partir dos arroios Taim e Albardão, fronteira de fato, conquista feita pelo Capitão-de-Milícias Simão Soares da Silva e o Tenente-de-Dragões José Antunes de Porciúncula, à frente de cem milicianos e 36 Dragões de Rio Pardo. Eles atacaram, de surpresa, as guardas do Chuí e de São Miguel que retraíram para o forte de Cerro Largo⁶.

Face a esses ataques, os espanhóis reagiram, a partir do forte do Cerro Largo, ao comando do Marquês de Sobremonte, governador de Buenos Aires. O Contingente da fronteira do Rio Grande chocou-se com um outro, espanhol, lançado de Cerro Largo na direção do Passo N. S. da Conceição do Rio Jaguarão (atual Centurión). E teve lugar o combate do Passo das Perdizes, em 17 de outubro de 1801.

Essa manobra espanhola foi diversionária, destinada a cobrir o lançamento, de Cerro Largo, em socorro das Missões, do Tenente-Coronel José Ignácio de la Quintana, forte de 600 homens.

A Fronteira do Rio Pardo reagiu, enviando trezentos Dragões, que conquistaram São Borja, depois de violento e muito disputado combate. Eles acompanharam a coluna Quintana e ofereceram-lhe tenaz resistência, em São Gabriel e Rosário do Sul atuais, obrigando-a a retirar-se para Cerro Largo.

² Atual denominação histórica da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, de Pelotas.

³ As guardas denominavam-se: São Sebastião, São José, Santa Rosa, Quilombo e da Lagoa.

⁴ Atual denominação histórica da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, de Bagé.

⁵ Fundada pelos espanhóis, segundo Osório Santana Figueiredo em *História de São Gabriel* (s/ed. 1993).

⁶ Ver, na Revista Militar Brasileira (jul/dez 1947), *Santa Vitória do Palmar na História Militar*.

Estimulados pelas vitórias das guardas do Chuí, São Miguel e Passo das Perdizes, na fronteira do Rio Grande, e pelas de São Borja, Rosário do Sul e São Gabriel atuais, na fronteira do Rio Pardo, o Comando Militar do Rio Grande decidiu conquistar a base de operações espanhola, o forte de Cerro Largo, aproveitando a ausência, ali, da Coluna Quintana lançada em socorro a São Borja.

Enquanto isso se passava, o governador de Buenos Aires, Marquês de Sobremonite, mobilizou recursos para socorrer o ameaçado forte de Cerro Largo, cerrando sobre ele e o encontrando desamparado.

Com a morte do Governador Veiga Cabral, em 5 de novembro de 1801, cerca de 42 dias antes do término da guerra, ele foi substituído no Comando Militar e Governo do Rio Grande pelo Brigadeiro Francisco Róscio. Este ordenou uma concentração de todas as forças do Rio Grande no Passo N. S. da Conceição do Jaguarão, face à concentração espanhola no forte Cerro Largo.

Sobremonte cerrou suas forças para o Passo N. S. da Conceição do Jaguarão em 30 de novembro de 1801. A concentração portuguesa foi ali reforçada em 5 de dezembro, com quinhentos homens transferidos do Taim e de Albardão, aprofundamentos das defesas nos arroios Chuí e São Miguel.

Ainda a 5 de dezembro de 1801, o comandante espanhol mandou um *ultimatum* ao heróico Coronel Manuel Marques de Souza, comandante da fronteira do Rio Grande⁷, dando-lhe 24 horas para evacuar a

região. Recebeu a seguinte resposta: *Nem 2.400 anos conseguiriam desalojá-lo do local. Que tentassem para confirmar!*

Em 10 de dezembro de 1801, a fronteira do Rio Grande foi reforçada pela do Rio Pardo, com a chegada do Coronel Patrício Correia Câmara, à frente de quatrocentos Dragões milicianos e voluntários.

Em 13 de dezembro de 1801, o Marquês de Sobremonite ordenou a retirada de sua tropa para o forte do Cerro Largo, consciente da superioridade portuguesa e do perigo que corria de ser batido em campo raso.

Em 17 de dezembro de 1801, foi publicada, no Rio Grande, a paz entre a Espanha e Portugal. O Coronel Patrício, em 20 de dezembro, retornou ao Rio Pardo, em razão da suspeita, não confirmada, de que outra coluna Quintana fora lançada na direção dos Sete Povos para reconquistá-los.

Aliás, em 29 de novembro, uma coluna de cem espanhóis e oitenta índios, apoiados em duas peças de Artilharia, haviam sido rechaçados pelos conquistadores dos Sete Povos. Fora o segundo ataque à conquistada São Borja – o primeiro viera pelo Rio Uruguai. Em Porto Alegre, em condições de reforçar as tropas do Rio Grande, encontrava-se o Regimento Extremoz, de Portugal, e que participara da reconquista da Vila do Rio Grande, em 1776.

A guerra foi financiada por estancieiros e fazendeiros gaúchos que participaram da luta como voluntários e milicianos. Eles forneceram comandantes, oficiais, graduados, soldados, armas, cavalos e os

⁷ Futuro comandante da 3ª RM e primeiro gaúcho a presidir o Rio Grande do Sul como capitania.

uniformes que foram distribuídos às colunas de Cavalaria de Milícias e Auxiliares Ligeiras, particularmente na fronteira do Rio Grande, depois de mobilizados nos atuais municípios de Estreito, Mostardas, Rio Grande, Pelotas, Canguçu, Piratini, Cerrito, Capão do Leão, São Lourenço do Sul e Camaquã.

Enfim, foi uma guerra vitoriosa, com o apoio logístico, predominante da iniciativa privada ou do povo gaúcho.

Os resultados da guerra foram excepcionais para o Rio Grande do Sul. Foram conquistados, pela força das armas, as riquíssimas pastagens dos Sete Povos das Missões, dos territórios entre os rios Jaguarão e Piratini, da margem esquerda do Rio Santa Maria, até a linha do Tratado de Santo Ildefonso, divisória das bacias da Lagoa dos Patos e do Rio Uruguai, e o território do atual município de Santa Vitória.

Enfim, compensou-se de certa forma o que o Tratado de Madri de 1750 equitativamente previra, só ficando de fora do Rio Grande o atual território conhecido por Distrito de Entre-Rios⁸.

Esses territórios não foram devolvidos por não terem sido exigidos, em razão de a Espanha ter-se sentido compensada com a

cidade portuguesa de Olivença, que ela conquistara nessa guerra.

Passou a ter grande movimento o caminho terrestre de articulação das sedes das fronteiras do Rio Grande, Rio Pardo e do Distrito das Missões, então criado, seguindo o seguinte itinerário: Rio Grande -

Pelotas - Canguçu - Encruzilhada - Rio Pardo - Santa Maria - São Borja.

Surgiu na divisão territorial, da atual 3ª RM, o Distrito Militar das Missões, que se desligou da Fronteira do Rio Pardo e é hoje área a cargo da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada de Santiago do Boqueirão.

Eis uma guerra que tem sido pouco estudada e dela só é enfatizada, pela tradição, a conquista dos Sete Povos como sendo uma iniciativa de quarenta aventureiros.

Em realidade, eles atuaram dentro de um amplo contexto estratégico que envolveu o Vice-Rei e Capitão-General-de-Mar-e-Terra do Brasil e Conde de Resende, o governador e comandante militar do Rio Grande, Tenente-General Sebastião da Veiga Cabral da Câmara, e os das fronteiras do Rio Pardo e Rio Grande, os coronéis Patrício e Marques de Souza.


A guerra foi estudada pelo Coronel Jonathas Rego Monteiro, em *Campanha*

A guerra foi financiada por estancieiros e fazendeiros gaúchos que participaram da luta como voluntários e milicianos. Eles forneceram comandantes, oficiais, graduados, soldados, armas, cavalos e os uniformes, que foram distribuídos às colunas de Cavalaria de Milícias e Auxiliares Ligeiras, particularmente na fronteira do Rio Grande, depois de mobilizados nos atuais municípios de Estreito, Mostardas, Rio Grande, Pelotas, Canguçu, Piratini, Cerrito, Capão do Leão, São Lourenço do Sul e Camaquã.

⁸ Entre os rios Quarai, Uruguai, Ibicuí e Santa Maria.

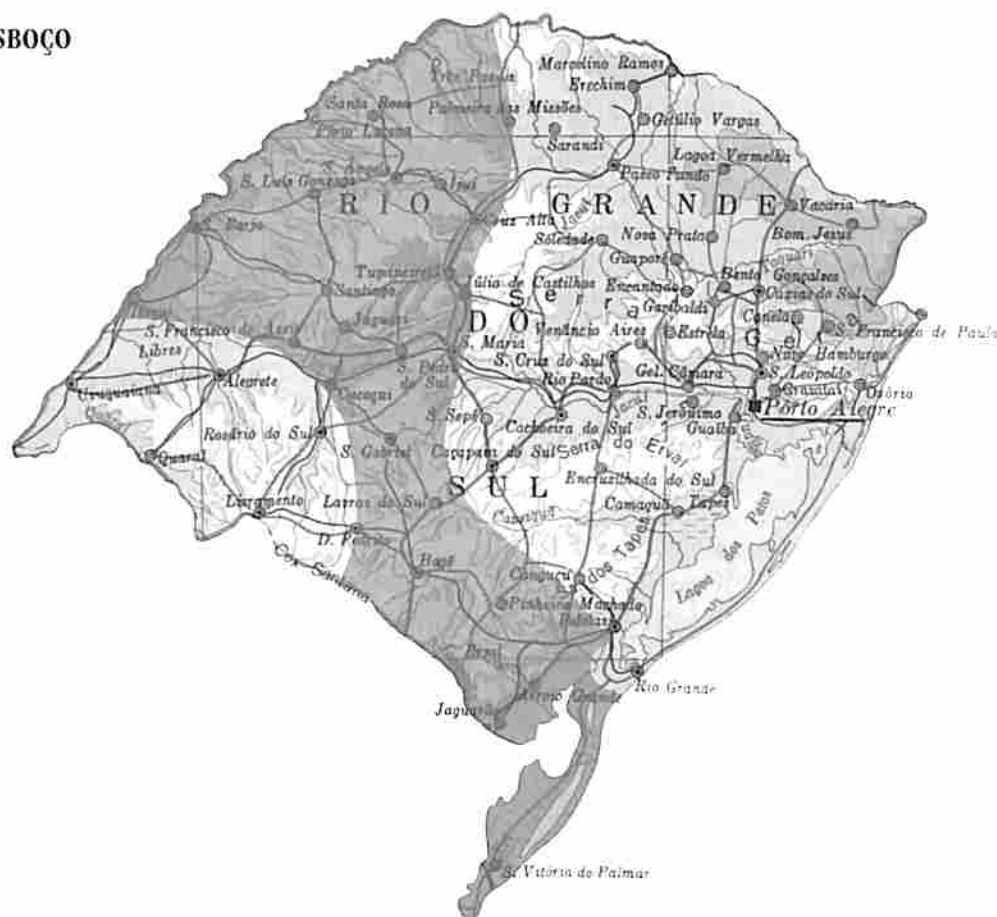
*de 1801*⁹, com apoio em fontes primárias consultadas no Itamaraty, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional.

A guerra de 1801 incorporou, ao Rio Grande do Sul, os seguintes municípios (atuais): Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Arroio Grande, Pedro Osório,

Herval, Pinheiro Machado, Bagé, São Gabriel e parte de D. Pedrito (margem direita do Santa Maria). E, nas Missões, os atuais São Borja, Santiago, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, Ijuí, São Miguel, enfim todos os municípios que se encontram nas Missões. 

⁴ Rio. IHGB - IN, 1942, separada dos Anais do III Congresso de História Nacional, v. 4.

ESBOÇO



- Na parte escura, os territórios incorporados ao Rio Grande do Sul, após a guerra de 1801.
- O território abrangido pelos atuais municípios de Uruguaiana, Alegrete, Quaraí, Rosário, Santana e parte de D. Pedrito constituíam o Distrito espanhol de Entre Rios



O Instituto Militar de Engenharia no Alvorecer do Século XXI¹

José Carlos Albano do Amarante**

RESUMO

O artigo destaca a grande interação hoje existente entre *ciência e tecnologia* (C&T) e as demais expressões do poder nacional, comenta a influência do *conhecimento* na defesa e na economia e, após apreciar a evolução do conhecimento científico e tecnológico, analisa-lhe o poder em relação à Universidade.

Finaliza discorrendo sobre o desafio de adaptação pressentido pelo IME para exercer o poder do *conhecimento* e sua posição em relação ao Programa Institucional de Apoio à Defesa e ao Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.

PALAVRAS-CHAVES

Ciência e Tecnologia (C&T), conhecimento, Universidade, Instituto Militar de Engenharia.

O CENÁRIO INICIAL

A Teoria Restrita da Relatividade, como ficou conhecido o trabalho *Sobre a eletrodinâmica dos corpos em movimento*, que Albert Einstein publicou em 1905, aos 26 anos de idade, aponta algumas observações sobre como, em certas circunstâncias, distâncias parecem se contrair e relógios se atrasar.

Em 29 de maio de 1919, 14 anos mais tarde, por ocasião de um eclipse solar, as

fotografias obtidas a partir da Ilha de Príncipe, na África, e de Sobral, no Brasil, permitiram comprovar a veracidade de uma nova teoria do Universo, modificando a *teoria da cosmologia newtoniana*. Nessa data começava o mundo moderno.

Nas seis décadas que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, o conhecimento se expandiu mais rapidamente do que nunca, embora, sob vários aspectos, o homem instruído da década de 1980, fosse menos provido de certezas do que um antigo egípcio de 2.500 a.C. Pelo menos, o egípcio tinha uma cosmologia bem definida. Em 1915, Einstein redefiniu o universo newtoniano.

* General-de-Brigada. Ex-comandante do IME.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

A partir da nova verdade, então, o mundo experimentou um exponencial desenvolvimento na ciência e na tecnologia, que permitiu promover grandes transformações políticas, econômicas, militares e psicossociais em todos os recantos do planeta.

Na década de 1990, ficou mais evidente que os maiores desafios enfrentados por todos os países estavam fortemente conexos com as profundas transformações sociais decorrentes da vertiginosa velocidade alcançada pelo desenvolvimento científico e tecnológico na última metade do século passado. O maior impacto resultante do domínio de novas tecnologias se fizeram sentir mais fortemente nas instituições sociais, alterando hábitos, mudando valores e, até mesmo, modificando tradições antes imutáveis.

Os cenários desenhados, neste início de século, por pensadores e cientistas destacam a grande interação entre a Ciência e Tecnologia, C&T, e os poderes político, econômico, militar e psicossocial e o fato de estarmos imersos na Era do Conhecimento.

INFLUÊNCIA DO CONHECIMENTO NA DEFESA

Numa avaliação histórica, passando por toda a evolução do homem, desde que ele deixou o seu caráter nômade e começou a ter um sentido sedentário, fixando-se à terra, devido à revolução agrícola, observa-se que o ciclo evolutivo da sociedade foi marcado por revoluções, e destaque: a revolução agrícola (8000aC - 3000aC); a revolução filosófica (500aC - 500dC), marcando o nascimento do pensamento filo-

sófico; a revolução cultural (1100 - 1500), no Renascimento, quando os homens de cultura se rebelaram contra o engessamento cultural; a revolução científica (1500 - 1750), estabelecendo a experimentação como a base fundamental da aquisição do conhecimento em substituição ao dogma; a revolução industrial (1750 - 1945), momento mágico de substituição da força natural pela força artificial; e a revolução tecnológica (1945 - ...), caracterizada pelo crescimento exponencial da capacidade de realização técnica do homem.

Quero lembrar que o *escudo* existiu a partir do instante em que foi criada a primeira arma, o *tacape*. Note-se que a sua construção, de fácil cópia, se constituiu provavelmente na primeira tecnologia de ataque gerada de maneira absolutamente empírica, intuitiva. Assim, desde a Idade da Pedra, o conhecimento e a defesa sempre evoluíram paralelamente.

Ao longo dos séculos, os avanços tecnológicos provocaram nítidos desequilíbrios entre forças combatentes adversárias. Nos tempos antigos, porém, a vantagem redundante do uso de um novo armamento podia ser desfeita com relativa facilidade, considerando a sua simplicidade de construção e operação. Desde que não houvesse grande diferença no estágio intelectual dos contendores, a simples cópia do novo engenho não apresentava grandes dificuldades. O equilíbrio tecnológico-militar era logo restabelecido e a sorte dos combates voltava a depender de outros fatores, como a capacidade dos generais, a combatividade da tropa e o apoio logístico.

Na Revolução Cultural, a descoberta da pólvora e a conseqüente criação das

armas de fogo foram alguns dos primeiros avanços tecnológico-militares de difícil absorção. Em consequência, provocou um enorme desequilíbrio de forças entre nações e uma redução drástica de pólos de poder político-militar. A cópia era uma tarefa praticamente impossível para muitos, dado que conhecimentos da metalurgia, da química, da mecânica e da balística envolvidos não estavam disponíveis para todos.

Recentemente, armas de maior sofisticação tecnológica, como mísseis, aviões multifunção (caça e bombardeiro), carros-de-combate, navios de guerra e submarinos, promoveram uma ainda maior concentração de poder político-militar. Nos dias atuais, menos de duas dezenas de nações possuem competência para projetar, construir e equipar, autonomamente, os modernos materiais de defesa. Nesse cenário, cresceu o número de forças armadas nacionais dotadas de equipamento militar importado, ou fabricado localmente por empresas estrangeiras ou por firmas nacionais, sob extrema dependência tecnológica externa.

Atualmente, a humanidade ensaia os primeiros passos na Idade Tecnológica, caracterizada pelo crescimento exponencial dos meios postos ao dispor do homem. A Tecnologia Militar não poderia deixar de acompanhar essa notável evolução, ora como agente motriz, ora como beneficiária. Como consequência natural desse processo, a tecnologia molda e condiciona a arte da guerra, interferindo nas técnicas de combate, de forma cada vez mais intensa e dominante.

Mais recentemente, durante a Idade Tecnológica, o progresso da tecnologia

militar foi espetacular. Assim, menos de duzentos anos depois das Guerras Napoleônicas, na Guerra do Golfo, na presença da avalanche tecnológica aliada, o Iraque ficou imobilizado a uma distância inofensiva em relação às forças aliadas. Sensores e atuadores, operando no espectro eletromagnético, interferiram nas comunicações, neutralizando sistemas de defesa e garantindo uma supremacia eletromagnética, com vistas à anulação de pontos vitais de defesa e do sistema logístico. O resultado foi o envolvimento quadridimensional estabelecido pelos aliados, que inibiu o poder militar de Saddam Hussem e que reduziu o Iraque a um contendor cego, surdo, mudo, imobilizado e desprovido de vontade de lutar. A consequência natural foi a rendição incondicional iraquiana.

Na atual conjuntura, a defesa recebe influências diretas da Ciência e Tecnologia e indiretas das ações políticas, econômicas e psicossociais. Assim, cabe o questionamento de como a C&T impactará o desempenho operacional das forças armadas no futuro.

Se tomarmos a Guerra do Golfo como o marco inicial dos conflitos militares na Idade Tecnológica, podemos visualizar os maravilhosos sistemas de armas, que desfilaram na vitrine tecnológica do Golfo como produtos de primeira geração da nova era. Dentro de algumas décadas, eles serão vistos como relíquias ultrapassadas, da mesma maneira como os carros primitivos são hoje lembrados.

O grande ensinamento operacional extraído da análise de uma guerra da Idade Tecnológica é que a gestão efetiva do complexo militar-industrial das forças aliadas foi o fator determinante da vitória. Em con-

seqüência, pode-se inferir que, para a atualização tecnológica de um exército, é fundamental o trabalho conjunto e harmônico do binômio combatente-engenheiro.

INFLUÊNCIA DO CONHECIMENTO NA ECONOMIA

Na atualidade, as complexas demandas da sociedade são atendidas por tecnologias alicerçadas por conhecimentos científicos, preponderantemente transmitidos e ampliados na universidade. Em decorrência da busca e apropriação sistemática, e bem-sucedida, de conhecimentos científicos para a produção de tecnologias (inclusive as de aplicação militar), que passou a ocorrer em larga escala a partir da segunda metade do século XIX, o conhecimento científico deixou de ser um bem puramente cultural, para tornar-se o principal insumo para o sucesso econômico².

Segundo Schumpeter, a economia do mundo industrializado evolui em ciclos de longa duração, com períodos médios de aproximadamente meio século. Cada ciclo percorre fases de decolagem, expansão, recessão e depressão. O *spin-off* de cada ciclo é o surgimento de novas tecnologias, ditas primárias, resultantes de desenvolvimentos inovadores e revolucionários.

No início da década de 1990, o mundo viveu o final de um ciclo que começou após a Segunda Guerra Mundial e as-

sistiu, no final daquela década, ao começo de um novo ciclo, motivado por importantes inovações tecnológicas.

O quarto ciclo econômico industrial, vivido de maneira mais intensa pelos países desenvolvidos, teve sua origem após a Segunda Guerra Mundial e está fortemente assentado sobre importantes inovações tecnológicas associadas com a indústria petroquímica, exploração espacial, energia nuclear e desenvolvimento das comunicações. O decênio de 1980 assistiu ao final da recessão e ao início da depressão desse ciclo. As taxas médias de crescimento mundial vêm se reduzindo substancialmente dos 5,3% ao ano na década de 1960, para 3,5% na década de

1970 e 2,0% na década passada, apontando, essa última, um crescimento quase vegetativo.

Na década de 1990, as inovações tecnológicas, associadas com a engenharia genética, a automação de fábricas e escritórios, a biotecnologia, a telemática, o laser e as fibras ópticas estão consolidando um novo ciclo econômico mundial. O novo ciclo econômico é tão forte que vem promovendo profundas modificações políticas, psicossociais e militares nas sociedades terrestres do final do século XX e início do século XXI. O novo ciclo de inovações é a base tecnológica da *Globalização da Economia*.

O início de um novo ciclo é um período de grandes oportunidades e a hora de novos parceiros. Quem enriqueceu com a produção do automóvel não foram os fabricantes de carruagem. Identificadas as

*Na década de 1990,
as inovações tecnológicas,
associadas com a engenharia
genética, a automação de
fábricas e escritórios,
a biotecnologia, a telemática,
o laser e as fibras ópticas estão
consolidando um novo ciclo
econômico mundial.*

² LONGO 2.000.

tecnologias do novo paradigma industrial, deve-se investir nelas, buscando parceiros para intercâmbio tecnológico e para aplicação no setor produtivo.

Assim, pode-se observar que a Ciência e a Tecnologia modificaram as vantagens comparativas das nações. Tome-se como exemplo o Japão. Uma nação com território modesto, importadora de matérias-primas, de energia, de alimentos, e com mão-de-obra cara é credora no comércio mundial. O seu segredo é agregar tecnologia ao que importa, gerando bens e serviços para posterior exportação.

O processo gerador de tecnologia, bens e serviços tem sido acelerado a tal ponto que o mundo atual está em constante mutação. Caso não acompanhem esse processo, os indivíduos tornam-se profissionalmente obsoletos, as empresas perdem a competitividade e vão à falência. Os países amargam o subdesenvolvimento e uma insuportável dependência externa do insumo mais estratégico do mundo moderno: o conhecimento³.

O CONHECIMENTO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO

O homem procurou adaptar-se ao *habitat* muito antes de possuir um pensamento erudito. Por exemplo: para se proteger das intempéries, ele percebeu que, se friccionasse pedaços de madeira seca, ia gerar o fogo. Isto já era tecnologia. Ele não tinha o conhecimento científico do que era madeira e fogo.

Assim, a história da tecnologia, antes mesmo do que a da ciência, está imbricada

com a história do homem. Não se pode ignorar uma característica fundamental do homem, que foi sintetizada de maneira genial por Benjamin Franklin: *O homem é um animal fazedor de ferramentas*. Entretanto, com mais ênfase, nós diríamos que o homem é o animal fazedor de ferramentas. Assim, a tecnologia nasceu com o homem, enquanto que a ciência deu seus primeiros passos durante o período de fulgor da civilização grega.

Tanto a ciência quanto a tecnologia resultam de processos cumulativos do conhecimento, onde cada geração herda um estoque de conhecimento e de técnicas que pode ser acumulado, se a geração assim o desejar e se o condicionamento social permitir. A educação é o principal veículo de transmissão do conhecimento e o homem o ser responsável pela expansão das fronteiras do saber.

No século XVII, entretanto, ocorreu uma mudança radical no enfoque do conhecimento da natureza, envolvendo objetos, métodos e funções, que passou a ser chamada de Revolução Científica. Até então, a ciência assumia que o mundo era vivo, criado e guiado por Deus tão simplesmente para o benefício do homem. O novo paradigma, o *Paradigma Baconiano*, propunha o divórcio ciência-religião.

A Revolução Científica, no entanto, foi tão-somente uma mudança de enfoque da ciência. Assim, a revolução, dita científica, foi muito mais uma revolução sobre o enfoque da ciência do que uma revolução dentro dela. Passou-se a admitir a existência de corpos inanimados e de leis físicas que regiam as suas interações. A natureza passou a ser vista como destituída de propriedades espirituais e humanas.

³ LONGO 2.000.

Essa revolução propiciou um solo fértil para a Revolução Industrial que ocorreu no século seguinte (século XVIII). A ciência e a tecnologia passaram a utilizar uma base comum de desenvolvimento: a experimentação.

Os esforços foram coroados de êxito. Em 1880, o homem criou a primeira tecnologia de base científica de grande ressonância, e que não poderia ter sido gerada intuitivamente: a utilização comercial da eletricidade. Essa tecnologia não seria acessível se não houvesse os avanços científicos realizados por Faraday, Maxwell, Ohm, Volta e outros.

Era o início de uma nova era. O homem passou a moldar o mundo, garantindo a sobrevivência da espécie e o seu próprio conforto. O avanço tecnológico é inexorável, não havendo retorno. Ninguém admite viver com a tecnologia de ontem. Quem abriria mão da televisão, do telefone, do automóvel, da geladeira, do avião?

Nas duas Guerras Mundiais, a comunidade científico-tecnológica foi chamada a participar para a obtenção de meios militares. Nas duas ocasiões, a contribuição foi significativa. Após a primeira, toda a comunidade foi desmobilizada. Isso, entretanto, não ocorreu na segunda. Os cientistas e os tecnólogos permaneceram trabalhando para os governos, principalmente o americano e o soviético.

A nova guerra passou então a ser travada não mais nos campos de batalha, mas

nos laboratórios. Os dois pólos de poder emergentes mergulharam na corrida científico-tecnológica procurando a posição de liderança. O processo culminou na década de 1980 com o projeto americano *Guerra nas Estrelas*. Sem a necessidade do disparo de um único tiro real, a União Soviética desmoronou. A *Terceira Guerra Mundial*

virtual foi disputada nas dimensões da economia e do conhecimento. Ela foi ganha pelos EUA e seus aliados.

Chegamos, ao final do século XX e início do século XXI, à fase caracterizada por uma verdadeira explosão tecnológica. Agora, o casamento entre a ciência e a tecnologia se transforma num processo indutivo, de um para outro: a ciência

promove a tecnologia e a tecnologia promove e capacita a ciência. É um processo até dialético.

Na perspectiva da evolução, pode-se observar que as dificuldades morais, políticas e ambientais antepostas à C&T não são totalmente novas. Nos tempos atuais, o relacionamento estreito da ciência com a indústria, a defesa, a política e o próprio meio ambiente tornou obsoleta a ciência particularizada pela visão reducionista e cartesiana. Agora, a ciência tem que compreender o mundo natural utilizando uma visão global e holística. A sociedade precisa de uma concepção de trabalho científico do mundo natural diferente do modelo reducionista da Revolução Industrial.

***Chegamos, ao final
do século XX e início do século
XXI, à fase caracterizada por
uma verdadeira explosão
tecnológica. Agora,
o casamento entre a ciência
e a tecnologia se transforma
num processo indutivo,
de um para outro: a ciência
promove a tecnologia e a
tecnologia promove e capacita
a ciência. É um processo
até dialético.***

A UNIVERSIDADE E O PODER DO CONHECIMENTO

A primeira notícia de uma *escola* precursora da universidade data da Grécia antiga. Ela foi criada por Platão para ensinar filosofia, matemática e ginástica. Por se localizar num bosque que levava o nome de um legendário herói grego chamado Academos, a *escola* recebeu o nome de Academia.

Os primeiros quinhentos anos após o colapso do Império Romano Ocidental, em 500dC, marcaram uma fase de estagnação intelectual no mundo ocidental. Essa fase ficou conhecida como a Idade Negra. A cultura erudita ficou hibernando em monastérios. Foi a época da Contra-Revolução Religiosa.

O Renascimento se deu durante o século XII, catalisado pelo contato com a civilização islâmica, mantida florescente na Espanha e na Palestina pelo desenvolvimento de cidades com classes altas eruditas. Na civilização islâmica, os livros foram mantidos. Como exemplo, a biblioteca de Córdoba, na Espanha, possuía quinhentos mil livros, numa época em que, acima dos Pirineus, só havia cerca de quinhentos livros.

Então, o Renascimento, que foi muito importante e que se deu principalmente na Itália, tendo como referência especial o contato com a civilização islâmica, promoveu, já no século XIII, o aparecimento das primeiras universidades. Essa foi uma fase posterior à da *Idade Negra* (500 - 1000), onde ninguém mais resistiu ao avanço científico.

O Renascimento se constituiu, na realidade, numa Revolução Cultural que

se contrapôs ao dogmatismo e à superstição imposta pela religião. Os homens de cultura – pintores, escultores, músicos, escritores, poetas – se rebelaram contra o engessamento cultural e passaram a produzir, livremente, arrastando a sociedade na direção da liberdade cultural e científica. A universidade foi o pólo de reunião dos homens de cultura.

No início do século XV, o palco cultural europeu parecia desanimador: as universidades em decadência, a igreja em desintegração e a economia sofrendo ainda os efeitos da Morte Negra, ocasionada pela epidemia de peste bubônica. A realidade, entretanto, era que a Europa, após a Revolução Cultural, se preparava para ingressar na Revolução Científica. Longe de desanimador, o palco europeu era alvissareiro.

A criação da ciência européia se deu em duas fases: o desenvolvimento técnico, no século XVI, a revolução científica, no século XVII.

O desenvolvimento técnico e a revolução científica muito devem ao inglês Roger Bacon (1210 - 1293), que iniciou a luta para definir a base fundamental da aquisição do conhecimento – o dogma ou a experimentação. As idéias revolucionárias sobre a ciência no final da Idade Média apareceram criticando porque todas as perguntas sobre os fenômenos da natureza ainda eram respondidas sob os princípios religiosos. Assim, Roger Bacon defendia que todo fenômeno natural tinha que ter uma explicação natural e que se deveria fazer experimentações para constatar aquela ocorrência natural. Não era nada divino.

Posteriormente, Leonardo da Vinci (1458 - 1519) continuou essa luta. Começa a desabrochar o conhecimento cientí-

fico, iniciando-se lentamente com Copérnico (1473 - 1543), estabelecendo o movimento da Terra em torno do Sol. Essa tese foi, posteriormente, defendida pelo grande Galileu, que quase morreu por defendê-la. Ele quase foi morto pela Igreja, exatamente como consequência da luta entre a experimentação e o dogma.

As raízes do renascer da ciência podem ser localizadas em três principais regiões:

1) a descoberta do homem e da natureza, um produto da renascença artística na Itália do século XV. Os grandes artistas se tornaram homens de largos interesses e cultura, normalmente sustentados pela nobreza. Leonardo da Vinci (1458-1519) é um exemplo;

2) a região montanhosa do Sul da Alemanha experimentou um crescimento rápido na mineração, metalurgia e comércio. Essa foi a base tecnológica para a invenção da imprensa por Gutenberg em 1440. Esse é um exemplo típico de Pesquisa e Desenvolvimento. Foram desenvolvidas ligas metálicas de propriedades adequadas para as formas que moldavam os tipos para imprensa;

3) durante o século XV, os portugueses e espanhóis começaram suas explorações. A navegação transoceânica criou novas demandas em astronomia, em técnicas matemáticas e instrumentos. A Escola de Sagres, a precursora das escolas de engenharia, caracterizou a competência em técnicas hidrográficas.

O marco inicial da Revolução Científica se dá em 1662 com a fundação da *Royal Society of London*, proclamando a aderência ao ideário de Francis Bacon, que havia proposto o método científico para o estudo dos fenômenos da natureza, es-

tabelecendo a filosofia experimental. O método baconiano, de conteúdo científico-analítico, é ainda hoje utilizado nas universidades.

Descartes (1596-1650), com o *Discours de la Méthode*, estabeleceu a visão analítica, fundamental para o processo evolutivo: o homem precisava aprender o pequeno (cada parte de um todo) de forma consistente. O método analítico é até os dias de hoje importante para uma primeira fase do estudo de um problema. Além disso, Descartes criou uma nova matemática, uma radicalmente melhorada álgebra e geometria e alguns resultados na física, como a explicação do arco-íris.

A Reforma Protestante provocou, ainda no século XVI, uma série de conflitos que desencadearam avanços em matemática, fortificação e armamento (canhões). Nessa época, os portugueses deram uma significativa contribuição para a tecnologia de construção de fortificações. O livro *Método Lusitano de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*, publicado em 1680 pelo Tenente-General Luís Serrão Pimentel, se constituiu em um marco na consolidação dos conhecimentos tecnológicos de então e foi a base documental para o ensino formal de engenharia em Portugal e no Brasil.

O marco inicial da Revolução Industrial foi a invenção da máquina a vapor por James Watt, em 1769. Nesse momento mágico, se dá a substituição da força natural pela força artificial. É a primeira vez que o homem gera a sua força, a força motriz da qual ele vai muito se valer e, realmente, se constitui num marco excepcional.

Vejamos agora a Ciência no século XIX, a Idade de Ouro. A expansão cientí-

fica se deu de uma forma esplendorosa, em todos os campos. Até então humanística, a universidade ampliou sua esfera de atuação, passando a ensinar a engenharia, carro-chefe das ciências exatas.

E de onde veio o ensino da engenharia? Os primórdios do ensino de engenharia remontam às escolas militares, que eram voltadas para o ensino de ciências exatas aplicadas à arte da guerra. A primeira engenharia para estudantes paisanos, ensinada em bancos escolares militares, foi a engenharia de construções, por essa razão chamada até hoje de engenharia civil. Somente em meados do século XIX, as universidades absorveram das escolas militares o ensino da engenharia. O engenheiro passou a ser o principal fator humano para a obtenção dos produtos desenvolvidos para servir bem à sociedade humana.

Foi dado incentivo ao ensino e à pesquisa organizada. A sociedade passou a incentivar essas coisas. Começaram a haver conferências internacionais, a publicação de revistas técnicas e o crescimento do conhecimento passou a ser exponencial.

No começo do século XX, a universidade era o palco de uma ciência que era profissional na sua organização social, reducionista no estilo e positivista no espírito. Assim, o estilo dominante de trabalho, nesse período, era reducionista: as investigações eram concentradas nos processos – artificialmente puros, estáveis e con-

troláveis – realizados em laboratórios. A limitação que, possivelmente, pode desaparecer no século XXI estava centrada numa perigosa ignorância dos fatos e princípios do comportamento do ambiente natural e na incapacidade de enxergar o conjunto. Não se levava em consideração a Ecologia e nem se possuía uma visão sintética.

As realizações científicas do início do século XX são imensas até para serem catalogadas. Embora ainda fortemente ligado à análise das partes, o homem começou a realizar pequenas sínteses caracterizadas pela criação de ciências híbridas, tais como a bioquímica e a biofísica.

Atualmente, a ciência continua a se ampliar e, nesse processo, o conhecimento científico foi sendo subdividido para aprofundamento especializado. Em consequência, os cientistas progrediram no sentido de entender, cada vez mais, de áreas mais restritas. Por sua vez, a natureza não é compartimentada; ao contrário, é complexa, exigindo um espectro integrado de conhecimentos para sua compreensão. Como resultado, o avanço científico depende, atualmente, muito mais de equipes multidisciplinares, envolvendo ampla gama de competências, do que de gênios isolados. Além disso, equipamentos sofisticados e custosos e recursos financeiros substanciais passaram a exigir organização específica e capacidade gerencial.

Assim, a pesquisa de fronteira tornou-se cara e complexa, reduzindo drástica-

Os primórdios do ensino de engenharia remontam às escolas militares, que eram voltadas para o ensino de ciências exatas aplicadas à arte da guerra. A primeira engenharia para estudantes paisanos, ensinada em bancos escolares militares, foi a engenharia de construções, por essa razão chamada até hoje de engenharia civil.

mente o número de participantes. A conclusão é que o avanço científico-tecnológico leva à concentração de poder. Quanto mais a ciência e a tecnologia avançam num dado setor, menor o número de empresas no mercado. Sobrevivem as que têm melhor tecnologia. Estas dominam o mercado, acumulam capital e, conseqüentemente, podem custear o novo avanço do conhecimento, que exige, a cada passo, mais competência e recursos. Esse processo, contínuo e altamente seletivo, ocorre tanto no nível micro, envolvendo empresas, como no macro, envolvendo nações. A história do crescimento do conhecimento é também a história da concentração de poder econômico, militar e, por extensão, político, nos níveis regional e mundial.

IME: O DESAFIO DE ADAPTAÇÃO PARA EXERCER O PODER DO CONHECIMENTO

A universidade assume um papel especial no início do século XXI. Ela se transforma na principal trincheira da luta pelo conhecimento, principal fonte de poder das sociedades modernas. Para cumprir tal função, ela precisa conhecer o cenário das mudanças aceleradas e precisa modificar o seu projeto pedagógico.

Vejam algumas razões que fundamentam as mudanças que devem ocorrer na universidade:

As forças armadas do futuro irão necessitar, crescentemente, de Ciência e Tecnologia. Por isso, a universidade deve contribuir, efetivamente, para a formação de quadros militares. Note-se que cerca de 80% dos oficiais norte-americanos têm o nível de mestrado.

• Dado que a informação trafega em tempo real, tornam-se cada vez mais elevadas as qualificações exigidas para os postos de trabalho em quaisquer dos setores de produção, fato que coloca uma grande e contínua pressão sobre as necessidades educacionais das populações. Com

as constantes mudanças tecnológicas, os indivíduos que não as acompanharem ficarão prematuramente inabilitados para o trabalho. Isso gera a seguinte dicotomia, ou a universidade proporciona capacidade para o exercício do aperfeiçoamento continuado ou ocorre o supra-

citado *analfabetismo tecnológico*. Os analfabetos tecnológicos não retornarão ou ingressarão adequadamente no mercado de trabalho nem que a economia cresça e expanda os empregos.⁴

• É preciso ter presente que, no mundo em que hoje vivemos, todos os cidadãos necessitam de conhecimentos básicos de ciência, das tecnologias mais usadas, de matemática e informática, continuamente atualizados. Essa é uma exigência não só para o mercado de trabalho, mas, antes de tudo, para que o cidadão não seja um alienado, um ignorante diante dos bens e serviços utilizados no seu dia a dia.

• Atualmente, a inteligência acadêmica continua mobilizada pelos governos para atuar em assuntos estratégicos, muitos dos quais ligados à defesa.

• As forças armadas do futuro irão necessitar, crescentemente, de Ciência e Tecnologia. Por isso, a universidade deve

⁴ LONGO 2.000.

contribuir, efetivamente, para a formação de quadros militares. Note-se que cerca de 80% dos oficiais norte-americanos têm o nível de mestrado.

- A universidade atua fortemente no campo psicossocial, como entidade formadora de opinião. Em consequência, sua responsabilidade social cresce mais ainda.

- Deve existir um relacionamento salutar entre a comunidade científica, econômica e a militar, pois as três desempenham papéis estratégicos na sociedade moderna.

Vejamos agora algumas estratégias já implantadas no nosso Instituto, dentro do *Projeto de Modernização*, iniciado em 1998 e que conformará o ambiente de trabalho dos novos alunos:

- um novo modelo pedagógico de ensino enfatizando a formação intelectual, desenvolvendo a capacidade crítica, a autonomia, a criatividade, o raciocínio lógico, a ética e a liderança;

- a modernização curricular;

- o corpo docente com meios de realizer a modernização do ensino, utilizando novas práticas pedagógicas;

- estimular a capacidade de autodesenvolvimento do educando, tornando-o apto para se adaptar, com facilidade, à introdução de novos cenários tecnológicos;

- o *Projeto Visão Humanística*, para desenvolver a sensibilidade das inter-relações de sua atividade profissional com a sociedade e o meio ambiente;

- a integração de atividades interdepartamentais;

- o trabalho em equipe no ensino e na pesquisa;

- os laboratórios multidisciplinares sobre campos de pesquisa modernos;

- o *Projeto de Ensino à Distância*, uma importante arma para exercer o poder do conhecimento;

- criar condições para evoluir no lidar com a ciência, passando de uma visão reducionista e cartesiana para uma visão global e holística;

- mudar o paradigma do ensino fundamental, nas formações profissionais relacionadas com as áreas de ciências exatas e biomédicas, de estudo de ciências para estudo de ciências e tecnologia;

- os programas *sandwich* em cursos de graduação e de pós-graduação, outra importante arma para exercer o poder do conhecimento;

- a integração do processo IME, com os órgãos setoriais do Exército Brasileiro, com as demais forças singulares, com os governos estaduais e municipais e com as empresas, para catalisar o desenvolvimento tecnológico e exercer influência em importante atos econômico;

- a pesquisa cooperativa, que se caracteriza pela definição de uma área temática a ser explorada ou de um projeto específico, visando a produzir uma inovação ou resolver um problema tecnológico, executado de forma coletiva, reunindo instituições de pesquisa e empresas.

IME: O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO À DEFESA E AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA

O Instituto Militar de Engenharia tem envidado esforços no sentido de trabalhar direcionando sua produção para o atendimento às necessidades da sociedade e, em particular, da Força Terrestre. Para atingir

tal objetivo, desenvolvem-se trabalhos de pesquisa e projetos com resultados práticos, principalmente em áreas de interesse estratégico para a Defesa Nacional. Dentre estas, destaca-se a da Amazônia.

Estruturou-se, internamente, para trabalhar de forma matricial. Foram criados Núcleos de Pesquisa e Projetos (NPPs), num total de cinco, os quais interagem com os Departamentos de Ensino. Estes, por sua vez, detêm o conhecimento para o aprimoramento na formação de novos recursos humanos em engenharia.

Externamente, o IME tem a possibilidade de contar com o apoio e a participação de organizações militares, mediante programas conjuntos (SCT/ G Cmdo Área ou Departamento) em todo o território nacional, para implantação, monitoramento e desenvolvimento dos projetos e pesquisas concebidas no IME.

Contando com esse potencial interno e externo, o IME elaborou o Projeto Institucional, Científico-Tecnológico, de Apoio à Defesa e ao Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (PICT-ADDSA). Tal projeto viabilizou a reversão do quadro de produção científica espontânea, culturalmente adotada e apoiada pelo CNPq, em uma produção institucional cujos resultados pudessem ser realmente usufruídos pela sociedade. Esse projeto institucional sintoniza-se com a intenção atual do CNPq em apoiar projetos cujos resultados visem ao tridimensional, aproveitando o potencial dos pesquisadores brasileiros para transformar seus conhecimentos em tecnologias aplicadas no próprio País.

A escolha da Região Amazônica para o tema do Projeto Institucional do IME deve-se ao fato de ser uma área estratégica e extre-

mamente sensível para o País e, ainda, porque qualquer tipo de atividade na área científico-tecnológica é de mais fácil tratamento pela presença da Força Terrestre na área. Outra universidade teria grandes dificuldades de implantar e manter um sistema de pesquisa, pela peculiaridade e característica da região, cuja impedância maior é a dificuldade logística que a selva propicia.

O Projeto Institucional do IME caracteriza-se por ter uma perspectiva de médio prazo, cinco anos, envolvendo recursos financeiros da ordem de R\$ 14 milhões. Deve apoiar a realização de pesquisas e a formação de recursos humanos em áreas estratégicas para a Segurança e a Defesa do País. Ele se apóia no Plano Plurianual (PPA) do atual governo, que contempla um conjunto de diretrizes estratégicas norteadoras das ações governamentais no período de 2000 - 2003. Seus principais objetivos são *promover a capacitação de recursos humanos e fomentar a pesquisa de alto nível em áreas de interesse estratégico para a Defesa Nacional, principalmente as referentes à Amazônia e contribuir para a integração nacional, por meio da intensificação do monitoramento das regiões de fronteira, da garantia da segurança e da melhoria das condições de vida da população local, em harmonia com a biodiversidade da região em que se situa.*

O programa institucional proposto pelo IME será desenvolvido por intermédio do Núcleo de Pesquisa e Projetos em Tecnologias Amazônicas e Meio Ambiente (TAMA), em parceria com outras instituições e universidades do País e do exterior, envolvendo grande parte dos pesquisadores do IME, constituído dos seguintes projetos: *Engenharia de construção ci-*

vil; Metodologia para avaliação do passivo ambiental em empreendimentos de infra-estrutura viária da Amazônia; Navegabilidade dos rios da Amazônia Ocidental; Propagação de sinais radioelétricos; Supervisão e controle em operações fluviais na Amazônia; Utilização de fibras de piaçava como reforço com compósitos de matriz polimérica reciclada para aplicações estruturais; Óleos vegetais nativos da Amazônia como fonte alternativa de energia; Obtenção de água potável na Amazônia; Novos catalisadores para valorização econômica do gás natural da região amazônica; Alternativas para o mapeamento do território amazônico com emprego de imagens de radar; Atualização de cartas topográficas, utilizando imagens orbitais para a região amazônica; Pesquisa e apoio ao desenvolvimento de Sistemas de Comando e Controle e Suporte à Decisão; Materiais geopoliméricos para pavimentação.

CONCLUSÃO

Vivemos a chamada Revolução Tecnológica que alimenta os fenômenos globalizantes, atuando dentro de um mundo incerto e ambíguo dominado por sociedades que privilegiam a terceira esfera do poder – o conhecimento.

Este passa a ser avidamente procurado, não somente para o seu próprio crescimento ou a pura satisfação intelectual, mas sim com vistas ao alargamento econômico e militar. Na atualidade, o conhecimento tecnológico proporciona o acesso a bens e serviços, que geram fortaleza econômica e o poderio militar. Hoje, a vontade das nações, instituições ou indivíduos é imposta


a outras nações, instituições ou indivíduos, preferencialmente pelo poder do conhecimento. Se não for suficiente, emprega-se o poder econômico. A força militar se constitui, como sempre, na *ultima ratio*. Em suma, o conhecimento é hoje o passaporte para a soberania.

A procura do conhecimento tem sido voraz. A ciência alarga os horizontes da tecnologia, e o avanço tecnológico proporciona novos meios e equipamentos para a expansão do conhecimento científico. Como consequência desse processo, a ciência tem-se subdividido em ramos especializados, tornando cada vez mais difícil a visão do conjunto. Estamos na fase analítica do acesso ao conhecimento. Existe a necessidade urgente de se entrar na fase sintética, para que a sociedade possa dar novos saltos evolutivos.

Neste início de século, a universidade assume uma posição de liderança na sociedade moderna, garantindo a sobrevivência da raça humana na superfície da Terra e atuando como agente conformador das relações entre grupos de indivíduos.

Atualmente, a universidade lida com conhecimento científico mais do que com o conhecimento tecnológico e realiza a transferência do científico e do tecnológico de uso irrestrito – manipulado por institutos de pesquisa e empresas.

Finalmente, de tudo o que foi exposto, pode-se concluir que o século XXI verá a universidade ampliar o seu papel social de agente de transferência do conhecimento e agente gerador e ampliador do conhecimento.

Ela passa a desempenhar também o papel de agente aplicador do poder do conhecimento. 

BIBLIOGRAFIA

- AMARANTE, J.C.A., *A Batalha de Robôs: Um Sonho Exequível?*, Military Review, 2º Trimestre, 1995.
- AMARANTE, J.C.A., *C&T e Sociedade*, Notas de Aula da Escola de Estado-Maior do Exército, 27 Abr 1998.
- ROTSTEIN, J., *Brasil Século XXI*, 1996.
- TOFLER, A., *A Terceira Onda*.
- TOFLER, A., *Previsões e Premissas*.
- JOHNSON, P., *Tempos Modernos*.
- LONGO, W.P., *Ciência e Tecnologia e a concentração do poder*, Revista A Defesa Nacional, 733, 25 (1987).
- LONGO, W.P., *Panorama Científico e Tecnológico Mundial e Perspectivas para o Brasil*, Palestra no Quartel-General do Exército, (julho 1991).

História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial



A construção da história da Força Expedicionária Brasileira – FEB, pautada em emoções e vivências com o testemunho dos próprios protagonistas desta fase gloriosa da Nação brasileira, é o escopo deste maravilhoso trabalho.



Biblioteca do Exército



A Globalização Econômica e o Brasil na “Aldeia Global”

Waldecyr Rosa da Silva*

RESUMO

Neste artigo, elaborado na segunda quinzena de julho de 2.000, o autor procura contextualizar a globalização econômica, como sendo a expressão de maior influência e abrangência do processo globalizante do mundo de hoje, e cujos reflexos, ele destaca, vão desde a identificação do oligomonopólio econômico-financeiro internacional, até a ameaça de esfacelamento das economias em desenvolvimento dos *países periféricos*. Procura, ainda, apresentar propostas para neutralizar o *lado sombrio da globalização econômica*, discutindo, sobretudo, como pode o Brasil reverter a situação de paciente do atual processo, para tornar-se agente participante em benefício do Estado-nação.

PALAVRAS-CHAVES

Globalização, Estado-nação, autonomia nacional.

Globalizar é a arte de os poucos muito ricos dominarem os muito pobres da aldeia global.

N o contexto da globalização, a economia desponta como a poderosa vilã, gerenciadora impiedosa do processo devastador de dominação do mercado econômico-financeiro internacional.

A globalização econômica é o processo por meio do qual se expande o mercado internacional, sobrepondo-se às fronteiras

nacionais. Trata-se, portanto, da continuação do processo de internacionalização do capital que, iniciado com a extensão do comércio de mercadorias e serviços, passou pela expansão dos empréstimos e financiamentos e, em seguida, generalizou o deslocamento do capital industrial via desenvolvimento das multinacionais.¹

* Major Médico e de Estado-Maior

¹ IANNI, Octávio - *Teorias da Globalização*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1994 e COUTINHO, L. - *Nota sobre a natureza da Globalização*, em *Economia e Sociedade* - IE/UNICAMP, Campinas, JUN, 1995.

Do ponto de vista histórico, a presente situação mundial do sistema monetário implantado advém de uma mudança que ocorreu, especialmente, desde agosto de 1971, quando o mundo abandonou um sistema erigido pelo Presidente Franklin Roosevelt, o antigo Sistema de Bretton Woods.² Durante a vigência deste, foram praticadas muitas injustiças, especialmente contra as nações em desenvolvimento, mas o sistema em si funcionou, com algumas reservas, até meados dos anos de 1960. Em 1971, o Presidente Richard Nixon tomou as primeiras medidas para trocar as taxas de câmbio fixas, ou *taxas de câmbio fixas ajustáveis*, por um sistema de taxas flutuantes. Desde aquela época, o progresso que havia nos Estados Unidos da América, na Europa e em outros lugares, em certo grau, no sistema monetário do pós-guerra terminou. E, desde 1971-72, na verdade, o mundo em geral empobreceu. Estamos vivendo do antigo investimento de capital, do capital físico real do passado, e exaurindo-o totalmente.

A ECONOMIA GLOBALIZADA – O NOVO MODELO

Atualmente, os agentes dessa hegemonia do *capitalismo financeiro*, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o *Grupo dos Sete*,^{*} vêm, de forma magistral, impondo, ardilosamente, as regras do jogo do novo modelo da economia globalizada, ou da *terceira via*, de Tony Blair e seus asseclas, onde todos

são convidados para participar, porém muito poucos têm garantida, antecipadamente, a oportunidade de ganhar, restando aos infelizes e desvalidos perdedores, ao duplo prejuízo de amargar a derrota injusta e acumular uma dívida imposta, cujo resgate, incalculável, exige o sacrifício da sua própria soberania.

Aliás, essa situação lembra a Alemanha de 1923, quando o país, a fim de pagar as dívidas impagáveis do sistema de Versalhes, imprimia dinheiro em gigantesca escala. Isso sangrava a economia alemã e a ameaçava com uma explosão potencialmente hiperinflacionária, o que acabou acontecendo, em outubro daquele ano, quando o marco alemão quebrou.

Apesar de bem-sucedido no campo econômico, Michel Camdessus quando Diretor-gerente do FMI não foi nada feliz nos seus ensaios de clarividência, ao prognosticar uma *recuperação financeira global*, haja vista o que afirmou o próprio presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn³, ao fazer contundentes observações:

...metade da população mundial vive com menos de dois dólares diários e mais de um bilhão de pessoas vive com menos de um dólar diário; na Rússia, 45% da população está abaixo da linha de pobreza; na África, há 22 milhões de aidéticos e a doença acabou com o ganho na expectativa de vida dos últimos vinte anos em vários países. É uma devastação.

Ao mesmo tempo, segundo um comunicado do chamado Grupo dos 24 (G-24), *as perspectivas econômicas globais*

² Idem, conferência para o Colégio de Contadores Públicos de Lima, Peru, em 25 de fevereiro de 2000.

³ Idem, trecho da entrevista à imprensa internacional, em 21 de outubro de 1999.

^{*} NR. Atualmente o G-8, o Grupo dos Sete mais a Rússia.

e os mercados financeiros melhoraram nos últimos meses, diminuindo muito o antigo medo de recessão e explosão financeira mundial. O maior desafio para a comunidade internacional é desenvolver uma estratégia amigável ao mercado.

Nesse caso, só resta saber quem está sendo sincero o bastante para proteger os *aldeões globalizados* de um desastre maior.

O ex-presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, já dizia, com muita propriedade, que, *embora seja possível enganar todos por algum tempo e alguns por todo tempo, não se pode enganar todos por todo tempo*. Hoje, essa constatação se mostra em sua plenitude no desastroso desarranjo em que se encontra o sistema econômico-financeiro dos tecnocratas das ciências econômicas a serviço da oligarquia anglo-americana. Analistas políticos identificam que há estremecimentos entre importantes setores das lideranças políticas da Europa continental, em especial, da Alemanha, França e Itália, que começam a posicionar-se criticamente frente à globalização e seus devastadores efeitos socioeconômicos. Tais *estremecimentos*⁴ são visíveis nas crescentes divergências entre os social-democratas europeus continentais e o primeiro-ministro britânico Tony Blair, demonstradas na última reunião da Internacional Socialista, no início de novembro de 1999; nas divergências entre o primeiro-ministro Tony Blair e seus colegas, alemão, francês e italiano, respectivamente, Gerhard Schroeder, Lionel Jospin e Massimo D'Alema, na conferência sobre *governança progressista*, realizada em Florença, em 21 de novembro, desse mesmo ano, onde este-

ve presente o Presidente Fernando Henrique Cardoso; nas diversas manifestações públicas do Primeiro-Ministro francês Jospin sobre a necessidade de retomada do papel dirigente do Estado nacional na economia.

Infelizmente, até agora, as promessas proferidas pelos arautos da globalização - modernização, competitividade, dinamismo e justiça social para quem aderir às maravilhas do *livre comércio* - ainda estão longe de se tornar realidade. Ao invés disso, comenta enfaticamente o Dr. Lyndon LaRouche, presidente do Movimento de Solidariedade Ibero-americano, *o que temos visto em toda parte é a mais brutal devastação das economias reais que se tem notícia na História recente, acompanhada de um cruel retrocesso dos níveis de bem-estar e das perspectivas de futuro das populações de praticamente todos os países do planeta. Somando-se a isso, no rastro da depressão socioeconômica e da deterioração dos sistemas de saúde pública, velhas doenças epidêmicas anteriormente controladas ressurgem com virulência inusitada, juntando-se a novas epidemias como a AIDS, configurando um cenário de holocausto biológico que só encontra paralelo na Peste Negra do século XIV*⁴.

Pois bem, o que fazer, então, diante de uma crise sistêmica, cujos efeitos se alastram de forma irreversível, apontando para o desastre inevitável do modelo econômico-financeiro atual?

Hoje, segundo analisa o Professor Marcos Coimbra⁵, quem quiser saber como é possível se esquivar aos efeitos deletérios da globalização econômica, deve observar cui-

⁴ Economista Lyndon LaRouche, presidente do Movimento de Solidariedade Ibero-Americana, Vol VII, nº 19.

⁵ Professor Titular de Economia na Universidade Cândido Mendes, Professor na UERJ e Conselheiro da ESG.

dadosamente o exemplo da China, esse gigante da bacia do Pacífico, que tem permanecido à margem desse furacão que tem varrido o mercado financeiro internacional, adotando medidas como a *inconvertibilidade da sua moeda e o banimento dos parasitários mercados de derivativos*. E como isto tem sido viável? A resposta é simples: utilizando o poder do Estado nacional soberano na defesa dos seus interesses.

A defesa do Estado nacional é um dos elementos-chaves para enfrentar as ameaças do espírito globalizante que sopra, de Norte a Sul, sobre os hemisférios. A prática do liberalismo econômico impulsionou no mundo a difusão dos processos de desregulamentação do Estado e de privatização que, da forma intempestiva e desordenada como têm sido aplicados, estão gerando o desmantelamento do aparelho estatal e, conseqüentemente, deixando o Estado vulnerável à sanha de *predadores internacionais*, que acabam despertando, enganosamente, anseios paranóicos de utilizar e consumir o *essencial para alcançar o acessório!*

Por sua vez, o fortalecimento de Estados-nações, estrategicamente associados por interesses comuns, pode se transformar numa medida igualmente eficaz. O MERCOSUL, por exemplo, é um em-

brão na América do Sul, que pode, amadurecido, vir a ser nossa tábua de salvação como continente globalizado. O fato de nos tornarmos globalizados, não pode significar, em momento algum, sob quais-

quer circunstâncias, que perdemos a nossa soberania. Temos, isto sim, que nos aperfeiçoar, o máximo possível, no sentido de estabelecer não apenas o patamar de desenvolvimento econômico-financeiro desejável para a nossa sobrevivência, mas, sobretudo, o fortalecimento dos valores sociais e culturais de povo livre e soberano, capazes de sustentar uma infra-estrutura nacional, que permita a garantia dos nossos Objetivos

Nacionais Permanentes, pilares inabaláveis do Estado-nação.

Mais recentemente, o Japão, após uma tentativa frustrada por pressões do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Lawrence Summers, conseguiu numa reunião decisiva com os parceiros da Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN), fortalecido pela China e a Coréia do Sul, firmar um compromisso no sentido de criarem um Fundo Monetário Asiático, para se protegerem do inevitável colapso do sistema financeiro internacional. Segundo alguns analistas, um golpe mortal contra o *pacto trilateral* entre os Estados Unidos, a Europa e o próprio Japão*, que deixa explícita a sua insegurança nessa aliança. Na ver-

* Economista Lyndon LaRouche.

dade, uma resposta exemplar e tremendamente eficaz contra a ameaçadora globalização anglo-americana, que deseja fazer do mundo o seu fundo de quintal.

O apelo do *Comitê Ad Hoc* por uma nova Bretton Woods, criado pelo Instituto Schiller⁷ e publicado em julho p.p. nos Estados Unidos e na Europa, revela, de forma contundente, os riscos da conjuntura globalista adotada nos dias atuais, de acordo com a constatação que se segue:

Longe de promover um crescimento real e o desenvolvimento da economia mundial, a chamada globalização tem-se mostrado na realidade como uma forma descontrolada de capitalismo predatório, o qual alargou o abismo entre os instrumentos financeiros e a economia real, por um lado, e entre ricos e pobres, pelo outro, de maneira intolerável, nos níveis nacional e internacional.

O BRASIL NA ALDEIA GLOBAL

E quanto ao Brasil, esse gigante adormecido em berço esplêndido? É hora de acordar, de agir, de revelar a sua latente pujança. É preciso oxigenar o ambiente nacional com discussões sobre a economia real, a economia que cria riquezas. Redirecionar nossa visão no contexto de um mundo moderno e dinâmico em transformações, que exige de nós o autoaperfeiçoamento continuado em todas as áreas do conhecimento.

⁷ Website: www.schiller-institut.de

Em tecnologia da informação, por exemplo, o País tem grandes possibilidades para se inserir ativamente no mercado internacional. Podemos destacar quatro pontos dessa inserção, muito caros à sociedade de informação e que já estão bem encaminhados no Brasil, quais sejam: as telecomunicações, com tecnologia de ponta no setor; uma

rede de fibras óticas, que ultrapassa os 25.000km por via terrestre; um crescente número de usuários (internautas mais de 8 milhões) e recursos humanos de sólida formação acadêmica. Além disso, o Brasil garantiu, também, sua presença no Protocolo da Internet 2.

Outro segmento tecnológico bastante promissor é o da indústria aeroespacial: o Instituto Nacional de Pesquisa Aeroespacial - INPE, a Empresa Brasileira Aeroespacial - EMBRAER e o Centro Tecnológico da Aeronáutica - CTA, que vêm marcando presença significativa no mercado global. Haja vista a exportação e liderança do BEM-145, a cooperação espacial com a China, a participação no Projeto da Estação Espacial Internacional e o estabelecimento do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, mostram que a opção nessa área de investimento pode ser um caminho viável para uma conquista sólida no mundo globalizado.

Há necessidade do estabelecimento de um *projeto nacional*, expressão um tanto em desuso nesses tempos globalizados, mas que ainda representa, talvez, o melhor caminho para o verdadeiro desenvolvimento dos países e de sua gente, com o estabelecimento de uma pauta de metas compartilhadas

Há necessidade do estabelecimento de um projeto nacional, expressão um tanto em desuso nesses tempos globalizados, mas que ainda representa, talvez, o melhor caminho para o verdadeiro desenvolvimento dos países e de sua gente

pelas elites dirigentes e a população em geral. O fortalecimento desse binômio dirigentes-população, no sentido de buscar promover o *Bem Comum* da Nação e garantir a sua real soberania é, indubitavelmente, a solução para sobreviver a essa nova forma de feudalismo mundial que, segundo alguns *mais entendidos*, veio para ficar.

Finalmente, é imprescindível considerar que o processo de descolonização, nestes dois últimos séculos, conquistado pela gloriosa luta de independência dos nossos destemidos guerreiros, ainda carece de sua consolidação, com a conquista da *autonomia nacional*, ou seja, a liberdade incondicional, expressão máxima de soberania, de quem não se submete à sanha de organismos internacionais, cujos interesses escusos são o de favorecer a insânia globalista da *elite predatória dominante*. No entendimento do ex-Ministro da economia do Canadá, Walter Gordon⁸, *a independência econômica anda de mãos dadas com a independência política. Ao desejar a independência, não somos diferentes dos outros povos, como os Estados Unidos da América. Alguns podem chamar isso de nacionalismo e é o que realmente é: respeito, lealdade e entusiasmo pelo próprio país, além de legítimo otimismo e confiança em relação ao seu futuro.*

CONCLUSÃO

O Estado-nação, entendido como categoria histórica e instituição política, econômica e social, diante da crise geral do sistema econômico-financeiro, está ameaçado. É preciso optar por novas políticas em suas

relações com o poder. Estabelecer um modo peculiar de participação no cenário internacional, buscando manter e reforçar, em todas as expressões do poder (política, psicossocial, militar, científico-tecnológico e econômico), a substancialidade e a essencialidade da autonomia nacional em oposição ao desajustado e inoperante princípio da *universalidade abstrata*, dissimulado de globalização, cuja ideologia é o liberalismo.

Diante disso, torna-se impositivo o estabelecimento de uma política de governo para a construção e progressão de um sistema econômico nacional, onde sejamos acreditados e considerados viáveis pela pujança geográfica e pelo potencial de crescimento sustentado de que dispomos.

A inserção ativa do Brasil no mercado mundial deve ser complementada por uma política nacional que vise à participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no sentido de prover as empresas nacionais com créditos que garantam a sua sobrevivência diante da concorrência do mercado internacional, e que incentive as áreas de maior desenvolvimento tecnológico global, representadas pela telemática e pela informática, a fim de possibilitar o deslocamento espacial das fases de produção e reduzir tempo e espaço no processo de comercialização.

Ceder, passiva e indiferentemente, a ilusória *inevitabilidade de globalização*, no seu sentido predatório, é no mínimo uma atitude reprovável de risco e extremamente perniciosa para o futuro de quem tem, como Nação, tudo para conquistar e ocupar posição de destaque no cenário internacional, no milênio que se inicia. ☉

⁸ Gordon, Walter - ex-Ministro das Finanças do Canadá, em *A choice for Canada: Independence or colonial status*. Toronto, 1996.



Oriente Médio

Fernando Luiz Vieira Ferreira*

RESUMO

O artigo apresenta uma apreciação sobre acontecimentos ocorridos no Oriente Médio com base em dados de julho do ano 2000, data em que foi escrito. Tratando de uma das regiões mais instáveis e explosivas do globo terrestre, algumas das informações apresentadas podem ter perdido sua validade, haja vista os atentados terroristas ocorridos em setembro de 2001 nos Estados Unidos. O artigo vale pela caracterização da área, indispensável para o atendimento das flutuações da sua conjuntura.

PALAVRAS-CHAVES

Título, Pan-Arabismo, conflitos.

Situada no globo terrestre a partir de uma ótica anglo-européia, a área denominada Oriente Médio (*Middle East*), intermediária entre o Oriente Próximo (*Near East*) e o Extremo Oriente (*Far East*) é de contornos geopolíticos cada vez mais indefinidos.

Abrange, seguramente, uma parte do nordeste da África, da Europa e da Ásia Menor e é hoje integrada pelos seguintes países e/ou regiões: Egito, Sudão, Palestina, Israel, Líbano, Jordânia, Síria, Arábia Saudita, Iêmen, Turquia, Irã, Iraque, Paquistão, Afeganistão, Kuwait (*Coveite*), Omã, Emirados Árabes Unidos (*Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Ajman, Ras el Khama, Umm al*

Quwain, Fujeirah), Qatar, Bahrein, Dhahran, Eritreia, Somália, o *Chifre da África* e Djibuti (Território dos *Afars* e dos *Issas*). A Ilha de Chipre, próxima à costa do Líbano, também se envolve com os problemas do Oriente Médio. Acrescentem-se, a todos acima citados, o Curdistão, disseminado étnica geograficamente por quatro países, e os armênios e anatólios, na Turquia.

As áreas marítimas adjacentes também o integram, pela faixa costeira que com elas se limita: a oeste, o Mar Mediterrâneo; ao norte, o Mar Negro e o Mar Cáspio; a oeste da Península Arábica, o Mar Vermelho; ao sul, o Golfo de Ormuz, o Mar Arábico e o Oceano Índico e, a leste, o Golfo Pérsico, hoje denominado pelos árabes de *Golfo Árabe*.

* Coronel.

Povoada por mais de 100 milhões de habitantes, a região é muitas vezes impropriamente denominada *Mundo Árabe*, devido à grande maioria de habitantes de origem árabe, exceto na Turquia e no Irã, em meio a dezenas de diferentes etnias. O *Mundo Árabe*, em verdade, transcende, de muito, os limites do Oriente Médio.

No campo religioso, embora na área a maioria, professe o islamismo¹, nem todos os árabes, nela, o são². Por outro lado, turcos e persas, embora muçulmanos, em grande maioria, não são árabes.

O PAN-ARABISMO

Dos cinco grandes movimentos geopolíticos mundiais supostos imanes - Pan-Árabe, Pan-Germânico, Pan-Eslavo, Movimento Amarelo e Movimento Sionista - apenas o Pan-Germânico e o Amarelo não estão, por ora, diretamente envolvidos na área. Mais forte e diretamente implicados estão o Pan-Árabe e o Sionista.

A isso acrescenta-se o sonho de alguns líderes árabes, no momento Sadam Hussein à frente, de transformarem em apoio à causa o Pan-Árabe em Pan-Islâmico³, o que estenderia a busca de suporte à expansão árabe, com a influência por eles imaginada, desde a Líbia, com Muammar Kadhafi, que muito sonhou com a idéia de implantar no mundo o Pan-Islamismo apoiando ações terroristas indiscriminadas, até a Indonésia, no Ex-

tremo Oriente (hoje pós Suharto), além de todo o Oriente Médio. O líder Kadhafi, hoje em aparente evolução pacífica, acaba de propor à Organização da Unidade Africana, reunida em julho⁴ em Lomé, capital do Togo, com o comparecimento de 36 chefes de Estado, que lhe seja mudado o nome e que se reorganize de modo a adotar um espaço econômico e social semelhante ao da União Européia.

Sadam Hussein ensaiou prosseguir com o ideal de Khadafi durante a Guerra do Golfo e mantém essa obsessão, uma dentre outras de que está possuído. Acrescente-se a isso a idéia de natureza geopolítica de conquistar, progressivamente, os diversos emirados ao longo da costa do Golfo Pérsico, que se denomina também de Golfo Árabe, chegando ao controle do Estreito de Ormuz.

Malgrado o extremado nacionalismo árabe, o fator de união mais característico na área é de natureza religiosa, apesar de estar o islamismo dividido em denominações diversas, nem todas afins⁵ mas sempre de acordo quando se trata de mover uma guerra santa, *Jihad*, contra um infiel a *Allah-el-Akhbar*, o Todo-Poderoso.

A POSIÇÃO ESTRATÉGICA

Advém, basicamente, de seu imenso potencial petrolífero, ainda hoje muito expressivo, apesar de haver-se ampliado de muito a exploração submarina em diver-

¹ Muçulmanos ou maometanos.

² Melquitas, maronitas, ortodoxos gregos, armênios, católicos romanos, católicos armênios e protestantes, em geral, também habitam a região.

³ Islam significa submissão à vontade de Deus.

⁴ 10-07-2000

⁵ Sunitas, xiítas, abassitas, druzos, alavitas, omaiádes, *talebans*, ismaelitas, fatimitas, aioubitas.

sas partes do mundo. Acrescente-se a isso constituir a região um ponto nevralgico para a comunicação marítima mundial, especialmente pela existência do Canal de Suez, por onde circula o maior volume de tráfego do Hemisfério Norte.

Do ponto de vista do transporte aéreo de massa, os meios de transporte ora existentes - e, de agora em diante, de maior capacidade de carga e autonomia de voo - sempre dependerão de aeroportos *amigos* que, naturalmente, mudam de figura qual um caleidoscópio, em função da conjuntura mundial.

De outra parte, admitida a configuração aí de um verdadeiro sub-continente, o Oriente-Médio constitui-se em alvo de atenção por qualquer potência que pretenda a hegemonia mundial.

A Rússia, com seu *pan-eslavismo* muito anterior ao surgimento da *falecida* URSS, continua atenta à importância da região - porque lhe permite a saída da esquadra para os *mares quentes* via Mar Negro e estreitos de Bósforo e Dardanelos - e joga politicamente, de modo a manter-se simpática à maioria islâmica, independentemente de sua maioria religiosa ser cristã ortodoxa. A Turquia domina os estreitos, com Istambul na parte européia e Uskudar, a *Porta da Ásia*, na asiática.

O QUADRO PSICOSSOCIAL

O quadro psicossocial é extremamente complexo, pela multivariabilidade de etnias e religiões. Sempre se caracterizou pela dicotomia marcante entre o fausto

dos mandatários⁶ e a imensa população de *fellaiin*⁷, os *felás*.

À parte de tudo isso, por toda a área circulam os beduínos, semi-nômades ora deslocando-se de colheita em colheita de trigo, mamona ou transporte de água, ora estabelecidos em suas tendas com agricultura elementar de subsistência, suas cabras e camelos. Na maior parte, eles recebem a remuneração em animais, mas muitas mulheres carregam, sobre a face ou penduradas ao pescoço, antiquíssimas moedas de ouro, como símbolo de riqueza, não negociáveis.

Com o advento do controle do Afeganistão pela milícia *integrista* Taleban, a situação da mulher agravou-se, aí, consideravelmente, confinando-a no interior de suas casas, chegando o governo a determinar a pintura dos vidros das janelas de preto para que não sejam vistas da rua pelos homens. Recentemente, após um estreito abrandamento foi-lhes permitido trabalhar, desde que não seja em presença de qualquer homem. De qualquer modo, toda infração à *Sharia*, a dura lei islâmica, é punida severamente, inclusive com a pena de morte, o que não é incomum.

Um homem poderá casar-se com mais outra mulher (até quatro), desde que a primeira revele uma das três condições: impossibilidade de ter filhos (não averiguada a causa), ser portadora de doença grave e (!) *mau hálito*. Em cada casamento, o candidato sempre paga, ao futuro sogro, um *dote*.

Como a primeira mulher, e assim as demais, sabe que será relegada a um plano inferior, sob qualquer pretexto, os filhos são criados praticamente abandonados, o que deles fará, posteriormente, em boa maioria, um combatente precário.

⁶ Xeqes, sultões, príncipes, *imans*, califas, cherifes.

⁷ Agricultores miseráveis.

OS CONFLITOS

Não procuraremos aqui fazer uma descrição, mesmo sumária, de tudo que se passou no Oriente Médio desde que a História existe.

Não nos referiremos à presença de egípcios, gregos, hititas, hicsos, sumérios, babilônios, caldeus, idumeus, assírios, filisteus, cananeus, edomitas, amonitas, mamelucos, romanos, israelitas, nem mesmo, bem mais tarde, a Saladino, às Cruzadas, na retomada cristã dos Santos Lugares afinal obtida em 1270 d.C., ou à expansão do Império Otomano por toda a área, prosseguindo pelo *Maghreb* (Ocidente) ao longo do Norte da África e, finalmente, pela invasão da Europa através da Península Ibérica.

Napoleão I, bem mais tarde, tentou conquistar para a França boa parte da área, mas teve derrotada sua esquadra pelo Almirante Nelson, na batalha de Trafálgar, em Abukir, nas costas do delta do Nilo, próximo a Alexandria. Subindo ao topo da pirâmide de Quéops, em Gizé, deixando ali inscrições (verificadas pelo autor), o General Kleber teria chegado a pronunciar a frase bem conhecida até hoje: *Soldados do alto destas pirâmides quarenta séculos vos contemplam!* Mas o Egito não foi conquistado. Mais tarde Champolion decifra (1822) a pedra de Rosetta, possibilitando a interpreta-

ção e leitura dos antigos hieróglifos, a partir dos caracteres demóticos.

A região é a detentora, em todo o globo terrestre, do maior número e da maior continuidade de conflitos de toda ordem, todos eles, de natureza essencialmente geopolítica. Golpes de Estado, assassinatos, deposições de reis, massacres, inamist

tosidades guerreira entre nações até então unidas por pactos de união ou de não agressão, tudo ocorreu no Oriente Médio com maior frequência, violência e incoerência do que em qualquer outra parte do mundo, mesmo o Extremo Oriente. E continua a correr.

Muitos problemas têm surgido no seio do próprio Islamismo. Em 1980, Sadam Hussein, com o apoio da Jordânia, proclamava o Irã

A região é a detentora, em todo o globo terrestre, do maior número e da maior continuidade de conflitos de toda ordem, todos eles, de natureza essencialmente geopolítica. Golpes de Estado, assassinatos, deposições de reis, massacres, inamistoidades guerreira entre nações tudo ocorreu no Oriente Médio com maior frequência, violência e incoerência do que em qualquer outra parte do mundo, mesmo o Extremo Oriente.

como *Satã, contra o Arcanjo de Deus*, por seu extremismo integrista (xiíta). Mais tarde, o Rei Fahd, da Arábia Saudita, estabelecia que *o Irã constitui uma ameaça para os países árabes e até mesmo para a religião muçulmana*, acusando o país de estar *produzindo armas químicas sofisticadas*, fato confirmado pelo Primeiro-Ministro do Irã, Hussein Mussavi.

Recentemente, as atenções têm sido principalmente voltadas para o conflito árabe-israelense, embora persistam os eternos contenciosos entre a Índia e o Paquistão, o Afeganistão e o Irã, e entre este país e o Iraque.

Desde a Resolução da ONU que criou o Estado de Israel, e as de nº 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que restabeleceram a partilha definitiva das terras entre árabes e israelenses, com a recomposição total da fronteira de 1967, anterior à *Guerra dos Seis Dias* (por si, injusta, já que desde 1948 isso havia sido definido) terras palestinas foram sucessiva e sumariamente expropriadas pelos israelenses com o pretexto inicial da *lei do abandono*⁸ e sob o argumento de *segurança nacional*, sem qualquer intenção leal, até hoje, de devolução, assunto a ser abordado adiante.

De outra parte, Sadam Hussein, no Iraque, com sua idéia fixa de *Pan-islamismo* em lugar do multissecular *Pan-arabismo*, continua a constituir problema grave, embora aparentemente inativo no momento. Na verdade prossegue em seu objetivo estratégico geopolítico de conquistar, no mínimo, os diversos emirados ao longo da costa saudita do Golfo Árabe, fechando o Estreito de Ormuz.

O CANAL DE SUEZ

Com a abertura do Canal de Suez, em 1869, por Ferdinand de Lesseps, acrescentou-se, ao petróleo, a importância do encurtamento de rotas marítimas que, até então, contornavam o Sul da África.

Esse verdadeiro achado, de forte atração geopolítica, levou a Inglaterra, preocupada com a expansão russa para o Sudoeste, a conseguir momentaneamente

deter-lhes a expansão, por ocasião da guerra turco-russa, 1877.

Com a aquisição da maioria das ações da Companhia do Canal, a *Suez Canal Authority*, pela Grã-Bretanha, passou a área ao domínio britânico. Esse domínio se estenderia mesmo após a Primeira Guerra Mundial, sendo agravado bem mais tarde (1956) com a nacionalização egípcia da companhia por Gamal Abdel Nasser (Guerra de Suez).

Descoberto o petróleo comercialmente válido na Pérsia, atual Irã, no início do Século XX, tudo continuou agitado no Oriente Médio⁹ e viria a agravar-se de outra parte, politicamente, com a Declaração de Balfour¹⁰, em 2 de novembro de 1917, que, em troca do então necessário financiamento da guerra pelos Rotschild, prometia aos israelitas em diáspora o retorno definitivo à Palestina.

Ao mesmo tempo Lord Allenby, no Cairo, preocupado com o Canal de Suez, assegurava, em nome da Inglaterra, apoio às forças árabes, visando à repulsão dos turcos otomanos, já na Palestina, atingindo Gaza e buscando junção em Ácaba, apoiados pela Alemanha que não só procurava o domínio do petróleo na região como visava a alcançar o Canal de Suez.

Organizada uma brigada multinacional, com expressiva participação de israelitas e árabes, Allenby atacou os turcos otomanos, cercou-os em Ácaba, expulsou-os de Gaza, que teria antes sido encontrada abandonada, segundo relato lendário

⁸ Expulsos de suas terras, tinham prazo de 30 dias para voltar, sob pena de terem declaradas as terras *abandonadas*.

⁹ A região possui cerca de 65% das reservas conhecidas do petróleo mundial.

¹⁰ De Lord Arthur Balfour, ministro britânico das Relações Exteriores.

do Tenente inglês Lawrence, e reconquistou Jerusalém, ocupada desde 1517.

O FIM DA PRIMEIRA GRANDE GUERRA

Com o fim da Primeira Grande, termina tudo para o Oriente Médio, com a área partilhada entre as influências britânica, a mais forte, e francesa. A Rússia, que antes procurava exercer sua influência na área desapareceu provisoriamente do mapa após a revolução comunista de 1917, para voltar a atuar a partir de 1922.

Com o acordo Sykes-Picot, em 16 de maio de 1916 – bem antes do fim da guerra – e o posterior beneplácito da Liga das Nações, assegurou-se o mandato britânico sobre os atuais Iraque, Palestina, Jordânia e Kuwait. No Egito, a influência inglesa já existia com um protetorado que se manteve, extensivo ao Sudão, até 1922, chegando as partes ao *Tratado de Aliança* de 1936, afastada a Grã-Bretanha do antigo *Sudão Anglo-Egípcio*. À França foram, pelo acordo, atribuídos a Síria e o Líbano.

Implantada no Egito pelo Rei Saíd, ao qual sucederam o Rei Fouad e o Rei Farouk, foi a monarquia egípcia abolida em 1952 (23 de julho), assumindo o governo o General Naguib, deposto em 1954 por Nasser, seu antigo subordinado, como instrutor na Escola de Estado-Maior Egípcia.

A Arábia (*Hedjaz*), sob a chefia do xeque vaabita Ibn Saud, expulsou sozinha os turcos, instituindo-se, a partir daí, a dinastia saudita, reinante até hoje, com mais de 20.000 integrantes da família real. A Grã Bretanha, porém, apossou-se de

Aden, no Iêmen do Sul, hoje livre e integrando, com o Iêmen do Norte, antes pro-URSS, o Iêmen.

Essa dinastia saudita iria chocar-se frontalmente com a dinastia hachemita, à qual foram entregues, o Iraque e a Jordânia, pelo Príncipe Hussein; e inúmeros conflitos daí surgiram com os pequenos califados da área ao longo da costa saudita.

Derrotada, a Turquia (aliada da Alemanha) foi ocidentalizada pelo Coronel Mustafá Kemal Atatürk (*Pai dos Turcos*), adotados os caracteres ocidentais, liberadas as mulheres do uso do *chador*, eliminados os pretextos para vários casamentos, afastada a secessão Armênia, e reintegrado seu território. Restou, até hoje, o problema dos curdos, afetando também o Irã, o Iraque e, com pequena expressão, a Síria. Desde 1945 tentavam reconstituir o antigo Curdistão como *República Popular Curda*, afinal nunca alcançada.

O período entre as duas grandes guerras foi de tensão mas de relativa calma. Hitler, no entanto, buscava de todas as formas penetrar na área. Tentou obter a adesão do Presidente Inonu (Turquia), sem que a Alemanha, como na Primeira Grande Guerra, o conseguisse. Enviou para o Norte da África o *África Korps*, sob o comando posterior de Rommel, derrotado porém, a pouco mais de 120 quilômetros de Alexandria, pelo Marechal inglês Montgomery na batalha final de El Alamein. A França, que ainda mantinha tropas no Líbano e na Síria até 1940, com a derrota face à Alemanha, foi obrigada a retirar-se, cessando sua influência direta na área. Permaneceu, no entanto, a língua francesa usada ainda hoje pelas elites nesses dois países, especialmente no Líbano.

O FIM DA SEGUNDA GRANDE GUERRA

Terminada a Segunda Guerra Mundial declinou o domínio britânico na região, também cessando sua influência direta. Mas, até certo ponto, continuou atuando na Jordânia e, até a queda da monarquia, no Iraque.

Cresceu rapidamente, a partir daí, a influência dos Estados Unidos, mas a fonte principal de conflitos, o petróleo, além das divergências árabes históricas, passa a ser praticamente superada por outra, de importância definitiva face à instabilidade da área, qual fosse a criação do Estado de Israel, em 1948, ocupando áreas da Palestina, com o que ambas as partes em jogo, árabes e israelitas nunca se conformaram.

O fim da Segunda Guerra Mundial é ainda fortemente marcado pela criação da *Liga Árabe*¹¹, em 1945, com forte apoio filosófico religioso da Universidade Islâmica Sunita de El Azhar, no Cairo.

Preocupados com a expansão soviética sobre o Oriente Médio, os países ocidentais, liderados pela Inglaterra, organizaram-se, em 1952, em uma aliança militar com outros países incluindo, além da Grã-Bretanha, a Turquia, o Iraque, o Irã e o Paquistão, denominada *Pacto de Bagdá*.

Como a Liga Árabe e Naguib se houvessem colocado contra o Pacto, muitos países árabes não aderiram. Quando iria sair do Palácio Real para uma reunião do Pacto na Turquia, o Rei Faissal II, foi as-

sassinado por extremistas árabes do Iraque. Com isso o Iraque retirou-se do Pacto.

A partir da Liga Árabe, revigorou-se o movimento Pan-Árabe, reorganizando-se e influenciando decisivamente nos movimentos de independência do Marrocos, da Tunísia e da Argélia e declarando a *Jihad* Guerra Santa contra o novo Estado de Israel, sob pressão contínua e mais extremada dos xiitas, em especial.

O EGITO

Deposto o General Naguib em 1954, Gamal Abdel Nasser passou a buscar, com extrema dedicação e inteligência, a hegemonia egípcia sobre o Mundo Árabe, trazendo para si antigos companheiros, ex-instrutores da Escola de Estado-Maior, como o General Abdul Hakim Amer, para Ministro-chefe do EMFA, os irmãos Zhaled Moyheddin, pró-URSS, e Zacharia Moyheddin, pró-EUA, El Sayed Hassanem Heikal, para dirigir o Jornal *El Ahran* e servir-lhe de *interlocutor*, e o Coronel Anwar El Sadat, para líder e porta-voz da Assembléia Nacional, depois seu sucessor. Com o insucesso da Guerra dos Seis Dias, Abdul Hakim Amer, doente, teria-se mais tarde suicidado.

Já Presidente, Sadat havia-se livrado dos russos em 1972, procurando a paz com Israel e aproximando-se dos EUA. Com isso sentiu-se encorajado a celebrar um acordo de paz com Israel,¹² apoiado pelo presidente Carter, mas fora do contexto da ONU. Esse acordo, porém, nada estabeleceu sobre o problema crítico de Jerusalém nem tratou da retirada da tropa israelense da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

Com a Guerra do *Yom Kippur*¹³ procurou Sadat restaurar o orgulho nacional,

¹¹ Hoje Liga dos Estados Árabes, L.E.A.

¹² *Acordo de Camp David*

¹³ *Dia do Perdão*, para os israelitas

ferido desde e a *Guerra dos Seis Dias*, o que, afinal, até certo ponto obteve. A condução da guerra, desencadeada no Sinai em 6 de outubro de 1973, foi entregue ao General Shazli, líder da Frente de Libertação do Egito Árabe e que mais tarde, veio a assumir um atentado contra Sadat, assassinado no Cairo por tropa em desfile durante uma parada militar, em 6 de outubro de 1981. A Líbia e os palestinos festejaram esse ato como o fim de um traidor e vendido aos EUA. Sucedeu o Hosni Mubarak, também ferido no atentado, procurando manter a política internacional de Sadat e firmando-se no poder até hoje.

Nasser havia declarado constituir o *Pacto de Bagdá*, um estratagema britânico para *tentar conter o nacionalismo árabe e manter, com a divisão do mundo árabe, seu domínio sobre o petróleo*, agindo a partir desse princípio.

Jogando com os EUA e a então a URSS, Nasser elaborara uma união com a Síria, a que denominou *República Árabe Unida - RAU, Ghumuría Arábia Mutá-hida*, mais tarde dissolvida, buscando apoio para a construção da Alta Barragem de Assuã, na 5ª Catarata do Rio Nilo. Finalmente, obtido esse apoio da URSS, levou a nova crise na Região¹⁴ com a Inglaterra, a França e os EUA, buscando Nasser apoio também na Iugoslávia de Tito e na Índia (operacionalmente ineficaz) e naci-

onalizando o controle do Canal de Suez com a Companhia do Canal.

O sonho de uma Grande Grande República Árabe, não exatamente islâmica, mas com predomínio absoluto do Islamismo, reunindo o que for possível do Mundo Árabe, permanece, arrefecendo-se quando vizinhos entram em conflito.

ISRAEL

Os israelitas julgam-se detentores da terra desde quando, há 4 mil anos, Abraão ali chegou

saído de Ur¹⁵, mas, com a descontinuidade de ocupação, foram as terras sendo cultivadas pelos cananeus e, depois, pelos árabes, que aí instalaram suas famílias e desenvolveram meios de sobrevivência. A população israelita chegou a atingir 50 mil habitantes esparsos em 1914, mas, com o domínio da área pelos turcos islâmicos, ela esvaziou-se, com a maioria *sabra* de origem *esquenazi* voltando à Europa.

Embora a Declaração Balfour, concretizando o sonho de Theodor Herzl, tenha doado aos israelitas seu *lar nacional* na Palestina, com a condição expressa de que *ficasse doravante entendido que nenhum prejuízo fosse causado aos direitos civis e religiosos das comunidades não-judáicas então existentes* e que vivessem em paz, a Inglaterra, desde 24 de abril de 1920, fim da guerra mandatária na região, passou esta a conviver com atentados de toda ordem entre as duas guerras mundiais, causados pelo inconformismo geral. Apoiada na experiência do General britânico

O sonho de uma Grande República Árabe, não exatamente islâmica, mas com predomínio absoluto do islamismo, reunindo o que for possível do Mundo Árabe, permanece, arrefecendo-se quando vizinhos entram em conflito.

¹⁴ Guerra de Suez, 1956

¹⁵ Atual Bassorra

Sir John Glubb, o *Glubb Paxá*, como Comandante da Legião Árabe, procurou manter a ordem na área. Não obstante, com o nacionalismo árabe exacerbado, a partir da guerra de 1948 e a sucessão de atentados, acabou sendo rejeitado, resultando a eclosão da *Guerra de Suez*, em 1956, quando a presença britânica no Oriente Médio começa a decair.

Com a necessidade estabelecida pela Inglaterra de imporem-se restrições à imigração maciça de israelitas após 1945¹⁶, gerou-se novo quadro de revoltas e atentados que levaram à criação definitiva de Israel, em 14 de maio de 1948, com capital em Tel-Aviv e sede administrativa em Jerusalém, ignorada a necessidade Palestina de ter sua capital, já então situada na *Jerusalém Leste*. Tentativas de internacionalização da cidade foram repelidas, tanto por árabes como por israelenses, sagrada que é para cristãos, muçulmanos e israelitas. O conde sueco Folke Bernadotte, mediador da ONU, foi assassinado, em 17 de setembro, por terroristas do Grupo *Stern*, dissidência do Grupo *Irgun*, então dirigido por Menachem Begin. Quando viajava para Jerusalém, teve seu carro metralhado.

Os principais portos de Israel são Haifa, Jafa e Ashdod, no Mediterrâneo, e Ácaba-Eilat (*Ezion-Geber*) no Golfo de Ácaba.

Israel vinha buscando apoio na área muçulmana, especialmente, na Jordânia, Egito e Turquia. No entanto, recente tratado de cooperação militar turco-israelense, firmado há três anos, tem causado sério mal-estar na comunidade islâmica. Binyamin

Netanyahu, *Bibi*, então Primeiro Ministro de Israel, alegando estarem Israel e Turquia cercados de estados radicais, vinha procurando estabelecer o que denominava de *sistema de segurança regional*, preocupado também com a inconformidade palestina e síria diante da ocupação *de fato* de suas terras exercida por Israel. Tanto Yasser Arafat, pela Palestina e, até então, Hafez Assad, pela Síria¹⁷, sempre pugnam pela devolução de suas terras¹⁸, indevidamente ocupadas por Israel durante a Guerra dos Seis Dias e até hoje mantidas sob esse domínio.

Um documentário de televisão em uma série denominada *Tkuma*, que significa *Renascimento*, produzido em abril de 1998 em comemoração ao 50º aniversário de Israel, levantou questões nunca difundidas, embora conhecidas, relativas a fatos ocorridos desde 1936 e que se desenvolveram até 1995, quando foi assassinado, por um extremista de direita, o Primeiro-Ministro Yitzak Rabin. De início ele desmente a versão de Israel de que os judeus que chegaram à Palestina durante o mandato britânico seriam *um povo sem terra* que teria vindo a ocupar uma *terra não habitada*.

Na realidade, já aí viviam centenas de milhares de palestinos árabes em coexistência pacífica com israelitas. Durante os combates de 1948, porém, foram forçados a fugir para acampamentos em países vizinhos, especialmente na Faixa de Gaza, onde a maioria ainda vive. Os que tentaram permanecer, mais de um milhão, so-

¹⁶ Retidos provisoriamente em Chipre, sob domínio inglês.

¹⁷ Recentemente falecido, foi substituído por seu filho, Bashard Assad, que assumiu a liderança do Partido Bath.

¹⁸ Na Síria as colinas de Golan.

freram humilhações indescritíveis usando métodos aprendidos com os sofrimentos infligidos pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Outros foram massacrados em Deir Iassin, arrasada, e Kfar Kassem, aí metralhados pela polícia israelense, sob a alegação de não haverem obedecido ao *toque de recolher*. Os que tentavam cantar o Hino Nacional Palestino *Minha Pátria*, em árabe *Biladi Biladi*, eram pesadamente insultados. Apesar da violenta reação de muitos israelenses, inclusive exigindo aos produtores que a divulgação da série no exterior fosse proibida, o professor Ilan Pappé, da Universidade de Haifa julgou extremamente importante essa espécie de auto-análise crítica.

Eleito Primeiro Ministro o *General mais condecorado da História de Israel*, Ehud Barak, do Partido Trabalhista, pouco depois de empossado fez uma declaração (julho de 1999) que, de algum modo, revelou certo condicionamento para futuras negociações com os palestinos: *Quero, em primeiro lugar, retomar a relação de confiança e um certo nível de intimidade entre os Estados Unidos e Israel*. De outra parte, fixou, na parede de seu gabinete uma foto de seu mentor, Yitzak Rabin, assassinado quando Primeiro-Ministro. A 15 de julho de 1999, era recebido por Clinton dizendo-lhe *venho aqui como um mensageiro do povo de Israel que pediu mudança e reconciliação*, e afirmando-lhe que cumpriria todos os acordos firmados por Israel, inclusive o primeiro, de *Wye Plantation*, firmado em 1998.

Com isso, e visando a buscar um entendimento com a OLP que pelo menos satisfizesse a opinião pública mundial, passou a contar com séria oposição do

Partido Likud e de extremistas religiosos israelitas, antes integrando uma coalizão governamental em apoio a Barak, onde se destacam o ultra-ortodoxo *Shas*, o Partido Nacional Religioso e o *Yisrael Ba Allya*. A intenção (limitada) de buscar a paz com os palestinos quase destituiu Barak do poder, mas o Primeiro Ministro manteve-se de pé, com apoio, aliás, de deputados árabe-israelenses e do partido *Meretz*, esquerdista, o que era necessário para atender ao apelo de Clinton para mais uma tentativa de acordo entre Israel e a Autoridade Palestina, *Palestine Authority*, em julho de 2000.

O LÍBANO

Atribuído pela Liga das Nações como mandato à França, em 1920, teve seu território liberado da ocupação francesa e, finalmente, sua independência. Com um pequeno território (10.452 km²), acolheu amistosamente palestinos em diáspora (o que lhe iria causar problemas logo adiante) atingindo uma densidade populacional de 370 habitantes por km², superior à de 290 habitantes palestinos na Faixa de Gaza.

Isso levou a que, em 1958, sob influência de Nasser e da Síria e exaltação muçulmana favorável à RAU, se levantasse armada a comunidade islâmica contra o Presidente cristão maronita Camille Chamoun. O Exército, chefiado por um muçulmano, ficou neutro. Com o golpe do Iraque (queda da monarquia) em 14 de julho, o Presidente pediu a intervenção norte-americana, que desembarcou 15 mil soldados no Líbano, retirados em 21 de agosto.

O maior problema foi que, na época, com população acentuadamente católica

maronita, o Líbano sofreu, a seguir, uma progressiva *invasão* muçulmana, com os refugiados¹⁹ apoiados por todo o mundo Árabe, o que resultou na constituição de um novo Estado dentro do Estado, chegando os palestinos a adotar Beirute Oeste, *de fato* como sua capital diplomática, em 1968.

Para evitar maiores atritos o Presidente libanês (cristão), forçado pelo seu Primeiro Ministro (muçulmano), chegou a assinar um acordo, em 1969, com a Organização para a Libertação da Palestina, OLP, outorgando-lhe a gestão dos negócios palestinos no Líbano, o que na verdade não evitou a continuação dos embates.

Reconhecida a OLP, em 1974, pela ONU, como legítima representante do povo palestino²⁰, o volume de atritos aumentou, resultando em guerra civil (13 de abril de 1975).

Embora merecendo apoio pelas agressões sofridas por Israel, espalharam os palestinos o terror entre os libaneses, destacando-se o massacre de Damur (1976), cidade de 40 mil habitantes, todos dizimados com suas igrejas queimadas e toda a cidade incendiada. Os libaneses responderam, apoiados pelo israelense Ariel Sharon, com os massacres de palestinos nos campos de Sabra e Chatilla, em 1982.

Ocupado o país por 40 mil militares sírios de uma *Força de Paz*²¹, perdeu o Líbano muito de sua prosperidade e soberania, sucedendo-se toda sorte de combates, atentados, assassinatos, sendo Bei-

rute, a *Paris do Oriente Médio*, dividida em dois setores estritos, cristão e muçulmano, hoje com alguns milhares de cristãos libaneses maronitas espalhados pelo mundo, inclusive no Brasil e no Canadá, para onde, desde há muito tempo, se haviam deslocado em busca de paz.

A milícia libanesa *Amal*, de extremistas xiitas, chegou ao ponto de cercar o campo palestino durante 3 anos (1985-88), causando 2.500 mortes e aumentando a diáspora, provocada pela *Guerra dos Campos*. Porém, com a revolta dos palestinos na Cisjordânia e em Gaza, a *Intifada*, o líder xiita libanês achou que deviam lutar juntos, palestinos e xiitas.

Hoje, para sobreviver como nação independente, aproxima-se o Líbano, a contragosto, da Síria, cujo Presidente, Bashard Assad, apoiou, em recentes eleições libanesas, o candidato a Primeiro-Ministro, General Emile Lahoud, cristão maronita que, eleito, lá mantém sua Força de Paz, na verdade um exército de ocupação.

HOSTILIDADES ÍNDIA / PAQUISTÃO

Arrastam-se há mais de 40 anos. A Índia alega ter fronteiras internacionais bem definidas, o que é contestado pelo Paquistão. Liberada pela Grã-Bretanha, a Índia adquiriu total emancipação, em 15 de agosto de 1947, sendo criado o novo estado do Paquistão (ocidental) em 1956, proclamado *República Islâmica*, em contraposição ao hinduísmo, religião majoritária na Índia.

¹⁹ 400 mil.

²⁰ O que parece correto.

²¹ A Síria sempre sonhou em enxear o Líbano, para a construção da *Grande Síria*.

O PROBLEMA DA CACHEMIRA

Sob a supremacia britânica desde 1846, o antigo Estado da Cachemira e Jammu tornou-se sério fator de discórdia entre o Paquistão e a Índia. Embora fisiograficamente abrangendo a Bacia do Rio Indo (Paquistão), foi invadida por tropas indianas, em 1947.

Cessado o fogo com intervenção da ONU, e abolida, depois de longos esforços, a monarquia indiana que dominava o Paquistão, obteve-se uma linha de demarcação provisória, em 1958, cedendo, uma parte à outra, certos distritos de fronteira, eleito o filho do antigo marajá indiano, de religião hindu, para regente da Cachemira, apesar da maioria muçulmana na região.

As relações, nunca estabilizadas e com freqüentes violações do território indiano, foram agravadas, em 1965, com o apoio da China Continental que estimulou novas agressões. A facção muçulmana *Lashkar-i-Taiba*, por seu líder, Hafiz Mohammad Said, bem apoiada, continuou a luta contra a Índia, intensificando suas ações nos vales da Cachemira Indiana até 1999. Embora pedida a cessação de operações pelo próprio governo paquistanês, em busca de uma solução final de paz com a Índia, pelo menos nas fronteiras norte-sul, trecho em Sind-Kutch, o Paquistão continuou inconformado com a solução dada ao norte, nas cabeceiras do Rio Indo.

Oficiais brasileiros lá estiveram, como também na Cachemira, como observadores das Nações Unidas, sob precárias condições de instalação e apoio. Os conflitos de interesse permanecem, com a Cachemira continuamente em jogo, chegando, há pouco tempo, a Índia e o Paquistão a de-

tonarem, *experimentalmente*, armas nucleares como expressão recíproca de poder.

IRÃ-IRAQUE – A GUERRA DO GOLFO

O Iraque é o menos árabe dos países árabes, onde ainda se falam o assírio, o caldeu, o persa e o aramaico, este usado por *cristãos nestorianos*. Instituído após a Primeira Guerra Mundial como mandato britânico, foi governado pelo Rei Faissal II, da dinastia hachemita.

Deposto e assassinado em 14 de julho de 1958 por um golpe dirigido pelo General Abdel Karim Kassem e pelo então criado Comando do Conselho Revolucionário (CCC), foi sucedido pelo General Abdel-Salam, morto em desastre de helicóptero. Assumiu o governo, em 17 de abril de 1966, seu irmão, Abdul Rahman Aref, afinal derrubado pelo golpe de 1968, do mesmo CCC, sob influência do Partido Baath. Assumiu o General Ahmed Hassan Al-Baker, primo do já Secretário Geral do Partido, Sadam Hussein, e seu maior inspirador político.

A Jordânia havia sonhado constituir, à base da dinastia hachemita, o que denominara a *Grande Síria*, nela incluídos o Iraque, a Síria e o Líbano, tudo sob regime monárquico. O sonho caiu por terra, no entanto, com o assassinato do Rei Abdala, da Jordânia, em 1951, por árabes contrários ao futuro pacto, ao sair com seu neto da mesquita de El Alksa, em Jerusalém. Sete anos mais tarde seria a vez de Faissal II, assassinado em 1958.

Em 1979 Sadam forçou o primo a renunciar *pacificamente*, após novo golpe de Estado, e fez-se Presidente do Iraque, passando a eliminar cruelmente todos

que lhe eram contrários, muito especialmente os curdos.

Um ano após, como, no vizinho Irã, o mandante supremo após a deposição do xá Reza Pahleyi, Aiatollah Khomeini²², viesse incitando os xiitas do Iraque a sublevarem-se contra seu governo, Sadam atravessou a fronteira, em 22 de setembro de 1980, para o que seria uma longa guerra de desgaste (oito anos). Depois de milhares de mortes, o exército iraquiano não passou da Mesopotâmia, especialmente ao sul, na Região de Chatt-el Arab, afinal recuando diante do contra-ataque iraniano.

Na realidade, além de procurar tomar a província iraniana do Arabistão, ou Kuzestão, rica em petróleo, pretendia Sadam controlar a margem oriental do Chatt el Arab, ocupar ilhas do Estreito de Ormuz e, posteriormente, estender-se pelo Kuwait e a costa Oriental da Península Arábica, do que, apesar do insucesso final, ainda não desistiu.

Terminada a guerra, passou Sadam a cultivar antigo pretexto de ampliar sua faixa costeira, muito estreita, anexando o Kuwait e buscando concretizar, pela força, o seu sonho de pan-arabismo, extensivo, quando for possível, a um pan-islamismo total. No Irã, após a morte de Khomeiny, foi eleito Presidente o moderado Hashemi Rafsanjani, o que veio a estabilizar, ao me-

nos provisoriamente, a pendência Irã-Iraque e a possibilitar a recuperação de fôlego ao Iraque para atacar o Kuwait.

Embora continuando o regime vigente no Irã, foi Rafsanjani substituído na presidência por outro líder religioso, Mohammed Khatami, que assumiu com o firme objetivo de promover alguma abertura²³, condenando os que não aceitam o progresso. Em apoio aos estudantes da Universidade de Teerã, invadida por tropas fiéis ao líder supremo da Revolução Islâmica, o Aiatolá Ali Khomeini pronunciou-se *contra os*

que querem humilhar a Universidade, provocando grandes distúrbios. Os estudantes, em apoio a Khatami, por vários dias ocuparam as ruas aos gritos de *morra Khomeini* e distribuindo fotos do reformista. Sob o argumento de que a reforma desafiava o princípio do *velayat-e-faqih*, eixo da revolução, sob a suprema liderança de Khomeini, muitos estudantes foram espancados, algemados e finalmente *desaparecidos*, o que é comum no Oriente Médio. Ao ser preso o cidadão, sua família dele se despede definitivamente.

A ANEXAÇÃO DO KUWAIT

A Arábia Saudita, o Kuwait e os Emirados Árabes Unidos haviam dado, ao

²² O Filho Deus, em linguagem farsi.

²³ Sem que fosse abolido o regime clerical a que todos estão submetidos no Irã.

Iraque, 30 bilhões de dólares durante a guerra contra o Irã, temendo uma expansão do fundamentalismo xiíta. Por sua vez, o Irã se havia fortalecido com armamento brasileiro, soviético, francês, e dinheiro dos EUA.

Terminada a guerra, em 1988, voltou o Iraque, mais fortalecido em armamento, a atacar com grande concentração de mísseis soviéticos o Kuwait, e com os mesmos motivos imediatos que haviam levado Sadam a invadir o Irã: petróleo e mais amplo acesso ao mar, acrescido de não desejar fazer o pagamento de uma dívida de 30 bilhões de dólares contraída com o Kuwait, Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos para a guerra contra o Irã.

A ONU interveio imediatamente determinando, por unanimidade e mais uma vez, que o Iraque recuasse suas tropas para a posição em que estavam no dia 1º de agosto de 1990, véspera da invasão, o que não foi atendido.

Disso resultou uma ação militar de grande envergadura, em setembro de 1990, com o apoio maciço dos EUA e da Arábia Saudita, não só fazendo o Iraque recuar para seu território como impondo-lhe a ONU pesadas sanções, inclusive a criação de *zonas de exclusão*, ao norte e ao sul, para movimento militar de qualquer natureza, especialmente aéreo. Egito e Marrocos também prestaram apoio à ação da ONU.

Além disso, a ONU destacou uma comissão de observadores para inspecionar as instalações onde haviam indícios, levantados pelos serviços de informações, de fabricação de armas químicas e nucleares²⁴. No entanto enfrentaram grandes di-

ficuldades, opostas por Sadam, para o cumprimento de sua missão.

HOSTILIDADES IRÃ-AFEGANISTÃO

Obsessão permanente de certas áreas do islamismo, o problema do extremismo fundamentalista leva, a cada momento, a choques de alguma intensidade. No Afeganistão, embora sunita e supostamente mais moderado que os xiítas, o ultra-integrista grupo Taleban há muito já reunia adeptos.

Quando a então URSS invadiu o Afeganistão e nele implantou um Presidente comunista, os EUA buscaram proporcionar apoio a quem lhes pudesse fazer frente. Por isso o governo norte-americano ligou-se àquela milícia que progressivamente foi conquistando espaço territorial, confinando os russos nos arredores das cidades. Com a retirada soviética, passou a controlar, hoje, 90% do território afegão, confinando as milícias guerrilheiras anti-extremistas que lhes fazem oposição em uma área restrita, ao norte do Afeganistão.

Declarando-se o verdadeiro governo legal do país, essas milícias, chefiadas pelo líder Ahmed Shah Massude, agrupadas numa coalizão militar, embora sem expressão territorial, confinadas a cerca de 20% da área total do país, estão dotadas de armamento de fabricação russa, inclusive mísseis, e são vistas com bons olhos pelo vizinho Irã, xiíta, embora sejam, na realidade, sunitas.

Ao mesmo tempo em que o Taleban enfrenta essa oposição guerrilheira, vêm-se deteriorando as suas relações com o Irã²⁵. O Governo do Irã, xiíta como os 300 mil

²⁴ Palácios de Sadam.

²⁵ Na ONU, o Afeganistão não é representado pelos Talebans, que anseiam por isso.

habitantes do Norte do Afeganistão ainda não atingidos pelo Taleban, acusou a este do assassinato de oito diplomatas e um jornalista iranianos durante uma ofensiva sofrida pela milícia xiíta em agosto de 1998. O Taleban alegou que apenas uns *renegados* fizeram isso, mas o Irã não aceitou esse argumento. A acusação de complicitar com esse *crime de guerra* estendeu-se também ao Paquistão, que prometera ao Irã proteger os xiítas.

Outras agressões a iranianos, como o aprisionamento, pelo Taleban, de espíões que teriam atravessado a fronteira, acirraram os ânimos, a ponto de o Presidente do Irã, Mohammad Khatemi, moderado (diferente de Khomeiny), apelar para a comunidade internacional a fim de intensificar a pressão sobre o Taleban, acusando-o de promover uma *limpeza étnica* contra os xiítas.

A pressão da parte mais extremista de seu governo, porém, levou o Irã a concentrar 270 mil homens, aí incluídos 70 mil da Guarda Revolucionária, na fronteira, para *exercícios militares*. Permanece a tensão.

EVOLUÇÃO DO PROBLEMA PALESTINO

Terra de migração constante desde 3.500 a.C. a Palestina, considerada o *coração do mundo árabe*, abrigou o primeiro Estado organizado de sua história, o *Estado dos Kanaãos*, os cananeus.

Ao sul habitavam os filisteus, na *Falastínia*, de onde se originou o nome

Palestina. Mais ao sul, o deserto, futuro *deserto da Judéia*.

Somente em 1.200 a.C. os hebreus, atravessando o Jordão vindos do Sinai, ocuparam Jericó dizimando os cananeus e tomando posse de parte da Palestina e da atual Jordânia.

Em 923 a.C. o reino hebreu dividiu-se em dois: o Reino de Israel, ao norte, destruído pelos assírios, em 713 a.C. e o da Judéia, ao sul, destruído, em 586 a.C. pelos babilônios.

Somente em 27 de agosto de 1897, Theodor

Herz, veio a realizar o primeiro encontro sionista na Basileia, Suíça, fixando então os quatro objetivos do movimento sionista, onde se incluía a obtenção de um *Lar Nacional Judeu* na Palestina.

Sob o mandato britânico, os palestinos se revoltaram várias vezes, notadamente em 1929, 1936 e 1939. Balfour *dividiu* uma terra que não lhe pertencia.

Malgrado a preocupação da Grã-Bretanha com a emigração de israelitas de diversas partes do mundo para a Palestina, a percentagem de habitantes israelitas na área evoluiu de 8% em 1918, ocupando 2,5% das terras, para 33% em 1948, trinta anos depois, ocupando 5,5% das terras.

O primeiro *kibutz* israelita havia sido estabelecido na Palestina em 1915. Ali nasceu Moshe Dayan, que viria a ser o grande comandante *sabra*²⁶ da Guerra dos Seis Dias. De início, pertencendo ao Partido Trabalhista, foi convidado por Menachem Begin para integrar o Partido Likud, de direita e extremado. Ele pretendia realmente a paz com os árabes, e arquitetou o

²⁶ Porque nascido na região.

primeiro encontro de Camp David, mas Begin queria manter definitivamente a posse para Israel da margem ocidental do Jordão e a Faixa de Gaza.

Após 1948, já criado o Estado de Israel, o índice de ocupação atingiu progressivamente 78% do território Palestino, com a expulsão dos árabes, mediante a aplicação da *Lei do Abandono*. O restante caiu com a guerra de 1967, não obtida a devolução de suas terras. O mesmo ocorreu com a Síria.

De um modo geral, a região viveu em relativa paz até o célebre *Massacre de Deir Yassim*²⁷, aldeia árabe em posição estratégica, onde foram cruelmente exterminados seres humanos não combatentes, inclusive todas as mulheres e crianças, e arrasadas todas as habitações, pela organização clandestina judaica, *Irgun Zvai Leumi*²⁸. Ben Gurion comentou o ocorrido como *uma brutal matança, indigna dos judeus*. Houve outros massacres como os de Kafur e de Kassem.

A partir daí, iniciou-se o ódio árabe, com a grande diáspora de mais de 700 mil palestinos para nunca mais retornarem, espalhados por inúmeros países, onde ainda vivem. Outros 600 mil seriam espalhados após a Guerra dos Seis Dias, não obtida a devolução de suas terras.

Observe-se que, antes do término do mandato britânico, fixado em 15 de maio de 1948, a Assembléia Geral das Nações Unidas a 29 de novembro de 1947 já havia efetuado a partilha da área, determinando nitidamente o que caberia ao Estado de Israel e ao Estado da Palestina. A resolução decorreu de votação: 33 votos a favor, 13 contra, e 10 abstenções. Embora o brasileiro Oswaldo Aranha nessa data presidisse a Assembléia Geral, não lhe coube qualquer voto de *Minerva*, como tem sido propalado.

O problema palestino sempre foi no fundo incômodo para todos os árabes, especialmente os do Oriente Médio, embora para a *união árabe* isso nunca fosse confessado. Na verdade, embora árabes, todos queriam enterrar o problema para aliviar tensões, inclusive com Israel, deixando-os entregues a si mesmos. Quando se reuniram os palestinos na Jordânia, entraram em choque com o Governo do Rei Hussein, sendo quase todos dizimados. No Líbano, foram fustigados por todos os lados. Agrupados sob a OLP, viram desenvolverem-se diversas facções extremistas²⁹, estimuladas pela então União Soviética, que se intrometia com intenções expansionistas no Oriente Médio, especialmente contra Israel, tudo complicando cada vez mais as negociações de paz.

***Em 1971, Israel
resoluiu pacificar Gaza:
além de infligir aos palestinos
a humilhação de serem não
judeus em um Estado judeu,
passaram a cometer
desumanidades e violências
diárias. O então Presidente dos
EUA – Reagan, chegou a advertir
Israel por seu comportamento
brutal em Gaza.***

²⁷ 9 de abril de 1948, antes portanto da criação do Estado de Israel, em 14 de maio desse ano.

²⁸ Outras eram a *Haganah* e a *Stern*.

²⁹ FPDP, FDPLP, *Setembro Negro*, *Abu Nidal*, *Amal*, *Hamas*, *Hizbollah*

Golda Meir, quando Primeira-Ministra de Israel (1968/72), chegou a pedir a intervenção da comunidade de nações para conter a forte presença de interesses soviéticos na área. Em 1971, Israel resolveu *pacificar* Gaza: além de infligir aos palestinos a humilhação de serem *não judeus* em um Estado judeu, passaram a cometer desumanidades e violências diárias. O então Presidente dos EUA - Reagan, chegou a advertir Israel por seu comportamento brutal em Gaza.

Decisões e acordos determinando a devolução de terras aos palestinos foram vários, nunca acatados por Israel, que as mantinha ocupadas *de fato*. Em reunião de 22 de novembro de 1974, a Assembleia Geral da ONU votou resolução autorizando os palestinos a *reaverem seus territórios, recuperando sua autodeterminação e independência*, no final sem conseqüências.

Com o advento de Binyamin Netanyahu, o *Bibi*, ao governo de Israel a situação, sob a aparência de convivência pacífica, agravou-se. Recusava-se *Bibi* a devolver terrenos histórica e legitimamente palestinos, em continuação ao que já era pregado pelo então Primeiro-Ministro Yitzak Shamir, do Likud, levando os partidos israelenses a firmarem um acordo em junho de 1990, em que o governo se comprometia a incentivar o assentamento de israelitas na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

O líder da OLP, Organização de Libertação da Palestina, *Haraket al Tahrir* Falastiní, e atual Autoridade Palestina - AP, *Palestine Authority*, Yasser Arafat, embora sofrendo ameaças de extremistas árabes por todos os lados, tem conseguido manter a unidade e a paciência em nego-

ciações com Israel e interveniência dos EUA, mas o Presidente Clinton revelou-se incapaz de conter o expansionismo absurdo de Netanyahu que, em nome da Defesa Nacional de Israel, negava *Acordo de Oslo* (1993). Em 13 de setembro de 1993, no entanto, no jardim da Casa Branca, apertaram-se as mãos Arafat e Rabin ratificando esse *Acordo* segundo o qual, entre outras cláusulas, ao longo dos próximos cinco anos se efetuará por etapas a evacuação integral dos territórios palestinos ocupados, tudo praticamente não resolvido.

Embora admitindo *Bibi* desocupar apenas mais 13,1% da Cisjordânia, estabeleceu condições absolutamente inaceitáveis, entre as quais a de que um quarto desse território fosse declarado *reserva natural* e que a liberação de autorização para construir residências palestinas continuaria da competência apenas das autoridades israelenses (!). Outras tentativas de acordo seguiram-se.

Em 4 de maio de 1994, foi assinado o *Acordo Gaza-Jericó*, através do qual Israel *permitiu* aos palestinos estabelecerem aí, em suas próprias terras, um governo autônomo, limitado porém a dois milhões de palestinos, comprometendo-se a retirar suas tropas da maior parte da Faixa de Gaza e de Jericó o que, praticamente não aconteceu. Nova tentativa ocorreu em 28 de setembro de 1995, quando foi assinado o *Acordo Oslo II*, mediante o qual os palestinos *ganham* o direito de auto-governo local em Belém, Jenin, Nablus, Ramallah, Tulkarm, Qalqilya, parte de Hebron e 450 aldeias, mantendo porém Israel seus assentamentos *de fato* nesses locais, patrulhados por seu Exército.

Com uma certa mudança no comportamento de Israel, foi assinado um Acordo, em 15 de janeiro de 1997, mediante o qual o governo de Netanyahu, que sempre se opôs à idéia da troca de *território por paz*, pretendeu ampliar a devolução de Hebron para 80%. Incluíram-se mais três devoluções de áreas ocupadas na Cisjordânia.

Em 23 de outubro de 1998, às instâncias de Clinton, com ele reuniram-se Arafat e *Bibi* em Wye Plantation, Maryland, próximo a Washington, para a devolução de mais 13% da Cisjordânia, com a condição de que os palestinos adotassem aí medidas de segurança. Assinale-se que *devolução* implica terras que nunca pertenceram a Israel.

Ariel (*Leão de Deus*) Sharon, o *Falcão*, Ministro do Exterior de Israel recém-nomeado em 9 de outubro, aí presente, recusou-se a apertar a mão de Arafat, como havia publicamente declarado. Isso deixou *Bibi* em situação embaraçosa, já que os israelenses lhe haviam dito que seria derrubado se fizesse quaisquer concessões aos palestinos. Pouco depois, sob a alegação de que os palestinos não cumpriram o convencionado, *Bibi* congelou o Acordo.

Em verdade, desde 7 de outubro Netanyahu já havia dito que iria continuar a implantar assentamentos residenciais israelenses na Cisjordânia. Como exemplo, com uma pequena implantação na Cisjordânia árabe, a que denominou *Colônia Ariel*, *Bibi* fez crescer a população para 17 mil habitantes. Com isso, o líder local, Ron Nachman, decidiu expan-

di-la para 30 mil, construindo mais 3 mil moradias para israelenses.

Não é de hoje a confortável posição do governo israelense quanto à questão palestina. Em 1973, o então Senador William Fulbright, declarava que *a maior parte do Senado dos EUA, cerca de 85%, acha-se à inteira disposição de Israel cumprir o que desejar*. Assinale-se ainda que Yitzak Shamir, ao formar o Gabinete mais extremista dos últimos tempos (junho de 1990), havia declarado incentivar a imigração de judeus da extinta URSS para as áreas árabes da Cisjordânia e Gaza.

Bibi já se havia negado a aceitar a proposta americana quanto à Cisjordânia, e chegou a solicitar a mediação de Tony Blair, Primeiro-Ministro inglês, dirigindo-se às comunidades judaico-americanas pedindo-lhes que pressionassem Clinton a conduzir-se pro-Israel nesse conflito, no que sempre obteve algum êxito.

Sharon foi diretamente responsável pela proliferação de colônias judaicas nos territórios árabes ocupados e por haver coordenado, em 1982, como Ministro da Defesa, a invasão do Líbano, determinando a penetração de suas tropas até Beirute, o que possibilitou a entrada da Falange Cristã libanesa nos campos de refugiados de Sabra e Chatilla³⁰, matando centenas de homens, mulheres e crianças. A operação no Líbano, ao todo, deixou 20 mil mortos.

Impusera Netanyahu, no entanto, mais exigências israelenses segundo sua concepção de Segurança Nacional: se um terrorista do *Hamas* matar um israelense, o país é considerado com a segurança nacional em perigo, embora os palestinos não disponham de qualquer força arma-

³⁰ Beirute Ocidental

da, nem possa efetivamente a AP controlar cada terrorista oculto.

Finalmente, após dramáticos nove dias de conversações diretas, com a presença contínua e inusitada de Clinton, afinal o grande beneficiário político, chegaram, a AP e Israel, a um acordo. Difícil seria saber se iria tratar-se de mais um *Acorde de Oslo*, ao sabor dos humores dos extremistas do Partido Likud.

É sempre importante lembrar que o velho sonho expansionista do Likud e de Netanyahu de reconstituírem o *Eretz Yisrael* bíblico continua hoje de pé, estendendo-se o ideal às duas margens do Jordão.

Foram os seguintes os quesitos do *Acorde de Wye Plantation*, assinado em 23 de outubro de 1998:

- Israel aceita retirar suas tropas de 13% da Cisjordânia em três etapas, num período de 12 semanas. O acordo prevê que os palestinos terão o controle de 40% da Cisjordânia e de 60% da Faixa de Gaza;

- a Autoridade Palestina aceita prender 30 dos 36 palestinos procurados por Israel. A CIA decidirá se as provas apresentadas contra os detidos justificam a prisão. Os palestinos confiscarão armas ilegais;

- um mês depois do início da retirada israelense, os palestinos apresentarão um plano de combate ao terrorismo;

- um comitê conjunto irá monitorar ações antiisraelenses em colégios e na mídia palestina;

- dois meses após o início da retirada israelense, o Conselho Central da OLP se reunirá para abolir, de sua carta, cláusulas que prevêem a destruição de Israel;

- um comitê conjunto estudará novas retiradas de tropas da Cisjordânia;

- Israel concordou em criar dois corredores entre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, para permitir a passagem segura de palestinos;

- o acordo reforça a proibição de serem tomadas decisões unilaterais, como a expansão dos assentamentos israelenses, o confisco de terras e a intenção palestina de declarar um Estado independente em 4 de maio de 1999;

- Israel aceitou libertar 750 dos três mil palestinos que mantém presos;

- os dois lados concordaram com a abertura de um aeroporto palestino na Faixa de Gaza;

- Israel *permitirá* (!) a abertura de um porto em Gaza;

- palestinos e israelenses começarão, a partir daí, discussões sobre o status final da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Nessas discussões, serão tratadas as questões de Jerusalém, que os dois querem como sua capital, de refugiados palestinos, de repartição do abastecimento de água e dos assentamentos em territórios ocupados. Assinale-se que, antes de 1967, a parte leste de Jerusalém integrava a Palestina Árabe na Cisjordânia.

Acrescente-se a isso a absurda exigência de Netanyahu sobre Clinton, com o que este teria concordado no momento de assinar o acordo, de reexaminar a libertação de um espião norte-americano-israelita, Jonathan Jay Pollard, ex-oficial da Marinha dos EUA, condenado à prisão perpétua em 1987 por ato de espionagem em favor de Israel, libertação já rejeitada por dois presidentes antes de Clinton.

Eleito em substituição a Netanyahu, Ehud Barak veio a assinar com Arafat, em

13 de novembro de 1999, um Acordo em Sharm-El-Sheikh, ao sul da Península do Sinai, território egípcio, para implementação de uma versão alterada do Acordo de Wye Plantation, já então fixando a data de 13 de setembro de 2000 como limite para um acordo final.

Fato recente abalou (não tanto) a imagem do governo israelense. Seu presidente, Ezer Weizman, aos 76 anos, após uma carreira política por todos os títulos respeitável, de 50 anos, às da aviação de combate na Segunda Grande Guerra e mais tarde Comandante da Força Aérea Israelense, foi acusado de haver recebido *de presente* de um empresário francês uma certa importância e, com isso, forçado a entregar sua carta de renúncia ao Presidente do Parlamento, Avraham Burg.

Era sobrinho de Chaim Weizman, um dos fundadores do Estado de Israel, em 1948, então aclamado como primeiro presidente do país.

Em mais uma tentativa de paz, Barak e Arafat reuniram-se em julho de 2000 em Camp David com o Presidente Clinton para discussão de vários itens ainda negados por Israel mas indispensáveis aos palestinos. Sob pressão da *direita* israelense, Barak, sob a ameaça de perda de apoio no Parlamento e manifestações em via pública de Tel Aviv, engrossadas por simpatizantes do Likud³¹, chegou a Camp David com dificuldade para negociar.

Vale acrescentar que isso foi complicado pelo surgimento de um outro problema para Israel, que havia vendido à China um sistema de sua fabricação, o de aviões-radar (*Phalcon*) e teve seu negócio

de um bilhão de dólares vetado pelos EUA, o que levou à assessoria de Barak a anunciar o cancelamento, como *um gesto de boa vontade* com o governo norte-americano, reforçando o *direito* de ingerência de Clinton não confessadamente em favor de Israel.

Durante as negociações, que duraram quase duas semanas sem resultado concreto, Netanyahu (do bloco Likud) apresentou-se em Tel Aviv como *Salvador de Israel*, declarando que Barak *não correspondeu às nossas expectativas nem as nossas esperanças*, voltando-se contra as *concessões* que Barak estaria fazendo em Camp David quanto ao *status* de Jerusalém.

Como era previsível, a nova tentativa de acordo em Camp David fracassou. Embora alguns temas tivessem evoluído positivamente, a séria questão da autonomia de Jerusalém Leste, onde os palestinos sempre tiveram expressiva maioria, integrando a então denominada *Palestina Árabe*, impediu que se chegasse a um acordo.

Outros pontos da maior e justa importância para os palestinos também não tiveram solução, como o direito de retorno de refugiados da guerra de 1948, impedidos de voltar às suas propriedades, e a retomada de todo o território definido pela ONU como palestino – e então *aceito* por Israel – tomado após a guerra de 1967 e *anexado* em 1981.

Os dois Chefes de Estado, Arafat e Barak retornam a seus países em situação delicada, com o Parlamento Israelense contrário a quaisquer concessões porven-

³¹ *Estamos aqui para dizer a Barak que ele não pode assinar qualquer coisa, ou Barak é perigoso para os judeus.*

tura feitas por *Barak* e *Arafat* na eventualidade de ter que controlar uma nova *Intifada* (reação popular palestina que durou de 1987 a 1993). A esse propósito, o Chefe do Estado-Maior de Israel, General *Saul Mofaz*, declarou que o Exército está preparado para fazer face a um confronto com os palestinos.

CONCLUSÃO

Em termos de *Oriente Médio*, é remota a possibilidade de chegar-se a uma conclusão definitiva. Sempre será uma caixa de surpresas capaz de chegar mesmo a, algum dia, desestabilizar o equilíbrio político mundial. Cada faixa de fronteira é área de tensão permanente e até certo ponto, por diversos motivos, imprevisível. Cada incidente, fronteiro ou não, pode gerar conflagração. Há pouco, o Irã anunciou haver fabricado um novo míssil (*Shahab-3*) capaz de conduzir uma ogiva nuclear, com o alcance útil de 1.300 km, o que significa uma ameaça a Israel. Esse país, no entanto, declarou não estar preocupado com isso, com declaração do tipo *eles não perdem por esperar* o que virá em consequência.

Embora a insistência da intromissão soviética na região tenha aparentemente cessado, a política da *Mãe Rússia* para essa área não se tem modificado desde Nicolau II, e se manifestará sempre contrária à presença, hoje marcante, dos EUA.

Se os árabes condescenderam em aceitar a presença, no acordo, do Rei *Hussein*, da Jordânia, falecido em consequência de um linfoma, não significou isso que as antigas ligações da Jordânia com Israel em busca de uma paz perma-

nente passassem a ser vistas com bons olhos pelos extremistas islâmicos. De outra parte, os extremistas israelenses estavam certos de que *Clinton* iria indultar *Pollard*, tão logo se assinasse o acordo. Isso levou-os a forçar um voto de confiança ao *knesset* (Parlamento) de Israel, do que *Netanyahu* acabara saindo vitorioso pela diferença de um voto!

É fácil imaginar as dificuldades que se opuseram à implementação daquele acordo que, desde logo, limitou as zonas palestinas soberanas, em um estágio último de concessão, em 40% do total da *Cisjordânia árabe*. Por quê?

Com a recente preliminar de nova crise, após o fracasso em *Camp David*, e o chefe da *El Fatah* declarando que os palestinos continuam decididos a proclamar a independência do Estado palestino em 13 de setembro próximo (2000). Quando virá afinal a Palestina a constituir-se em Estado soberano, com fronteiras definidas, integrando as Nações Unidas?

A propósito, o Conselho Nacional Palestino já havia declarado sua independência, reunido na Tunísia, sob *Arafat*, em 15 de novembro de 1988. Mas isso não significou autonomia internacionalmente reconhecida, embora a ONU tenha aceitado, não como Estado.

No todo, o Oriente Médio continua politicamente instável.

Há pouco tempo o Primeiro-Ministro do *Paquistão*, *Nawaz Sharif*, convocou o Parlamento em nome do *Islã* (que tem justificado muito extremismo) para assumir a posição de ditador, enviando seu chefe de Estado-Maior à Ucrânia para negociar novas compras de material bélico, em acréscimo às que o país já havia acu-

mulado com ajuda russa. Tudo, afinal, visando a ter condições de apoiar o Taleban afegão contra o Irã.

De outra parte, a *Turquia*, em sua posição estratégica *sobre a saída do Mar Negro*, havia dado um *último aviso* à Síria de Hafez Assad (hoje falecido e substituído por seu filho) que vinha apoiando o PKK, Partido dos Trabalhadores Curdos, dizendo-lhe que *pare com o apoio ao separatismo terrorista e com suas políticas de hostilidade*.

A *consequência imediata* foi a *concentração de tropas* de ambos os países na fronteira, em que se incluíram baterias de mísseis sírios e dez mil soldados turcos. Acrescente-se a isso a *disputa sobre as águas do Rio Eufrates*, que nasce na Turquia. A Síria acusa o Governo de Ancara de ter reduzido o fluxo do Eufrates com a construção de diques e hidrelétricas. Em tudo isso assegura a Turquia que *se a diplomacia falhar, os militares serão chamados para resolver o problema*. ●



Diretoria de Assuntos Culturais



Forte de Copacabana

Praça Coronel Eugênio Franco, Nº 1
Copacabana – Posto 6 – CEP 22070-020
Tels.: 2522-4460 e 2521-1032
Fax: 2522-6263
Visitação: de 3ª-feira a Domingo,
das 10h às 16h
Ingresso: R\$ 3,00



O Exército Imperial Brasileiro: os Mercenários Alemães, no Rio de Janeiro (1824-30)

Sylvia Lenz*

RESUMO

Refere-se o artigo à questão dos mercenários estrangeiros, alemães e irlandeses formadores do Exército de D. Pedro I, aliciados para combater as guerras no Sul, dando voz àqueles que nos legaram relatos ricos do cotidiano na corte. Pretende o autor, desta forma, acrescentar um aspecto relevante na História do Primeiro Reinado relativamente pouco pesquisada.

PALAVRAS-CHAVES

Título, Major Shaeffer, o cotidiano do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado.

A historiografia prima por temas em torno de governantes, aristocratas, operários, mas pouco se volta para os negociantes menos ainda para os pequenos comerciantes e artesãos e, raramente, para os desempregados que, na falta de oportunidade, empregam-se como mercenários, ou seja, soldados pagos a serviço de governos estrangeiros.

Dos primeiros alemães a virem ao Brasil, além de naturalistas, artistas, colonos e negociantes, houve várias levas de mercenários alemães e irlandeses, contratados por D. Pedro I para formar o Exér-

cito Imperial. Não se pretende entrar nos detalhes sobre o processo de contratação desses soldados e das conseqüências sociais após a dissolução das tropas. A obra do Coronel Lemos¹ aborda a imigração teuta com ênfase na organização militar durante o Primeiro Reinado. Sem tratar da colonização alemã no Brasil, dedicou-se, especificamente, a essa leva migratória, formada por uma maioria constituída por mercenários, alemães e irlandeses, e por uma minoria de colonos.

Segundo Lemos, após a independência política do Brasil, em 1822, com a ex-

* Doutora pela UFF. Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina.

¹ LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1996.

pulsão das tropas portuguesas, havia uma imensa dificuldade em arregimentar *voluntários* para a Marinha e o Exército Brasileiros. Escravos preferiam o cativeiro à liberdade, adquirida caso entrassem no Exército; homens do sertão eram trazidos acorrentados para servirem como defensores da pátria². Diante dessas dificuldades, o Imperador decidiu contratar mercenários estrangeiros, no caso alemães e irlandeses, vindos de regiões devastadas pela fome e pelas guerras.

O responsável pelo aliciamento desses indivíduos na Alemanha, o Major Schaeffer, era homem de confiança de D. Pedro e sua mulher, D. Leopoldina³. Como determinados governos alemães somente permitiam a emigração de colonos e não de militares, Schaeffer incluiu uma parcela de colonos com suas famílias, de modo a encobrir a verdadeira intenção de sua missão. Foram essas levas de colonos chegados junto com os mercenários que, em sua maioria, fundaram a primeira colônia alemã a efetivamente desenvolver-se na atual São Leopoldo, RS. A tabela única abaixo mostra o total de emigrantes e sua composição, aliciados pelo Major Schaeffer entre 1824 e 1829.

Embora o soldo fosse bem remunerado, era pago com meses de atraso. Dai a

disciplina e as punições corporais abusivas nos quartéis levavam a grande descontentamento entre esses estrangeiros. Em 1828, após a aplicação abusiva de 210 chibatadas em um soldado alemão, sucederam-se dias de rebelião das tropas alemãs juntamente com as irlandesas, primeiro no quartel, depois nas ruas do Rio de Janeiro, onde o conflito foi travado com escravos armados de facões pelos senhores brancos, resultando uma grande carnificina. Diante do descontrole total e sem militares brasileiros para dominar a situação, o governo imperial teve de apelar para as forças navais inglesas e francesas, cujas estações navais encontravam-se ancoradas nas cercanias do porto (1810 e 1824), respectivamente visando a: *...proteger com uma das mãos e ameaçar com a outra*⁴.

Após a rendição dos mercenários, ocorreu a dissolução das tropas; os irlandeses foram enviados de volta ao seu país; a maioria dos alemães rumou para o sul do Brasil, onde se estabeleceu em colônias. Poucos retornaram para a sua terra natal. Os outros trabalharam como professores, pequenos comerciantes ou artífices no Rio de Janeiro; alguns simplesmente sucumbiram na sarjeta. Dos que retornaram aos seus países, legaram-nos narrativas diferentes da dos viajantes, uma vez

soldados	colonos	não especificado	total de imigrantes
3.917	2.792	765	7.474

Tabela única: Mercenários e colonos aliciados pelo Major Schaeffer (1824-29)

Fonte: Lemos, op., cit., p. 107.

² Ibidem, p. 131-133.

³ Cf. OBERACKER Jr., Carlos H. *Antonio Jorge von Schaeffer criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre, Ed. Metrópole, 1975; Novos traços para a Imagem do Dr. Jorge Antonio von Schaeffer. In: *Anais do 3º Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, São Leopoldo*, 1979.

⁴ LEMOS, op., cit., p. 442.

que esses mercenários efetivamente moraram aqui, aprenderam a língua, conviveram com os brasileiros durante as horas livres, deixando registrados testemunhos sobre o cotidiano e a rotina nos quartéis do Rio de Janeiro nos anos de 1820.

Iniciemos, então, pelo livro dedicado a D. Leopoldina, livro do Major Schaeffer, contratado por D. Pedro para aliciar mercenários para a formação do seu exército. Seu teor é propagandístico pois visava a atrair os emigrantes alemães para o Brasil, ao invés da América anglo-saxônica⁵. Schaeffer esteve aqui, pela primeira vez, em 1814, vindo de S. Petersburgo; a segunda, em 1818, de uma viagem à Austrália e à China e, a terceira, novamente de S. Petersburgo, via Lisboa. Era um homem viajado, observador e ambicioso; para ele, a felicidade estava na posse de metais preciosos: *...com os quais tudo pode-se adquirir*⁶.

Assim, compara os mercados de prata, ouro e diamantes do Rio de Janeiro, como sendo mais ricos do que os bazares de S. Petersburgo, Moscou, Constantinopla e Smyrna.

Para ele, o Brasil era o mais maravilhoso e o mais abençoado de todos os países do novo mundo, com as mais belas esperanças a oferecer. Nessa obra, já indicava a sua intenção em realizar grandes planos migratórios⁷. Afinal, além de todas as belezas e riquezas naturais, o regime de governo brasileiro era imperial,

comparável, na Europa, somente aos da Áustria e da Rússia, o que favorecia os súditos⁸. Importante ainda era seu povo estar impregnado do sentido imperial: *o povo deve ser livre mas não deve reger...*⁹

Após apresentar um histórico do Brasil, fez uma apologia ao livre cambismo e uma crítica aos alemães que aceitavam mal as novas regras da economia mundial. Finalmente, indicou as possibilidades comerciais e mercantis do Brasil, enfatizando a opulência dos seus recursos. Esses ainda poderiam ser desperdiçados por mais um século, sem que afetasse a economia do País! Relaciona, no capítulo sete, uma lista interminável dos mais variados produtos brasileiros passíveis de serem colocados no mercado europeu.

Entretanto, rebatendo a visão paradisíaca dos trópicos, encontramos narrativas de quatro ex-mercenários por ele arregimentados: Bösch, Seldler, Schlichthorst e Weech. Críticos e desiludidos, esses homens comuns deixaram ricos testemunhos sobre as suas vivências no Brasil. Certamente essas obras repercutiram nos seus países de origem, devendo ter influenciado na escolha final de imigrantes indecisos em permanecer na terra natal, entre emigrar para os Estados Unidos ou, ainda, aventurar-se no único Estado monárquico americano, o Brasil.

Eduardo Theodoro Bösch era um dos muitos jovens sem perspectivas em sua terra natal. Deixou para trás os rigores do inver-

⁵ SCHAEFFER, Dr. Ritter von. *Brasilien als unabhängiges Reich in Historischer, merkantilistischer und politischer Beziehung*. Altona Hammerich, 1824.

⁶ SCHAEFFER, op., cit., p. 8.

⁷ Ibidem, p. 9 - 12.

⁸ Ibidem, p. 245.

⁹ Ibidem, p. 250.

no de Hannover e foi, a pé, junto com outros rapazes, para Hamburgo onde alistou-se, em 1824, no regimento do Exército Brasileiro, a convite do agente Major Schaeffer.¹⁰ Esse hanoveriano, apesar de voltar desiludido, soube fazer bom proveito dos conhecimentos de línguas estrangeiras, contribuindo para a vulgarização da língua portuguesa na Alemanha e, ao que parece, para a sua própria sobrevivência, publicando vários livros para o aprendizado dessa língua.¹¹ Seus livros foram vendidos não só na Alemanha, tal como o *Novo Dicionário Portátil da Língua Portuguesa e Alemã*, editado em dois volumes, colocado à venda na livraria dos Irmãos Laemmert no Rio de Janeiro¹².

Ele também deixou narradas as procissões e festas religiosas, melhores ocasiões para viver aventuras amorosas ou para se ir preso... Isso porque, se diante das tropas passasse alguma procissão, seus homens deveriam apresentar armas, tirar a boina e ajoelhar-se. A maioria dos mercenários alemães professava o luteranismo, mas até então ele esquivara de expor as tropas a essa situação *...evitando tomar parte nestas farças, que repugnam a razão sã e ao espírito esclarecido do século dezenove*¹³.

Em 1827, nomeado comandante do posto carioca, enfrentou uma dessas procissões, das quais procurava esquivar-se. Teve de ordenar à guarnição que se for-

masse diante da mesma sem, no entanto, obrigá-la a ajoelhar-se:

*O padre que levava o santíssimo, debalde tocou a campainha aos nossos ouvidos. Os meus granadeiros apresentaram armas, ficaram, porém, imóveis como estátuas de pedra, e os seus olhares triunfantes exprimiam ao mesmo tempo o maior desprezo por essa extravagância dos padres de Baal. (...) Ordenou-me em vão o major de ronda, que observasse o cerimonial prescrito, como era de uso no Exército Brasileiro. Despendi-lhe que não somente a religião, na qual fora educado, como meus princípios se opunham igualmente a que obedecesse às suas ordens, acrescentando que, em hipótese alguma, me sujeitaria a essa imposição*¹⁴.

As conseqüências dessa quase desobediência civil e militar, foram meses de detenção e uma carta ao Imperador. Por fim, este solicitou os serviços espirituais do pastor anglicano, extensivos, também, aos mercenários alemães.¹⁵

*...a Constituição, concede o livre exercício da religião (...) A Igreja protestante dá aos crentes a liberdade de se prostrarem ou não diante do Supremo; proíbe-o, porém, em relação aos outros, não admitindo absolutamente a adoração dos santos. O suplicante seguiu, pois, unicamente os dogmas de sua religião, sendo por isso preso, segundo os melhores métodos da Inquisição (...)*¹⁶

¹⁰ BÖSCHE, Theodoro (1825-1829). *Quadros Alternados*, São Paulo, Garraux, 1929, p. xi.

¹¹ *Novo Dicionário Portátil da Língua Portuguesa e Alemã*; *Neue Portugiesische Sprachlehre* (Novo ensino da língua portuguesa); *Portugiesisch-brasilianischer Dolmetscher* (Tradutor de português-brasileiro); *Der Kleine Portugiese* (O pequeno português).

¹² SEIDLER, Carlos. 1835. *Dez Anos no Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1980, p. 12 (nota do tradutor)

¹³ BÖSCHE, op., cit., p. 49.

¹⁴ *Ibidem*, p. 49-50.

¹⁵ *Ibidem*, p. 54.

¹⁶ *Ibidem*, p. 53.

Esse quadro oferece não só o embate entre católicos e protestantes, como a relação entre os poderes religiosos e militares no Brasil, além do recurso legal de Bösch, ao citar o desrespeito à Constituição brasileira quanto aos protestantes. Ele foi mais anticlerical do que necessariamente portador de uma fé confessional:

*Quem julgará todavia o suplicante? Oficiais católicos? Eles o condenarão. Oficiais protestantes? Eles o absolverão. Ambos estão instruídos dos preconceitos inerentes a sua religião e à sua educação e não poderiam, por conseqüência, ser imparciais. Apela, pois, o suplicante para a alta sabedoria de Vossa Majestade Imperial e para seu conhecido amor à Justiça.*¹⁷

Além da sua vivência, Bösch relata as torturas sofridas pela mulher de um soldado alemão, trabalhando como criada na casa de um militar brasileiro e acusada de ter roubado uma quantia de dinheiro:

*Prenderam-na, não obstante os seus protestos, e tentaram arrancar-lhe confissão por meio de cem chibatadas (...) No dia seguinte, deram-lhe novamente pancadas sobre as partes feridas e repetiram esse castigo atroz até que a pobre mulher, torturada pelas dores atribuiu-se a autoria do fato. Precisava confessar agora onde ocultara o dinheiro roubado, e, como era inocente, não o pode (...) fazer. Começaram novamente então a espancá-la, até que uma febre ardente acompanhada de delírio a livrou de seus carrascos, levando-a à beira da sepultura*¹⁸.

Bösch, teve de presenciar toda essa injustiça, uma vez que, posteriormente, os

próprios familiares do acusador encontraram a quantia desaparecida. Mas já era tarde, pois seu marido fora tão torturado, ficando incapacitado para o serviço militar:

*É verdadeiramente um suplício horrível ser testemunha impassível dessas atrocidades, nada podendo dizer. Tem-se o inferno no coração e o furor contido ameaça arrebentar as veias. A quantia perdida foi achada mais tarde, manifestando-se assim a inocência do casal tão clara como a luz. Sofreram todavia essas inocentes atrocidades, sem lhes contudo ser concedida reparação alguma.*¹⁹

Bösch, após a dissolução das tropas mercenárias, voltou ao Rio de Janeiro, ainda permanecendo no Brasil por alguns anos, apesar de todas as divergências anteriormente vividas. Foi, como outros de seus colegas que aqui ficaram, professor de línguas, ou de correspondente em língua portuguesa e, posteriormente, escritor:

*Logo após a minha chegada ao Rio encontrei colocação: empreguei-me no estabelecimento comercial do cônsul geral, onde fiquei um ano. Essa casa todavia fechou-se, após a queda de D. Pedro. Gagnei, então, a vida como colecionador de objetos de História Natural e mais tarde dando lições de línguas no Rio de Janeiro e arrabaldes, as quais eram muito bem pagas. Trabalhei também para uma casa francesa, ocupando-me de correspondência em português. Fiz, em 1832, uma viagem a Pernambuco e Bahia (...)*²⁰.

Mas, em fins de 1833 foi acometido de violenta febre, da qual só se restabeleceu alguns meses depois; voltou, então, definitivamente para a Alemanha, uma vez que: *Conhece somente esta saudade indescritível, esta atração irresistível exercida pela*

¹⁷ idem.

¹⁸ BÖSCHE, op., cit., p. 67.

¹⁹ Ibidem, p. 67.

²⁰ Ibidem, p. 132.

*pátria, aquele que viveu longos anos em regiões afastadas, entre homens estranhos, sem amigos, vivendo num mundo indiferente aos sentimentos do seu coração.*²¹

Carlos Seidler escreveu sua biografia, oferecendo-nos os perfis não só dos brasileiros, como também dos negociantes alemães residentes no Rio de Janeiro, julgados de forma ríspida e amarga. Ao comentar sobre como os mortos eram enterrados no Brasil, narrou o trágico destino de um colega de armas:

*O infeliz (...) na tola esperança de alcançar melhor sorte no Brasil, tivera a idéia de vir de Hamburgo para o Rio de Janeiro, onde seu nome (...) imediatamente lhe proporcionou emprego que ultrapassava a todas as suas levianas esperanças. Depois da época infeliz da dissolução das tropas estrangeiras, ele se viu só e abandonado; seus antigos colegas não lhe podiam ajudar, pois também se achavam na mesma dificuldade, e os negociantes do Rio de Janeiro, entre os quais havia alguns bem importantes, como, por exemplo, um Sr. Blass, um Heinrich, um Frolich, dos quais nada de bom se pode dizer, nada queriam fazer por ele.*²²

É o desapontamento com os seus conterrâneos, só que de outro ramo, o comercial, tal como um dos mais bem-sucedidos exportadores de café, Frolich, elogiado pelo viajante lituano Ebel, que não se comovia com a situação dos ex-mercenários:

Estabelecendo um pequeno comércio tentou ele viver, mas também nisso não

*teve sorte e, vergonhosamente enganado, perdeu o resto de seus insignificantes haveres, ficou a mercê da mais negra miséria. Em semelhante situação, faltou-lhe coragem para afrontar com firmeza a desventura, caiu em desespero para esquecer os sofrimentos, buscou o consolo na cachaça, o melhor meio de despachar-se depressa para o outro mundo. (...) o infeliz foi definhando e afinal teve de ser recolhido ao hospital da Misericórdia, com o que se evitou pelo menos que um Oficial alemão e nobre morresse como um cão leproso de fome e tristeza nas ruas do Rio de Janeiro. Quem dera tivesse esse pássaro infeliz permanecido em casa, em seu ninho!*²³

Mas nem todos sucumbiram. A maioria teria voltado a exercer seus ofícios, como foi o caso dos artífices, outros foram para as colônias alemãs, reconstruir a vida como pequenos proprietários. Ambos os destinos pareciam oferecer um futuro melhor do que voltar, ficando desempregado ou sendo convocado para o Exército:

*Outra circunstância veio contribuir muito para facilitar essa dispensa das tropas estrangeiras no Rio de Janeiro: é que a maior parte dos soldados e sargentos tinha algum ofício ou então imaginava, como colono, com pá e enxada, alcançar um melhor futuro do que sob a túnica de soldado. Um hábil marceneiro, sapateiro ou alfaiate ganhava naquele tempo uma a duas piastras por dia; porque, pois, não preferiam esses homens viver do ofício que haviam aprendido, tanto mais que o soldo era mínguado, nessa terra onde a menor coisa tem que ser paga a ouro?*²⁴

O maior número de artífices alemães no Rio de Janeiro deu-se após a dissolução das tropas de mercenários uma vez

²¹ Idem.

²² SEIDLER, op., cit., p. 330.

²³ Ibidem, p. 330.

²⁴ Ibidem, p. 306.

que, já durante os anos anteriores... como quase todos eram artífices, tinham, freqüentemente, ocasião de ganhar dinheiro nas suas horas vagas. Em nenhuma outra parte do mundo, talvez, se paga tanto ao operário como no Brasil.²⁵

Alguns, como os ex-oficiais possuidores de algumas economias, abriam pequenos negócios. Havia ainda aqueles ex-mercenários que seguiam o caminho de crimes, como roubos e assassinatos. Um caso que indignou a comunidade dos negociantes alemães ocorreu com um certo N., oficial inferior:

Após o licenciamento das tropas estrangeiras encontrou colocação na casa comercial de um alemão, Wiers. Travou então relações com um jovem comerciante de Bremen, tornando-se ambos grandes amigos. N. comia freqüentemente na casa do seu novo amigo, o cambista, o qual era ainda solteiro. H. foi assassinado com a baioneta por N. (...) acompanhado pelo comércio alemão do Rio (...), foi enterrado no cemitério inglês.²⁶

Determinados professores de línguas e ou música não haviam exercido essas profissões na vida; eram somente oficiais cultos, desempregados após a dissolução. Sem perspectivas melhores na terra natal, optavam por tentar sobreviver no estrangeiro: *Estes antigos oficiais superiores, sujeitaram-se aos mais humildes trabalhos*

para ganhar o pão cotidiano. Muitos morreram miseravelmente nos hospitais, sucumbindo outros, desesperados ao peso da adversidade.²⁷

O livro de Carlos Schlichthorst²⁸ é um retrato do cotidiano da época curioso e com algumas falhas grotescas mas, enfim, um dos raros depoimentos a sobreviver no tempo²⁹. A única publicação alemã só foi editada com a subscrição feita entre instituições e amigos, dentre eles vários profissionais liberais, alguns sacerdotes e militares de diversas cidades alemãs, tais como Hannover, Bremen, Lüneburg.³⁰

No Rio de Janeiro, além do guarda-livros Daw, o Vice-Cônsul da Holanda Hendrichs, os negociantes Melcher, Wiers e Schleinert (este com cinco subscrições) o Dr. Med. Ran, o corretor Ray, o Cônsul da Liga Hanseática Ten Brink, o Cônsul prussiano Theremin, o tradutor imperial Zaeb, todos estes com uma subscrição, e finalmente, o próprio Major Schaeffer subcreveu vinte e cinco exemplares.³¹ Seu apoio à edição do livro surpreende, na medida em que há críticas feitas contra a sua pessoa, tais como o vício da bebida e o desleixo, fatos também confirmados por Bösche: *O Cava-lheiro, que sabe melhor beber do que discursar, embora seu amigo não lhe fique atrás naquela primeira qualidade (...).*³²

Schlichthorst parece ter tido uma vida razoável se nos basearmos nas suas infor-

²⁵ BÖSCHE, op., cit., p. 42.

²⁶ Ibidem p. 125.

²⁷ Ibidem, p. 129.

²⁸ SCHLICHTHORST, Carlos. (Hannover, 1829). *O Rio de Janeiro como ele é (1824-1828) (Huma vez e nunca mais!)*. Trad. Emmy Dodt e Gustavo Barroso. Rio de Janeiro, Getulio Costa, 1943.

²⁹ O original não foi encontrado na Alemanha; no Brasil, há um exemplar na Biblioteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.

³⁰ SCHLICHTHORST, C. op., cit., p. 285.

³¹ Ibidem, p. 290-291.

³² Ibidem, p. 15.

mações de como estrangeiros desocupados poderiam passar um dia confortável, sem grandes despesas, na corte imperial brasileira quando narra, suavemente, um dos seus doces dias de ócio.

Ele começara o seu dia com o sol já alto, sem pressa de levantar, iniciado com um rápido banho de mar. Depois deixou-se embelezar pelas mãos de um barbeiro português; passou, então, numa venda para comprar mantimentos leves para o almoço, a ser preparado na casa de sua amiga mulata que residia com sua mãe, uma negra. Após a refeição, as mulheres fizeram a sesta enquanto ele, deitado numa rede, desfrutava do seu cigarro. À tardinha, foi dar uma volta na praça com a amiga, ficando a mãe em casa. Mas já às vinte horas, ele a deixou em casa e ainda foi tomar um copo de ponche num restaurante francês perto do Paço Imperial. Finalmente, retorna ao seu domicílio para dormir, sonhando, em vão, com a sua amiga, comprometida com um tropeiro, o pai de seu único filho.³³

Uma das narrativas mais interessantes, quanto às possibilidades profissionais no Rio de Janeiro e adjacências, é a de Weech. O tradutor de Ebel, no terceiro volume de seu livro de viagens,³⁴ informa que, após ele ter ficado doente:

...viu-se obrigado a deixar a fazenda em princípios de 1825, confiando sua propriedade a um administrador e partiu para Buenos Aires, onde tampouco se demoraria. De volta ao Rio, em 1826, teve a decepção de ver que tudo havia sido abandona-

do, seus escravos vendidos e suas culturas arruinadas. Decidiu então arrendar a Ilha do Viana, onde se dedicou à produção de leite que vendia no Rio. Mas seu escravo de confiança foi vítima de grande agressão e sozinho não pode ele continuar. De novo doente, deixou finalmente o Rio, desiludido, em 1827, depois de rápida visita a Nova Friburgo e Santa Cruz (...).

Outro livro seu é um verdadeiro manual de sobrevivência no Brasil, publicado em Hamburgo, em 1828. Nessa pequena obra, o autor reúne as preciosas informações conforme as categorias profissionais e até mesmo estamentos. Dos letrados, ele só aconselha a emigração para o Brasil dos médicos e, ainda assim, com ressalvas. Eles deveriam trazer capital suficiente para se manter por seis meses, uma vez que não havia possibilidade de conseguir emprego nas Forças Armadas ou nos hospitais.³⁵ Sobre os negociantes, não poderia ser mais enfático:

Embora, de todas as camadas, a dos negociantes tenha as maiores e mais rápidas chances de enriquecimento, informamos que a precaução "não esperar isto no Brasil" não é um exagero, devendo haver, por parte do comerciante, um conhecimento maior das inconveniências que o esperam. Observam-se que a concorrência com todas as nações é enorme, sendo o comércio alemão pressionado por muitas dificuldades. A maioria dos negociantes daqui são comissionários. Sem bons contatos com a Europa não é possível consolidar aqui uma firma e,

³³ Ibidem, p. 83-86.

³⁴ WEECH, Friedrich von Weech. *Reise nach Brasilien*. 3 vols. München, 1831.

³⁵ WEECH, Friedrich v. *Brasilien. Gegenwärtiger Zustand und Colonialsystem*. Hamburg, Hoffmann-Campe, 1828, p. 61.

*mesmo assim, só ganha o pão nosso de cada dia com muita labuta.*³⁶

Weech via maiores possibilidades para o comércio varejista; mas além de o imigrante trazer um certo capital, deveria conhecer usos e costumes do País e compreender como as transações eram realizadas. Weech desaconselhava a vinda de empregados de escritório que deveriam, no mínimo, dominar bem a língua inglesa; afinal, raramente havia contratações feitas aqui, tendo em vista que a maioria das firmas trazia seu pessoal da Europa. De qualquer modo, prevenia o viajante para que trouxesse dinheiro o suficiente para se manter durante seis meses e, em caso de emergência, também poder pagar a passagem de volta.³⁷

Também não considerava boas as oportunidades para os artistas, sob cuja categoria incluía os construtores de instrumentos e técnicos mecânicos. Estes seriam bem-sucedidos, tão logo se constatasse a economia de mão-de-obra possibilitada pela implantação de máquinas na indústria, o que ainda não era o caso do Brasil. Para aqueles que seguiram a carreira militar, Weech dedicou algumas páginas de seu livro, apresentando detalhes dos cargos, funções e soldos no Exército Brasileiro a serem aproveitados pelos alemães.³⁸

Lembrando-se dos nobres empobrecidos, sem profissão nem propriedade, Weech aponta para a possibilidade do matrimônio com as filhas de algum rico

fazendeiro, principalmente para aqueles já conhecedores das belezas brasileiras. Unindo o útil ao agradável, o pretendente aproveitaria para, dessa forma, melhorar a sua condição econômica e ganhar posição na sociedade brasileira.³⁹

Finalmente, os artífices, tais como marceneiros, pedreiros, ferreiros, carpinteiros, padeiros e açougueiros, poderiam esperar pelo melhor: *Para esse tipo de serviço nunca falta trabalho, o pagamento é bom. Se for econômico, logo após o primeiro ano de estada, o trabalhador vai poder melhorar de vida, de modo a poupar o suficiente para a compra de escravo, que em cinco ou seis meses de aprendizagem vai ser-lhe muito útil.*⁴⁰

Não obstante, um periódico alemão⁴¹, preocupado com as questões imigratórias, dá voz a um operário alemão, residente na cidade por catorze anos. Era um alerta contra as propagandas na Alemanha a favor da emigração para o Brasil, trinta anos após serem desencadeadas pelo Major Schaeffer:

Todos aqueles literatos e não literatos, que tantas vezes descreveram o Rio de Janeiro como um lugar em geral vantajoso e favorável para o operário alemão, tomaram, usando de uma expressão moderada, uma pesada responsabilidade sobre si. Levado por tais encômios, abandonou mais de um operário uma posição comparativamente boa e atravessou o oceano para buscar em terra estranha uma subsistência, que só pode adquirir depois

³⁶ WEECH, op., cit., p. 63.

³⁷ Ibidem p. 65.38- Ibidem, p. 66-71.

³⁹ Ibidem, p. 131.

⁴⁰ Ibidem p.71.

⁴¹ *Der Deutsche Beobachter*, Rio de Janeiro, gedruckt bei Luiz de Souza Teixeira. De 16 de abril a 16 de julho de 1853, dos números 1 a 13, faltando o 12. Redigido por B. Goldschmidt e G.F. Busch.

*de muito tempo e muitos sacrifícios; e ainda então, apenas mesmo suficiente, pois que a sua expectativa e esperança pela maior parte nunca se realizam, sendo a posição do artista no Brasil inteiramente diversa do artista alemão.*⁴²

Para Mayr, as maiores dificuldades encontradas por esses trabalhadores, provavelmente artífices, era a falta de conhecimento da língua portuguesa, além de não obter nenhum apoio entre os seus conterrâneos, espalhados pela cidade:

...e demasiadamente ocupados como ganhar o indispensável, não podem socorrer o irmão recém-chegado, nem com obras, nem com conselhos. Nesse ponto está o operário em piores circunstâncias do que o colono, que chegando em com-

*panhia de muitos outros, suporta em comum com eles mais facilmente os males que têm de sofrer em país estrangeiro. O operário vê-se só, e não lhe é fácil achar-se a sua vontade.*⁴³

Ele se referia principalmente aos trabalhadores mais pobres e que, embora no Brasil fosse possível ganhar muito mais do que na Alemanha, o custo de vida no Rio de Janeiro também era muito maior do que lá. No entanto, algo mais atraía o emigrante alemão para essa cidade, apesar das mortes por doenças tropicais, da concorrência com a mão-de-obra escrava e da carestia. Há muito que as Américas, mesmo a monarquia portuguesa, acenavam a bandeira verde da esperança por uma liberdade maior do que na Europa. ☉

BIBLIOGRAFIA:

- BÖSCHE, Theodoro (1825-29). *Quadros Alternados*. São Paulo: Garraux, 1929.
- LEMOES, Juvêncio Saldanha. *Os mercenários do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- OBERACKER Jr., Carlos H. *Antonio Jorge von Schaeffer - criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil* - Porto Alegre, Ed. Metrópole, 1975; Novos traços para a imagem do Dr. Jorge Antonio Von Schaeffer. In: *Anais do 3º Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, São Leopoldo, 1979*.
- SCHAEFFER, Dr. Ritter von. *Brasilien als unabhängiges Reich in Historischer, merkantilistischer und politischer Beziehung*. Altona, Hammerich, 1824.
- SCHLICHTHORST, Carlos. (Hannover, 1829). *O Rio de Janeiro como ele é (1824-28) (Huma vez e nunca mais!)*. Trad. Emmy Dodt e Gustavo Barroso. Rio de Janeiro, Getúlio Costa, 1943.
- SEIDLER, Carlos. 1835. *Dez Anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- WEECH, Friedrich von. *Reise nach Brasilien*. 3 vols. München, 1831.

⁴² Comunicado de J. G. Mayr. In: *O Emigrado Alemão*, ano 1, 2 de julho de 1853, nr. 3. O termo Arbeiter, significa trabalhador em geral, incluindo o operário, não confundir com proletário. O missivista também se refere aos seus como artistas, quicá, querendo dizer artífices, profissões que se complementavam.

⁴³ Idem.



Revivendo Guararapes

Sérgio R. D. Morgado*

RESUMO

Deixando de lado a mera descrição cronológica e factual, o autor analisa criticamente o fato histórico considerado berço do Exército Brasileiro, convidando o leitor ao debate de diversos dos seus aspectos.¹

PALAVRAS-CHAVES

História, Guararapes, século XVII.

Existe um aforismo que diz que a *História é a Mestra da Vida* o qual, complementado por Santayana na afirmação de que aqueles que a desconhecem estão fadados a repeti-la, nos remete a meditar sobre seu uso.

Minha proposta não é discorrer sobre o fato, historiando o que todos já sabem, mas provocar o leitor sobre o que fazer desse uso.

Convém começar fazendo uma constatação. Essa nossa *Guerra dos Trinta Anos* produziu, e continua produzindo, um dos mais volumosos acervos documentais relativos ao nosso período colonial, aqui e alhures. Só José Honório Rodrigues, no seu *Domínio Holandês no Brasil* editado

em 1949, lista 1.098 referências bibliográficas e historiográficas.

Algumas delas são obras de reconhecido e festejado valor, como é o caso de Boxer, o inglês, de Netscher, o alemão, de Watjen, o holandês, dos brasileiros José Antônio Gonçalves de Melo e Evaldo Cabral de Melo, sem esquecer de Antônio de Souza Júnior. São todas obras feitas na distância do tempo, sem a paixão da presença, diferentes das narrativas de Frei Manoel Calado, com o seu *Valeroso Lucideno*, e de Duarte de Albuquerque Coelho, com suas *Memórias Diárias da Guerra do Brasil* e das obras de Caspar Barleus e de Johannes de Laet, dois holandeses que viveram o momento histórico e o imprimiram nas suas obras.

* General-de-Brigada. Sócio-titular do IGHMB.

¹ Matéria extraída de palestra proferida no IGHMB, dia 17 de abril de 2001, em sessão comemorativa do Dia do Exército (19 de abril).

Mas esse estudo tem sofrido fluxos e refluxos em sua trajetória, na busca do conhecimento de fatos novos que transmutem a verdade histórica, no seu reescrever com roupagens mais modernas e atraentes.

No mundo globalizado que habitamos, o reforço da nossa identidade é atitude primordial. Mostrar que o Exército nasce gerado das entranhas de uma sociedade que, agredida pelo interesse alienígena, se arma para defender seus valores. Mostrar que não surgimos como tropa pretoriana ou como um bando de mercenários, que não somos fruto de intenções menores, que nascemos com a Pátria, como convém, esse o nosso papel.

Mas como e para quem fazer isso? Quem quer saber? Quem quer escutar? Que artifícios deveremos usar?

Penso que a primeira atitude é abandonar a mera descrição cronológica e factual e partir para a análise crítica dos fatos históricos. Abrir discussão com quem conhece, expor o nosso ponto de vista. Agregar a nossa experiência para induzir a compreensão do fato histórico no seu viés militar.

No prefácio de *O Negócio do Brasil*, Evaldo Cabral de Melo pondera sobre a importância do conhecimento da História portuguesa como fundamento para a compreensão da nossa História, que ele próprio constatou desconhecer. Eu mesmo, procurando razões para entender fatos e fracassos acontecidos no desenrolar desse conflito, fui me socorrer de Carlos Selvagem, com o seu *Portugal Mi-*

litar e, de forma fragmentária, em Will Durant, na sua *História da Civilização*, para buscar as relações entre o que ocorria aqui e na Europa. E verifiquei, buscando nas livrarias, que não existe nenhuma obra traduzida para o português sobre a Guerra dos Trinta Anos.

A criação da Companhia das Índias Ocidentais teve muito mais no interesse bélico o seu leit motiv. O ataque ao Nordeste foi realizado para aliviar a pressão espanhola contra o território batavo na Europa.

Evaldo abre a sua narrativa afirmando que o domínio neerlandês no Brasil constitui o episódio central do conflito que opôs Portugal aos Países Baixos pelo controle do açúcar brasileiro, do tráfico negreiro de que este dependia e do comércio das especiarias asiáticas.

Embora não desqualifique as razões econômicas como preponderantes do conflito, tudo o que pude ler a seu respeito, e não foi pouco, conduzem a minha crença para uma razão política-estratégica. Ou seja, a criação da Companhia das Índias Ocidentais teve muito mais no interesse bélico o seu *leit motiv*. O ataque ao Nordeste foi realizado para aliviar a pressão espanhola contra o território batavo na Europa.

Além disso, a guerra no Brasil teve a mesma conotação religiosa da que se desenrolava no território europeu, e no seu bojo, carregava os mesmos ódios e as mesmas incompreensões. Só se amenizava no coração do nosso caboclo, esse cadinho que amalgamou as qualidades das nossas raças formadoras temperadas pelo clima dos trópicos, um ingrediente singular que regulava e impunha atitudes nesse nosso teatro de operações.

Isso nos remete para outro conjunto de curiosidades, o elemento humano envol-

vido no conflito. Com razoável boa vontade, poderemos contabilizar alguns dados para as nossas reflexões. Sabe-se que a Europa Ocidental, na virada do Século XVII, tinha cerca de 50 milhões de habitantes. Os Valois, na França, tinham cerca de 20 milhões de vassalos e os Habsburgos, somando a Espanha e o Sacro Império Romano Germânico, perto de 30 milhões. Nesse conjunto estavam 5 milhões de espanhóis, 6 milhões de italianos, 2 milhões de holandeses e 1 milhão de portugueses, além de alemães, austríacos, boêmios, húngaros e poloneses. No Brasil, a Capitania de Pernambuco contabilizava 120 mil almas, das quais 45 mil eram homens livres, um igual número de escravos e cerca de 20 mil índios controlados. Em 1622, Matias de Albuquerque informava, segundo Evaldo, que viviam ali cerca de 8 mil homens aptos para as armas.

Como dado de comparação, o Exército que o Duque de Alba reuniu para atacar os holandeses nas Flandres, no início da guerra de independência dos Países Baixos, era composto por 10 mil homens. Em Salvador, desembarcaram 1.700 homens na invasão de 1624 e, no Recife, Matias de Albuquerque conduziu 850 patriotas para se contrapor aos 3 mil soldados de Waerdenburch desembarcados no Pau Amarelo. Na primeira invasão, o Conde Duque de Olivares, condestável espanhol, organiza a *Jornada dos Vassalos*, com 53 velas e 11 mil homens, comandados pela fina flor da vassalagem luso-espanhola, para recuperar a colônia.

Em 1630, manda Antônio de Oquendo com apenas 20 navios de guerra e 2 mil homens em armas. Na Bahia a guerra dura 1 ano, em Pernambuco vai durar 24 anos. Serão reflexos da Europa?

Esses dados nos atraem para uma questão transformada em capítulo, no livro *Olinda Restaurada*, e que trata da relação dicotômica entre a guerra travada nas Flandres e a guerra travada no Brasil. A questão primacial não é a comparação entre elas, mas o fato da substituição de uma pela outra.

Matias de Albuquerque a empregou e cercou os batavos por largo tempo no Recife. A chegada do napolitano Conde Bagnolo com Oquendo, em 1631, deu início ao questionamento ético do emprego da guerra brasileira. Antes de partir, em Lisboa, escrevendo a Felipe IV, Bagnolo afirmava que *o não defender as praças e retirar-se para os matos é contra a reputação das armas de Vossa Majestade*. Queria realizar em Pernambuco uma guerra de sítios, a maneira das Flandres, fortificando o Cabo de Santo Agostinho e as estâncias, guarnecendo os fortes ainda em poder dos lusos-espanhóis com infantaria de fora, pois a *natural* dizia, *era quase toda de gente inconstante que não sabia o que fazia ou tinha apenas em mira o próprio proveito*.

Esse conceito o vemos repetido por D. Luis de Rojas y Borja, que veio substituir Matias na condução da guerra. Ele, também um veterano das Flandres, afirmou que não era macaco para andar pelo mato. Morreu no primeiro embate, no combate da Mata Redonda, derrotado por dois outros veteranos das guerras na Europa, que defendiam os interesses batavos em Pernambuco, o polonês Archewiski e o alemão von Sckoppe. Esses se adaptaram melhor aos ensinamentos da terra, pois usaram os conhecimentos de Calabar para romper o cerco no Recife e expandir a área conquistada.

Essas reflexões ficam mais ricas se atentarmos para o fato de que Matias de Albuquerque vai vencer os espanhóis em Monjolo, na guerra de restauração portuguesa, aplicando o que aprendera com os naturais em Pernambuco.

Será também interessante avaliar a influência de Bagnolo na definição das ações a partir de sua chegada, pois, na verdade, o sucesso do cerco diminuiu desde então. É verdade que a defecção de Calabar, em 1633, ensinando os fundamentos das guerrilhas aos holandeses foi elemento essencial, mas a perda do Forte dos Afogados, que impedia o acesso à várzea do Capiberibe e, em consequência, enfraquecia a posição fortificada do Arraial do Bom Jesus, poderia estar relacionada com essa questão conceitual. A base da resistência eram as Companhias de Emboscadas e nos combates de sítio falavam mais forte o armamento e a técnica europeus.

Projetemos a questão para o segundo cerco do Recife, agora já em 1645, na fase da insurreição pernambucana. O primeiro embate vitorioso foi no Monte das Tabocas, onde uma força holandesa bem armada foi atraída para uma série de emboscadas concebidas por um mestre dessa arte, a arremetida de 40 negros, escravos de João Fernandes Vieira, morro abaixo, gritando e brandindo paus tostados, pondo em fuga os *veteranos das Flandres*. Tabocas foi a *avant-première* das Batalhas dos Guararapes, foi o seu ensaio, pois embora elas se caracterizem como um

combate entre forças constituídas, o primeiro nesse nível em nossas terras que produziu consequências definitivas, na realidade tiveram êxito porque empregaram as técnicas da emboscada aliadas ao judicioso uso do terreno.

Outra dicotomia refere-se à relação entre a guerra travada no mar e a guerra travada em terra. Sabe-se da hegemonia naval holandesa até metade do Século XVII, quando foi derrotada e substituída pelo poder naval inglês, a partir de 1652-54. Teria a presença holandesa no Brasil durado 30 anos em face dessa hegemonia?

Teria a incapacidade holandesa de se adaptar ao terreno levado-a a perder a colônia implantada no Nordeste? A análise das presenças desses efetivos e a disparidade entre as capacidades militares batavas e ibéricas será certamente um tópico atrativo a ser discutido, até porque ela poderá explicar mais concretamente as razões dos resultados das ações estratégicas executadas por ambos os lados e suas repercussões na continuação do conflito.

Por exemplo, como entender que uma ação coroada de êxito que foi a conquista do Recife, em 1630, envolvendo 54 navios e iates, acompanhados de 13 pinças equipadas por 3.500 homens do mar, sob o comando do Almirante Lonck, e que carregavam um exército de quase 3 mil homens sob o comando do Coronel Waerdenburch resultasse, menos de um mês depois, no cerco da praça por efetivos extremamente reduzidos e com enorme carência de meios. Afinal, supunha-se que a

Sabe-se da hegemonia naval holandesa até metade do Século XVII, quando foi derrotada e substituída pelo poder naval inglês, a partir de 1652-54. Teria a presença holandesa no Brasil durado 30 anos em face dessa hegemonia?

força recrutada para atuar em Pernambuco o fora com base nos recursos vultuosos provenientes da captura da Frota de Prata espanhola, por Piet Heyn, em 1629 e teria sido formada por efetivos experientes da guerra nas Flandres. Como explicar?

E o episódio da Armada do Conde da Torre, D. Fernando de Mascarenhas, considerada como o clone da Jornada dos Vassalos, e por isso denominada Jornada do Brasil? Sabe-se que os preparativos para organizar uma nova Armada de Socorro tiveram início em junho de 1636, mas a Esquadra só saiu de Lisboa em 8 de setembro de 1638, estimulada, quem sabe, pelo ataque de Nassau a Salvador. Era composta por 38 navios e equipada com 2.400 marinheiros e cerca de 5 mil homens de guerra. Aportou em Salvador a 17 de janeiro de 1639 e saiu para dar combate ao inimigo em 21 de novembro, agora com 87 embarcações 5.017 homens de desembarque.

O combate se travou próximo da ilha de Itamaracá contra efetivos inferiores do inimigo, durou 4 dias e resultou na dispersão da Esquadra de Socorro e no desembarque de 1.430 homens na Baía da Traição, no Rio Grande do Norte que, ao comando do Mestre-de-Campo Luis Barbalho, empreenderam uma marcha épica de 400 léguas pelo interior do território inimigo e, ao cabo de 4 meses, conseguiram chegar a Salvador, a tempo de participar da defesa da cidade contra outra tentativa de assalto feita por ordem de Nassau.

Considero que seria muito importante discutir esse episódio pela diversidade de situações que ele apresenta, com uma atenção especial para a reconstituição da marcha de Barbalho, cuja importância militar não foi, até hoje, devidamente considerada.

Um outro tópico de que desejo tratar refere-se à questão ideológica. Um jovem bacharel em História pela USP, Pedro Puntoni, publicou, em 1992, pela Editora Brasiliense, um livreto chamado *Gueras do Brasil (1504-1654)*. Ao analisar, sumariamente, 150 anos de conflitos, ele descreve o enfrentamento que Portugal teve com outras nações interessadas no espaço econômico americano para consolidar seu domínio. Ele conclui o ensaio afirmando que o seu objetivo foi mostrar como a história colonial brasileira faz parte do movimento da História do Capital, tomando-lhe um dos aspectos.

Ao refletir sobre essa acertiva, vejo que ela nos leva a discutir as razões pelas quais a Companhia das Índias Ocidentais foi criada. Mais do que isso, analisar o seu comportamento no trato da Colônia e sua influência no desenrolar dos acontecimentos.

Lemos em Boxer, no seu livro sobre Salvador Correia de Sá, que Willem Usselincx, um flamengo refugiado em Antuérpia, foi o principal mentor da criação da Companhia, a WIC, como ficou conhecida. Sua proposta primitiva era a de colonizar áreas devolutas da América do Sul e surgiu na época da trégua dos 12 anos da guerra entre a Espanha e os Países Baixos. Ocorre que, ao longo dos 80 anos que durou essa guerra, o intercâmbio colonial entre ambos foi permanentemente exercido, principalmente à base do contrabando. Durante a trégua, entre 1609 e 1621, 2/3 do tráfico entre o Brasil e a Europa esteve nas mãos dos holandeses, na sua maioria judeus serfarditas.

Mas essa guerra não tem suas origens em interesses econômicos. Ela é fruto do conflito religioso entre católicos e protes-

tantes, que teve início com a Reforma proposta por Lutero, em 1517, e que se propagou pela Alemanha e pela França, atingiu o Norte da Europa e chegou, inclusive, na Inglaterra. Ela se confunde com a disputa de poder entre os Habsburgos e os Valois e, depois, com os Bourbons, uma guerra dinástica que infelicitou a Europa entre 1618 e 1648.

Usselincx representava o partido da guerra holandês, em cuja composição sobressaíam os calvinistas da Zelândia, ferozes inimigos dos espanhóis. Seus objetivos eram atacar as fontes de riqueza ibéricas no Novo Mundo. Sua proposta era criar a Companhia no início do Século XVII, à semelhança da Companhia das Índias Orientais, essa orientada para a disputa comercial. Não o conseguiu porque teve em Johan van Oldenbarnevelt, que representava o partido da paz, um interlocutor com justificativas que foram mais fortes, nas avaliações dos Conselheiros que compunham a República Holandesa em formação. Oldenbarnevelt foi o construtor da trégua dos 12 anos. Ele alegava que era menos dispendioso conseguir os produtos das Américas nos portos ibéricos, do que lutar por eles no Mar das Caraíbas.

Boxer observa que *a execução, em 1619, de Oldenbarnevelt, sob a forjada acusação de alta traição, assinalou o triunfo do Príncipe Maurício de Nassau e dos calvinistas militantes, partidários da guer-*

ra. Esse fato se confunde com o irromper da guerra na Alemanha, em 1618, e foi determinante para a criação da WIC, em 3 de junho de 1621. Sua primeira missão foi conquistar Salvador, na Bahia, em 1624.

Considerando esse ponto de vista, é interessante analisar a dispensa do Conde João Maurício de Nassau Siegen das suas funções de Governador.

Ele tornara a colônia rentável, expandira seus domínios, conquistara um ponto de apoio na África, de onde garantia um dos insumos fundamentais para a indústria do açúcar: a mão-de-obra escrava. Mas estava sendo dispensado. Por que? Estariam os motivos fundamentais na tolerância religiosa que implantara em *Ci-*

dade Maurícia, ou na participação dos locais nas Câmaras de Escabinos, desvirtuando as reais motivações da Companhia e dos Estados Gerais, a quem estava associada na empreitada? E por que isso foi feito em 1644, considerando que o poder dos Habsburgos havia sido mortalmente ferido na Batalha de Rocroi, em 1643, contra os Bourbons de Luis XIV? E por que não considerar também a restauração portuguesa de 1640, que abriu nova frente com a Espanha e gerou uma trégua de 10 anos, a partir de 1641, que foi cumprida na Europa, mas não o foi nas colônias?

A propósito dessa Restauração, convém lembrar que D. João IV, ao assumir o trono português, deparou-se com três

*Convém lembrar que
D. João IV, ao assumir o trono português, deparou-se com três importantes tarefas para resolver: o reconhecimento, na Europa, do Reino e do Trono no conceito internacional; a defesa das fronteiras contra o inevitável ataque do vizinho, e a reintegração das colônias que, na América, na Ásia e na África, haviam sido perdidas para os Países Baixos no decorrer da prolongada guerra que haviam sustentado contra a Espanha.*

importantes tarefas para resolver: o reconhecimento, na Europa, do Reino e do Trono no conceito internacional; a defesa das fronteiras contra o inevitável ataque do vizinho, e a reintegração das colônias que, na América, na Ásia e na África, haviam sido perdidas para os Países Baixos no decorrer da prolongada guerra que haviam sustentado contra a Espanha.

Evaldo Cabral de Melo trata magistralmente desse assunto no seu livro *O Negócio do Brasil*, que relata as negociações lusoneerlandesas acontecidas entre 1641 e 1669, analisando as nuances da recriação do monolitismo de seu domínio na América, a partir dos contextos militar e político e das mutações do equilíbrio de poder europeu, onde inclui a paz do Munster, a crise angloportuguesa de 1649, o eclipse da Casa de Orange, em 1650, e as guerras anglo-neerlandesas que lhe sucederam.

Trago desse estudo, para a reflexão do leitor, a participação do Padre Antônio Vieira nas negociações e em especial o seu papel forte.

Nos conta Evaldo que, ao reingressar no cenário internacional, Portugal estava despreparado diplomaticamente, tendo que improvisar recrutando, na alta aristocracia, no sistema judiciário, e entre os funcionários da Casa de Bragança. Tristão de Mendonça Furtado, o primeiro embaixador enviado a Haia, negociou a trégua dos 10 anos.

A ação de Nassau no Brasil, aproveitando-se de que a ratificação da trégua levaria seis meses, permitiu a conquista do Maranhão, de Angola e Sergipe, criando um impasse nas negociações. Datam dessa época os primeiros contatos, sob a inspiração de João Fernandes Vieira, para a elaboração de um plano visando a uma revolta geral, à

semelhança da restauração portuguesa na Europa. E aparecia, pela primeira vez, a oferta de compra do Nordeste aos holandeses pelos luso-brasileiros, no valor de 2 milhões de cruzados. Foi com essa missão que chegou em Haia, em 1643, o novo embaixador português, D. Francisco de Souza Coutinho, onde permaneceu até 1650.

A insurreição pernambucana de maio de 1645 seria o novo fator a dificultar as negociações, que envolviam os interesses holandeses na sua luta contra Espanha, dessa contra Portugal e contra França, das lutas contra os turcos no Mediterrâneo, envolvendo interesses venezianos e papais, uma verdadeira trama diplomática.

É quando surge a figura do Padre Antônio Vieira que, a mando de D. João IV, vai a Haia reavaliar a situação. De regresso a Lisboa, convence o monarca a aumentar a oferta para 3 milhões a fim de que Souza Coutinho comprasse os compradores.

Fazem parte dessa trama diplomática as ações bélicas ocorridas a partir de 1645, pois tudo leva a crer que elas estariam inseridas nas tratativas para a elaboração dos tratados que se acertavam na Europa, seja o de Munster, que selaria a paz entre a Espanha e os Países Baixos, seja o de Westfália, que envolveria todo o resto da Europa conflagrada. Permite entender porque a armada de Witte de With retardou sua chegada ao Brasil, sendo antecipada pelo reforço trazido por D. Antonio Teles de Menezes, o Conde de Vila Pouca de Aguiar, e que obrigou Von Sckoppe a abandonar Itaparica um mês antes da chegada do *Double W*.

O que não contavam os negociadores foi com a vitória luso-brasileira nos Guararapes, em abril de 1648. Ela desmon-

tou as combinações para a compra do Nordeste e criou novas expectativas e novas atitudes entre os litigantes. É difícil, então, entender porque Souza Coutinho prepara um documento, em agosto de 1648, com a ajuda do Padre Vieira, onde, invertendo o processo, ambos admitem a restituição, aos holandeses, do território entre o Rio Grande do Norte e o Rio Sergipe.

Em Lisboa, ao contrário, a vitória nos Guararapes impediria tal atitude, reforçada pela reconquista de Angola, em agosto do mesmo ano.

A análise das razões do comportamento de Vieira são um substrato interessante para entender as relações diplomáticas daquilo que Evaldo Cabral de Melo denominou a *primeira crise internacional da história brasileira*.

Para justificar sua atitude, Antônio Vieira escreve o seu *Papel Forte*, onde expõe seus argumentos em favor do acordo de Haia. Segundo Evaldo, ele afirma que declarar guerra à República equivalia fazer o jogo dos espanhóis, pois a Coroa não tinha dinheiro para custear as guarnições da fronteira com a Espanha, endividara-se enormemente com a armada de Vila Pouca, perdera a receita aduaneira de 60 navios capturados pelo inimigo e da safra de açúcar que se deixara de lavar na Bahia, em montante superior a 5 milhões de cruzados. Perguntava como Portugal queria defender o Brasil se não conseguia defender o Alentejo? Afirmava que os Países Baixos possuíam 14 mil navios e 200 mil marinheiros, enquanto Portugal tinha apenas 13 navios e 4 mil marinheiros. A superioridade batava, em apetrechos bélicos e em quadros militares, também

era esmagadora. Diplomáticamente, o governo de Haia não tinha inimigos; o de Lisboa não tinha um único amigo.

Esse documento ficou conhecido, na história luso-brasileira, como um dos mais altos exemplos de realismo político. Consta ter sido escrito no retorno de Vieira a Lisboa, no final de 1648. A vitória luso-brasileira na Segunda Batalha dos Guararapes, em 19 de fevereiro de 1649, terá sido o canto do cisne dessa tentativa diplomática. A satanização do Padre Antônio Vieira por esse episódio, que inclusive seria uma das razões que o teriam levado à Inquisição, merece um reestudo. A literatura já o recuperou, colocando-o onde merece. Cabe agora, aos historiadores, cumprirem o seu papel.

Atrevo-me a tocar em mais algumas reflexões, envolvendo o final da guerra, mais precisamente a Capitulação do Taborda. José Antonio Gonçalves de Mello fez publicar, em 1979, através do então Ministério da Educação e Cultura, uma edição ilustrada sobre a Rendição dos Holandeses no Recife.

Desse importante documento me chamou a atenção uma análise comparativa entre outras rendições dos holandeses, na mesma época. Ele compara a Rendição do Taborda com a rendição de Salvador, em 1625, e a de Angola, em 1648. Na primeira, os espanhóis, representados por D. Fradique de Toledo Osório, só deixaram os holandeses levarem a roupa de vestir e dormir, os oficiais podendo conduzi-las em caixas e baús, e os soldados nas suas mochilas.

Em Angola, Salvador Correia de Sá e Benevides concedeu-lhes levar consigo todos os bens pessoais e mais os da Compa-

nhia que ali fossem encontrados, inclusive os escravos, além de metade da munição e mantimentos de que dispunham. Agregasse a esses dados a rendição dos holandeses para os ingleses em Nova Amsterdã, hoje Nova York. Pelos ingleses foi reconhecido aos colonos o direito não só de ali permanecerem, como o de conservarem seus bens, e ainda admitiram a vinda de novos colonos, a navegação e o comércio em navios e com portos daquele país.

Francisco Barreto de Menezes foi pródigo nas concessões ao inimigo. Prometeu fornecer-lhes navios suficientes para evacuar todos quantos desejassem partir, dando-lhes tempo para se desfazerem de seus bens e propriedades. Aos que desejassem permanecer seriam tratados como súditos de Portugal. Foi decretada anistia para todas as ofensas e atrocidades cometidas durante a guerra, salvaguardando-as de qualquer represália por atos ou palavras.

O grosso da artilharia foi entregue aos portugueses, mas foi permitido a Von Sckoppe levar vinte canhões de bronze e tantos outros de ferro suficientes para a defesa dos navios de retorno. Constam, ainda, das cláusulas, a permissão para levar toda a documentação de posse da WIC e a Von Sckoppe foi permitido levar consigo o equivalente a 20 toneladas de pau-brasil, como paga de soldo atrasado que lhe devia a Companhia.

Capitularam no Recife cerca de 1.200 soldados que eram acompanhados por cerca de 3 mil funcionários e familiares. Todos foram embarcados em boas condições para a Europa. Alguns preferiram permanecer e fizeram família no Brasil.

Na literatura sobre a guerra falta um estudo mais profundo desse ato tão im-

portante para a compreensão da fase final do conflito, como falta estudar, com recursos mais apropriados, os documentos holandeses que existem no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os que se encontram no Instituto Arqueológico do Recife. A nossa proposta tem sido a de preparar um encontro entre todas as instituições envolvidas ou com interesse no assunto, nacionais e estrangeiras, para formatar um Plano Diretor que permita recuperar essa memória e dar ao fato histórico o relevo que ele realmente tem.

Toda essa questão não teria sentido se o que proponho aqui fosse visto sob o interesse do diletantismo. Como todos devem saber, criou-se uma Fundação Cultural do Exército Brasileiro - a FUNCEB, uma entidade civil de direito privado, para auxiliar o Exército na preservação do material, que está sob sua guarda. Nesse contexto, a FUNCEB já começou a atuar, estimulando ou formatando projetos para cumprir tal desiderato.

O Caderno B do *Jornal do Brasil* publicou recentemente uma reportagem sob o título *O museu, do futuro e o futuro dos museus*, de autoria de Roberto Teixeira da Costa, que foi a Davos, no Fórum Econômico Mundial, participar de um painel sobre o Museu do Futuro. Fazia isso por ter sido eleito para a Presidência do Conselho Deliberativo do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Do artigo retirei algumas informações que penso nos interessar. Da pauta do painel duas questões relevantes: *Como os museus, basicamente criações do Século XIX, irão sobreviver no Século XXI? E será que seu papel estará reservado a fazer parte da indústria do entretenimento?* As respostas foram dadas por Thomas

Krens, diretor do Museu Guggenheim de Nova York. Segundo Krens, o museu do futuro será delineado pela tecnologia e pela arquitetura. A arquitetura possibilitaria que as exposições do conteúdo fossem acompanhadas por um instrumental tecnológico que permitissem ao usuário acessar todas as informações relacionadas com o que estivesse sendo exibido, através de vídeos, textos, realidades virtuais, Internet e outras maravilhas que estão por vir.

Nas suas considerações sobre a demanda, o articulista refere-se à *Mostra Brasil+500*, para citar o enorme potencial de público, que está ávido no Brasil por novas descobertas, novas informações. E o leitor deverá estar se perguntando: *E daí?*

Daí que preservar o patrimônio passa pelo seu uso, pela sua divulgação e este insumo está faltando nas nossas prateleiras

para atender a esta demanda na sua formatação futura. Reinauguramos o Museu Conde Linhares e pretendemos transformá-lo num Centro Cultural dinâmico. Se quisermos usar esse tema como referência, que é o da presença holandesa no Brasil, que apoios poderíamos oferecer para tornar atrativo o conteúdo e oferecer para a sociedade, para os visitantes, para as novas gerações, as informações que lhes permitam saber que o Exército Brasileiro nasceu nos Montes Guararapes, junto com a Nação, para protegê-la de interesses e da cobiça de outras sociedades? Um tema atual, certamente!

Pois no momento em que comemoramos este nascimento do Exército em Guararapes, penso que não poderia haver sentido mais oportuno do que este: *refletir sobre o seu uso em benefício do Brasil.* ●

História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial



A construção da história da Força Expedicionária Brasileira – FEB, pautada em emoções e vivências com o testemunho dos próprios protagonistas desta fase gloriosa da Nação brasileira, é o escopo deste maravilhoso trabalho.



Bibliotheca do Exército



Um Culto à Memória Nacional: A Criação do Museu Histórico Nacional

*Gláucia Soares de Moura**

RESUMO

Uma condensação de monografia, apresentada como defesa de bacharelato em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, que conta a história da criação do Museu Histórico, inserida no contexto nacional da sua época, com destaque especial para as transformações urbanas ocorridas na Cidade do Rio de Janeiro em função das comemorações do 1º centenário da Independência do Brasil.

PALAVRAS-CHAVES

Museu, memória nacional, primeiro centenário da Independência.

SINOPSE DO CENÁRIO NACIONAL NA DÉCADA DE 1920

Abrangendo o período de 15 de novembro de 1889 a Revolução de 1930, a Primeira República, ou República Velha, compreendeu anos de incerteza.

O crescimento da economia cafeeira, que propiciou a evolução do sistema industrial, subordinou o País a uma economia agro-exportadora e ao capitalismo internacional, dificultando a criação de um mercado interno que sustentasse o desenvolvimento autônomo do capitalismo.

Os efeitos da Primeira Guerra Mundial (1914 - 18)¹ tornaram instáveis as taxas de câmbio e desequilibraram o setor cafeeiro. As conseqüentes pressões inflacionárias levaram aos empréstimos internacionais, para a compra dos excedentes da produção de café e a manutenção da política de sua valorização. Não obstante, a recessão do pós-guerra impulsionou a industrialização, gerando um núcleo urbano industrial composto pelo excedente de trabalhadores da economia cafeeira, mão-de-obra barata, adequada às necessidades do empresariado.

As indústrias de bens de consumo foram as que mais se desenvolveram, por

* 2º Tenente OTT, museóloga, da Diretoria de Assuntos Culturais.

¹ Diminuição das exportações européias e desvalorização da moeda brasileira.

necessitarem de tecnologia simples e volumes menores de capital, contarem com matérias primas fáceis de serem obtidas no País e com um mercado interno em expansão. Era uma indústria predominantemente constituída por pequenas unidades, onde prevaleciam as atividades têxteis e alimentícias.

A sociedade brasileira desenvolvia-se marcada pelas desigualdades econômicas e sociais, fruto da dependência de poderosos grupos internacionais. Internamente, a concentração de renda era privilégio da Região Sudeste.

A política nacional era dominada pelos cafeicultores de São Paulo e Minas Gerais, que exerciam o poder através da *política dos governadores*², submetendo as demais unidades da federação à sua vontade e excluindo as camadas assalariadas das decisões políticas do País. Dentro desse sistema, marcado pela ausência dos partidos nacionais, as eleições de Rodrigues Alves (1918), Epitácio Pessoa (1919), Artur Bernardes (1922) e Washington Luís (1926) para a Presidência da República demonstraram a força política desses dois estados. Foram anos que presenciaram crises sociais e políticas, marcadas pela insatisfação da população urbana, tensões regionais e descontentamento nas fileiras do Exército quanto aos rumos tomados pelo País. Por seu turno, o desenvolvimento das cidades e a diversificação de suas atividades propiciaram, duas décadas após proclamada a República, a crescente cir-

culação de novas idéias, principalmente na capital federal.

Com a morte de Rodrigues Alves, os estados de menor influência pressionaram as lideranças paulistas, e a década de 1920 iniciou-se com o governo conservador de um paraibano, Epitácio Pessoa que, logo após assumir a presidência da República, demonstrou a intenção de comemorar os cem anos de Independência do Brasil, fato que coincidiria com o final do seu mandato. Sugerindo ao Congresso medidas de efeito prático, mas de espírito soberano, desejava que o Brasil marcasse presença no quadro internacional das nações modernas.

Nesse período, o agravamento das condições de vida do trabalhador urbano³ provocou o surgimento de um intenso movimento grevista e ocasionou o interesse de alguns políticos pela questão social, dando origem a leis sobre acidentes de trabalho, estabilidade no emprego, pensão e aposentadoria para algumas categorias profissionais.

A chegada de Arthur Bernardes (1922-26) ao poder deu-se em meio a forte crise interna, cercada por problemas políticos e movimentos de indisciplina militar e civil, na própria capital federal, deixando transparecer uma atmosfera pouco propícia ao regime republicano, com discussões em torno da garantia da unidade nacional e de como promover o progresso do País.

O arranjo político para elegê-lo presidente foi combatido pela *Reação Republicana*⁴, que tentava indicar um candidato

² Esquema organizado pelo presidente paulista Campos Sales (1898-1902).

³ Baixos salários, oferta de mão-de-obra superior ao número de vagas e inexistência de uma regulamentação das relações de trabalho.

⁴ Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

seu, ao menos para a vice-presidência. Reunidas pelo descontentamento com sua marginalização junto às instâncias superiores do governo, correntes políticas civis buscaram o apoio de grupos militares onde a insatisfação dominava, principalmente entre alguns jovens oficiais da Marinha e boa parte dos pertencentes a *um Exército subordinado aos Interesses de uma classe dirigente considerada corrupta desde o Governo Floriano Peixoto*.

Alguns acontecimentos aumentaram as indisposições entre o Exército e a candidatura Arthur Bernardes. Dentre eles, o episódio das *cartas falsas*, de autoria atribuída ao candidato e publicadas no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, que se referiam ao banquete em homenagem à posse do ex-Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, na presidência do Clube Militar, insultando o Marechal e o Exército, e ao protesto do Clube contra a utilização de tropas do Exército para intervir na política, durante a sucessão ao governo de Pernambuco (junho de 1922), o que permitiu que fosse invocada uma lei contra as associações nocivas ou contrárias à sociedade, o fechamento do Clube Militar e a prisão de seu presidente.

A reação militar, então comandada pelo Capitão Euclides da Fonseca⁴, deu-se em julho de 1922, com a Revolta do Forte de Copacabana. Jovens oficiais, em sua maioria tenentes, estavam certos de *salvar a honra do Exército* em nome do povo, tornando-se os responsáveis pela salvação nacional. O *Tenentismo*, como ficou conhecido o movimento, contava com a sim-

patia da população urbana, mas não havia vinculação propriamente dita entre ele e as chamadas camadas médias da sociedade.

Paralelamente a esses acontecimentos, em março de 1922, nasce o Partido Comunista do Brasil, formado por grupos de intelectuais e operários que passam a preocupar-se com a centralização do movimento destes, orientados pelo programa da III Internacional Comunista, organização criada em 1919, logo após a Primeira Guerra Mundial, destinada a apoiar as revoluções socialistas e proletárias em todo o mundo.

Apesar das dificuldades econômicas e políticas, o ano de 1922, em decorrência dos cem anos de vida independente do País, impôs-se como o momento de vincular a imagem de progresso e civilização como fatores da construção de uma identidade nacional sob o enfoque republicano.

A adoção de medidas práticas – edificação de monumentos e criação de datas comemorativas – constituiu a forma que alguns administradores encontraram para inserir seus nomes na história, como Carlos Sampaio, prefeito do Rio, nomeado por Epiácio Pessoa para a presidência da Comissão Organizadora do Centenário da Independência.

Os fatos que se sucederam no País e, principalmente, na capital federal não criavam, entretanto, momento propício para investimentos arrojados que viessem a tornar a cidade sede do desenvolvimento industrial e cultural brasileiros.

Em abril de 1925, nascia a Coluna Prestes, fruto do encontro de revolucionários paulistas e gaúchos. Ela não se pro-

⁴ Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

⁵ Filho do Marechal Hermes da Fonseca.

punha a estabelecer vínculos com as massas rurais. Destinava-se a manter vivo o princípio revolucionário de protesto heróico nos centros urbanos e seus feitos e efeitos repercutiram, por muitos anos, na esquerda brasileira.

Devido ao quadro financeiro então vivido, o governo Arthur Bernardes transcorreu sob grande insatisfação popular nas áreas urbanas, especialmente no Rio de Janeiro, e nele intensificaram-se as intervenções em lutas políticas internas dos estados, a fim de manter o equilíbrio nacional desejado.

Apesar disso, a eleição de Washington Luís (1926-30) transcorreu tranqüila, dentro do revezamento entre paulistas e mineiros. Seu grande objetivo de governo foi estabilizar a moeda nacional, fazendo com que seu valor correspondesse às reservas de ouro detidas pelo País e, desse modo, passasse a ter valor real.

No final de seu mandato, a insistência na candidatura de um paulista à sucessão criou forte cisão entre as elites dos grandes estados e levou ao fim a Primeira República, com a Revolução de 1930.

Em verdade, a reformulação do sistema republicano já era visível durante toda a década de 1920, sendo possível destacar a evolução política que ocorria no Rio Grande do Sul e em São Paulo.

O RIO MODERNIZA-SE

Sucessivamente, sede do Reino português e capital do Império e da República, a cidade do Rio de Janeiro foi submetida a uma estratégia de adaptação às novas demandas republicanas, concentrada no poder do esforço econômico, na sín-

tese da população mestiça e na influência das idéias renovadoras.

Com a República veio o progresso, mas o Rio não conseguia vencer os ressentimentos do povo com sua elite, nem romper as estruturas coloniais determinantes do seu subdesenvolvimento.

A economia cafeeira de exportação motivou o crescimento urbano, aumentou a diferenciação da sociedade, dividindo-a em classes sociais, e mudou a fisionomia da cidade, que se transformou num centro de irradiação do progresso nacional.

Tanto no Rio como em São Paulo, os *barões do café* construíram palacetes e deram impulso ao comércio e às transformações urbanas. Palácios e edifícios públicos foram construídos, monumentos tornaram-se cenários para grandes eventos, jardins ganharam importância e a cor invadiu a cidade.

Na década de 1920, os jornais e revistas entraram numa fase de desenvolvimento e modernização seguindo os modelos europeus. Com a abertura da Avenida Central, nela instalaram-se alguns dos jornais mais importantes do período - *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio* e *O País*, além do *Correio da Manhã* - com notável influência política, e algumas revistas como *O Malho*, *Fon-Fon*, *Revista da Semana*, *Careta* etc.

Sentia-se, através dos artigos da *Revista da Semana* (1921), que, apesar das reformas do início do século XX, o Rio apresentava sua área central com grande densidade populacional, carente de espaços para novas construções. Era preciso mudar as perspectivas de modernidade, criar uma nova metrópole dentro da velha e expandir as áreas habitáveis.

Modernizar passou a significar que a cidade precisava esconder sua periferia e situar-se dentro dos padrões de limpeza das sociedades modernas, onde o indivíduo precisava de espaços para circular e mostrar-se como cidadão do mundo. Mais que isso, embelezar-se, organizar seus símbolos, criar uma imagem que a identificasse oficialmente e fazer um *raio X* do cenário dos poderes que a compunham.

No Rio de Janeiro, não havia mais espaço para epidemias e focos de desordem. Ele precisava modificar-se para ingressar no novo mundo e assumir o papel de capital de um país que pretendia tornar-se um *Estado-nação* moderno.

O Centenário da Independência levou a uma acelerada remodelação da cidade, de forma que as comemorações fossem feitas segundo os parâmetros oficiais de uma capital limpa e saneada. Conhecida por suas belezas naturais, o Rio deveria estar próximo do modelo metropolitano do século XX.

A administração Carlos Sampaio foi, assim, marcada pelo discurso sanitário e pela organização das festividades do Centenário da Independência, o que conduziu à demolição dos morros de Santo Antônio e do Castelo, acarretando o desaparecimento do *berço* da cidade e de um dos seus mais importantes conjuntos arquitetônicos jesuítas, o Convento da Ajuda⁶, a fim de abrir caminho para o Passeio Público⁷.

Com a aproximação das comemorações programadas, foi preciso buscar soluções

efetivas que promovessem a expansão do traçado urbano do centro da cidade, por questões econômicas e estéticas desafogar a área e permitir as atividades comerciais em uma região valorizada economicamente.

As constantes visitas de autoridades estrangeiras também impulsionaram de forma mais intensa a retirada do Castelo, pois o destoar entre a Avenida Rio Branco, com seus prédios modernos, e o Morro era o contraste mais visível da *barbárie* instalada no coração da capital, que pretendia apresentar-se como integrante do mundo civilizado.

Apesar de enfrentar resistência no Conselho Municipal e em parte da imprensa, as obras iniciaram-se sob a supervisão de uma firma americana, introdutora da tecnologia que derrubaria o morro à base de jatos de água.

Com o material do desmonte aterrou-se a área que banhava a ponta do calabouço⁸, deixando a Rua Santa Luzia de ser praiana. Nesse local de suficiente extensão, foi possível construir os inúmeros pavilhões da Exposição Internacional comemorativa do Centenário.

Para que esse plano fosse cumprido, foi deslocada uma população de aproximadamente cinco mil habitantes, gerando a alta do custo de vida e a escassez de moradias, ambas denunciadas na imprensa da época por personalidades como Lima Barreto.

Vencido o obstáculo natural, foi possível construir-se o *caminho da moderni-*

⁶ Corresponde, hoje, às quadras da Cinelândia.

⁷ O plano de arrasamento do marco histórico da fundação da cidade e ponto de referência no cotidiano da capital não era uma novidade. Desde o século XVIII, já havia a intenção de derrubá-lo sob as alegações de crescimento da população e das edificações.

⁸ Imediações do atual Aeroporto Santos Dumont.

dade⁹, uma estratégia que recortava o espaço urbano, separando o antigo do moderno.

Atraídos pelos altos salários, trabalhadores chegaram de várias partes do País para, dia e noite, durante cerca de trinta meses, colocarem em prática o projeto de verticalização da cidade e sua expansão para a zona sul.

Carlos Sampaio consertou os estragos das grandes ressacas do mar no Russel e na Avenida Atlântica; deu continuidade a trabalhos já começados, como a organização do Conselho Municipal e a canalização dos rios que cortavam a cidade; adquiriu o Teatro São Pedro de Alcântara¹⁰; construiu grandes e modernos hotéis¹¹, visando a atrair o turismo; reformou as praças Vieira Souto e Cristiano Ottoni, além das ladeiras do Morro da Favela¹².

O ensino profissional recebeu um grande impulso, com a construção de núcleos escolares, obras de ampliação e adaptação nas escolas já existentes e aquisição de prédios para futuros estabelecimentos de ensino¹³.

Esse processo de modernidade fez com que a cidade perdesse sua singularidade, em troca de uma modernização autoritária, dominadora e artificial, que comprometeu

o seu desenvolvimento natural. A modernidade eliminou a experiência anterior da cidade e, como consequência, reinventou a tradição, com a remodelação da sua natureza, dando-lhe *ares femininos* e fomentando a luta entre o cenário natural e as modificações a ele impostas. Com sua vocação de *colônia-metrópole*, fazia-se responsável por uma ilusão de cosmopolitismo ao tempo que, por outro lado, devido à sua grandiosa beleza natural, estava destinada a transformar-se em *cidade cartão-postal*, capaz de atrair capital estrangeiro, turistas e personalidades importantes.

A imagem de uma capital tão bela quanto cosmopolita fê-la fiadora do progresso nacional. O comércio acanhado e colonial deu lugar aos grandes magazines e casas de grandes negócios. As ruas transformaram-se em avenidas, por onde transitavam automóveis e carros elétricos. Os jardins e o porto davam a impressão de que tinha nascido uma outra cidade.

ENTRE A MODERNIDADE E A TRADIÇÃO

A história cultural do Brasil foi marcada, na década de 1920, por uma profunda ruptura, quando o Modernismo tornou-

⁹ Praça Mauá, Praça XI, Cinelândia, Praça Paris e, seguindo em direção à Zona Sul, Botafogo, Urca, Ipanema e Leblon.

¹⁰ Hoje Teatro João Caetano.

¹¹ Hotel Rio Cassino, Hotel 7 de Setembro, dentre outros.

¹² Também em seu governo foram ativados alguns Departamentos Municipais. O de Matas e Jardins foi o responsável pela arborização e ajardinamento de várias ruas e praças de toda a zona da Exposição Internacional da rua Santa Luzia ao Pharoux, pela construção de dois mercados de flores, um na Praça Olavo Bilac e outro em frente ao cemitério São João Batista, e ainda pela reconstrução de outro localizado em frente ao cemitério São Francisco Xavier. Ao Departamento de Assistência coube a construção do Asilo de Velhos no Boulevard 28 de Setembro, do Posto de Socorro de Copacabana, e do Hospital de Pronto Socorro, bem como a reforma do Posto de Assistência do Méier, que estava fechado, e do Hospital São Francisco de Assis, que passou a ser propriedade do Governo Federal.

¹³ Nesse período, o Brasil recebeu visitas de monarcas que marcaram profundamente a população carioca. Em setembro de 1920, hospedaram-se no Palácio Guanabara o rei belga, Alberto I, e sua esposa e a rainha Elizabeth. Durante os festejos do Centenário da Independência, outra visita honrosa foi a de Antônio José d'Almeida, presidente da República de Portugal. Também o secretário do exterior dos Estados Unidos, Sr. Hughes, veio trazer suas homenagens ao Brasil, em retribuição à visita que D. Pedro II fizera a seu país em 1876.

se o movimento símbolo das transformações de um país agrário e atrasado em uma nação otimista e com *nova* civilização.

Os modernistas brasileiros viviam o dilema da vontade de estar em sintonia com os movimentos culturais, idéias e novas técnicas européias, e o desejo de interferir na produção dos padrões culturais que os antecederam no cenário nacional. Os intelectuais e artistas desse período enfatizaram a originalidade brasileira diante das culturas européias.

O movimento desenvolveu-se de modo diferente nos dois maiores centros produtores e consumidores da cultura nacional. Enquanto, em São Paulo, a Semana de Arte Moderna marcou o processo de reflexão e reinterpretação da cultura nacional, tornando visível o desabrochar de todo o processo intelectual do grupo que constituía o modernismo brasileiro de então, no Rio de Janeiro esse movimento de renovação deu-se de forma mais peculiar, devido à presença de espaços culturais ligados à tradição, como a Academia Brasileira de Letras e a Escola de Belas Artes.

No Rio na década de 1920, os primeiros gestos modernistas despontaram através dos debates sobre a nação brasileira, da mobilização da cidade para comemorar o centenário da Independência e do reflexo do empenho do País naquilo que poderia promover a inserção definitiva do Brasil no moderno mundo das grandes potências: a Exposição Internacional do Centenário, evento que se constituiu em espaço para o lazer e local onde a população visitante poderia entrar em contato com a idéia de civilização e bem-estar coletivo dentro dos padrões europeus.

No entanto, o desejo nacional de tornar o Brasil uma nação moderna exigiu, além das obras de saneamento da Capital Federal, a consolidação dos ideais republicanos.

Nessa concepção, o perfil de modernidade requerido para o País era excludente, pois substituiu um passado e todo o seu significado para a memória popular por um modelo que atingiria as camadas que detinham o poder econômico e político.

O poder público, ao implementar as obras de reforma urbana, marcava presença alterando relações sociais e de produção, na medida em que definia o que e quem deveria aparecer na nova imagem que o País iria oferecer ao estrangeiro, bem como o que e quem deveria ser excluído.

Sob essa ótica, as mudanças no espaço físico da capital federal assumiam uma postura elitista, responsável por um processo de contínua perturbação da estrutura social, de interminável incerteza e agitação, principalmente para as classes economicamente menos favorecidas. Entendia-se que as mudanças no quadro urbano do Distrito Federal denotavam a construção de um espaço da cultura *superior* e do trabalho, com base no lema *ordem e progresso*, segundo os parâmetros defendidos pelos órgãos administrativos federais e municipais, assim como pela imprensa que partilhava dos interesses governamentais.

O Estado brasileiro precisava organizar suas ações, fundamentando-as numa concepção de memória e de tradição nacionais, através do conjunto de princípios filosóficos, políticos e doutrinários que orientariam a política do governo.

Dentre os suportes utilizados para evocar a idéia de *nação unificadora* estavam,

então, as já conhecidas exposições universais e os museus, responsáveis pela idéia de *renovação cultural*. Era preciso colocar em prática uma política nacional de cultura, a fim de identificar práticas e propostas que valorizassem a identidade nacional.

Sempre houve uma relação bastante estreita entre os museus públicos e as exposições internacionais: ou suas coleções e seus técnicos eram requisitados para participar desses eventos em prol do progresso e da civilização ou, a partir de coleções organizadas para essas mostras, eram criados novos museus.

No Brasil, desde o século XIX, por iniciativa de D. João VI, foram criados, no Rio de Janeiro, o Museu da Escola Nacional de Belas Artes¹⁴ e o Museu Nacional (1818), como parte integrante de uma simbologia da nação.

A primeira exposição foi realizada em 1861 e o Museu Nacional foi o responsável por exibir, e posteriormente guardar, grandes e variadas coleções ligadas à mineralogia, à botânica, à geologia e à zoologia, que representavam os recursos naturais do País.

Com a República, as exposições tornaram-se mais grandiosas. Em 1908, seguindo as reformas urbanas conduzidas pelo Prefeito Pereira Passos (1902-1906), foi criada uma *cidade mostruário* para a realização de uma exposição na Praia Vermelha, introduzindo, no Brasil, a noção de cidade como espetáculo.

No entanto, realizada de 7 de setembro de 1922 a julho de 1923, a exposição Internacional e comemorativa do Centenário da Independência foi o evento culminante da *belle époque* da capital federal e o último realizado durante a República Velha.

A seção nacional situou-se perto do antigo Arsenal de Guerra e estendia-se até a área aterrada com o desmonte do Morro do Castelo. Compunha-se dos pavilhões das Festas, dos Estados, das Pequenas e Grandes Indústrias, do Distrito Federal, da Aviação e Agricultura, da Caça e Pesca, pavilhões particulares, como o do Município de Campinas e de empresas nacionais e estrangeiras (Brahma e General Electric), além de restaurantes e bares.

Na Avenida das Nações, instalaram-se as delegações estrangeiras de países como Argentina, México, Inglaterra, Estados Unidos, França, Itália, Portugal, Dinamarca, Suécia, Bélgica, Noruega e Japão, num total de cinquenta.

A Exposição espelhava-se na imagem da *cidade-luz*, Paris, e exibia seus pavilhões iluminados, como confirmação e aspiração de um crescente progresso cultural e tecnológico. O objetivo foi transformar o evento num local onde os valores estéticos servissem de atração para a sociedade, a fim de inseri-la em um clima de requinte e modernidade, sob a ótica da ordem e do progresso.

Realizada de 7 de setembro de 1922 a julho de 1923, a exposição Internacional e comemorativa do Centenário da Independência foi o evento culminante da belle époque da capital federal e o último realizado durante a República Velha.

¹⁴ Iniciado em 1915 com a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.

As festas da Independência e todo o contexto social, político e cultural vivido pelo País, no início da década de 1920, trouxeram à tona a necessidade de se criar um espaço oficial, com finalidade cívica, onde pudessem ser reunidos objetos cuja importância histórica lembrasse fatos marcados pelas nossas glórias do passado, exercitando, assim, a memória nacional.

O então Presidente da República, Epitácio Pessoa, cedendo a pressões de vários grupos sociais, criou, pelo Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, o Museu Histórico Nacional.

O espaço escolhido abrangia a área do antigo edifício do Arsenal de Guerra e da Casa do Trem, prédios profundamente relacionados com a história do Brasil e da Cidade do Rio de Janeiro, onde as mudanças arquitetônicas estavam ligadas às transformações e à dinâmica de desenvolvimento do País, primeiro como colônia de Portugal e, posteriormente, como nação independente.

O conjunto arquitetônico que hoje forma o Museu Histórico Nacional, tem suas origens na Fortaleza de Santiago (1603) e na prisão do Calabouço (1693), das quais só restam as fundações, bem como no núcleo composto pelas edificações da Casa do Trem (1762), do Arsenal de Guerra (1822) e dos demais anexos construídos ao longo do século XIX, sempre aproveitando a localização estratégica para a defesa da Baía de Guanabara e da própria Cidade do Rio de Janeiro, mantendo assim a vocação militar daquela área.

A edificação abrigou, ainda, repartições burocráticas do Exército e do Governo Federal, até 1922, quando foi inserida nas obras de reurbanização da área

da Misericórdia para as comemorações do centenário da Independência. Os prédios que abrigavam o Arsenal de Guerra e a Casa do Trem foram reformados para abrigar um dos pavilhões da Exposição Internacional, o Palácio das Grandes Indústrias, destinado a expor produtos nacionais e estrangeiros.

As obras de remodelação do antigo complexo militar visaram a integrá-lo às características homogêneas das demais fachadas dos edifícios que serviam à Exposição, tornando o núcleo de origem do Museu Histórico Nacional um dos exemplares mais significativos da arquitetura neoclássica da cidade.

Os arquitetos Arquimedes Memória e Francisque Cuchet buscaram, ao mesmo tempo, criar um complexo com condições de abrigar a exposição de milhares de produtos e manter as características históricas da edificação.

Do antigo Arsenal de Guerra e do Forte do Calabouço, que o prolongava, Memória e Cuchet fizeram o grande Palácio das Indústrias, restaurando-os inteiramente e convertendo-os em magnífico monumento arquitetônico, de estilo neocolonial, o mais vasto e um dos mais belos do certame.

A ornamentação externa foi o que mais nele despertou atenção pois, fugindo ao seu estilo arquitetônico original, a edificação apresentava uma grande quantidade de elementos da arquitetura colonial.

A inauguração do Museu Histórico Nacional, em 12 de outubro de 1922, durante a Exposição do Centenário, no Pavilhão das Grandes Indústrias, representou a consolidação de um lugar permanente para a celebração contínua da his-

tória do Brasil. Em termos práticos ele constituía uma tentativa do governo federal de se redimir perante a opinião pública nacional e internacional, após a derrubada do Morro do Castelo, um dos monumentos vivos da memória nacional.

O Museu Histórico Nacional tornou-se um lugar de memória para a moderna nação brasileira, um espaço para o exercício da cidadania, para a construção da memória social e para a preservação do patrimônio cultural, além de consagrar as relações entre as exposições e os museus, a partir dos quais se criava um corpo de cidadãos, por intermédio da instituição de uma cultura comum.

Após o término da exposição e nos anos seguintes, a maioria dos pavilhões desapareceu. O Palácio das Grandes Indústrias, no entanto, foi sendo modificado e ganhou outros pavimentos que hoje são ocupados, totalmente, pelo Museu Histórico Nacional.

UMA CASA PARA A MEMÓRIA NACIONAL

A invenção das tradições

Embora houvesse divergência de idéias, existia nas elites intelectuais e políticas brasileiras, nas duas primeiras décadas do século XX, a certeza da necessidade da criação de um museu voltado para a preservação da memória histórica nacional.

O cearense Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso¹⁵ foi um dos primeiros intelectuais a colocar-se a serviço da memória nacional.

Intelectual expressivo e dono de uma vasta produção literária, Barroso possuía a capacidade de reunir em torno de si seguidores

fiéis, que partilhavam de suas idéias de defesa da tradição como fonte da ordem e do progresso e como elemento formador da nova identidade nacional.

A inauguração do Museu Histórico Nacional, em 12 de outubro de 1922, durante a Exposição do Centenário, no Pavilhão das Grandes Indústrias, representou a consolidação de um lugar permanente para a celebração contínua da história do Brasil.

Em termos práticos ele constituía uma tentativa do governo federal de se redimir perante a opinião pública nacional e internacional, após a derrubada do Morro do Castelo, um dos monumentos vivos da memória nacional.

¹⁵ Nascido em 29 de dezembro de 1888, filho de uma família tradicional e de formação católica, formou-se Bacharel em Direito, trabalhou como funcionário público e exerceu a função de inspetor escolar no Distrito Federal. Como jornalista e escritor, foi o redator-chefe da revista *Fon-Fon* e, em 1923, devido a sua grande produção literária, ingressou na Academia Brasileira de Letras. Na política, filiou-se ao Partido Republicano Federal e, em 1915, foi eleito deputado federal pelo Ceará. Mais tarde, em 1933, tornou-se membro da Ação Integralista Brasileira (AIB), que, posteriormente, viria a transformar-se em partido político. Influenciado pela origem e formação militar - sua mãe era alemã - Barroso possuía posições e idéias próximas da doutrina alemã, o que o diferenciava dos demais teóricos do integralismo, inspirados no fascismo italiano e português. Barroso participou da conspiração e do levante integralista de 1938, sendo o único com capacidade para disputar a liderança do partido com Plínio Salgado, seu fundador. Com o crescimento das manifestações de repúdio ao Integralismo, devido à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado das Forças Aliadas, em 1942, Barroso afastou-se da política para dedicar-se às atividades de escritor, intelectual e diretor do Museu Histórico Nacional, funções que exerceu até 1959, quando veio a falecer.

Era ele um homem inovador, com visão à frente de seu tempo. No campo da museologia, foi um intelectual preocupado com as noções de patrimônio e preservação, lutando pelo desenvolvimento de uma mentalidade preservacionista de nossos valores históricos e culturais.

Na década de 1910, Gustavo Barroso já chamava a atenção para a perda de referências estéticas que ocorria no Brasil, destacando-se pelos artigos *Museu Militar* (1911) e *O Culto da Saudade* (1912), ambos publicados sob o pseudônimo de João do Norte, na edição vespertina do *Jornal do Commercio*, onde enfocava questões de preservação da memória nacional através do patrimônio artístico e histórico.

Na verdade, embora seu discurso estivesse voltado apenas para o passado, Gustavo Barroso demonstrava preocupação com a coleta e conservação de objetos no presente. Ele nos alertava para a necessidade de um programa de defesa de nossas tradições. Em sua concepção, era preciso reunir, num único lugar, as relíquias da vida nacional, sejam objetos preservados graças a iniciativas particulares, sejam lembranças da vida e dos feitos de nossos antepassados ou ainda as antiguidades adquiridas em leilões por compradores estrangeiros.

Outras iniciativas também despontaram nessa década. Em 1918, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)¹⁶ e o Museu Nacional, representado pelo seu diretor Bruno Lobo, apresentaram, à Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, uma proposta efetiva

de criação, no Rio de Janeiro, de um museu nacional histórico. O projeto consistia na construção de um edifício para abrigar os objetos que seriam transferidos de outras instituições e que ficariam sob a responsabilidade do IHGB, *guardião da história oficial*, como era automeado.

O diretor do Museu Nacional, também entusiasmado com o planejamento de um museu de história, chegou a oferecer parte de seu acervo para o futuro museu.

A oposição veio por parte do diretor do Arquivo Nacional, Gastão de Escagnolle Dória, que desejava expandir as coleções de relíquias de seu estabelecimento e nele formar, então, um museu.

De qualquer maneira, estava solidificada a certeza da necessidade de criação de um museu antes que nossos testemunhos históricos desaparecessem, sem que existisse a possibilidade de restauração.

Gustavo Barroso, no entanto, permanecia firme na idéia de valorização das relíquias e tradições militares para a organização do patrimônio da nação. Na sua visão, um dos principais objetivos dos museus era reconstruir a história do homem em sociedade, sendo o elo que marcaria a continuidade, a tradição como algo sagrado e a memória nacional. A construção do passado histórico evidenciaria o papel do Estado como ordenador dessa mesma sociedade.

A nação seria construída com base nos princípios de nacionalidade¹⁷ que articulava a construção simbólica, através da criação de signos, acervos móveis e imóveis de representação nacional.

¹⁶ Criado em 1838, através de Max Fleuiss e Edgard Roquette Pinto.

¹⁷ Expansão e unificação nacional.

O objetivo inicial de Gustavo Barroso era criar um museu militar para guardar as tradições guerreiras, documentar os progressos dos armamentos e exaltar o culto das glórias passadas – enfim, um lugar onde a nação brasileira pudesse depor seus troféus e, através de exposições, cumprir a função educativa inerente aos museus.

Com crescente debate, a própria denominação do novo museu tomou maior amplitude. O que em 1911-12 Barroso chamou de Museu Militar, em 1921 era visto como o Museu da Independência e, finalmente, em 1922, foi oficialmente batizado de Museu Histórico Nacional.

As divergências entre a construção histórica de Gustavo Barroso e a visão que o governo republicano tentou consolidar em seus primeiros anos estavam refletidas em algumas medidas administrativas que, segundo a visão de Barroso, enfraqueciam o sentimento de nacionalidade e refletiam o descaso do poder público com as relíquias nacionais.¹⁸

Em 21 de agosto de 1922, Barroso foi nomeado, pelo Presidente Epitácio Pessoa e por unânime decisão do governo, Diretor do Museu Histórico Nacional. Foi seu ideólogo, seu organizador e seu primeiro diretor, cargo que ocupou até a sua morte, com um breve intervalo, entre 1930 e 1932, período em que foi afastado por demissão do cargo.

Os laços de Barroso e Epitácio, ambos originários de famílias tradicionais do Norte, haviam se estreitado em 1919, quando Barroso viajou para Versalhes como secretário da delegação brasileira à Conferência de Paz, chefiada pelo então futuro presidente.

Na verdade, a nomeação de Gustavo Barroso reproduzia as normas implícitas de um ritual consagrado pelas instituições políticas brasileiras: a troca de cargos e privilégios dos que participavam do poder.

Muitos foram os debates na imprensa sobre a criação do Museu Histórico Nacional, a escolha do lugar para sua implantação e a figura de Gustavo Barroso para dirigi-lo. O jornal *A Pátria* festejou a nomeação de Barroso. Os jornais *A Noite* e o *Correio da Manhã* desprestigiaram a criação do museu, argumentando que o diretor do Arquivo Nacional já havia começado a recolher objetos históricos, não necessitando de mais uma instituição para fazer o mesmo. Já a *Gazeta de Notícias* tomou a defesa do local escolhido para instalação.

Em meio às manifestações de apoio ou de oposição, destaca-se a ação de Gustavo Barroso como decisiva para a formação e a consolidação do Museu. Institucionalização dos ideais da nação, foi, durante sua gestão, um instrumento de culto à pátria, templo sagrado onde estava guardada a história e as tradições brasileiras e que tinha por função ensinar os brasileiros a amar e respeitar o seu País.

Barroso acreditava que o Museu resgataria a tradição nacional e construiria o sentimento cívico. Para tal, deveria ser preservada, principalmente, a cultura do Estado Imperial, forjador da nação brasileira, responsável que foi pela unificação da nação e pela demarcação das principais fronteiras territoriais, além de abrigar as elites fundadoras da intelectualidade nacional.

Segundo Barroso, para os objetos representativos da cultura popular ou para

¹⁸ A descentralização dos estados, por exemplo.

aqueles que melhor definissem a singularidade do povo brasileiro, deveria existir um outro tipo de museu, folclórico ou ergológico, que testemunharia a memória coletiva dos cidadãos comuns.

Na década seguinte à sua criação, o Museu Histórico Nacional sofreria os reflexos da política nacional e buscaria consolidar-se no cenário cultural do País. Com a Revolução de 1930, passou por momentos de incerteza, principalmente, quando da demissão de seu diretor pelo Governo Provisório, fato que o manteve afastado por dois anos.

Seu substituto, o escritor Rodolfo Garcia, apesar da inexperiência em administrar museus, foi responsável por atitudes reformadoras, como a exposição temporária em comemoração ao centenário da abdicação de D. Pedro I, a aquisição de algumas peças do extinto Museu Naval, a transferência de uma coleção de pintura histórica da Escola Nacional de Belas Artes e a autorização do curso superior em museologia.

O Museu Histórico mostrou-se, então, capaz de, adotando um novo sistema de curadoria, sistematizar sua narrativa histórica através de exposições temáticas temporárias, do tratamento técnico e da catalogação do acervo. Desse modo, a visitação aumentou e as galerias¹⁹ receberam nomes referentes aos vultos e períodos

históricos que retratavam, como *Sala D. Pedro I, Sala Almirante Barroso, Sala do Paraguai etc.*

No período pós-revolução, o Estado voltou a marcar presença na elaboração de políticas para o setor cultural. Destacase a criação de novos órgãos federais, como o Ministério de Educação e Saúde Pública (1930), ao qual o Museu Histórico Nacional ficou subordinado, e o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (1934).

Quando Barroso retornou ao cargo de diretor, em 1932, ocupou-se com o preparo de pessoal qualificado para as atividades museológicas, prestando total apoio a criação do primeiro curso de museologia do País.²⁰

O Curso de Museus, ministrado pelos próprios funcionários, tinha dupla finalidade: recrutar e selecionar outros funcionários e difundir os conhecimentos úteis na área, tornando o Museu Histórico Nacional centro de referência para a formação e a difusão de profissionais para os museus do País. Nele se ensinava, gratuitamente, técnica de museus, História da Arte e do Brasil, Arqueologia e se pregava o culto da saudade e o amor ao passado nacional.

Outro fruto do trabalho realizado por Gustavo Barroso foi a criação, em 1934, da Inspeção de Monumentos Nacionais para,

Segundo Barroso, para os objetos representativos da cultura popular ou para aqueles que melhor definissem a singularidade do povo brasileiro, deveria existir um outro tipo de museu, folclórico ou ergológico, que testemunharia a memória coletiva dos cidadãos comuns.

¹⁹ Sala dos Retratos, das Bandeiras, Arcadas dos Canhões etc.

²⁰ O curso funcionou no Museu Histórico Nacional até 1979, quando foi transferido para a Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO).

inicialmente, cuidar dos trabalhos de reparação e conservação dos monumentos históricos de Ouro Preto. Em meados de 1936, o então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, transferiu a responsabilidade de preservação dos bens e monumentos de âmbito federal, do Museu Histórico para o recém criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A medida se dava em função da ampliação da importância da preservação da memória nacional durante a Era Vargas, fruto, em grande parte, das iniciativas pioneiras do Museu Histórico Nacional quando dirigido por Gustavo Barroso.

O mudo discurso dos objetos

Em 1922, com a crise na formação política da Primeira República, o governo vigente viu sua hegemonia questionada e partiu para uma proposta de modernização da nação, como meio de revigorar a ordem instaurada em 1889.

Com a criação do Museu Histórico Nacional, passou a existir, no Brasil, do ponto de vista histórico, uma instituição museológica criada pela República e consagrada a tratar da evolução da nação. Preenchia, assim, uma lacuna nos instrumentos de perpetuação do poder utilizados pelas classes governantes.

A política de aquisição adotada, embora não tivesse suas diretrizes formalizadas, mostrou, através das listas de objetos adqui-

ridos, que o *mundo do trabalho* não seria contemplado no Museu Histórico Nacional, a não ser que os objetos estivessem relacionados a alguma personalidade heróica de nossa história, como os instrumentos de dentista de Tiradentes, por exemplo.

Ao ser escolhido como primeiro Diretor do Museu, Gustavo Barroso trazia consigo uma lista de objetos que desejava ver expostos.

Eram eles testemunhos de fatos e personagens da História do Brasil e teriam a finalidade de lembrar, a cada indivíduo, a sua

nacionalidade. O Museu é visto, em seus primeiros anos de existência, como uma instituição que recolhe, guarda, classifica, expõe e conserva, para fins de estudo, as relíquias da Pátria.

Inaugurado em 12 de outubro de 1922, pelo Presidente Epitácio Pessoa, no berço da fundação da Cidade do Rio de Janeiro, ele representava a continuidade dos ideais da Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência: um espaço que tinha por objetivo, servir de modelo para a civilização e inspiração para o progresso nacional.

Os dois períodos em que Gustavo Barroso esteve na direção do Museu (1922-30 e 1932-59) corresponderam, respectivamente, à formação do acervo e à consolidação do Museu como instituição, atribuindo aos objetos um determinado valor simbólico. Sua postura diante da escolha dos objetos que deveriam ser pre-

Com a criação do Museu Histórico Nacional, passou a existir, no Brasil, do ponto de vista histórico, uma instituição museológica criada pela República e consagrada a tratar da evolução da nação. Preenchia, assim, uma lacuna nos instrumentos de perpetuação do poder utilizados pelas classes governantes.

servados denota a vinculação ideológica com o pensamento vigente na classe intelectual do período.

Constituído inicialmente por duas salas escondidas nos fundos do Pavilhão das Grandes Indústrias, denominadas *Da Colô-*

nia à Monarquia e Da Monarquia à República, o Museu encarnava a primeira tentativa de celebrar o passado da nação.

Segundo a visão de seu organizador, os objetos expostos deveriam celebrar a história das lutas travadas pelo Brasil e, principalmente, suas glórias militares. Lá estavam os bustos de generais como Caxias e Osório, espadas tomadas de Solano López na Guerra do Paraguai, canhões, bandeiras e objetos do Forte do Humaitá.

Os objetos militares incorporados pertenceram ao Museu de Artilharia e ao Estado-Maior do Exército. No entanto, mais tarde, entre as primeiras grandes aquisições feitas pelo Museu Histórico Nacional, destacaram-se as coleções de armaria de J. J. Raposo e de Washt Rodrigues, este último um grande pesquisador da história militar do País e autor, junto com Barroso, de um livro sobre indumentária militar brasileira.

Sendo considerada o símbolo mais legítimo da formação da nacionalidade e ícone da pátria, a coleção de armaria encontrou, no Museu Histórico Nacional, o local mais apropriado para sua guarda, constituindo verdadeiro templo sagrado para exposição dos troféus conquistados

pelo País, idéia que perdurou até a Segunda Guerra Mundial.

As relíquias das lutas internas, no entanto, não estavam aqui representadas, pois sua importância histórica não era reconhecida, salvo os objetos associados a grandes personagens do Império e alguns outros referentes às rebeliões das décadas de 20 e 30, consideradas de grande importância no Governo Vargas.

Barroso procurou também diversificar o acervo do Museu, ressaltando aspectos simbólicos da nação como um todo. Através dos retratos, bustos e objetos da Família Real expostos nas vitrines, era visível o gosto pelo passado imperial do Brasil, outra predileção sua. Já as marcas da escravidão foram mostradas a partir dos instrumentos de tortura utilizados nos escravos, culminando com a caneta que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea.

As formas de aquisição desses objetos para compor o *museu-memória* foram diversificadas, sendo, muitos deles, por transferência segundo decreto presidencial.

O Museu contou ainda com a doação de objetos fabricados para a própria Exposição do Centenário, antes mesmo do seu encerramento, num sinal bastante significativo para a história. Além de perpetuar esse evento na memória nacional, representou a possibilidade de união do efêmero e do permanente num mesmo lugar, abrindo as discussões do que, pos-

Sendo considerada o símbolo mais legítimo da formação da nacionalidade e ícone da pátria, a coleção de armaria encontrou, no Museu Histórico Nacional, o local mais apropriado para sua guarda, constituindo verdadeiro templo sagrado para exposição dos troféus conquistados pelo país, idéia que perdurou até a Segunda Guerra Mundial.

teriormente, transformar-se-ia numa nova forma de se pensar a política de aquisições dos museus.

Com o fim das comemorações da Independência, começou a ser formado o núcleo inicial das coleções do novo museu. Vieram peças do antigo Museu de Artilharia, do Arquivo Nacional e da Seção de Numismática da Biblioteca Nacional, sendo distribuídas pelos armários, estantes e móveis que serviram de mostruários da Exposição do Centenário.

No desejo de aumentar o acervo, Barroso fez ainda constantes viagens pelo País e descobriu diversos objetos que considerou de elevada importância histórica.

A partir de 1924, também foram bastante significativas as doações de particulares para a formação do acervo e enriquecimento do Museu como instituição, pois representavam grandes gestos de patriotismo.

Eram objetos que testemunhavam e sintetizavam memórias coletivas e familiares, formando as *grandes coleções*, como por exemplo as doações da família Guinle, que, entre 1924 e 1944, ampliaram regularmente o acervo do Museu, totalizando três mil objetos de todas as classes, aproximadamente.

Outra doação importante foi feita pela viúva de Miguel Calmon, em 1936. Falecido em 1930, Calmon, descendente de uma família de fazendeiros e políticos que incluía personalidades como o Marquês de Abrantes, foi um político de intensa atuação durante a República Velha e detentor

de uma coleção que impressiona pela quantidade e qualidade dos objetos.²¹

Vale citar ainda a doação feita após a morte da especialista em indumentária, Sofia Jobim Magno de Carvalho, composta por trajes típicos e imitações de roupas de diversas épocas, além de livros e documentos da própria doadora.

O período das *grandes aquisições* se estendeu até meados da década de 1950 e, além das já relacionadas, podemos incluir a coleção de carruagens de José Ferreira Alves, e as marcadas pela diversidade dos objetos.²²

No mesmo período, as chamadas *pequenas aquisições* – doações de um único objeto eram feitas várias vezes pelo mesmo indivíduo, tornando-se bastante significativas para o Museu, pois representavam a compreensão do público para com os objetivos da instituição.

Ao doador, Barroso oferecia uma forma de perpetuar esse ato patriótico através da colocação de seu nome em salas especiais, onde podiam dispor sobre os objetos doados, ou em vitrines e etiquetas, de acordo com o tamanho da doação e com o prestígio político e social do doador. Assim, o Museu Histórico Nacional converteu-se num espaço de articulação entre diversos grupos sociais, que, por meio da doação de objetos, obtinha prestígio, honra e legitimidade.

Os dez anos que se seguiram à inauguração do Museu Histórico Nacional, sob os governos de Arthur Bernardes e Washington Luís,²³ as verbas destinadas a

²¹ Mais de 700 itens de alto valor monetário, como lustres, tapeçarias, móveis, quadros, bronzes, jóias, enfim, objetos de grande valor histórico, simbólico e de mercado.

²² Mobiliário, jóias, porcelanas, prataria, vidros, cristais, pinturas, gravuras, esculturas, livros, correspondências, objetos de arte, curiosidades etc; doados, entre outros, por José Wanderley de Araújo Pinho, Coelho Neto e o Barão de Cotegipe.

²³ Em 15.11.1922, Epitácio Pessoa deixou o governo.

Casa do Brasil não eram suficientes, nem mesmo para a sua manutenção, precisando o Museu contar ainda mais com a ajuda de seus doadores.

Na década seguinte, durante o governo de Getúlio Vargas, o Museu passou a ser usado como instrumento ideológico, tornando-se local muito visitado pelo Presidente, onde era freqüentemente homenageado.

Em contrapartida, o diretor do Museu tinha acesso direto ao Presidente e a ele recorria, sempre que necessário, para obter verbas extras, utilizadas, na maior parte das vezes, para a compra de objetos de colecionadores e antiquários.

Sob a interferência pessoal de Getúlio Vargas, deu-se a aquisição de importante segmento do acervo, como o do escritor Henrique Coelho Neto,²⁴ comprado pelo Ministério da Educação e Saúde, em 1937; a aquisição gigantesca da coleção Fonseca Hermes, em 1941, dividida entre outros três museus; a compra, em 1943, do serviço de Porcelana Mandarin do Barão de Massambará; e ainda, como nos conta Adolfo Dumans, a coleção de marfins de José Luiz de Souza Lima, composta por peças de arte sacra indo-portuguesas compradas pelo Tesouro Nacional.

Os anos de 1930 e 1940 presenciaram, ainda, uma outra forma de aquisição de acervo, que se dava com a compra de objetos encomendados a pintores e escultores, como Alfredo Norfini e Hans Nobauer.

Entre 1927 e 1951, as transferências de objetos de outras instituições públicas também foram regulares, destacando-se os objetos tridimensionais vindos do

Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, do Ministério da Guerra, do Ministério da Agricultura e da Escola Nacional de Belas Artes.

Em 1933, foi muito significativa a incorporação do acervo do Museu Naval, extinto no ano anterior. Nele estavam as telas de Vitor Meirelles, *A Batalha do Riachuelo*, e de Aurélio de Figueiredo, *Último Baile da Ilha Fiscal*.

Porém, não importando de onde tivessem vindo, esses objetos eram representativos das elites que estavam associadas, originalmente, ao Estado Imperial, não se constituindo em um acervo representativo da tradição republicana, que desde a Proclamação se buscava construir.

Havia uma grande preocupação com a origem dos objetos recolhidos, a fim de, através de sua autenticidade, materializar o culto a pessoas exemplares que pudessem legitimar o papel da nobreza brasileira na formação da nacionalidade.

Assim, a galeria de heróis que se formou no Museu Histórico Nacional mostrava, por meio de determinada representação do passado, um conjunto de idéias e valores que eram afirmados no presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil da década de 1920, iniciou-se um aceso debate sobre o projeto de nação implantado pelo regime republicano em 1889, mas que ainda não havia sido incorporado aos sentimentos e às idéias das elites intelectuais brasileiras.

Com o propósito de divulgar a imagem de um *novo País*, o governo soube utilizar a passagem dos 100 anos de Independência do Brasil para colocá-lo no cir-

²⁴ Desenhos, esculturas, pinturas e mobiliário.

cuito internacional das nações modernas. A Cidade do Rio de Janeiro foi o palco escolhido para a recepção e as festividades que culminaram na Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência.

A reforma urbana experimentada pela capital federal visava a edificar um modelo de país moderno, calcado nos princípios de ordem e progresso nacionais, a fim de fazer da cidade o símbolo da modernidade brasileira.

Mas a expressão nacional precisava ser materializada em uma instituição que garantisse sua permanência como marco de referência para o País. Nesse contexto, deu-se a criação e a implantação do Museu Histórico Nacional, num prédio de vocação e arquitetura militares, inicialmente adaptado para abrigar a Exposição do Centenário e, posteriormente, sede definitiva do Museu.

Estrategicamente localizado em um sítio repleto de significação histórica para o surgimento e desenvolvimento da cidade e do País, o Museu Histórico Nacional foi criado e utilizado, pelos governos posteriores, como mensageiro oficial de uma cultura de caráter unitário e globalizador.

Orientado para servir de referência à sociedade nacional, o Museu Histórico contou com o respaldo institucional de órgãos do Estado, inspirados em políticas culturais específicas, como é o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *guardião da história da nação*.

Gustavo Barroso foi o responsável pela criação e execução dessa medida pioneira

de se erguer um museu que centralizasse boa parte do patrimônio histórico e cultural do País.

Para tal, Barroso buscou, por meio dos objetos musealizados, preservar a herança cultural do homem, sua obra e seu meio ambiente, e o fez selecionando o período histórico que, para ele, havia sido o de maior importância para a formação da nação brasileira, a monarquia.

As numerosas listas de acervo, fossem transferidas de outras instituições, compradas ou doadas, refletiram – e refletem ainda hoje – as predileções históricas de Barroso. Os objetos militares e os pertencentes à nobreza trazem a memória de uma nação cuja mudança de regime político ainda não havia se estabelecido por completo.

A memória, porém, não está presa ao bem cultural apenas. Esses objetos recolhidos ao Museu Histórico Nacional são signos, símbolos, testemunhos da mentalidade nacionalista do início do século.

Os objetos falam por nós, contemporâneos seus ou não, e a sua seleção e preservação são ações de manipulação de suma importância, como manutenção dos testemunhos das tradições perpetuadas pelas memórias individuais e institucionais.

Por fim, a preservação da memória nacional e dos objetos que nos fazem lembrá-la precisam ser mais exploradas para que os conteúdos históricos possam ser acrescidos de dados que mais facilmente nos levem a compreensão do nosso passado e, conseqüentemente, a novas perspectivas para o presente. ●



A Batalha de Salaminas

Armando de Senna Bittencourt*

RESUMO

O artigo discorre sobre o fato histórico do Mundo Antigo que pôs fim à expansão persa ocorrida no século V a.C.¹

PALAVRAS-CHAVES

Título, poder marítimo, trirremes, os gregos.

OS GREGOS E SUAS TRIRREMES

A Grécia, parte sul da Península dos Balcãs, se caracteriza por seu território montanhoso e pouco fértil, de difícil aproveitamento agrícola, que se projeta no Mediterrâneo, criando grande quantidade de baías, cabos, penínsulas e ilhas. Os gregos, desde muito cedo, aprenderam a depender do mar para seu sustento, através da pesca e do comércio marítimo. Logo, também, aproveitaram suas habilidades marinheiras para expandir seus domínios, colonizando ilhas e terras do litoral do Mediterrâneo. Assim, acrescentaram ao território inicial grego o litoral ocidental da Ásia Menor, parte do sul da Itália e da Sicília e diversas outras ilhas e

locais adequados para instalar seus portos, como Marselha, por exemplo.

Procuravam manter suas cidades independentes. Algumas delas desenvolveram poder marítimo, criando frotas mercantes e de guerra, que lhes trouxeram prosperidade e garantiram sua independência econômica e política. Por volta do século V a.C. Atenas, com seu porto, Pireu, já se destacava como importante centro de um sistema de comércio marítimo.

Não eram incomuns as guerras que travavam entre si, contra os fenícios e contra piratas que assolavam o Mediterrâneo, disputando rotas marítimas de comércio ou protegendo-as. Para isso possuíam embarcações de guerra propulsionadas por remadores quando em combate, semelhantes às de

* Almirante-de-Esquadra. Sócio-titular do IGHMB.

¹ Texto desenvolvido em aula ministrada no primeiro curso de pós-graduação de especialização *latu sensu* realizado na UNIRIO, sob o patrocínio do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército e orientação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, no ano 2000.

outros povos do Mediterrâneo, denominadas aqui, abrangentemente, de galés. Eram embarcações relativamente leves, para poderem alcançar velocidades elevadas nos períodos em que os remos estavam sendo empregados. Nas viagens, quando o vento era favorável, içavam uma vela de formato aproximadamente retangular, o que permitia que os remadores descansassem.

O comportamento no mar dessas embarcações, de pequena borda livre e pouco calado, era péssimo, mas, em situações desfavoráveis de mar, graças ao pequeno calado, podiam se abrigar nas águas tranquilas de uma enseada, ou baía, ou abicar numa praia de areia.

No início, as galés eram utilizadas na guerra como plataformas para transportar guerreiros, que lutavam entre si. A abordagem era a tática que decidia os combates. Depois, por volta do ano 800 a.C., desenvolveu-se o *esporão*, na proa, que permitia abalroar e afundar a embarcação inimiga. A galé passou, então, a ser empregada como um sistema, composto pela embarcação e seus remadores. Novas táticas de emprego puderam ser desenvolvidas, como manobras de remos que, evidentemente, necessitavam treinamento e liderança experiente. Essas táticas podiam, também, envolver operações com diversas embarcações que manobravam simultaneamente.

O advento do *esporão*, portanto, exigiu maiores velocidades e melhor manobrabilidade. Conseqüentemente, as galés dos tempos pré-homéricos evoluíram para uma embarcação com maior relação comprimento versus boca, o *penteconter*, de

No início, as galés eram utilizadas na guerra como plataformas para transportar guerreiros, que lutavam entre si. A abordagem era a tática que decidia os combates.

cinquenta remos, com 25 remadores em cada bordo. Estima-se que essas galés eram capazes de alcançar uma velocidade máxima de 9,5 nós (milhas náuticas por hora), o que corresponde a 17,6km/h.

Entre os tempos de Homero e aproximadamente 500 a.C., desenvolveram-se

galés com duas fileiras de remos em cada bordo, as *birremes*, e, depois, com três fileiras, as *trirremes*. Havia na *trirreme*, um número máximo de remos em relação ao comprimento da embarcação. Para que isso fosse possível, mantendo os pesos baixos, para não prejudicar a estabilidade, os remadores eram *compactados* em grupos de três, cada qual com seu remo, em bancos que distavam, verticalmente entre si aproximadamente meio metro e que estavam afastados, horizontalmente, apenas da distância necessária para permitir os movimentos dos remadores. A distância vertical do banco mais alto para o mais baixo era, portanto, de aproximadamente um metro. O remador da posição mais baixa, por baixo dos outros dois, estava numa situação que foi ridicularizada numa peça de teatro da Grécia Antiga, uma comédia de Aristóphanes, pois seu nariz ficava muito próximo do traseiro de um dos outros dois remadores e, portanto, sujeito aos gases que podiam escapar com o esforço do exercício.

Também por uma questão de estabilidade, é improvável que tenham existido galés com mais de três fileiras de remos por bordo. A existência, no futuro, a partir do século III a.C., de *quadrirremes* e *qüinqüerremes* teve a ver com maior quan-

tidade de remadores por remo e não com o número de fileiras.

Remar com esse arranjo de remos da *trirreme*, muito próximos uns dos outros, somente seria possível para uma guarnição muito bem treinada e disposta a não cometer erros. Bastaria que um remador perdesse o ritmo para causar um grande emaranhado de remos em todo aquele bordo, o que poderia ter graves conseqüências em combate, ou numa formação tática com outras galés próximas. Só se alcançaria um desempenho satisfatório com embarcações construídas obedecendo ao projeto das *trirremes* gregas, se fosse possível um excelente treinamento de remadores motivados. Essa motivação dificilmente se conseguiria com escravos e chicote.

Acredito que a *trirreme* representou o apogeu do projeto e emprego tático do *esporão* das galés. É provável que o segredo da *trirreme* seja o fato de que, em geral, os remadores eram homens livres, que lutavam por sua cidade, recrutados das classes mais pobres, que não podiam pagar o preço do equipamento necessário a um soldado, como as peças da armadura e as armas, típicas da infantaria pesada.

A PRIMEIRA GUERRA MEDA

A expansão do Império Persa afetou, profundamente, os gregos. Ciro, seu fundador, conquistou toda a Ásia Ocidental. Dário, que governou a Pérsia de 521 a 485 a.C., ampliou seus domínios, inclusive submetendo a Trácia e a Macedônia.

Os persas tratavam relativamente bem os povos que se submetiam, mas os gregos da Ásia, que prezavam muito sua

liberdade, se revoltaram, incendiando Sardes, com o apoio dos atenienses.

Dário decidiu, então, conquistar a península e o arquipélago da Grécia, pois percebeu que sua autoridade sobre as cidades gregas da Ásia Menor seria continuamente ameaçada, através do apoio militar dos outros gregos, que não lhe eram submissos. A invasão da Grécia, no entanto, exigia apoio por mar. A primeira tentativa foi frustrada por uma tempestade que destruiu os navios que transportavam as tropas. Na segunda investida dessa Primeira Guerra Meda, as tropas arregimentadas pelos persas foram transportadas sem empecilho e parece que não houve qualquer tentativa importante de confronto no mar. É possível que as esquadras gregas não estivessem preparadas.

Em território grego, as tropas persas não encontraram maiores obstáculos e as cidades por onde passavam se submeteram aterrorizadas. Atenas, porém, decidiu reagir e obteve uma vitória na planície de Maratona, em 490 a.C., que deteve essa primeira invasão.

Apesar de alguns atenienses acreditarem que a Batalha de Maratona havia afastado o perigo, o retorno dos persas era previsível, mas foi retardado por dez anos, pela morte de Dário e por uma revolta no Egito. Houve, portanto, tempo suficiente para que os gregos, principalmente os atenienses, se convencessem da ameaça e construíssem e adestrassem suas esquadras de galés. Em Atenas, Temístocles foi o incentivador da construção de *trirremes*, principalmente em 483 e 482 a.C.. Era através de seu poder naval que os gregos teriam condições de repelir os invasores, muito mais numerosos. A ini-

ciativa de Temístocles foi de grande importância porque não se improvisa o poder naval, ele tem que ser planejado, construído e conservado, com perseverança.

Pode-se então imaginar dezenas de trirremes atenienses se adestrando em exercícios no mar, nos dois ou três anos antes da nova invasão, para alcançar um padrão de qualidade que pudesse igualar e, até, suplantar o poderio da grande quantidade de navios e guerreiros de seus inimigos.

De certa forma comparáveis em esbeltez aos barcos de competição de remo atuais, porém muito maiores e guarnecidas por 170 remadores, as trirremes podiam alcançar velocidades elevadas, que podem ser estimadas em mais de 11,5 nós (21,3km/h), durante o período de tempo que o fôlego dos remadores permitia. Podiam executar manobras táticas ensaiadas, como guinar com um bordo remando e o outro com os remos parados na água, dar atrás, subitamente, com os dois bordos cindo, ou girar com um bordo remando e o outro cindo. É também possível que uma trirreme pudesse acelerar para atingir sua velocidade máxima, em apenas meio minuto. Esses dados se baseiam no artigo *Ancient Oared Warships*, publicado em 1982, por Vernand Foley e Werner Soedel na revista *Scientific American*.

Cada embarcação, vista de longe, lembraria um animal extraordinário, que podia estar envolto num arco-íris, formado pela incidência da luz no borrito levanta-

do pelos remos, quase um organismo vivo, um sistema único integrado com sua tripulação, como somente se veria de novo no mar, com os navios de guerra automatizados dos nossos tempos. A silhueta da trirreme, com o cadaste terminando como uma cauda levantada, na popa, o casco negro contrastando com partes coloridas, a pintura do olho na proa e o movimento dos remos, imitando asas, nos dão a certeza de que eles também imaginavam assim seus navios de guerra.

De certa forma comparáveis em esbeltez aos barcos de competição de remo atuais, porém muito maiores e guarnecidas por 170 remadores, as trirremes podiam alcançar velocidades elevadas, que podem ser estimadas em mais de 11,5 nós (21,3km/h), durante o período de tempo que o fôlego dos remadores permitia.

O PRINCÍPIO DA SEGUNDA GUERRA MEDA

Xerxes preparou um exército e uma esquadra, muito mais poderosos do que os da invasão anterior, de Dário. Os navios e suas tripulações, em geral, pertenciam aos povos submissos, ou aliados. Alguns eram de navegadores experientes, como os fenícios, os egípcios e, mesmo, alguns gregos, jônios, que lutavam do lado dos persas.

Dessa vez, os persas decidiram invadir a península grega progredindo por terra. Sua esquadra deveria apoiar o avanço das tropas.

Unir os gregos, mesmo contra um inimigo comum, que eles somente poderiam enfrentar juntos, não era uma tarefa fácil. Heródoto, em sua *História*, nos descreve, detalhadamente, as desconfianças e conflitos existentes entre eles nesse momento dramático da invasão persa. Esparta

conseguiu reunir um congresso, com delegados das, aproximadamente, trinta cidades-Estado. Concordou-se na aliança e em conferir a liderança das operações, em terra e no mar, a Esparta. É provável que Atenas esperasse receber o comando no mar, pois possuía a maior e melhor esquadra, mas tal não aconteceu e a situação exigia tolerância com os aliados.

Ao que tudo indica, a estratégia dos gregos foi a de procurar retardar o avanço persa bloqueando os passos das montanhas e procurar vencer a esquadra inimiga no mar. Temístocles, designado como general das forças atenienses, acreditava que somente no mar seria possível uma vitória. Conseguindo derrotar a esquadra persa, haveria melhores chances de vencê-los em terra. Mesmo assim, conseguir reunir os navios de guerra de todos os gregos, que também sentiam a necessidade de defender suas próprias cidades, foi muito complicado e consumiu um tempo precioso.

A primeira decisão, de manter a passagem do Vale de Tempe, entre a Macedônia e a Tessália, foi abandonada, porque consideraram que a posição poderia ser facilmente contornada. Aliás, a defesa de uma passagem em montanhas somente é efetiva para retardar o inimigo, pois, em geral, sempre há rotas alternativas que possibilitam contornar os defensores.

Os gregos, então, ocuparam o passo das Termópilas com seis mil ou sete mil homens, comandados pelo Rei de Esparta, Leônidas, e protegeram seu flanco pelo lado do mar, posicionando uma esquadra de 271 galés, comandadas pelo espartano Euríbiades, ao norte de Eubéia, em Artemísio.

Enquanto isso, Xerxes avançava vagarosamente por terra e sua esquadra acom-

panhava o progresso do exército, apoiando-o, inclusive, comboiando navios mercantes que traziam suprimentos. Ao chegar às Termópilas, enquanto suas tropas atacavam as de Leônidas, enviou uma força naval de duzentas galés para contornar Eubéia e bloquear o canal. Esta foi destruída por uma tempestade, que também impediu que as galés gregas saíssem de Artemísio naquela noite. Mas, enquanto ocorriam os combates terrestres nas Termópilas, as esquadras também combatiam em Artemísio, com grande perda de embarcações e homens, conforme nos relata Heródoto.

No terceiro dia desses combates, os persas, em terra, contornaram a posição das Termópilas por um caminho nas montanhas, guiados por um traidor grego, e derrotaram Leônidas. No mar, a esquadra grega, muito avariada, também se retirou para o Sul, deixando exposta aos persas a Ática, onde se situava Atenas. Para os atenienses, a retirada, deixando sua cidade à mercê dos inimigos, foi um alto preço a ser pago, mas, não alcançando uma vitória inicial decisiva sobre esquadra persa, era a alternativa sensata.

O resultado da Batalha de Artemísio, decididamente, não representou uma vitória para os gregos. Mas, retirando-se, podiam conseguir reforços e reparar suas galés que estavam muito danificadas, o que era impossível para os persas, longe de suas bases.

Deixando Artemísio, a esquadra grega foi para Salamina. De lá, os atenienses resolveram evacuar Atenas, prestes a ser invadida pelos persas.

Em setembro de 480 a.C., Xerxes entrou em Atenas, que estava praticamente

deserta, abandonada por seus habitantes, que haviam se refugiado no Peloponeso e, também mais perto, na Ilha de Salamina, que dista, em linha reta, apenas uns 20km de Atenas.

O congresso dos gregos, em Esparta, resolveu concentrar a defesa do Peloponeso no istmo e manter a esquadra em Salamina. A questão agora era: onde forçar a esquadra persa a uma batalha decisiva? Em caso de derrota, o exército grego não teria chances de vitória, lutando contra forças mais numerosas e apoiadas por uma esquadra, que sempre poderia desembarcar tropas para contornar os defensores.

A BATALHA NAVAL DE SALAMINA

Para Salamina vieram também as embarcações gregas que não haviam combatido em Artemísio. Logo, havia mais galés do que anteriormente e continuava-se esperando novas adesões, que já haviam chegado ao Peloponeso e viriam com um reforço de sessenta navios, segundo uns, ou estavam aguardando o resultado para se juntarem ao vencedor, segundo outros.

O comando da esquadra aliada permaneceu com Euribíades de Esparta, mas, Heródoto nos conta que Temístocles forçou a decisão de permanecer e lutar em Salamina. Segundo Heródoto, Temístocles acreditava que: *combatendo em lugar estreito, com um pequeno número de navios contra um número maior de navios inimigos, alcançaremos, segundo todas as probabilidades da guerra, uma grande vitória, pois um braço de mar nos é tão vantajoso quanto será o mar largo para o inimigo*. Além disso, argumentou que, permanecendo em Salamina, os gregos não

combateriam menos pelo Peloponeso do que se estivessem perto do istmo e concluiu que: *se, como espero, batermos no mar os inimigos, eles retornarão em desordem, sem alcançar o istmo e sem poder avançar para diante da Ática...* Existe a lenda, também relatada por Heródoto, de que Temístocles enviou uma mensagem a Xerxes, que o incentivou a atacar a esquadra grega em Salamina. Os autores antigos gregos não estão muito de acordo sobre o texto dessa mensagem.

Seguindo a descrição e a exata localização da Batalha de Salamina de Hans Delbrück, em seu livro *History of the Art of War*, edição de 1975, que apresenta novidades em relação a outros autores, a esquadra grega, com umas trezentas galés, a maioria trirremes atenienses, mas, também, algumas galés de cinquenta remos, estava na costa norte da Ilha de Salamina, onde existem praias de areia e água potável, na Baía de Eleusis. É possível que uma parte da esquadra também estivesse do lado norte da baía, pois seriam necessários espaço e água potável para um efetivo de cinquenta mil a sessenta mil homens e umas trezentas galés.

São duas as entradas para a Baía de Eleusis: a leste, o estreito do lado do Porto de Pireu, de costas rochosas e com o canal passando entre ilhas e pedras; e a oeste, o estreito, mais apertado e tortuoso, do lado de Mégara. Foi por essas duas entradas que a esquadra persa, dividida em duas, iniciou seu avanço, durante a noite, para penetrar, ao mesmo tempo, na Baía de Eleusis, ao amanhecer do dia 28 de setembro de 480 a.C.. Se vencesse, a esquadra grega seria totalmente destruída, pois não havia por onde escapar.

Logo que foi dado o alarme, os gregos também dividiram sua esquadra em duas, uma foi para a extremidade leste da Baía de Eleusis e a outra para oeste. O plano grego era não permitir que os persas entrassem na baía, onde poderiam manobrar com facilidade. Assim, eram atacados pelos navios gregos, que tinham área suficiente para manobrar, quando ainda tinham restrições de manobra e velocidade na entrada da baía. Quando as primeiras galés persas recuaram para os estreitos, encontraram as outras que vinham chegando e estabeleceu-se a confusão, que favoreceu a vitória dos gregos, nas duas extremidades da baía.

Salamina é a primeira grande batalha naval decisiva registrada pela história. A derrota em Salamina, no entanto, impedia os persas de avançarem para o istmo, mas não era tão decisiva ao ponto de fazer com que abandonassem a Grécia Central. A guerra não estava perdida para eles, mas teria que ser planejada para uma longa campanha. Para Xerxes, porém, que assistira a derrota de sua esquadra e que se convencera que não venceria os gregos no mar, não haveria mais uma rápida e brilhante campanha, e, como rei, só lhe restava retornar à Ásia. Foi o que ele fez.

Mardônio, que permaneceu na Grécia no comando das tropas persas, recuou

para o Norte, onde ficava a salvo de um ataque de surpresa e podia obter suprimentos com facilidade. De lá, poderia atacar quando fosse oportuno. A Ática, por exemplo, continuaria sendo um lugar inseguro para os atenienses.

A EXPULSÃO DOS PERSAS

O ponto fraco do exército persa era a pouca confiança que inspiravam seus componentes de origem grega jônia, que logo se comprometeram a mudar de lado. Isso possibilitava a redução de esquadra grega e, conseqüentemente, o aumento dos efetivos do exército grego.

Finalmente, os persas foram vencidos e expulsos da Grécia.

Depois, a esquadra grega, sob o comando de Cimon, libertou Chipre e tomou Bizâncio, e, mais tarde, todas as cidades gregas da Ásia Menor recuperaram a liberdade.

O poder naval grego possibilitou, assim, que eles, apesar de desunidos, conservassem sua independência por séculos, utilizando seu poder marítimo para se manterem prósperos. Essa relativa prosperidade lhes deu um ambiente que possibilitou que construíssem os fundamentos de nossa civilização. ☉

Salamina é a primeira grande batalha naval decisiva registrada pela história.

“Muitas vezes a dúvida é início da sabedoria.”

M. Scott Peck

Guerra do Paraguai (Aspectos Sumários)

*Manoel Soriano Neto**

RESUMO

O artigo aprecia, em tópicos sumariamente formatados, os principais aspectos da Guerra do Paraguai. Comenta, ao final, as interpretações de tom marxistas do fato histórico, cujas teses contesta.

PALAVRAS-CHAVES

Solano Lopes, Tríplice Aliança, revisionismo histórico.

ANTECEDENTES E CAUSAS DE GUERRA

• Causas Remotas:

Antagonismo político-econômico entre Assunção e Buenos Aires, acentuado desde a criação do Vice-Reinado do Rio da Prata;

- fatalismo geográfico que contribuiu para o isolamento do Paraguai e a adoção de políticas voltadas para dentro, a fim de o país depender o mínimo do exterior;

- antagonismo hispano-português, revivido na América do Sul, no choque entre bandeirantes e jesuítas e na desconfiança paraguaia quanto aos desígnios expansionistas do Brasil e da Argentina;

- objetivo geopolítico paraguaio de criar o *Paraguai-Maior*, com a anexação

dos territórios indígenas da região, reconstituindo-se o antigo *Império Teocrático dos Jesuítas*, que assegurasse a influência guarani na Região do Prata e a obtenção de uma saída para o mar;

- o exotismo do Brasil monárquico cercado de repúblicas, o que avivava a hostilidade paraguaia para com o nosso País, agravada pelas idéias *liberais* de Solano López, hauridas na França, onde viveu.

• Causas Imediatas:

- questão da livre navegação dos rios da Bacia do Prata, aguçada com a recém-surgida navegação a vapor, decorrente da Revolução Industrial;

- intervenção do Império brasileiro em favor de Venâncio Flores, do Uruguai;

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior. Sócio-titular do IGHMB.

- frustração de López pela recusa de sua intermediação no conflito Brasil-Uruguai;
- a ocupação militar da Ilha Martin Garcia pela Argentina, contrariando interesses geopolíticos paraguaios e uruguaios;
- aprisionamento do navio brasileiro *Marquês de Olinda*, que conduzia o Presidente da Província de Mato Grosso, no Rio Paraguai.

A GUERRA

• As Invasões Paraguaias:

- invasão paraguaia no Mato Grosso ocorreu em dezembro de 1864, levada a efeito por duas fortes colunas que agiram simultaneamente; em quinze dias, o invasor controlava a região de fronteira e as praças de Coimbra, Corumbá, Miranda, Nioac e Dourados; a memorável epopéia da *Retirada da Laguna* reflete, gloriosamente, o que foi a reação brasileira para repelir a invasão;

- López decide também invadir o Rio Grande do Sul e a Argentina, até porque este país não permitiu o livre trânsito de tropas paraguaias em seu território para que invadissem o Brasil;

- a invasão do solo brasileiro ocorreu no sudoeste do Rio Grande do Sul, atingindo as cidades de São Borja, Itaqui e Uruguiana.

• O Tratado da Tríplice Aliança

Assinado em 1º de maio de 1865, foram seus signatários o Brasil, a Argentina e o Uruguai.

O tratado visava, fundamentalmente, a uma aliança ofensiva/defensiva contra o

governo do Paraguai e ao acerto de medidas tendo em vista as operações militares.

• As Ações Aliadas

1ª Fase - Da batalha naval do Riachuelo à retomada de Uruguiana:

- a Batalha do Riachuelo, travada em 11 de junho de 1865, é considerada um dos pontos de inflexão da guerra. Ela foi decisiva para a derrota do Paraguai, que ficou isolado e com insignificante poder naval;

- definida a superioridade aliada na dimensão naval do conflito, deu-se a retomada de Uruguiana, em 18 de setembro de 1865.

2ª Fase - A contra-ofensiva aliada:

- a travessia do Rio Paraná, em abril de 1865, marcou o início das ações aliadas em território paraguaio. Isso se deu pelo estabelecimento de uma *cabeça de ponte* na Região de Passo da Pátria, com a queda do Forte de Itapiru e prosseguimento até a região de acampamento em Tuiuti;

- numa tentativa de retomar o terreno perdido, as forças paraguaias investiram contra os aliados. Então, a 24 de maio de 1866, na batalha de Tuiuti (para nós, a batalha dos Patronos), considerada a maior e mais sangrenta da história da América do Sul, foram destroçadas as melhores tropas do Exército paraguaio, tendo os exércitos aliados empregado, pela primeira vez, conjuntamente, as Armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia. Diga-se, por ilustrativo, que nessa batalha - a única ação ofensiva de grande vulto, executada pelos paraguaios, López, o *Napoleão do Prata*, inexplicavelmente não usou uma ainda forte reserva (10 mil

homens) que se encontrava nas matas, defronte ao local da refrega, não empregou a sua Artilharia, e, atitude gravíssima, não esteve presente, junto às tropas, no campo de batalha, fatos auspiciosos para os aliados e extremamente desafortunados para os guaranis;

- o que ainda garantia a resistência paraguaia eram as suas magníficas fortalezas, que barravam a penetração ao longo dos rios, além de selvas e pântanos existentes em todo o teatro de operações. A estratégia aliada, nessa fase da guerra, era simples: dominar as vias fluviais e encurralar o inimigo em seu próprio território.

3ª Fase - Da tomada de Humaitá à conquista de Assunção:

- após um período de estagnação, Caxias assume o comando das operações, em novembro de 1866; sua primeira preocupação foi melhorar a estrutura de apoio às tropas: armamento, condições sanitárias, suprimento, comunicações, instrução etc.;

- Caxias, após obter suficiente suporte logístico, isolou, por uma manobra de cerco, a Fortaleza de Humaitá, a principal do sistema defensivo paraguaio, sobre o Rio Paraguai, fazendo cair o objetivo militar que deteve, por dois anos, os aliados. A ultrapassagem e a conquista desse fortíssimo baluarte significaram a perda da capacidade defensiva estratégica dos paraguaios;

- após Humaitá, os aliados se defrontaram com as fortificações apoiadas no Arroio Piquissiri. Caxias concebeu o ousado plano de ultrapassá-las, desviando-se do rio através de uma estrada de quase 11km, construída sobre o Chaco (outu-

bro/novembro de 1868), a fim de surpreender a retaguarda profunda do inimigo, cortando a ligação que este mantinha com Assunção;

- obtido o sucesso nessa manobra, teve lugar a *Dezembrada*, chamada de *a blitzkrieg brasileira*, que foi um conjunto de batalhas ocorridas em 1868: de Itororó (6/12), Avaí (11/12), Lomas Valentinas (21 e 27/12) e a rendição de Angustura (30/12); o Exército paraguaio é vencido de forma inapelável;

- em 1º de janeiro de 1869, os aliados entram em Assunção; adoentado, Caxias dá por encerrada a *grande guerra* e comunica ao Imperador, Dom Pedro II, que o inimigo está derrotado, solicitando a sua substituição do comando em chefe de nossas tropas.

- 4ª Fase - A Campanha da Cordilheira:

- apesar do êxito da *Dezembrada*, a guerra não chegou ao fim, pois López teimava em dar prosseguimento às operações. O Marechal Gastão de Orleans, Conde D'Eu, assume o comando das tropas brasileiras, imprimindo grande rapidez às operações de perseguição ao inimigo, apesar das sérias deficiências em nossos suprimentos, em especial quanto à alimentação;

- após a *Dezembrada*, o chefe paraguaio empreende uma fuga para o Norte, em direção às cordilheiras de Amambay e Ubaracayú. No período, ocorreram as batalhas de Peribebuí e Campo Grande (agosto de 1869);

- em 1º de março de 1870, na Região de Cerro Corá, deu-se o último combate (na verdade, um *entrevero*) da guerra, quando morreu Solano López.

CONSIDERAÇÕES RELEVANTES ACERCA DA GUERRA

- A Guerra do Paraguai foi uma guerra moderna, de transição, entre o período napoleônico e a Primeira Guerra Mundial, podendo até se ombrear, guardadas as proporções, à Guerra da Secessão norte-americana, posto que foi a mais importante do subcontinente sul-americano.

- Ocorreram manobras estratégicas de larga envergadura, ofensivas, como a *manobra de flanco* (para a conquista de Humaitá), a *marcha de flanco* para contornar as posições paraguaias de Piquissiri e a *Dezembrada*, a par de manobras defensivas (como foi, para os aliados, a batalha de Tuiuti, de 24 de maio de 1866), as primeiras, características do tempo de Napoleão e as últimas, correntias na Primeira Guerra Mundial.

- Houve o emprego de *operações combinadas* (Marinha e Exército) como na transposição do Rio Paraná e no ataque a Curuzu, também precursoras das *operações anfíbias* da Segunda Guerra Mundial.

- Fez-se limitado uso de aerostatos (balões cativos, fruto da visão vanguardista de Caxias), para o reconhecimento do terreno a partir de Tuiuti, com vistas às manobras para a conquista de Humaitá, eis que não existiam cartas ou mapas da desconhecida e inóspita região de operações, nem guias confiáveis.

- A Engenharia (basicamente a brasileira) foi larga e eficientemente empregada, mormente quando da construção da *Estrada do Chaco*, bem como na transposição de obstáculos naturais ou construídos pelo inimigo, e também junto à Artilharia (construção de posições dessa Arma).

- A Artilharia brasileira recebeu e soube bem empregar os recém-lançados (1855) canhões *La Hitte*, raiados, de maior alcance e precisão e que apresentavam considerável volume de fogo, comparados com os anteriormente existentes.

- A imprensa foi constantemente utilizada pelos beligerantes, para a difusão de informações e doutrinação. A Tipografia Móvel de nosso Exército editava um pequeno jornal, *A Saudade*, quando do longo período de acampamento em Tuiuti e, posteriormente, em Assunção, após a ocupação dessa capital. As tropas paraguaias recebiam *El Semanário*, órgão oficial do governo, e editavam, de maneira rústica, três periódicos: *El Centinela*, *Cacique Lambaré* e *Cabichui*. Todos eles desenvolviam intensa e convincente ação psicológica, estimulando o ardor combatente dos guaranis, em especial o *Cabichui* que também desencadeava caricata e feroz campanha difamatória contra os aliados, particularmente os brasileiros.

- A Marinha do Brasil foi de primordial importância quanto ao transporte de pessoal e à logística (os navios eram, muitas vezes, verdadeiras bases móveis de suprimentos, como na manobra de Piquissiri). A Força Naval proporcionou constante e eficaz apoio às operações terrestres e obteve pleno êxito nas operações navais encetadas, eis que: dominou os rios Paraná e Paraguai, bombardeou e ultrapassou fortificações ribeirinhas do inimigo, forçando-lhes a passagem (Humaitá e Curupaiti), venceu a decisiva batalha do Riachuelo e repeliu várias tentativas de abordagem de corsários paraguaios (as canoas foram amiúde usadas nessas tentativas) e outros tipos de ações guerrilheiras, como a utilização de camalotes contendo

do artefatos explosivos, chatas, torpedos, brulotes etc. No transcorrer da guerra, o poderio naval brasileiro foi se fortalecendo, com o emprego dos *encouraçados* (que iam substituindo a *Esquadra de Madeira*) e a chegada dos *monitores*, construídos no Rio de Janeiro, produto de nossa potencialidade econômica e capacidade industrial – construção naval brasileira – vantagens que os demais países envolvidos no conflito não possuíam e nem tinham condições de possuir a curto prazo.

CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

- **Para o Paraguai:**
 - o País teve o seu território mutilado e assaz devastado e grande parte de sua população, principalmente a masculina, morta;
 - fim da tirania de López;
 - definição das fronteiras paraguaias com o Brasil e a Argentina, e a livre navegação no Rio Paraguai;
 - derrocada econômica do País.
- **Para a Argentina:**
 - foi o Aliado que obteve as maiores vantagens econômicas. Muitos comerciantes – fornecedores civis – tiveram excelentes lucros com a venda de produtos para os exércitos (fardamentos, viveres, bois, cavalos, forragem etc);
 - resolução de questões de limites com o Paraguai;
 - posse definitiva da Ilha de Martin Garcia.
- **Para o Uruguai:**
 - apesar de ter sido o principal estopim da guerra, pouco se envolveu na cam-

panha militar (suas perdas foram pequenas em pessoal e material);

- o país permaneceu como um *Estado-tampão* entre Brasil e Argentina, mantida a sua independência.

- **Para o Brasil:**

- resolução de questões de limites com o Paraguai;
- resolução do problema da livre navegação dos rios da Bacia do Prata, em especial quanto ao Rio Paraguai;
- consolidação de sua política externa, de não permitir a reconstituição do Vice-Reinado do Prata;
- maior atenção dispensada às ligações com a Província de Mato Grosso, asseguradas com a livre navegação pelo Rio Paraguai e a então recente utilização dos navios a vapor;
- expansão das idéias republicanas, em face da influência das repúblicas aliadas, e intensificação da campanha pela abolição da escravatura, motivada pela significativa participação na guerra de ex-escravos alforriados;
- grande endividamento externo, mercê de vultosos empréstimos feitos antes e durante o conflito;
- as Forças Armadas adquirem considerável prestígio pela vitória obtida e têm o seu moral altamente robustecido, despendendo as suas mais caras tradições e místicas, hoje refletidas, por exemplo, nas denominações históricas de várias Organizações Militares do Exército e da Marinha.

APRECIÇÕES FINAIS

O Brasil logrou concretizar todos os seus objetivos na sangrenta campanha,

quais sejam: a derrubada de Solano López, a resolução das questões de limites, a livre navegação nos rios da Bacia do Prata e a consolidação de sua tradicional política externa no *caldeirão platino* como dizia Gustavo Barroso.

A guerra, longa de cinco anos, foi por demais onerosa para o nosso País, que despendeu um esforço hercúleo, sob todos os aspectos. Foram levados para o conflito, durante o seu curso, cerca de 140 mil combatentes, ou seja, 1,6% da população de 8,5 milhões de habitantes de então (hoje - 1998¹ - corresponderiam a 2,6 milhões de homens), sendo desses, 12 mil da Marinha Imperial.

E o mais doloroso é que, além de incontáveis feridos e contusos, tivemos, aproximadamente, 33 mil mortos, correspondentes a 0,4% da população de 8,5 milhões de habitantes da época. Projetando-se esses 0,4% para uma população de 163 milhões de habitantes, é como se, durante cinco anos de guerra, tivéssemos 652 mil mortos (dados ainda referentes ao ano de 1998).

Podemos, outrossim, chegar às seguintes conclusões:

- a guerra pôs termo a três séculos de conflitos, antiga herança da metrópole às suas colônias e destas às novas nações surgidas pela independência que obtiveram;
- o Brasil foi o país, entre os aliados, que mais se sacrificou, sofrendo enormes perdas materiais e em pessoal combatente;
- a guerra foi provocada pelo ditador Solano López que almejava a criação de um *Paraguai-Maior*, com a anexação de territórios brasileiros, argentinos e uruguaios e uma saída para o mar;

• há alguns anos, eram brandidas idéias revisionistas, muito em voga nos meios universitários, de que a Inglaterra armara os países aliados contra o Paraguai. Essa tese surgiu após a segunda década do século XX, quando, no Paraguai, iniciou-se um equivocado revisionismo histórico, que ganhou amplas proporções naquele país-irmão, com vistas à reabilitação de López (cujo maior apologista foi o escritor paraguaio Juan O'Leary) e que o transformou em mais um *herói das esquerdas*. Os aliados na Guerra da Tríplice Aliança, segundo os autores da mencionada tese, eram tidos como *lacaio do imperialismo britânico* e López e o Paraguai, *a encarnação do nacionalismo sul-americano*, o que foi muito potencializado após o lançamento do livro *Genocídio Americano*, do jornalista Júlio José Chiavenatto (Editora Brasiliense, SP, 1979), literatura que obteve enorme estrondo publicitário, promovido pelas esquerdas. A obra, verdadeira interpretação marxista acerca da Guerra do Paraguai, é eivada de inverdades e denigre o povo brasileiro, menosprezando-o, constantemente, em especial quanto ao seu valor combativo e aos seus mais insígnis soldados.

Também o historiador argentino León Pomer (lecionou na USP, em SP), muito citado no livro de Júlio Chiavenatto, foi um dos pregoeiros dessa tese de fundo ideológico. León Pomer, com grande honestidade e coragem, fez, recentemente, uma autocrítica, refazendo a sua opinião a respeito de idéias por ele antes defendidas, como a de que a Inglaterra armara e financiara, intencionalmente, os países da Tríplice Aliança contra o pequeno e *indefeso* Paraguai. Tal *mea culpa*

¹ Trabalho elaborado nesse ano.

foi publicada em alentada e histórica reportagem, de título *Novas lições: historiadores revêem tese de que o país de Solano López teria sido uma Cuba do século XIX, derrotado pela aliança militar do Brasil com a Argentina e o Uruguai*. (Folha de São Paulo de 09.11.1997).

História é verdade e justiça e, como tal, devem os historiadores manter uma postura isenta, imparcial, não atrelada a ideologias e a caprichos pessoais. Afirmar que a Inglaterra (ao início da beligerância, até rompida com o Brasil por causa da *Questão Christie*) tinha enorme interesse no pujante comércio paraguaio, em especial pelo algodão, matéria-prima necessária para o desenvolvimento inglês, em face da queda nas exportações norte-americanas, ocasionada pela Guerra da Secessão nos EUA, é uma sesquipedal distorção histórica, malevolamente difundida e não condizente com a análise moderna dos fatos. Hoje está provado, documentadamente, quão insignificante era, principalmente em termos de comércio, a economia do Paraguai, máxime em comparação com a do Brasil. Tanto que a Inglaterra veio a se suprir de algodão, justamente com o nosso País, com a Índia e o Egito...

O Brasil era, incontestavelmente, a potência econômica da América do Sul, isso constatado, nos dias hodiernos, por historiadores, economistas e estatísticos, estudiosos de nossa história, como nos dá conta já bastante farta e recente literatura a respeito do assunto.

Assim, não poderia haver o *equilíbrio no Prata*, tão propalado por López - o *Napoleão da Selva*, que transformou o seu país, na *Prússia da América do Sul*,

como era tachado o Paraguai, por vários publicistas da época. Tal *equilíbrio* jamais poderia ocorrer, mercê da indelével hegemonia brasileira em todas as expressões do poder nacional, a par de seu superlativo potencial demográfico, em relação aos demais países. Diga-se, que ao romper da guerra, desafortunadamente, o nosso Exército estava desprevenido: era reduzido (18 mil homens) e espalhado pelo imenso território nacional, ao contrário da Força Terrestre do Paraguai, que recrutou cerca de 70 mil homens para a campanha. Acontece que o Exército Brasileiro era muito mais profissional do que o paraguaio; era um Exército com uma multissécular tradição guerreira, herdada de Portugal (cuja Corte para aqui se transferiu em 1808), experiente, veterano e vitorioso em várias guerras sucessivas (1850, 1851, 1852, contra Oribe e Rosas) e em 1864, contra Aguirre do Uruguai, como tão bem nos ensina o eminente historiador militar, Coronel Francisco Ruas Santos; existiam muito boas Escolas Militares de formação, Oficiais de Estado-Maior, de 1ª e 2ª classes, Corpo de Engenheiros, Serviços de Saúde e Eclesiástico etc, pelo que os nossos Chefes militares eram bem melhor preparados do que os Chefes caudilhos, nossos vizinhos, à exceção de Mitre, da Argentina. Vários oficiais brasileiros foram instrutores do Exército paraguaio e construtores, como os engenheiros militares, das fortificações erigidas por López, com destaque para a de Humaitá, a *Sebastopol Sul-americana*.

Tanto que a partir de um reduzido núcleo, altamente profissional e adestrado, em curto espaço de tempo (cerca de

três meses) foi formada, com a convocação da Guarda Nacional e dos Batalhões de Voluntários da Pátria, uma inicial e eficiente *máquina de guerra*, que partiu para a campanha e foi crescendo ao longo da mesma, conseguindo vencer, apesar de inúmeros óbices, um inimigo aguerrido e obstinado. Houve, entretanto, algumas e graves vulnerabilidades, pois o Exército ressentia-se da falta de um Serviço de Transporte e Aprovevisionamento e não possuía a importância política da Guarda Nacional, fator este, aliás, preponderante e em razão do qual, o pequeno Paraguai não foi por nós dissuadido em deflagrar a guerra.

Refrise-se que as guerras eram bidimensionais e, na dimensão naval, a Marinha brasileira obteve a supremacia, após a batalha do Riachuelo.

Hoje, felizmente, a maioria dos historiadores já não vê o Paraguai de antanho, como *a mais desenvolvida, próspera e industrializada nação da América do Sul*, nem mais concorda com teses tendenciosas e inverídicas, de deturpação da História, como a de superestimar presumíveis interesses estrangeiros (Inglaterra, particularmente) e subestimar os nossos próprios, estes sim, os reais motivadores do conflito citados no início deste trabalho.

Por derradeiro, aduza-se que López provocou e quis a guerra, não levando em conta os sábios conselhos que, nas vascas da morte, lhe deu o seu pai, Carlos López. Mal avaliando o poder dos litigantes em particular o do Brasil; dispersando, estrategicamente em três direções (MT, RS e Argentina), grande parte de suas mais adestradas tropas, no início das operações; atuando, mediocremen-

te, nas raríssimas ações ofensivas que empreendeu, como nas duas batalhas de Tuiuti, López estava fadado a perder a guerra, de forma funesta, como ocorreu, restando, à posteridade, o venerável exemplo de patriotismo, abnegação, disciplina e heroísmo do bravo e sacrificado povo paraguaio.

Por que, então, imprecisar os integrantes da Tríplice Aliança da prática de *genocídio*, como teimam em fazer os profitentes da *teoria conspirativa da História*, sabendo-se que a guerra, desejada por López, foi rigorosamente travada consoante os preceitos bélicos da segunda metade do século XIX, não existindo *guerra limpa*?

Consigne-se, finalmente, por relevante ilustração, que dentre a vasta literatura que trata da Guerra do Paraguai, avulta de importância o livro *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*, de Ricardo Salles, Edição Paz e Terra, SP, 1990.

A propósito, vejamos algo do que nos transmite esse autor, na referida obra:

Ver a guerra do Paraguai como uma necessidade do imperialismo inglês para garantir o livre comércio é, por um lado, superestimação grosseira do nacionalismo paraguaio e da cobiça inglesa e, por outro, uma subestimação dos interesses próprios da Argentina e do Brasil.

Hoje, quando mais do que nunca, urge que se exacerbe o orgulho nacional, não devemos subestimar ou até desconhecer os nossos mais lúdicos e soberanos interesses, cristalizados nos inegociáveis objetivos nacionais permanentes, muitos dos quais insculpidos no Artigo 4º da Constituição Federal. ☉

BIBLIOGRAFIA

- ABENTE, Diego - *A Guerra da Triplice Aliança: Três Modelos Explanatórios*, A Defesa Nacional, Nov/Dez 1988.
- ANDRADE, Theóphilo de - *O Fim de uma Epopéia*, Revista *O Cruzeiro*, 24.03.1970.
- BARRETO LIMA, Flamarion - *Guerra do Paraguai*, ECEME (C Prep), 1969.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo - *Periodização da História Militar*, A Defesa Nacional, 1º quadrimestre/2000.
- CHIAVENATTO, Júlio José - *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1979.
- DUARTE, Paulo de Queiroz - *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, vários volumes e tomos, BIBLIEX, 1981.
- FRAGOSO, Augusto Tasso - *História da Guerra entre a Triplice Aliança e o Paraguai*, 5v., BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1950.
- MACEDO, Nertan - *López, Herói da Esquerda*, Jornal do Brasil 15.03. 1988.
- MAYA PEDROSA, José Fernando de - *A Guerra da Triplice Aliança - Aspectos Históricos*, A Defesa Nacional, Set/Out 1989.
- O'LEARY, Juan E. - *Nuestra Epopéia, Guerra del Paraguai, 1864-1870*, Assunção, 1919.
- PEREIRA, Batista - *Civilização contra Barbárie*, A Defesa Nacional, Set/1928.
- POMER, León - *La Guerra del Paraguai. Gran Negocio*, Ed. Calden, Buenos Aires, 1968.
- Reportagem de *A Folha São Paulo*, 09.11.1997, de título: *Novas Lições: Historiadores revêem Tese...*
- RIBEIRO DE SENA, Davis - *A Triplice Aliança e a Estratégia Brasileira*, Revista do IHGB, Jun/1980.
- SALLES, Ricardo - *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1990.



Diretoria de Assuntos Culturais

**Forte Duque de Caxias**

Praça Almirante Júlio de Noronha,
s/nº Leme – CEP: 22010-020
Tels.: 2275-3122 e 2275-7696
Fax: 2275-0100
Visitação: sábados e domingos,
das 9h às 17h
Ingressos: R\$ 3,00
(incluindo transporte interno).
Crianças não pagam.



DUARTE COELHO

Sua vida e seu legado

*Claudio Ricardo Hehl Forjaz**

RESUMO

Ensaio sobre a vida e obra do Donatário da Capitania Hereditária de Nova Lusitânia, berço da nacionalidade brasileira, de nosso Exército e do primeiro ciclo econômico do Brasil.

PALAVRAS-CHAVES

Duarte Coelho, colonização portuguesa, Pernambuco

A História é a mestra da vida, senhora dos tempos, luz da verdade.
Cícero

SUA VIDA

O personagem central deste ensaio foi predestinado a participar dos principais acontecimentos de sua época¹. No Brasil, sua importância não ficou limitada ao desenvolvimento da *Capitania Hereditária da Nova Lusitânia*. Ele fundaria povoados, implantaria e fomentaria a indústria canavieira, e seria um dos principais responsáveis pela

formação da nacionalidade brasileira e pelos primórdios da formação das nossas Forças Armadas.

Malheiro Dias, renomado historiador, sintetizou seu legado em duas frases: um verdadeiro *construtor de nações* e um *fundador de dinastias*.

Duarte Coelho Pereira nasceu e cresceu numa época em que Portugal vivenciava o frenesi da descoberta de um caminho alternativo para o Oriente.

* Major de Engenharia.

¹ Duarte Coelho, como é mais conhecido, testemunhou as maiores façanhas navais lusitanas: a frota de Vasco da Gama e a de Pedro Álvares Cabral que descobriram o caminho para as Índias e o Brasil, respectivamente. Na Ásia, na África e Europa se notabilizou como combatente, como diplomata e como Capitão-mor do mar. Na América se eternizaria como o donatário mais bem-sucedido dos primeiros que aqui se instalaram. (N. A.).

Vindo ao mundo em fins do século XV², no pacato lugarejo de Miragaia, Norte de Portugal, pertencia a uma das mais gloriosas gerações lusitanas. Descendente de família da nobreza agrária, era filho de Gonçalo Coelho, um dos mais competentes navegadores do Reino Português, e de Joana de Bulhões, compilações consanguíneas com a casa dos Sanchos e dos Albuquerque.

Duarte cresceu sob a proteção de uma tia prioresca sob cujos cuidados niciou sua educação, no Mosteiro de Vila Nova. Ali, cresceu ouvindo histórias de epopéias, conquistas e glórias de um povo que, sin-grava o mar desconhecido atrás de aventuras e da rota alternativa para as índias.

Ainda adolescente, começou a participar de excursões pelo litoral português, mesmo antes de cursar a Escola de Sagres.

A última década do século XV estava terminando e no Reino todos confiavam que a descoberta de uma rota para Oriente, contornando o continente africano, era questão de tempo. A certeza veio com a notícia de que Bartolomeu Dias o seus companheiros haviam ultrapassado o temido Cabo das Tormentas, rebatizado Cabo da Boa Esperança, acidente geográfico ao Sul do continente africano divisor dos oceanos Atlântico e Índico.

Por seu mérito pessoal, aliado à presença de familiares e amigos na armada lusa, Duarte Coelho conseguiu embarcar na, frota que se propunha alcançar as Índias, beirando a África³ – muito provavelmente, na caravela *Bérrio*, comandada

por Nicolau Coelho, parente seu. A participação nessa expedição haveria de marcar, de modo definitivo, sua vida. Aí começaria uma nova fase na sua existência e que o cobriria de louros e prestígio.

Precedida de grandiosa cerimônia, a armada de Vasco da Gama levantou âncoras, do Rasteio, a 8 de julho de 1497. Eram quatro embarcações (duas naus, uma caravela e um barco de suprimentos), tripulada por cerca de 160 homens. Bordesando o litoral africano, atravessaram o Cabo da Boa Esperança, no início de dezembro. Em março já fundearam em Moçambique e, em abril, atingiram Melinda, onde conseguiram um guia árabe.

A 18 de maio de 1498, Vasco da Gama e seus companheiros avistaram Calicute, na Índia. Depois de longas conversações, os argonautas, como os chama Camões, abarrotaram seus porões com ricas cargas e aproaram para Portugal.

A viagem de regresso foi dramática, sucumbindo metade dos cargueiros e significativa parcela da tripulação. Mas Duarte Coelho sobreviveu para ver seus patrícios comemorarem a concretização do grande sonho português.

Para o entusiasmo do grumete, ser testemunha ocular dos acontecimentos que estavam revolucionando o mundo era algo inimaginável. Por essa razão, apresentou-se como voluntário para acompanhar a próxima expedição transoceânica com destino à Ásia.

Com sua antiga tripulação, sob comando de Nicolau Coelho, e algumas cen-

² Alguns livros apontam para o ano de 1480, enquanto outros afirmam 1485. Devido às atividades em que participaria, julgo ser mais acertado a primeira das datas. (N.A.).

³ (DIVERSOS. *Enciclopédia Didática de informação e Pesquisa Educacional*, pg 945).

tenas de novos compatriotas, embarcou numa das naves que compunham a frota que partiu do Tejo em direção ao Oriente. No comando da armada estava Pedro Álvares Cabral, um nobre luso com uma secreta missão: navegar bem para oeste, a fim de topar com terras que por ventura existissem dentro dos limites ditados pelo Tratado de Tordesilhas.

No dia 22 de abril de 1500, Duarte Coelho compartilhou da emoção de todos os participantes da expedição cabralina, ao ver a beleza exótica do que os registros apontavam como Ilha de Vera Cruz. De lá a frota aproou para as Índias, retornando à Lisboa, ano seguinte

Apesar do *achamento de terras no poente*, a viagem teve um saldo dramático. Praticamente metade da frota foi perdida. Inúmeros marinheiros experientes pereceram, por doença ou por naufrágio. Os lendários Bartolomeu Dias e Pero Vaz de Caminha estavam entre os que não retornaram a Portugal. Felizmente a boa estrela acompanhou nosso biografado e ele foi um dos predestinados a rever a Torre de Belém.

Sua viagem seguinte foi acompanhando o pai e Américo Vespúcio, em exploração da costa da Vera Cruz. Foi aí que teve a oportunidade de conhecer mais a fundo a farta variedade da fauna e da flora tropicais. Seu sonho passou a ser o de um dia fixar-se definitivamente naquele lugar paradisíaco. Todavia, seriam necessárias mais de três décadas para que esse sonho se tornasse uma realidade.

Depois dessa expedição e, praticamente, até o final do reinado de Dom Manuel, as costas da terra luso-americana ficariam desguardadas, sendo alvo de aventureiros e contrabandistas, que cada vez mais aumentavam aí sua presença, atrás de pau-brasil e animais exóticos, ambos com boa procura na Europa⁴. Somente a partir de 1530 é que a coroa lusitana tomaria uma posição mais efetiva quanto ao Brasil.

Nesse interim, Duarte Coelho serviria a seu país em três continentes. Eclético, desempenharia funções que iam desde a de militar até as de comerciante e diplomata.

De 1509 a 1527, período que coincidiu com a era do ouro do incipiente Império Ultramarino Português, os lusitanos praticamente dominaram o Atlântico Sul, o Índico e o Pacífico, tornando suas regiões costeiras um grande entreposto comercial luso.

Em março de 1508, foi ele um dos 1.600 homens que, sob comando do Capitão-mor Dom Fernando Coutinho, deixou o Reino rumo a Ásia, a fim de nela impor os interesses de Lisboa.

A 3 de fevereiro de 1509, o jovem marinheiro participou da batalha de Diu. Seu batismo de fogo culminou na vitória de seus compatriotas, consolidando a hegemonia portuguesa do Índico, marcando o apogeu do governo de Francisco de Almeida como Vice-rei das Índias, e o fim da aventura veneziana naquelas águas.

As pelepas de Duarte Coelho enquanto estavam apenas começando. O novo vice-rei, Dom Afonso de Albuquerque,

⁴ A França era vizinha da Região de Flandres, então principal centro têxtil da Europa e, por conseguinte, maior consumidora de substâncias para tintura de tecidos. Com um litoral desguarnecido e rico em madeira de tinturaria, o pau-brasil, além de relativamente próximas, as terras luso-americanas se tornaram cada vez mais atrativas aos contrabandistas gálicos. (N. A.).

logo reorganizou suas forças e deu início à expansão geográfica lusitana nas Índias. Em muitas das expedições então organizadas, ele combateria.

A primeira foi a de Calicute, onde os portugueses não lograram êxito⁵. Tal derrota porém não lhe arrefeceu o ânimo. Logo ele participaria da investida contra uma estratégica porção insular, Goa, em princípios de março de 1510 e, após a vitória aí conquistada, muitos senhores asiáticos viriam render homenagem ao vice-rei. A ilha se tornaria sede do governo lusitano no Oriente onde, até hoje, existem marcas da presença portuguesa. Pela bravura revelada nas empreitadas de que tomou parte, Duarte foi saudado pelo próprio Dom Afonso e, por seus feitos, recebeu o comando de uma belonave.

Sua aventura seguinte foi a conquista de Málaca, estratégico porto do leste, porta da Insulíndia e chave do comércio com os povos do Pacífico. Dessa feita, o *Comandante* Duarte Coelho combateria à frente de sua caravela, coadjuvando um dos maiores feitos da história lusitana.

Ele, mais cerca de 800 compatriotas e 200 malabares aliados, todos sob o comando do lendário vice-rei, participaram da difícil conquista, derrotando um exército de aproximadamente 20 mil homens, reforça por artilharia e manadas de elefante. Quando a cidade caiu (agosto de 1511), os vitoriosos se assenhoraram não só da praça-forte inimiga e seu riquíssimo espólio, mas de todo comércio do Extremo

Oriente. Sua alfândega seria uma das mais lucrativas ao trono, pois dali saíam as especiarias que abasteceriam a Europa pelos próximos cinquenta anos.

Após essa campanha, ali Duarte Coelho permaneceu. Recebera a missão de defender as rotas de especiarias recém incorporadas ao Império Ultramarino. Sabidamente, aproximou-se ele de um intérprete e procurou manter contato amistoso com os habitantes locais, atento aos seus anseios e problemas. Entre uma saída e outra no cumprimento da missão recebida, ia ampliando seus conhecimentos sobre a população e a cultura do distante continente. Percebeu de pronto a importância de tratar com humanidade o nativo e dar liberdade aos compatriotas para, concomitantemente ao desempenho de seus encargos, comercializar e prosperar — ele mesmo negociando especiarias. No futuro, essas medidas práticas e inteligentes mostrar-se-iam apropriadas para uso em outras funções que desempenharia.

Astuto, percebeu que o grande interesse dos povos malaaios era o comércio, independente de com quem negociassem, e que seu maior inimigo eram os piratas que infestavam a área. Ele pelejou contra vários corsários, inclusive os terríveis *chins*, logrando afundar e capturar mais de duas dezenas de barcos adversários, dos mais diferentes tipos. Dessa forma, foi angariando a simpatia dos orientais a par do respeito de seus superiores. E logo seu nome seria cogitado para novas tarefas.

⁵ Esta luta o marcaria profundamente pois, mesmo tendo vencido a esquadra adversária, os lusitanos perderam a peleja em terra quando, já tendo ocupado o Palácio de Calicute, os soldados se desviaram da tarefa de reduzir os remanescentes para se ocuparem no saque do tesouro do semorim. Um contra-ataque levado a cabo pelos indianos, apoiados pelos muçulmanos, além de reocuparem o local, dizimaram os atacantes. Na luta pereceu Dom Fernando Coutinho. Duarte Coelho foi um dos poucos sobreviventes daquele desastre. (BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil*, pg 192).

Livre dos piratas asiáticos, o Governo-Geral das Índias enviou seus colaboradores mais destacados aos reinos vizinhos em missões diplomáticas. O bom relacionamento com os nativos, a habilidade diplomática e a lealdade credenciaram Duarte Coelho para estar entre eles, e logo sua missão abrangia também o Sião, de cujo soberano obteve permissão para comercializar pacificamente.

Foi numa das idas e vindas do Sião que Duarte sofreu um naufrágio, o único de sua vida. O acidente ocorreu na foz do Rio Mena, em 1516. Seu conhecimento diplomático salvou-lhe a vida, pois, além de convencer os nativos de que não era pirata, conseguiu salvar seus companheiros e até participar de uma expedição à China, por terra, episódio que o colocou nos anais da História como um dos primeiros ocidentais a visitar essa nação depois de Marco Polo⁶.

Por seu desempenho no Sião e na China, e por sua experiência em navegar nas águas adjacentes, o Governador-Geral das Índias, Jorge de Albuquerque, o enviou para descobrir rotas mais favoráveis para a Conchinchina em ordem que data de 1523.

Duarte participou da primeira expedição européia ao atual Vietnã, aportando na Ilha de Pulo Champalo, atual Cú-lao Cham, onde lançou um marco. Em outra jornada, fez parte de um dos primeiros grupos europeus a abrirem as portas da

China ao Ocidente. Em Kuang-chou, seus companheiros desfrutaram de boa acolhida e aprofundaram seus conhecimentos sobre o modo de vida daquela cultura milenar. Fruto dessa e de outras viagens de portugueses à China, seu imperador permitiu a Portugal explorar Macau, dentre outros lugares, permissão que vigorou até 1999.

Suas ações, como militar e diplomata, coroaram-lhe a estada na Ásia de forma invejável. Sua vivência universalista lapidar-lhe-ia de tal for-

ma o caráter, que os acontecimentos vindouros logo se apresentariam como os ideais para que cumprisse o destino que lhe estava reservado.

O processo de expansão marítima e comercial dos portugueses acendeu os interesses de muitas nações. A conquista de novas terras, a expansão imperial e o aumento do intercâmbio comercial entre os continentes logo seriam metas de Estados nacionais que se consolidavam.

Não foi porém só no campo político que a recém iniciada Revolução Comercial ia modificando seu tempo. O padrão de vida melhorou no Velho Mundo. Produtos, outrora raros, tornaram-se acessíveis à população. Lisboa passou a ser um dos principais entrepostos da Europa. Pimenta, do arquipélago malaio, tapetes persas e sedas da China, diamantes, pedras preciosas e diversas iguarias, particularmente da Índia, eram descarre-

Duarte participou da primeira expedição européia ao atual Vietnã, aportando na Ilha de Pulo Champalo, atual Cú-lao Cham, onde lançou um marco. Em outra jornada, fez parte de um dos primeiros grupos europeus a abrirem as portas da China ao Ocidente.

⁶ (ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA MÉRITO, Vol 5, pg. 625).

gadas na foz do Rio Tejo. Portugal manteria o monopólio desse comércio até meados do século XVI, quando outros povos, em especial os neerlandeses, o desbancariam.

Para manter a segurança e o fluxo das mercadorias do Ocidente para o Oriente e vice-versa, fazia-se mister, para os lusitanos, guarnecer suas rotas comerciais das Índias. Para tanto, experientes navegadores passaram a ser convocados pela coroa para acompanhar seus engenheiros na identificação de sítios ideais para instalação de bases navais e fortalezas.

Um dos escolhidos para essa tarefa foi Duarte Coelho. Ele se despediu de seus companheiros de anos de luta e, sem saber o que o destino lhe reservava, rumou para o Reino. Nunca mais voltaria ao Oriente.

Antes de seguir para sua próxima missão, um importante e feliz acontecimento lhe mudaria a vida. Em fins de 1528, Duarte Coelho desposou Beatriz de Albuquerque, mais conhecida como *Brites*. Ela pertencia a uma das mais tradicionais linhagens lusitanas. Era irmã de Jerônimo de Albuquerque, além de prima de Dom Afonso de Albuquerque. Na época, Beatriz trabalhava no Palácio de Évora, como dama de companhia da rainha.

Dona *Brites* teria um papel importantíssimo no futuro, quer como companheira, quer como sucessora de Duarte Coelho à frente da Capitania de Pernambuco, que a ele seria destinada.

Mal se refez das núpcias, o governo português designou-o para nova missão: a de acompanhar dois engenheiros pela costa africana. Iriam estudar os melhores sítios para a edificação de bastiões. Na

oportunidade, eles verificaram a situação das fortificações lusas existentes na África e propuseram a edificação de três baluartes em Arzila, no Marrocos.

De volta da África, a corte lhe preparara mais um encargo, desta feita concernentes aos dotes demonstrados nas Índias. Famoso por sua competência nas embaixadas do Extremo Oriente, recebeu ele a incumbência de reforçar a missão diplomática de Dom João III em Paris. Ali, problemas envolvendo confrontos entre contrabandistas gálicos e marinheiros portugueses estavam tornando críticas as relações entre Portugal e a França de Francisco I. A fim de evitar mal maior, fazia-se mister a presença de pessoas de índole moderada, mas de propósitos firmes, como o nosso biografado.

Nessa função, Duarte Coelho conheceu duas pessoas que lhe mudariam os rumos da vida no futuro: Dom Diogo de Gouveia, português Reitor da Universidade de Bordéus e principal advogado da colonização da *Terra de Santa Cruz* e Dom Antônio de Ataíde, amigo pessoal do rei luso e chefe da delegação diplomática.

Duarte trabalhou em Paris até 1530, quando novamente foi chamado a Lisboa. O trono precisava de homens capazes para missão mais complexa: defender as rotas comerciais portuguesas, contra piratas que atuavam no Atlântico Sul, melhor alternativa aventada para manutenção do controle sobre as comunicações com as ricas fontes de especiarias.

Para tanto, a coroa decidira criar as *capitanias-do-mar*. Era uma frota com a missão de patrulhar trechos pré-definidos do Atlântico, incluindo as zonas costeiras e insulares Duarte Coelho seria Capi-

tão-do-mar de duas delas, uma no litoral afro-atlântico posteriormente, outra com base nas ilhas luso-atlânticas.

Em 1531, ele foi nomeado Capitão-do-Mar da Guiné. No ano seguinte, capturou um galeão francês, enquanto patrulhava as costas da Malagueta. Sua conduta enérgica, foi motivo de elogios por parte do trono e lhe valeu a promoção para um novo e mais prestigiado comando, o da Capitania-do-mar dos Açores. Em meados de ano seguinte à frente de uma esquadra de sete embarcações, zarpou de Lisboa com destino àquele arquipélago.

Foi nessa comissão, que, em 1533, ao acompanhar a jornada de regresso de uma flotilha lusa proveniente do Brasil, encontrou um antigo companheiro de pelejas nas Índias e grande amigo do rei. Era Martim Afonso de Souza que retornava de São Vicente, onde estivera com a sua expedição colonizadora.

Em conversa com Martim Afonso, Duarte soube das intenções do monarca português em dinamizar a ocupação das terras luso-americanas. Muitos historiadores afirmam que o destino o colocara ali naquele momento, a fim de vislumbrar, finalmente, a possibilidade de se estabelecer definitivamente no Brasil.

Mais de três décadas depois de haver cruzado o Atlântico pela primeira vez e avistado o futuro país tropical, estava ele prestes a ver realizado seu sonho. A 10 de março de 1534, Dom João III assinou, a seu favor em Évora, a Carta Régia de Doação das terras localizadas entre os São Francisco o Santa Cruz (mais tarde também chamado de Igarçu). A 25 de setembro do mesmo ano, foral com a chancela do monarca luso, ratificava o contrato.

Duarte Coelho Pereira foi um dos donatários melhor aquinhoados com terras. A excelente folha de serviços, sua experiência como Capitão-do-mar e uma boa ajuda de um antigo chefe Dom Antônio de Ataíde, lhe proporcionaram receber um bom pedaço da América portuguesa. Eram sessenta léguas de litoral, aproximadamente trezentos e sessenta quilômetros, que, somadas às terras do interior totalizariam quase vinte mil léguas quadradas de território. Além de ser próximo do Velho Mundo, sua donataria dispunha de excelente clima e de um núcleo pré-colonial, a Feitoria de Santa Cruz, a qual ele daria o nome de Nova Lusitânia, mas que o tempo lhe consagraria o nome indígena: Pernambuco.

Imediatamente Duarte Coelho demitiu-se da Marinha portuguesa o começou a aprestar uma frota colonizadora, gastando de seu próprio bolso quarenta cruzados para custear mantimentos e materiais necessários à sua jornada até a América.

Logo que tudo ficou pronto, partiu. Sua experiência de vida, seu caráter, sua salutar ambição e mediano desejo do ganho seriam presságio de se tornar um verdadeiro *construtor de nação*.

Numa época em que o mundo vivia uma de suas mais significativas evoluções, graças às *Grandes Navegações* – primeiro passo para a era dos impérios coloniais, onde praticamente todas as nações europeias procuravam terra no desconhecido para explorá-las e subjugar seus nativos – Duarte Coelho optou por construir uma sociedade que fosse capaz de viver harmoniosamente com os gentios e, ao invés de espoliar a terra, tirar dela seu sustento, sua riqueza e sua prosperidade.

Seu plano colonizador era simples e exequível, descortinando boas possibilidades de êxito. Elaborado com base em experiência pessoal e, principalmente, nos ensinamentos do Infante Dom Henrique e de Dom Afonso de Albuquerque, consistia prioritariamente em fixar-se onde já houvesse boas condições de acomodar os seus pioneiros colonizadores, iniciando dali a exploração da capitania. Depois, reconhecida sua extensão, partir para a expansão territorial, fundando novos povoados, ocupando os locais mais estratégicos e expulsando os intrusos, caso houvesse. Desse lugarejos, o Capitão-mor, distribuindo sesmarias buscava consolidar seus domínios, tendo no colono seu maior aliado, quer como sócio na empreitada, quer como soldado na defesa de seu chão. Por fim, a colonização se consolidaria com a produção, base para a riqueza econômica da região, sua prosperidade sócio-cultural e a formação de sociedade duartina. Malgrado as inúmeras dificuldades que enfrentou, o futuro lhe reservaria um lugar de destaque, principalmente pela forma e o valor com que conseguiu pôr em execução esse programa a das conseqüências resultantes para toda a colônia luso-americana.

A 9 de março de 1535, Duarte Coelho aportou no Brasil perto da feitoria de Santa Cruz, em lugar que ficou conhecido como região dos Marcos, pois ali ele

***A 9 de março de 1535,
Duarte Coelho aportou no
Brasil perto da feitoria
de Santa Cruz, em lugar que
ficou conhecido como
região dos Marcos, pois ali
ele fincou seu mastro
de identificação.***

fincou seu mastro de identificação. Na numerosa comitiva que aí desembarcou de duas caravelas vinham sua esposa, Dona Beatriz de Albuquerque; Vasco Fernandes de Lucena, feitor e almoxarife, futuro herói dos embates em Olinda; Padre Pedro

Figueroa, vigário da futura paróquia; parentes, amigos e agregados. Em outubro, vindo do Reino, aportou Jerônimo de Albuquerque, seu cunhado e, posteriormente, seu braço direito na obra colonizadora. Eram todos colonos selecionados que

contribuiriam sobremaneira para a conquista, defesa o arroteamento da nova terra⁷.

Inteligentemente, Duarte Coelho fixou-se próximo à Feitoria Real de Santa Cruz, onde já contaria com a infra-estrutura ali existente: casas, armazéns e um fortim, bem como com a amizade dos índios habitantes das vizinhanças. Tão logo elegeram o local para levantar suas moradas, os colonos principiaram a rasgar o solo com plantações de subsistência. O primeiro passo de seu plano colonizador tinha sido dado.

Os problemas porém começaram a surgir antes do esperado. Desta feita, as complicações partiram de alguns ameríndios. Não aceitando a presença de mais portugueses na região, atacaram o povoado, o que gerou conflito.

Depois de algumas refregas, os reinóis conseguiram derrotar os bugres hostis em

⁷ Estes pioneiros tinham a intenção de aqui se fixarem independente das agruras e riscos do desconhecido. Juntos construiriam uma capitania progressista transformando-a na mais importante região brasileira ainda naquela centúria. Auxiliou-os, nesse intento a liberdade com que o donatário concedeu isenções de direito sobre equipamentos e outros materiais encomendados na metrópole e a aliança com os gentios. (N. A.)

combate ocorrido a 27 de setembro de 1538, expulsando-os das cercanias do vilarejo. Em ações de graças por esse episódio, o donatário ergueu uma igreja, a de São Cosme e São Damião, santos consagrados nessa data a que passaram a ser padroeiros da localidade.

Vencido o primeiro obstáculo de vulto, Duarte Coelho resolveu sondar outras terras, em busca de lugar mais propício para se instalar, assim como desalojar contrabandistas e piratas estrangeiros.

Enquanto partia em expedições, deixava sua esposa e alguns pioneiros com o encargo de *fazerem brasil*. A exploração do pau-tinta era importante nessa fase, fundamental para levantar recursos financeiros não só para pagar seu soberano, mas também financiar projetos administrativos.

O espírito aventureiro que o movia conduziu-o para praias mais ao sul, onde notícias dos índios confirmavam ser parada de flibusteiros estrangeiros. Foi numa destas jornadas pela arrebentação que divisou uma linha de arrecifes. Dali observou que havia uma elevação proeminente na costa. Como os detalhes do local aproximavam da descrição obtida dos silvícolas, praticamente teve certeza de tratar-se do sítio visitado pelos franceses de quem ouvira comentar. De fato aquele local tão aprazível era o mesmo que os nativos chamavam de Marim (Rio dos Franceses).

Duarte Coelho e seus companheiros de expedição atravessaram a estreita entrada da barra passando pela linha de arrecifes de arenito amarelado, gastos pelo mar. No interior da barra encontraram um ancoradouro natural. Atravessaram um istmo, que mais tarde abrigaria o

núcleo urbano de Recife, e divisaram os rios Capibaribe e Beberibe. Finalmente fundearam no golfo, perto de onde hoje se encontra a ponte Duarte Coelho. A elevação de que lhe haviam falado despontava no horizonte. Era um morro coberto por magnífica floresta virgem, e ficou sendo o destino do Capitão-mor e de seu grupo.

No alto de elevação havia uma aldeia caeté. Surpreendida com a chegada dos portugueses, que julgavam ser seus amigos franceses, os indígenas não tiveram tempo de organizar uma defesa capaz de se antepor à fúria do assalto duartino. Os que sobreviveram fugiram para as matas adjacentes, deixando a taba sob o controle dos intrusos.

Vitoriosos, passaram, Duarte Coelho e os seus, a reconhecer a área. Ali encontraram boas nascentes de água potável, ares mais amenos e boa área de pastagem natural nas vizinhanças, tudo convidava ao assentamento de um povoado e de fazendas.

Diz a lenda que Duarte Coelho, não se contendo exclamou: – *Ó, linda posição para uma vila!* Alguns historiadores contestam, afirmando que Olinda provém de freguesias, como as vizinhas de Lisboa. Há quem diga que foi inspirado no nome de uma das belas damas da novela de cavalaria de Amédís de Gaula, muito conhecida na época.

Percebendo que e seria mais adequado estabelecer sua sede numa posição mais central da Capitania, à margem de um dos mais importantes rios da região, o Beberibe, Duarte Coelho distribuiu algumas sesmarias em Igarau e entregou o lugarejo aos cuidados do vianês Afonso Gonçalves um de seus honrados seguidos.

res, companheiro desde os tempos das índias e feito por ele Capitão. Depois, partiu para o sul com boa parte de seus companheiros. O outeiro serviria de símbolo para a futura localidade.

Em Olinda, no verão de 1536, o chefe novolusitano erigiu um atalaia quadrado no lado esquerdo do morro e, no topo deste, uma torre de pedra e cal. Esse castelo, semelhante aos de sua terra natal, serviria para dar abrigo à sua família e aos seus companheiros. Era o marco de fundação da capital duartina.

Para que pudesse sobreviver e prosperar, Duarte Coelho sabia que teria que ter um bom relacionamento com os nativos habitantes das zonas vizinhas às suas comunidades. Para tanto contribuiria sobremaneira seu cunhado, Jerônimo que, depois de se acasalar com a filha de um cacique local, fez com que os tabajaras se tornassem a primeira nação indígena efetivamente aliada dos portugueses. Essa aliança propiciou a paz necessária para o cultivo da terra e a expansão da cultura na região de Olinda.

Embora existissem entraves à permanência de Duarte Coelho e seus companheiros⁸, os pioneiros iam, aos poucos, se assenhorando dos segredos daquele chão. Olinda foi crescendo e tomando vida própria. Como não ficava à beira do mar, um porto foi construído no final do istmo que delimitava a foz dos rios Capibaribe e Beberibe, perto da linha de arrecifes. Ali surgiria um povoado que mais tarde daria origem a Recife, hoje a capital pernambucana.

Outro sinal do avanço da colonização duartina foi o crescente número de crianças que nasciam na capitania, dentre elas os herdeiros do donatário. O primogênito, Duarte Coelho de Albuquerque, veio ao mundo no segundo semestre de 1537; seu Irmão Jorge, em abril de 1539 e, por fim, Inês de Albuquerque, anos depois.

O progresso da capital duartina também alegrou Lisboa, que, a 12 de março de 1537, lhe concedeu o cobiçado Alvará Régio, elevando-a à categoria de vila. No mesmo período fundou-se Paratibe, um lugarejo interiorano no caminho entre Olinda e Igarauçu. O quinto ponto a ser povoado pelo donatário foi a região do Rio São Francisco, limite Sul da capitania. Todos os cinco povoados seriam representados em seu brasão, sob a forma de castelos no escudo central.

O donatário pernambucano partiu, então, para a execução da terceira fase de seu plano colonizador: consolidar seus domínios. Distribuiu sesmarias nas redondezas de seus povoados, cuidando de anotar tudo no seu livro de assentamentos e informar, em carta, ao seu soberano.

Feito isto, percebeu que poderia adiantar-se e dar mais um passo à frente em seu projeto. Vivia-se um momento de certa calma, fruto de ter afastado os gentios hostis e os flibusteiros francos do litoral. Duarte Coelho achou ser oportuno deixar a lavoura de subsistência a instalar uma bem estruturada cultura comercial na Nova Lusitânia. Para tal, embarcou para a Metrópole, em busca de uma audiência com Dom João III e dele

⁸ A ferocidade de alguns autóctones, a expoliação dos franceses, a falta de recursos de toda sorte e os problemas inerentes à colonização de uma terra desconhecida.

obter incentivos para dar andamento a seu projeto.

Ele explicou ao rei luso, que até então, tinha pago do seu bolso todas as despesas da implantação da Capitania da Nova Lusitânia e não tinha recursos próprios para bancar sozinho o empreendimento.

Infelizmente, a Corte só estava interessada no dinheiro fácil das minas de ouro. E o obrigaram a correr continente afora, atrás de indícios da existência de ouro e prata, tão comuns na América espanhola. Outra alternativa apresentada era incrementar a exploração do pau-brasil. Duarte Coelho combatia a exploração do pau-tinta considerando-a nociva à colonização, por afetar o meio ambiente e o relacionamento com os aborígenes. Acreditava na história e na sua vivência. Sabia que somente uma cultura comercial agrícola e industrial geraria prosperidade, atraindo novos colonos para desbravar os confins tropicais, abrir novas fronteiras e incorporá-las ao *impávido colosso* que surgia.

Mesmo não logrando o apoio real, não desanimou. Procurou comerciantes conterrâneos e, com o apoio financeiro da burguesia portuguesa, retornou a Olinda com alguns mestres-de-engenho dos Açores, Madeira e de Cabo Verde, importantes regiões produtoras do *ouro doce*.

Duarte Coelho implantou, assim, a indústria açucareira na sua donataria e, enquanto outras capitanias hereditárias

faliam, Pernambuco progredia a olhos vistos. Aproveitando-se de um canavial existente na antiga feitoria real, fez distribuir mudas a que concedera sesmarias.

Como não existiam recursos para cada um deles construir uma moenda, em 1540 montou um engenho que passou a absorver a produção das fazendas vizinhas a Olinda. Logo o mesmo aconteceria em Igarau e, dez anos depois, já eram cinco engenhos fabricando o *ouro doce*, o novo carro chefe da capitania pernambucana.

A maneira democrática com que atendia aos anseios do povo e às de-

terminações do senado da Câmara, a forma cidadã como agia e o apoio político que deu aos religiosos, em sua missão catequizadora em Pernambuco, são exemplos de um homem além do seu tempo. Duarte Coelho era referencial para toda obra religiosa, como salientou o padre Manuel da Nóbrega. Além de tudo, agia como o cidadão politicamente correto dos nossos dias, pois foi o primeiro governante a se preocupar com a ecologia, ao defender a não exploração do pau-brasil, por provocar a devastação desnecessária da vegetação nativa, e nada contribuir para o engrandecimento da colônia.

No campo urbano, há uma importante passagem que bem denota inusitada preocupação. Certa feita, depois de muito observar o aumento de doenças e a sujeira na vila, enviou ao senado da

A maneira democrática com que atendia aos anseios do povo e às determinações do senado da Câmara, a forma cidadã como agia e o apoio político que deu aos religiosos, em sua missão catequizadora em Pernambuco, são exemplos de um homem além do seu tempo. Duarte Coelho era referencial para toda obra religiosa, como salientou o padre Manuel da Nóbrega.

Câmara de Olinda uma proposta para que os detritos não fossem jogados nos rios que abasteciam a comunidade, nem fossem destruídos os bosques que preservavam os mananciais de água. Ele sabia que atitudes como essas além de manter a cidade limpa e o abastecimento de água, fazia com que a população vivesse sob o império da higiene, reduzindo drasticamente o número de internações, e mesmo, de óbitos.

Outro ponto interessante da sua administração foi a capacidade de ouvir assessores. Exemplo disso foi o da criação da Casa de Misericórdia, uma espécie de hospital, obra idealizada por sua esposa o que foi primordial para a cura de moribundos e feridos. Outro foi o da construção de estaleiros, em Igarau e em Recife, onde se faziam inicialmente, reparos em naus que atravessavam o Atlântico. Posteriormente, pequenas embarcações ali passaram a ser construídas.

Quando o trono resolveu instalar um governo-geral na Bahia centralizando suas ações no Brasil, Duarte Coelho não se curvou às novas leis as quais iam de encontro ao foral por ele assinado décadas atrás. Esse espírito independente fez com que seus companheiros, e, posteriormente, as demais gerações de pernambucanos se transformassem nos mais rebeldes brasileiros, colecionando a mais longa folha de revoltas e movimentos libertatórios de toda a história nacional.

Mas nem só de boas notícias vivia a Capitania. Por muito pouco as adversidades não deram cabo das realizações do seu donatário.

Os primeiros obstáculos que Duarte Coelho enfrentou ao chegar no Novo Mundo foram, como os demais donatários, a distância da Europa, o clima e as peculiaridades da terra tropical. Depois vieram as atitudes hostis dos indígenas, em especial dos tupinambás. Mas as adversidades não terminaram por aí.

Temendo que os engenhos e, canaviais fortalecessem a presença lusa, contrabandistas francesas incitaram revoltas indígenas. Estas inicialmente vitimaram as fazendas dos renóis. Depois, sitiaram suas povoações. Os cinco engenhos instalados foram incendiados, precedendo um longo cerco sobre Igarau e Olinda, ocorridos de fins de 1546 a 1548. Somente a coragem dos defensores e a participação de todo, inclusive das mulheres, fez o fiel da balança pender para o lado dos duartinos.⁹

Foram muitos os combates em que os colonos se viram envolvidos. Em um deles, o próprio Capitão-mor pernambucano foi ferido na perna, fato que o deixou manco para o resto da vida.

Mas haveria outros obstáculos. Para compensar a falta de mão-de-obra, o donatário aceitou receber algumas levas de degredados. Não tardou a perceber o erro de sua decisão, pois cedo criariam problemas. A malta não queria trabalhar com os colonos, só pensava em se aproveitar dos indígenas nativos, fugia das obrigações e da severidade do donatário, obrigando-o a rigorosas medidas, a fim de evitar o desprestígio do colonizador. Duarte Coelho, junto com outros destacados lusos no Brasil, dentre os quais o Padre Manuel da Nóbrega, imploraram ao

⁹ Tais conflitos fazem parte dos primórdios da História Militar Brasileira

Trono para que não os enviasse mais, pois *estavam destruindo o serviço de Deus e dos fiéis servidores de Portugal*, no que foram atendidos. Os que aqui permaneceram ou acataram a lei duartina, ou foram expulsos da capitania.

Outro problema enfrentado foi com seus vizinhos setentrionais. Ao contrário da de Pernambuco, a Capitania Hereditária de Itamaracá não foi colonizada por Duarte Coelho, mas sim por seu lugar tenente, Francisco Braga. Este, porém, não conseguiu manter a ordem na região, com graves repercussões na Nova Lusitânia. Logo Itamaracá se tornou zona de homizão de bandidos, inclusive de foragidos de Pernambuco. Nem uma marca colocada no rosto do dirigente itamaracaense, por ordem do donatário pernambucano, amenizou a situação, como bem o descreve em cartas ao rei luso.

Foi também de Itamaracá que partiram alguns traficantes de escravos que, se fazendo passar por exploradores, conseguiram permissão de Duarte Coelho Coelho para navegar pelo litoral pernambucano. Ao saber que a sua verdadeira intenção era atacar aldeias indígenas a fim de fazer cativos os autóctones, Duarte revistou, capturou-os e, por fim, aplicou-lhes sua justiça. Quanto aos silvícolas cativos, Libertou-os e os enviou de volta às suas antigas áreas de morada.

Essas adversidades contudo, não foram suficientes para alimentar desânimos. Mesmo tendo seus engenhos destruídos nos embates, os duartinos foram motivados por seu donatário a reativá-los, redinamizando a capitania. Logo o vigor com que esta voltava a crescer estimulava a vinda de novos e mais ricos colonos,

todos prontos a transformar Pernambuco em seu lar.

Seu sucesso foi tão grande que a capitania ficou fora da excessiva centralização imposta pelo Governo-Geral. Ao contrário Pernambuco passou a ser a base portuguesa para a expulsão dos franceses das demais capitanias setentrionais. Seus filhos constituiriam as tropas que ocupariam a Paraíba, o Rio Grande do Norte, o Ceará e o Maranhão, num processo de conquistas iniciado ainda nos tempos de Duarte Coelho o que só terminaria na centúria seguinte.

Contudo, nem todo o progresso da agricultura e seus benefícios, bem como sua vitória frente às adversidades foram capazes de mudar o pensamento dos palacianos de Lisboa. Em uma segunda viagem a Portugal, em 1553, com vistas a obter novos empréstimos e motivar seu rei para a agricultura, além de levar seus filhos para estudarem no Reino, Duarte Coelho foi muito mal-recebido pelo suserano e por sua corte, ainda interessados em ouro e no monopólio do pau-brasil.

Doente e cansado pela estafante viagem o coração daquele que, desde a mais tenra idade sempre fora fiel a seu país o deu tudo de si a todas as causas que abraçou, não resistiu. No dia 7 de agosto, faleceu.

SEU LEGADO

A morte de Duarte Coelho não significou o fim de seu sonho. Suas idéias e ideais não morreriam consigo, sendo transmitidos por gerações. Brites e Jerônimo de Albuquerque consolidariam e tornariam real seu projeto colonizador, transformando Pernambuco numa região cobiça-

da. Quase um século depois, em Matias de Albuquerque, seu neto, o Nordeste brasileiro encontraria o seu grande defensor contra o usurpador holandês.

Duarte Coelho Pereira foi um exemplo de *construtor de nações*, quem melhor suportou as agruras, os perigos e as privações da terra tropical. Suas metas eram as de um verdadeiro estadista: implantar firmemente, nos domínios de sua donataria, uma sociedade progressista o laboriosa, base da dinastia mais próspera do Brasil quinhentista e seiscentista.

Ele cuidou da imigração de gente a que os historiadores chamam de *nobre e limpa*, famílias e padres que influenciaram positivamente na formação de uma sociedade trabalhadora, lutadora e, também, intelectualizada.

A literatura brasileira tem origem na *Prosopopéia*, um poemeto de Bento Teixeira que faz alusão à conquista de Pernambuco e ao seu fundador, dentre outros heróis, e nas seções do Colégio dos Jesuítas, onde se assinala o ciclo literário colonial do século XVI, incluindo o funcionamento de cursos nos conventos. Mais tarde, o Seminário de Olinda seria considerado o núcleo de preparação de independência do Brasil.

Levas e levar de imigrantes espontaneamente aportariam na Nova Lusitânia, como Duarte Coelho sempre desejou. Eles vinham com um bom cabedal de conhecimento e com a vontade de transformar

aquela chão em sua terra — bem diferente dos degredados de outrora — que trouxeram o progresso lastreado no conhecimento e outros fatores úteis no desenvolvimento colonial.

Das terras duartinas saíam não só os pioneiros da agroindústria açucareira, que ocupariam, inicialmente, a várzea do Capibaribe, mas, também, os sertanistas que estabeleceram seus currais pelo interior. Em dois séculos, os descendentes dos dianteiros duartinos se fariam presentes em todo o agreste e o sertão nordestino. Dos núcleos geohistóricos partiriam os contingentes que conquistariam novas regiões e expulsariam franceses, holandeses e ingleses, do Nordeste e do Norte do País.

No campo psicossocial foi, talvez, onde o legado de Duarte Coelho se mostrou mais visível. A sociedade que ele moldou cresceria e prosperaria de tal forma que serviria de modelo a toda a sociedade colonial no Brasil. A miscigenação que ele tanto incentivou, com suporte do seu melhor amigo, Jerônimo de Albuquerque, foi significativa para a formação da nacionalidade brasileira. Das características próprias das três principais raças, o índio, o branco e o negro, surgiria outra a brasileira, cujo caráter lhe confere identidade histórico-cultural própria.

Hoje, migrações internas levam aos mais distantes rincões nacionais o mesmo espírito que um dia vestiu a roupagem duartina e semeou o progresso no Brasil.¹⁰

¹⁰ Aos contemporâneos que acordam nas frias manhãs no cerrado, na Amazônia ou Sertão Nordestino, a eles dedico minha admiração, pois são exemplos vivos de que, quase cinco séculos depois, o espírito de Duarte Coelho Pereira ainda está vivo, fazendo da vocação nacional da agroindústria que ele implantou, o principal pilar deste País rumo ao destino histórico que ele profetizou: o de ser, além de uma potência mundial, uma terra de justiça, paz, ordem e progresso, palavras pelas quais viveu, trabalhou, morreu e logrou conscientizar seus sucessores para prosseguirem trilhando esse caminho. (N.A.)

Na área política, a luta pela justiça e obediência à lei, a defesa do espaço conquistado e incorporado, e a busca por autonomia baseada no êxito de sua gestão político-administrativa servem de suporte para o anais jurídicos e políticos nacionais. A luta que empreendeu pela autonomia de sua jurisdição foi incorporada por todo o seu povo.

Duarte Coelho apesar de não termos atentado para a fato, foi o primeiro empresário de renome e um dos pioneiros da indústria, não só no Brasil, mas também na América, e um dos seus primeiros ecologistas. No primeiro século de presença européia na América, somente no Brasil existia um bom projeto industrial em desenvolvimento beneficiando a terra, uma verdadeira agro-indústria.

Ele modificou as concepções da época, mostrando ser possível colonizar, viver e prosperar com o trabalho rural. Décadas depois, os ingleses das treze colônias formadoras dos Estados Unidos da América se baseariam nesse princípio para forjarem a única maior potência dos nossos dias.

No campo econômico, com grande repercussão social Duarte Coelho foi sábio o bastante para tornar os colonos sócios seus na empreitada de ocupação da capitania. Em 1537, distribuiu terras aos

pioneiros. Inicialmente, lavrando a terra e plantando para sua subsistência, as propriedades distribuídas logo se tornariam sede dos engenhos e fornecedoras de cana-de-açúcar para as moendas contratadas pelo donatário a partir de 1541.¹¹

Mesmo depois da descoberta do ouro em Minas Gerais, no século XVIII, os valores da produção açucareira no Brasil comercializada seriam superiores ao valor dos metais e pedras-preciosas daqui extraídos. Na verdade, a cana-de-açúcar foi o produto que mais dividendos deu ao Brasil no período colonial e no Império.

Os feitos do Capitão-mor novolusitano transcendem os campos econômico, político e social para se projetar no militar. As gerações que viriam depois da sua manteriam o mesmo ideal de conquista, expansão, consolidação, defesa e progresso.

Militar de carreira, oficial da Marinha portuguesa, o donatário de Pernambuco nunca se esqueceu da aprendizagem e da conduta diante das adversidades como chave para seu êxito na gestão administrativa de sua capitania.

Talvez tenha sido a reputação adquirida no Oriente, ou a coragem pessoal, o acurado senso prático, ou mesmo a inigualável facilidade diplomática, aliada ao exemplar comportamento e liderança,

***Ele modificou as
concepções da época,
mostrando ser possível
colonizar, viver e
prosperar com o trabalho
rural. Décadas depois,
os ingleses das treze
colônias formadoras dos
Estados Unidos da América
se baseariam nesse
princípio para forjarem a
única maior potência
dos nossos dias.***

¹¹ Em carta datada de 1542 e remetida ao rei luso, Duarte Coelho informa a existência de grandes canaviais e a conclusão de seu primeiro engenho, o Salvador, à margem direita do Rio Beberibe, além do Nossa Senhora da Ajuda, de propriedade de seu cunhado. Logo os engenhos se proliferariam pelas férteis planícies de várzea do Capibaribe. (N. A.)

sempre à frente de seus companheiros nas atividades cotidianas de desbravamento na América, que concorreram para seu sucesso como governante e como soldado na ocupação, defesa e desenvolvimento da sua donataria. Independente de qual de suas inúmeras virtudes tenha prevalecido, o Exército Brasileiro o homenageou, em 1991, ao conceder ao 71º Batalhão de Infantaria Motorizado, de Garanhuns, Pernambuco, a denominação histórica de *Batalhão Duarte Coelho*.

O sentimento que ele despertou na sua comunidade transformou-a numa coletividade altamente empreendedora. Seu valor e sua auto-estima tornaram-na uma das mais aguerridas do País, a que mais lutou em prol de sua liberdade. O símbolo em seu brasão d'armas, o leão, bem o sintetizaria como senhor do seu destino.

Duarte Coelho Pereira foi o primeiro governante, no Brasil, a irmanar a diplomacia e a força militar. Sua aliança com o nativo foi um dos passos mais importante para a concretização de sua obra colonizadora. A diplomacia com que soube angariar a confiança dos índios, a energia com que manteve a ordem na sua capitania; a presteza com que fez frente ao intruso, o pragmatismo com o qual selecionou seus companheiros, o respeito que soube angariar de todos, a coragem com a qual defendeu suas possessões e a sabedoria com a qual preparou seus sucessores fariam-no o primeiro estadista do Brasil.

Ainda no campo militar, um dos grandes ensinamentos que Duarte Coelho deixou foi que as guerras, apesar de regidas por princípios cartesianos, não é matemática. Não é o somatório de efetivos, po-

der de fogo e outros aspectos que as decidem, mas sim, a química dos valores morais, materiais e pessoais devidamente potencializados por seus respectivos pesos específicos. Assim, o moral, a coragem, a determinação, a astúcia, o arrojo, a perspicácia, a liderança, a abnegação, entre outras virtudes, compensaram a falta de pessoal ou de material nos inúmeros combates de que participou.

Hoje, a figura de Duarte Coelho é um modelo de como um civil deve comandar um povo na guerra e na paz em prol de um ideal superior. Seus ensinamentos servem de exemplo constante para aqueles que buscam, no passado, as fórmulas para um futuro seguro e melhor.

A presteza e a energia que canalizou contra os franceses ou portugueses, bem como contra os degredados que agiam de modo a por em risco a ordem e a harmonia na capitania foram fundamentais para, ao mesmo tempo, expulsar de vez os gálicos e restabelecer a paz no seio de sua comunidade.

Convém lembrar, que foi nos tempos duartinos que foram lançadas as sementes para a conquista do litoral brasileiro, com a expulsão dos seus malfeitores, e que teve em Olinda seu primeiro passo. O jugo dos nativos e seu emprego como tropa aliada foi fundamental para a sobrevivência da capitania, tanto na paz, como na guerra. Mais tarde, seus sucessores, em expansão pelo litoral nordestino, iriam experimentar pela primeira vez a guerra brasileira, cujo conhecimento e aprimoramento seriam base para uma doutrina militar genuinamente brasileira. O emprego eficiente do soldado-colono na defesa de Pernambuco e, depois, no desbrava-

mento dos sertões, vale um estudo mais acurado do valor do civil como militar. O emprego de operações anfíbias para levantamento de cercos, no transporte de tropas e de suprimentos e na repulsão de piratas servem para enriquecer a Doutrina Naval brasileira.

Conclui-se então, parcialmente, que o primeiro Capitão-mor pernambucano acabou por adotar um princípio que mais tarde se eternizaria, sendo até hoje um dos adotados pelo Exército Brasileiro: *Conquistar o que é nosso por direito e preservar o que é nosso por dever.*

Um aspecto que deve ser uma vez mais ressaltado é que este ensaio descortina a vida e a obra daquele que se tornou o primeiro homem a agir como estadista no Brasil.

Seu pulso forte possibilitou grandes conquistas em todos os campos. Ele combateu a criminalidade dos degredados, o contrabando do pau-brasil, os índios hostis e os flibusteiros franceses com tanta energia e eficácia que, apesar do pequeno

efetivo, manteve a ordem necessária para desenvolver seu plano empreendedor.

Sob sua orientação, o desenvolvimento encontrou morada nas terras novolusitanas. Não conhecendo trégua, nem descanso, não mediu esforços, nem despesas, para trazer capitais e pessoal especializado, a fim de otimizar as atividades na donataria. Até pequenos estaleiros construiu, beneficiando a navegação de cabotagem.

Sua forma simples e eminentemente prática de administração prosseguiu ditando a vida de Pernambuco por quase um século, tendo em seus sucessores, em especial sua esposa e o seu cunhado e amigo, os maiores continuadores de sua obra, durante cujo governo Pernambuco alcançou renome mundial.

Esses e outros aspectos demonstram que não foi só na América do Norte que existiram colonos que vieram para o Novo Mundo a fim de aqui se fixar, implantando a justiça e prosperando, fruto de seu próprio esforço. ☉

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

- ARNOLD, Guy. *Datas Históricas do Mundo*. Editora Verbo. Lisboa, Portugal, 1985.
- CAMINHA, João Carlos, Vice-Almirante. *História Marítima*. BIBLIEX. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1980.
- ABREU, José Capistrano de. *Capítulos da História Colonial*. Editora Itatiaia Ltda. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 2000.
- CASTRO, Therezinha de. *Nossa América: Geopolítica Comparada*. BIBLIEX. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1994.
- CASTRO, Therezinha de. *História Documental do Brasil*. BIBLIEX. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1995.
- CASTRO, Therezinha de. *Retratos do Brasil : Atlas-texto de Geopolítica*. BIBLIEX. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1986.
- CASTRO DE CASTRO, Tiago, Coronel. *Espaços Geográficos*. BIBLIEX. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1994.
- COTRIM, Gilberto. *História da Consciência Brasileira*. Editora Saraiva. São Paulo, SP, Brasil, 1994.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e Culturas no Brasil*. BIBLIEX. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1980.
- DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras*. IBASA. São Paulo, SP, Brasil, 1996.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Fundamentos da Doutrina*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1981.
- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro - Vol 1*. Brasília, Distrito Federal, Brasil, 1972.

- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. *Manual de Campanha* (Básico) C 20 -10 *Princípio de Chefia*. Rio de Janeiro, Distrito Federal, Brasil, 1953.
- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. *Manual de Campanha* (Básico) C20-320 *Glossário de Termos e Expressões para uso do Exército*. Brasília, Distrito Federal, Brasil, 1977.
- FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. Editora Ática. São Paulo, SP, Brasil, 1984.
- FONSECA, Célia Freire A. *A Economia Européia e a Colonização do Brasil a Experiência de Duarte Coelho*. Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1978.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, Distrito Federal, Brasil, 1933.
- GUEDES, Max Justo, Almirante. *O Descobrimento do Brasil*. Clube do Colecionador dos Correios. Lisboa, Portugal, 2000.
- GONÇALVES DE MELLO, José Antônio, e ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *Cartas de Duarte Coelho a El-Rei*. Universidade do Recife. Recife, Pernambuco, Brasil, 1967.
- GONÇALVES DE MELLO, José Antônio. *Fontes para a História do Brasil Holandês - 1. A economia açucareira*. Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Recife, Pernambuco, Brasil, 1981.
- GUERRA, Flávio. *História de Pernambuco*. Editora Massangana. Recife, Pernambuco, Brasil, 1992.
- LIDDELL HART, Basil Henry, Sir. *As Grandes Guerras da História*. IBRASA. São Paulo, SP, Brasil, 1982.
- LIMA, Oliveira. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Litografia Nacional. Porto, Portugal, 1923.
- MAGALHÃES, João Baptista, Coronel. *A Evolução Militar do Brasil*. BIBLIEX. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1998.
- MALHEIROS DIAS, Carlos. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Litografia Nacional. Porto, Portugal, 1921.
- MANNRICH, Nelson. *CLT, Legislação Previdenciária e Constituição Federal*. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, SP, Brasil, 2000.
- MEIRA MATTOS, Carlos de, General de Divisão. *Estratégias Militares Dominantes*. BIBLIEX. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1986.
- SALVADOR, Vicente do, Frei. *História do Brasil 1500-1627*. Editora Itatiaia. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 1982.
- SIMONSEM, Roberto Cochrane. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, SP, Brasil, 1978.
- PANDIÁ CALÓGERAS, João. *Formação Histórica do Brasil*. Companhia Editora Nacional São Paulo, SP, Brasil, 1972.
- PAULA CIDADE, Francisco de, General. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. BIBLIEX. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1998.
- PAZZINATO, Alceu Luiz e SENSE, Maria Helena Valente. *História Moderna e Contemporânea*. Editora Ática. São Paulo, SP, Brasil, 1997.
- PORTO, Costa. *Duarte Coelho*. Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, Guanabara, Brasil, 1961.
- PORTO, Costa. *Nos Tempos de Duarte Coelho*. Secretaria da Educação e Cultura do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 1978.
- QUADROS, Jânio. *História do Povo Brasileiro*. Editores Culturais. São Paulo, SP, Brasil, 1968.
- RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides Brasileiras*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, Distrito Federal Federal, Brasil, 1946.
- SILVA, Joaquim e PENHA, João Batista Damasco. *História Geral: para ensino do 1º Grau*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, SP, Brasil, 1974.
- SOUTO MAIOR, Armando. *História Geral: para ensino do 2º Grau*. Companhia Editora Nacional São Paulo, SP, Brasil, 1977.

SOUTO MAIOR, Armando. *História Geral: para ensino do 2º Grau e Vestibulares*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, SP, Brasil 1978.

SOUTO MAIOR, Pedro. *Fatos Pernambucanos*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB). Vol 75. Rio de Janeiro, Guanabara, Brasil, 1912.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo da. *História Geral do Brasil*. Editora Melhoramentos. São Paulo, SP, Brasil, 1956.

VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. Editora Melhoramentos. São Paulo, SP, Brasil, 1965.

VIANNA, Hélio. *Matias de Albuquerque*. Editora Universitária. Rio de Janeiro, Distrito Federal, Brasil, 1944.

ENCICLOPÉDIAS

ENCICLOPÉDIA BARSA. Encyclopaedia Britannica Editores Ltda. Rio de Janeiro, Guanabara Brasil, 1985.

ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA MÉRITO. Editora Mérito S. A. São Paulo, SP, Brasil, 1980.

ENCICLOPÉDIA DIDÁTICA DE INFORMAÇÃO E PESQUISA EDUCACIONAL. Livraria Editorial Irace-ma Ltda. São Paulo, SP, Brasil, 1990.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Distrito Federal, 1958.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR. Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda. São Paulo, SP, Brasil, 1980.

GEOGRAFIA UNIVERSAL. Editora Universitária. Madri, Espanha, 1968.

GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE. Editora Delta S. A.. Rio de Janeiro, Guanabara, Brasil, 1971.

GRANDES PERSONAGENS DA NOSSA HISTÓRIA. *Jerônimo de Albuquerque*. Editora Nova Cultural. São Paulo, SP, Brasil, 1969.

PUBLICAÇÕES

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. *Levantamento Geográfico de Área - Momento*. Resende, Rio de Janeiro, Brasil, 1985.

ATLAS HISTÓRICO ESCOLAR. FENAME. Rio de Janeiro, Guanabara, Brasil, 1968.

DIVERSOS. *HISTORAMA*. Editora Codex Ltda. Rio de Janeiro, Guanabara, Brasil, 1972.

DIVERSOS. *HISTÓRIA DO BRASIL* Editora Bloch. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1985.

FOLHA DE SÃO PAULO - THE TIMES. *Atlas da História do Mundo*. Empresa Folha da Manhã Ltda. São Paulo, SP, Brasil, 1995.

GRANDES PERSONAGENS DA NOSSA HISTÓRIA. *Nassau*. Editora Nova Cultural. São Paulo, SP, Brasil, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Vol XVIII - Pernambuco*. IBGE. Rio de Janeiro, Guanabara. Brasil, 1958.

ISTO É - GUINNESS. *Enciclopédia Compacta de Conhecimentos Gerais*. Editora Três. São Paulo, SP, Brasil, 1995

PUBLIFOLHA. *História do Brasil*. Empresa Folha da Manhã e Zero Hora/RBS Jornal. São Paulo, SP, Brasil, 1997.

SAGA, A GRANDE HISTÓRIA DO BRASIL. Abril Cultural. São Paulo, SP, Brasil, 1981.

TESOUROS DA JUVENTUDE. W. M. Jackson, Inc. Editores. Rio de Janeiro, Guanabara, Brasil, 1973.

DICIONÁRIOS

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. *Dicionário Brasileiro Globo*. Editora Globo. São Paulo, SP, Brasil, 1996.

MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Companhia Melhoramentos. São Paulo, SP, Brasil, 1998.

Comentários

A PROLIFERAÇÃO DAS ONG

Carlos de Meira Mattos*

A proliferação das Organizações não Governamentais (ONG) começa a preocupar a imprensa européia e a norte-americana. São associações que proclamam fins humanitários ou caritativos tais como: direitos humanos, defesa ambiental, combate as desigualdades sociais, socorro a doenças epidêmicas, preservação de comunidades indígenas, combate às atividades belicistas etc. Trata-se, como se vê, de finalidades de elevada benemerência, facilmente aceitas pela sociedade. Acontece que, por serem bem aceitas, pelos princípios positivos que defendem, conseguiram enorme expansão numérica e contam-se hoje em mais de 32 mil, somente as internacionais (segundo informação do *Year Book da Union for International Organization*), espalhadas por todo o mundo, grandes e pequenas, nacionais e transacionais, prosperando particularmente nos países mais ricos. Por promoverem campanhas ditas humanitárias, têm encontrado facilidade em angariar doações e financiadores, o que tem levado muitas delas a se transformarem em porta-vozes de interesses escusos, nada humanitários.

As propostas das grandes ONG transnacionais, nos países desenvolvidos do mundo democrático, muitas vezes têm conseguido o apoio dos governantes que precisam de seus votos para se reelegerem ou elegerem seus candidatos partidários.

O articulista Guy Sorman, do *Le Monde*, da França (25.04.01), preocupado com os desvios das ONG, comenta: *atrás das siglas (humanitárias), prosperam pequenas e grandes associações, ricas e pobres, generosas e cínicas*. Mais adiante comenta o mesmo jornalista: *ninguém fiscaliza suas fontes de financiamento, ninguém verifica a autenticidade da boa causa a que se propõem, ninguém controla suas despesas*. Na sua quase totalidade, não estão subordinadas senão a assembléias fantasmas (de personalidades-honradas), *mas administradas efetivamente por minorias vinculadas a outros interesses*. Ainda seguindo o que diz o jornalista do *Le Monde*, *as ONG, as mais poderosas, são transnacionais, projetam a imagem de empresas transnacionais que as financiam, tornando utópica a idéia de que são organizações autogerenciadas, sujeitas que estão a uma irresponsabilidade ilimitada ligada a causas boas ou más*.

Realmente, parece difícil se admitir que uma ONG, cujos administradores recebem régios salários oriundos de fundos provenientes de empresas financiadoras, possa

* General Reformado. Conselheiro da Escola Superior de Guerra.

contrariar os interesses comerciais daqueles que a sustentam. Ademais, em termos de finalidade essencial, torna-se difícil conciliar interesses tão divergentes: a ONG deve buscar, desinteressadamente, o bem comum, a empresa persegue o lucro.

Esse alerta da imprensa dos países grandes sobre os perigos dos desvios éticos a que estão sujeitas as ONG chega a nós, brasileiros, em boa hora. Há vários anos somos incomodados pelas tentativas de interferência em nossa soberania na Amazônia, por parte de uma grande ONG sediada em Genebra, Suíça, que se denomina Conselho Mundial das Igrejas Cristãs. Pretende, essa ONG, ditar orientação e regras de procedimento para as comunidades indígenas brasileiras. Chega a aventar a idéia de criar uma *nação ianomâmi* independente, no meio da selva. A essa ONG acompanham outras de origem européia e norte-americana levantando teses pseudocientíficas sobre a preservação da floresta amazônica, que propõem internacionalizar, para o bem da humanidade.

O jornal *New York Post* (09.06.00), em artigo de Barry Wigmore, publicou a opinião de dois cientistas respeitados pela comunidade internacional, Patrick Moore e Philip Stott, denunciando tanto a mistificação da tese *Amazônia pulmão do mundo*, quanto a *picaretagem* de certas ONG criadas pelo roqueiro Sting e outros artistas. Dizem, os cientistas citados, que essas ONG proliferam nos Estados Unidos e na Europa, explorando o tema *vamos salvar a Amazônia*, baseadas em fundamentos científicos falsos, com o que aterrorizam pessoas ingênuas, apresentando perigos ambientais exagerados, devastadores, a fim de obterem donativos e doações.

É muito bom para nós, brasileiros, vítimas das campanhas dessas ONG internacionais, que venha agora de fora, da imprensa européia e norte-americana, a revelação dos interesses espúrios, nada humanitários, nada científicos, acobertados por certas ONG.

A nossa Amazônia, riquíssima em minerais inexplorados, riquíssima em mananciais de água doce (de previsível escassez no futuro), vem sendo o alvo preferido das ONG transnacionais, em particular daquelas que se dizem dedicadas à preservação ambiental, à defesa das comunidades indígenas, à proteção de espécies animais e vegetais. Será ingenuidade nossa acreditar nas intenções éticas e científicas que elas proclamam. São portadoras dos interesses e da ambição dos seus grandes financiadores. Suas teses de *interesse da humanidade* são de interesse sim, mas não da humanidade.

A PROBLEMÁTICA DO SÉCULO XXI

*L. P. Macedo Carvalho**

Só se pode entender a vida olhando para trás.

Adágio popular

O começo de um novo milênio, século e ano dá ensejo a reflexão sobre a indissociabilidade do presente, passado e futuro, na ótica tomista.

O presente do passado é, certamente, o espaço de tempo mais concreto e mais bem balizado, apesar de nem sempre ser

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

de perfeito domínio e, às vezes, mostrar-se impossível caracterizá-lo com exatidão. Conhecido ou ignorado, o passado, obscuro ou transparente, é estático, impassível, inalterável e inegável. Pode, até mesmo, oferecer uma percepção histórica pouco clara, difusa, parcial ou incompleta por falta de informações confiáveis. Não admite mudanças sem comprovação de fontes primárias. O passado, em suma, é o que ficou.

O presente do presente é alguma coisa singular pela instantaneidade de sua própria natureza fugaz, pontual e volátil. Constitui tênue linha divisória, quase imperceptível, entre o presente do passado e o presente do futuro. Representa a separação entre ontem e amanhã. Considera-se, efetivamente, o presente do presente como a época em que se vive, quaisquer que sejam os limites de referência tomados por base – o milênio, o século, o ano, o mês, a semana, o dia ou a hora.

O presente do futuro apresenta características mais flexíveis, uma vez que em seus domínios tudo pode acontecer, conforme a imaginação usada na prospectiva.

Não se pretende com isso valer-se da infinita amplitude desta faculdade da mente e lançar-se por veredas que conduzam a quimeras impraticáveis, mas tentar vislumbrar a natureza e as linhas de ação mais prováveis dos acontecimentos em diversos campos.

Procurar antever essas hipóteses e construir, nelas arrimados, cenários nos quais o porvir venha a se desenvolver, configura o trabalho de prospectiva, cuja importância está em contribuir para a elaboração de planos e projetos que ajudem a afastar perigos de imprevisto e de improvisação, a

fim de vencer os desafios crescentes do mundo em vertiginosa evolução.

Assim, especular acerca do futuro da sociedade e das suas instituições presta o inestimável serviço de preparar um amanhã seguro, de acordo com as conveniências, os interesses e as necessidades de cada povo ou governo, ajustáveis às respectivas capacidades existentes para as satisfazer.

Na verdade, o presente do futuro configura empreendimento que demanda tantos esforços e investimentos contínuos como riscos e, sobretudo, inmensurável determinação, esperança e fé.

Como qualquer projeto, reclama modelo competitivo e eficiente, com finalidade bem definida e nítidos resultados estimados, cujos executores e beneficiários são os homens cômicos de suas responsabilidades para com a sociedade que integram.

O presente do futuro, ao contrário do que acontece com o do passado, é infinito e, portanto, aberto a toda possibilidade que se apresente, abarcando inúmeras linhas de ação ou espaços de aplicação.

Apreciar cada uma das suas manifestações, com maior ou menor intensidade de facetas geo-históricas e estratégicas, resulta em tarefa de grande envergadura que implica tempo de pesquisa descomunal, fora de alcance.

Por isso, à luz da imprecisão do presente do presente, o tema abordado se restringe a poucos, mas relevantes enfoques, dignos de estudos mais aprofundados, que somente o passar do tempo validará, ou não, as opiniões aqui expressas, para melhor compreensão da amplitude e complexidade das relações futuras das instituições como o Estado e a sociedade durante o século XXI.

Nunca é demais afirmar: tal escolha não esgota o assunto.

Em história, os silêncios são maiores do que o narrado. Quando se trata de história, restam, obviamente, múltiplos escaquinhos que aguardam pesquisas. Só se tomou conhecimento do que ficou grafado em algum papel daquilo que a tradição recorda de algum modo. Todavia, o acontecido sem testemunhas ou não relatado por terceiros perde-se irremediavelmente. No caso de buscar a ligação do presente do passado ao presente do presente e conjecturar sobre o presente do futuro, o campo de análise se estende consideravelmente, mostrando-se ainda mais incompleto. Acredita-se que o tema sirva de aperitivo bastante representativo, *grosso modo*, e incerto do por advir.

O advento do terceiro milênio e do século XXI, deve-se reconhecer, exerce sobre o público em geral um fascínio repleto de fantasias e interrogações.

O *curto e violento* século XX, no dizer de Hobsbawm, foi o tempo em que começou a ser posta em xeque a trilogia Deus, pátria e família. Passou à história como o reino da febre mística e da utopia viável, das extraordinárias descobertas científico-tecnológicas, da *guerra para acabar com todas as guerras* e das ideologias que transformariam o mundo e curariam todos os males da humanidade, assegurando a paz permanente entre as nações e o bem comum sob a égide de organismos internacionais, com o término do colonialismo, o *take off* do desenvolvimento econômico e a promessa de felicidade terrena pelo respeito aos direitos humanos e pela garantia das liberdades, resultante do *fim da história*.

Hoje, já no século XXI, viu-se muita coisa acontecer por antecipação e outras prestes a se verificar, mas persistem enormes decepções e desapontamentos que atormentam a vida no planeta.

Há sonhos cuja concretização, porém, afigura-se remota, sem que haja indícios de imediata realização. Entre estes, lamentavelmente, salientam-se os independentes do estágio cultural vivido, mas os referentes ao grau de desenvolvimento espiritual humano. A despeito do progresso alcançado na esfera científico-tecnológica, o registrado na esfera espiritual evidencia falta de compreensão e de tolerância entre os homens, prevalecendo o orgulho e o egoísmo na humanidade, onde o desprendimento e a solidariedade são virtudes mais pregadas para uso externo do que praticadas. Os poderosos continuam impondo nos fóruns internacionais, sempre e cada vez mais, suas ambições e vontades aos menos privilegiados pela sorte, aumentando o descompasso socioeconômico e colocando em perigo a paz mundial. As ideologias não feneceram e continuam a provocar delírios utopísticos, polêmicas e choques de interesses.

Infelizmente, a almejada mudança profunda da natureza humana não é vislumbrada. O panorama mundial indica o agravamento do conflito econômico civilizacional, cujo triste desfecho parece inevitável. Ameaças externas e internas assumem novas modalidades dentro de um espectro insidioso e perigoso.

O fim da bipolaridade permitiu a hegemonia de uma superpotência com acentuada concentração de poder econômico-militar que, longe de manter a paz universal, causa *desordem mundial*, levan-

do a questionar se o século XXI assistirá impassível à continuação de sua expansão e predomínio ou provocará reações de outras civilizações e culturas insatisfeitas, com pretensões a desempenhar também papéis importantes no *tabuleiro de xadrez* internacional na disputa do *grande jogo* pelo poder.

O velho eurocentrismo cedeu lugar à globalização de caráter permanente trazida com a *Pax Americana*, escudada em organismos internacionais e organizações não governamentais, reduzindo a governabilidade e a soberania de Estados-nações desprovidos de poder para se fazerem respeitar.

Os partidos políticos perdem representatividade diante do complexo sistema econômico mundial, conduzido pela Organização Mundial do Comércio, pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional e pelas ONG, ocasionando graves crises para os países periféricos e organismos regionais inexpressivos, sem mecanismos de defesa propiciados por alianças poderosas. Prevalece o consenso de Washington.

As ameaças não militares propriamente ditas, ou os chamados conflitos de baixa intensidade – causados pelo recrudescimento do nacionalismo, pelo fundamentalismo religioso, pelos movimentos reivindicatórios das minorias étnicas, pelo fluxo de correntes migratórias clandestinas, pelo terrorismo nacional e internacional, pelo crime organizado, pelas máfias, pela aliança do narcotráfico com a guerrilha –, deixam seqüelas tais como caos socioeconômico, corrupção generalizada, intolerância racial, lavagem de dinheiro, prostituição etc., que redundam no enfraquecimento de

governos nacionais. Tais chagas sociais das mais requintadas patogenias podem se transformar em graves situações localizadas ou regionais que venham a exigir intervenção internacional.

O desenfreado adiantamento científico-tecnológico concedeu uma posição privilegiada à cibernética e à informática, gerando a sociedade digital que compromete a governabilidade dos Estados-nações e os problemas de defesa nacional. A *Internet*, acoplada à telefonia celular, definiu novo *espaço geográfico* de comunicação, encurtando distâncias, transpondo fronteiras, facilitando a transferência de arquivos e o fluxo de recursos financeiros, permitindo o acesso remoto a dados instantâneos e inúmeros outros serviços. Com isso, avulta o domínio da informação como fator-chave para a solução da problemática internacional e submete a autonomia e a independência do processo de tomada de decisão nacional a sérios riscos.

As questões ecológicas ganham expressão significativa a cada dia. Richard Falk, no seu livro *This Endangered Planet*, adverte sobre a contradição vivida de que *quanto mais o mundo se desenvolve, mais a situação da Terra piora*. E o homem, para lembrar Lévi Strauss, é o grande poluidor.

A biodiversidade, a decifração do código genético humano e a biotecnologia merecem especial atenção pela importância da revolução sem precedentes que causarão no planeta em futuro não muito longínquo.

A questão crucial de carência de água e da fome, em grande escala, far-se-á presente no mundo do amanhã, em qualquer cenário traçado, sem se querer ser pessimista.

Não se deve esquecer ainda o novo papel que a mulher vem exercendo desde o final do século XX para cá e o que lhe está reservado na sociedade do futuro, à luz das conquistas efetuadas.

Dentro dessa moldura, o desgaste e o descrédito dos organismos internacionais é notório e progressivo, e grandes serão os desafios para a segurança nacional e internacional e, até mesmo, do Estado. Globalização e fragmentação são duas faces de uma mesma moeda que ameaçam, nestes tempos difíceis e imprevisíveis, a ordem local e mundial.

Os países em processo de democratização correm riscos maiores de retrocesso que não isentam também os ditos desenvolvidos, em consequência do aumento da violência, da imigração clandestina e do tráfico de entorpecentes.

Dessa forma, o tradicional papel e as missões das instituições militares, particularmente nos países que tiveram a identidade e a soberania nacional limitadas, terão, por força das circunstâncias, de ser revistas, de modo a se ajustarem à nova ordem mundial imposta e aceita, exigindo outro relacionamento das instituições militares com o Estado e a sociedade.

Como dizia Goethe: *O talento é coisa de criança, o sacrifício cabe ao homem, e o trabalho incumbe ao gênio.*

O caminho histórico a percorrer reclama análise mais aprofundada de parte dos especialistas em prospectiva e cenário, uma vez que o passado ficou para trás, o presente aí está indefinido e o futuro é uma incógnita ou enigma, não se podendo antevê-lo, mas prepará-lo. Apesar de a história não se repetir, há que se olhar para trás, a fim de se divisar o que se tem pela frente.

ÍNDIA, UMA LIÇÃO ESTRATÉGICA

*Eduardo Ítalo Pesce**

A globalização não decretou o fim do Estado nacional, mas veio demonstrar, mais uma vez, as vantagens políticas, econômicas e militares dos Estados mais fortes e capazes. Apesar dos problemas internos, a Índia é a maior democracia do planeta, ocupando uma posição estratégica de destaque, como potência nuclear emergente na Ásia Meridional e no Oceano Índico. A Índia é candidata a um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e, ao contrário do Brasil, não parece disposta a abrir mão de sua candidatura.

Após a independência do domínio colonial britânico, ocorrida em 1947, a elite indiana percebeu que não seria possível esperar até que o país atingisse o pleno desenvolvimento econômico e social, para implementar um projeto autônomo de potência, sob risco de vir a sofrer um desmembramento territorial. No Brasil, ao contrário, o discurso político dominante utiliza as desigualdades sociais e a ausência de ameaça externa ostensivamente percebida como justificativas para a manutenção do orçamento de defesa em níveis assustadoramente baixos, adiando indefinidamente a modernização das Forças Armadas.

A Índia possui Forças Armadas fortemente inspiradas no modelo britânico, com elevado nível de profissionalismo e sem antecedentes de intervenção armada

* Professor. Matéria publicada originalmente no jornal *Monitor Mercantil*, de 1º de novembro de 2000.

na política interna do país. As três forças singulares (Exército, Marinha e Força Aérea) empregam armamento de diversas procedências, mas existe uma considerável indústria local de defesa, que produz armamentos terrestres, navios de guerra (inclusive submarinos de propulsão convencional) e aeronaves militares de todos os tipos. No Oceano Índico, a Marinha indiana é a potência naval dominante e planeja construir submarinos de propulsão nuclear no futuro, tendo chegado a operar um submarino nuclear arrendado da antiga União Soviética, o INS *Chakra*, pertencente à classe *Charlie II*.

Há alguns anos, a Índia desativou o navio-aeródromo INS *Vikrant* (ex-HMS *Hercules*), passando desde então a contar com apenas um navio deste tipo, o INS *Viraat* (ex-HMS *Hermes*). Essa navio, assim como seu antecessor, é de procedência britânica e opera atualmente com aeronaves STOVL (*Short Take off/Vertical Landing*), de decolagem curta e pouso vertical, do tipo BAE Systems (ex-British Aerospace) *Sea Harrier*. A Marinha indiana está substituindo seus antigos navios-aeródromos por duas unidades mais modernas, capazes de operar com aeronaves de combate convencionais de alto desempenho.

Recentemente, a Índia adquiriu à Rússia o navio-aeródromo *Admiral Gorshkov* (cujo nome original era *Baku*), de 44 mil toneladas, que está sendo convertido em Severodvinsk, na própria Rússia, a um custo de aproximadamente US\$ 750 milhões, para operar com caças embarcados Mapo MiG-29K *Fulcrum*, com entrega prevista para 2003. Além disso, um navio-aeródromo de projeto francês, de 32

mil toneladas, denominado *Air Defence Ship* (ADS), está em construção em Cochim, na Índia, devendo ser entregue em 2008 ou 2009. A Marinha indiana deverá adquirir de cinquenta a sessenta aeronaves MiG-29K, para guarnecer ambos os navios.

No dia 26 de setembro último, o Brasil adquiriu, pelo preço simbólico de US\$ 12 milhões, o navio-aeródromo francês *Foch*, de 32 mil toneladas, já rebatizado como *São Paulo*, a fim de substituir o navio-aeródromo ligeiro *Minas Gerais*. O atual navio-aeródromo brasileiro, de apenas 19 mil toneladas, é capaz de operar com as aeronaves de ataque McDonnell Douglas A-4 *Skyhawk* da Marinha, mas sua velocidade máxima de 24 nós (44,5km/h) impõe algumas restrições às operações de voo. O *Foch* atinge a velocidade máxima de 32 nós (59,3km/h). Entretanto, chegou a ser sugerido que sua aquisição seria um inútil desperdício de recursos, entre outras razões, porque o peso estratégico do Brasil no Atlântico Sul não se compara ao da Índia no Oceano Índico!

Decididamente, há algo errado com as nossas elites.

Em 1998, o lançamento de uma nova família de moedas custou ao País cerca de US\$ 550 milhões. Com essa importância, teria sido possível construir em estaleiro nacional, gerando milhares de empregos diretos e indiretos, um moderno navio-aeródromo para a Marinha.

Como a defesa nacional sempre ocupou o último lugar na lista das prioridades governamentais, o País acabou tendo de optar pela obtenção de um navio de segunda mão.

Seria engraçado, se não fosse tão assustador. ☹

Informações

O VALOR ESTRATÉGICO DA INSERÇÃO EDUCACIONAL: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS NO CASO BRASILEIRO

A realidade mundial deste início de século confirma o cenário no qual a sociedade, ou uma parte dela, está se inserindo na chamada *Era do Conhecimento*, onde a capacidade de se obter informações, em quantidade e qualidade, vem crescendo, com a característica de que o acesso a elas ocorre com velocidade cada vez maior.

Os países desenvolvidos e em desenvolvimento buscam estabelecer procedimentos ou adotar programas que viabilizem o salto de qualidade a ser executado em muitas áreas, para a participação em sua plenitude no que vem sendo denominada de *Sociedade da Informação*, ou seja, a sociedade com amplo acesso ao conhecimento.

Dentre essas áreas, é relevante o papel do sistema educacional, afirmando Longo¹ que, nesse contexto, o mesmo sofre uma enorme pressão no sentido de elevação do nível de educação e capacitação profissional de toda a população, assim como de sua permanente atualização para dar conta das contínuas mudanças no mundo do trabalho e das relações so-

ciais. Considerando que a educação é o motor propulsor para o acesso ao conhecimento, as comunidades excluídas desse processo, com certeza, estarão condenadas ao atraso, cada vez mais acentuado. Esse atraso poderá ocasionar um afastamento irreversível das facilidades e benesses proporcionadas pela utilização do conhecimento que se mantém em pronunciada evolução. Não é difícil perceber o valor estratégico da educação no sentido de evitar essa exclusão, que poderá estabelecer uma cisão da qual surjam classes dispares tão diferentes como nunca ocorreu em outro período histórico.

Que desafio será enfrentado pelo Brasil, pressionado por suas mazelas educacionais, na busca da capacitação da sociedade, se não está alinhado entre os países mais desenvolvidos? A resposta, sem dúvida, constitui-se em elaboração de políticas e decorrentes estratégias a serem seguidas, como metas de Estado e não de Governo, já que o objetivo a ser alcançado induz a *planejamentos de médio e longo prazos* principalmente.

A educação como caminho

Dertouzos² destaca que: *O novo mundo da informação está diretamente vincu-*

¹ LONGO, Waldimir Pirró e - *A viável democratização do acesso ao conhecimento*. Revista Lugar Comum/UFRJ, nº 9-10, p. 195-207, Rio de Janeiro, setembro 1999 a abril de 2000.

² DERTOUZOS, Michael - *O que Será: Como o Novo Mundo da Informação Transformará Nossas Vidas*. São Paulo. Schwarcz Ltda, 1998. 413 p.

lado às questões centrais da educação, na aquisição, organização e transmissão de informações, bem como na simulação de processos que representam o conhecimento e na utilização de instrumentos como e-mail e trabalho em grupo, para mediar as relações entre alunos e professores, e dos alunos entre si. Sendo assim, trata-se da primeira revolução socioeconômica importante da história a oferecer tecnologias diretamente ligadas ao processo de aprendizado. Portanto, apresenta uma boa chance (mas, de modo algum, a certeza) de promover saltos qualitativos que não poderiam ter ocorrido no caso das tecnologias das duas revoluções industriais, cujos vínculos com o ensino eram tênues. Verifica-se, então, que a educação constitui-se em poderoso alavancador do desenvolvimento e potente fator estratégico para a inserção de países no clube dos desenvolvidos.

Na caminhada em busca desse novo mundo da informação, o Brasil revela um passado no qual os esforços para o estabelecimento da educação como meta estratégica de desenvolvimento foram descontinuos e de pouca eficácia, e somente a pouco tempo vem agindo de forma a demonstrar que reconhece o que hoje é um consenso, que o tema é central para a inclusão no clube dos países desenvolvidos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional³ em seu artigo 2º estabelece que: *A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do*

educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O texto revela a preocupação com a formação de um *capital humano* constituído de pessoas com boa educação e capacitadas para o trabalho, que, somado ao *capital físico*, máquinas e equipamentos, terá como resultado o desenvolvimento da sociedade.

Apesar dos avanços nessa área, as deficiências educacionais brasileiras persistem, caminhando o país, de acordo com estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁴ (IBGE), para a elevada taxa de 15% de analfabetos entre a população com mais de 15 anos, sem contar com a considerável evasão escolar nos primeiros anos de aprendizagem.

A rede mundial, nesse contexto, apresenta-se como um poderoso auxiliar para suplantiar as deficiências apresentadas, podendo ser útil nas providências de redução do hiato educacional em relação a países mais desenvolvidos. Para isso, terá que ser disponibilizada de forma a proporcionar conteúdo de qualidade sob pena de acentuar, ainda mais, as distorções, fazendo surgir outra modalidade de analfabetismo, porque será decorrente do ensino de aspectos mecânicos e de seqüências lógicas de comandos de máquina, sem desenvolver o raciocínio e a capacidade de discernir. Essas são questões a serem consideradas na implementação das estratégias estabelecidas para desenvolver formidável *capital humano*, somatório da vultosa população brasileira.

³ BRASIL, Lei número 9.394, de 20 de dezembro de 1996. - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *On line*. Disponível na Internet: <http://www.mec.gov.br>

⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - *On line*. Disponível na Internet: <http://www.ibge.org>

A Iniciativa Governamental

No Brasil, além dos projetos implantados pelo Ministério da Educação (MEC), desponta o programa Sociedade da Informação (SOCINFO), coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). O SOCINFO é um programa que tem como objetivo a integração, a coordenação e o fomento das ações para a utilização de tecnologias da informação (TI) e comunicações e faz parte do conjunto de projetos que compõem o Plano Plurianual 2000 - 2003⁵, com aporte de recursos previstos de R\$ 3,4 bilhões.

O SOCINFO já apresentou uma proposta inicial de ações em um documento denominado de Livro Verde⁶, lançado em setembro de 2000, onde estão detalhes sobre planejamento, orçamento, execução e acompanhamento de cada uma das linhas de ação a serem implementadas, sendo uma delas a *Educação na Sociedade da Informação*. No livro, é levantada a situação atual do Brasil sendo ressaltado que: *A maioria das escolas brasileiras não está ainda conectada à Internet. De acordo com o último censo escolar do MEC, em 1999, apenas 7.695 escolas (3,5% do total de escolas de educação básica) possuíam acesso à rede mundial de computadores, das quais 67,2% são particulares. Ou seja, há conexão com a Internet para alunos de apenas 2.527 das 187.811 escolas públicas brasileiras. O censo revela ainda que cerca de 64 mil escolas do País não têm energia elétrica - 29,6% do total - e que menos de 11*

em cada 100 estabelecimentos dispõem de equipamentos para atividades pedagógicas, como laboratório de ciências ou de informática. Menos de um quarto (23,1%) das escolas possui biblioteca. O mesmo censo aponta que as escolas particulares são muito mais equipadas do que as públicas, seja em presença de computador, conexão à Internet, laboratório de ciências, bibliotecas ou acesso à energia elétrica e água.

Verifica-se então que a Internet, por sua destacada capacidade de disseminação de conhecimento, não pode ser esquecida em um país onde existem hoje cerca de 3,8 milhões de computadores conectados e onde se constata o fato do entendimento da importância da conexão das escolas. Mantido o ritmo atual de crescimento, o número de computadores dobrará em menos de quatro anos, podendo comprometer a velocidade e qualidade das conexões e esgotar em pouco tempo o potencial de ingresso de novos usuários. O SOCINFO tem como outro de seus objetivos evitar esse esgotamento e contribuir para a disseminação do uso de computadores em todo o território nacional, criando condições para que um maior número de brasileiros possa acessar a Internet.

Dentre as ações para proporcionar acesso ao conhecimento baseado nas TI e comunicações, não abrangidas pelo SOCINFO, destacam-se, entre outros, os programas TV Escola e Telecurso 2000. O TV Escola é um programa implementado pela Secretaria de Educação a Distância do MEC e está baseado na disponibiliza-

⁵ BRASIL, Governo Federal. *Plano Plurianual 2000 - 2003*. On line. Disponível na Internet: <http://www.abrasil.gov.br>

⁶ BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia - *Programa Sociedade da Informação - Livro Verde*. On line. Disponível na Internet: http://mct.gov.br/temas/socinfo/cet_socinfo.pdf

ção de material didático via televisão, indo ao ar diariamente, 14 horas por dia. Em sua implantação foram destinados um videocassete, uma televisão e uma antena parabólica para cada uma das 56.770 escolas públicas de ensino básico, atingindo cerca de 29 milhões de alunos. Seu sucesso ainda é parcial, mas já foi capaz de obter resultados significativos em muitas regiões do País. O Telecurso 2000, dirigido a cerca de 75 mil trabalhadores que, por vários motivos, interromperam os seus estudos, proporciona a oportunidade de conclusão dos primeiro e segundo graus pelo método de ensino a distância. O programa está baseado na parceria entre organizações governamentais e privadas, já tendo sido implantadas cerca de 600 telessalas no Rio de Janeiro, São Paulo e na Amazônia Legal, além de sua implementação, durante alguns anos, em organizações militares do Exército.

O Desafio Educacional

Dentro da concepção estratégica nacional para estimular a adequada inserção da sociedade brasileira na Sociedade da Informação, que está sendo implementado pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), entende-se que a educação não deva ser tratada como se fosse um setor homogêneo e sim realizadas adaptações para cada nível de ensino, desenvolvendo conteúdos adequados, implementando educação a distância de qualidade e bibliotecas temáticas digitais.

Na área de educação a distância, Castells⁷ afirma que *a comunicação medi-*

ada por computadores (CMC) desempenhará papel cada vez mais decisivo na formação da futura cultura, e, progressivamente, as elites moldadoras de seu formato desfrutarão de vantagens estruturais na sociedade emergente. Portanto, embora realmente esteja revolucionando o processo de comunicação e por meio dele a cultura em geral, a CMC é uma revolução que se desenvolve em ondas concêntricas, começando nos níveis de educação e riqueza mais altos e provavelmente incapaz de atingir grandes segmentos da massa sem instrução, bem como países pobres.

Entende-se, então, que as iniciativas governamentais e os estímulos à participação da iniciativa privada são essenciais para impedir o aumento da distância no que se refere ao domínio de conhecimento entre as classes da população e, também, por parte da sociedade nacional em relação às sociedades dos países do primeiro mundo. Como acontece em outras áreas, na educação e capacidade de acesso, os desníveis regionais brasileiros são acentuados. Além das medidas para minimizar esses desníveis, o Livro Verde especifica metas a serem buscadas, canalizando os esforços para:

- aumentar drasticamente o nível de alfabetização digital do País, dirigindo ações principalmente para as classes sociais economicamente menos favorecidas;
- buscar modelos de conectividade amplo de escolas públicas e privadas;
- qualificar minimamente novos profissionais de nível técnico e superior de todas as áreas nas novas tecnologias, sendo necessário que as atividades educacio-

⁷ CASTELLS, Manuel - *A Sociedade em Rede*. São Paulo. Paz e Terra S/A, 1999. 617p v1.

nais usem mais intensivamente a informática como meio;

- aumentar significativamente a formação de especialistas nas novas tecnologias em todos os níveis, no mínimo dobrando até 2005 os cursos de graduação e pós-graduação específicos e triplicando os cursos técnicos em nível médio;

- fazer uso em grande escala das novas TI e comunicações em educação a distância, alavancando a alfabetização digital, bem como a capacitação e formação tecnológica;

- criar laboratórios virtuais de apoio à pesquisa interdisciplinar por parte de especialistas geograficamente dispersos, permitindo interação, compartilhamento de dados e informação, independentemente de localização dos diversos parceiros; e

- utilização como tema transversal, nos níveis de ensino fundamental e médio, a leitura crítica e a produção de informações no meio provido pelas TI e comunicações. A produção interdisciplinar de materiais por parte de alunos deve ser incentivada para que sejam estabelecidas relações entre assuntos variados.

Cabe ressaltar que, segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia, os Estados Unidos perceberam há mais tempo a importância das conexões estudantis, tendo seu governo decidido investir, em 1996, 2,2 bilhões de dólares para conectar todas as suas escolas, o que já ocorreu, em 2000, com cerca de 90% delas. No Brasil, o Programa Nacional de Informática na Educação anunciou também, em 1996, a compra de 100 mil computadores para insta-

lação em seis mil escolas públicas, constituindo 13,4% das 44,8 mil escolas públicas do ensino fundamental e médio. Essas metas já foram adiadas para 2002, pois, no momento, um reduzido número de computadores novos foi instalado e, destes, somente um pequeno percentual está *on line*. No que se refere às escolas particulares, a situação se apresenta melhor, pois, de acordo com o IBGE, seis escolas em cada dez do ensino médio proporcionam acesso à Internet para seus alunos.

O Contexto da Implantação

Paim⁸ ressalta que: *A Sociedade dá-se conta de que, ao sistema de ensino, incumbe um conjunto de atribuições que não se esgota na formação profissional, abrangendo simultaneamente a educação para a cidadania e a difusão da cultura geral, isto é, não especializada e interessada.* Para dar cumprimento a essas atribuições, ao proporcionar amplo acesso aos brasileiros à Internet, a política não poderá olvidar que fatores de importância, no que se refere à preservação da cultura nacional, deverão ser estudados. Esses fatores abrangem aspectos referentes ao conteúdo, onde as garantias da qualidade e da propriedade das informações serão basilares para o aproveitamento adequado do conhecimento disseminado na rede mundial.

Mesmo com a garantia do acesso global ao conteúdo, Lévy⁹ nos diz que *o problema do acesso para todos não pode ser reduzido às dimensões tecnológicas e financeiras geralmente apresentadas. Não*

⁸ PAIM, Antonio - *Educação no Brasil de 2020. Revista Parcerias Estratégicas*, Brasil, nº 6, p. 155 - 193, março de 1999.
⁹ LÉVY, Pierre - *Cibercultura*. São Paulo. 34 Ltda, 1999. 260 p.

basta estar na frente de uma tela, munida de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso antes de mais nada estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço. Da população e dos estudantes, principalmente, serão exigidos pré-requisitos de conhecimentos adquiridos, para que o acesso se revele eficaz e contribua para a otimização dos processos educacionais.

Além disso, deverá ser considerado que as inovações tecnológicas trazem grandes esperanças, mas provocam algumas preocupações, necessitando de definição da forma como colocá-las a serviço de criar melhores condições de vida para a população. As garantias de que o poder da informação não precisará impor os valores de culturas estrangeiras deverão ser estabelecidas, de forma a *preservar para as novas gerações a cultura nacional*, durante a implementação das estratégias que trarão para a população os benefícios dos ensinamentos *on line* de centros mais evoluídos.

O Brasil vem buscando, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT¹⁰ e da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, acompanhar o mega-projeto americano educacional e de pesquisa e desenvolvimento intitulado INTERNET-2¹¹, tendo participado de vários encontros de trabalho com os seus líderes e assinado acordo de cooperação em tecnologias para

a educação. A INTERNET-2 é uma iniciativa norte-americana, voltada para o desenvolvimento de tecnologias e aplicações avançadas de redes Internet para a comunidade acadêmica e de pesquisa. A iniciativa envolve 180 universidades norte-americanas, além de agências do governo e indústria, e visa ao desenvolvimento de novas aplicações, como telemedicina, bibliotecas digitais, laboratórios virtuais, dentre outras que não são viáveis com a tecnologia Internet atual. O País está se preparando para a integração ao referido projeto, na medida que apresente as condições técnicas necessárias, e terá, a partir daí, acesso ao que de melhor tem se apresentado nessa área. As vantagens advindas desse intercâmbio são atrativas mas, sem dúvida, deverão ser adotadas medidas adequadas para o total e útil aproveitamento do mesmo, preservando valores que passam pela cultura, propriedade intelectual e qualidade de informações.

Conclusão

A evolução para uma educação moderna e disponível para todos constituiu-se no caminho a ser percorrido pelas sociedades emergentes, necessitando da mobilização das iniciativas governamentais e privadas em busca de soluções viáveis. A imensa parcela de excluídos, que em muitos casos alcançam percentual espantosamente elevado em relação à população de muitos países, revela a agura do caminho a percorrer pelo Brasil e

¹⁰ BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia - Programa Sociedade da Informação. *On Line*. Disponível na Internet: http://mct.gov.br/temas/socinfo/cet_socinfo.pdf

¹¹ BRASIL, Governo Federal - Rede Nacional de Pesquisa. *On line*. Disponível na Internet: <http://www.rnp.br>

ênfatiza a necessidade da busca de soluções inovadoras, que possibilitem uma rápida reversão da situação de atraso diagnosticado nesse contexto.

O quadro nacional, no que se refere ao processo educacional capaz de proporcionar acesso ao conhecimento disseminado na rede mundial de computadores, também revela outras preocupações. O acesso é dificultado, principalmente, pelo atraso do Brasil em relação ao desenvolvimento experimentado por outros países e pelo pequeno poder aquisitivo de considerável parcela da população nacional. Além disso, se esses óbices não forem contornados, a classe beneficiada pela inserção digital continuará sendo a constituída dos indivíduos das camadas mais ricas e das populações dos países mais adiantados, muito distante dos mais pobres e menos desenvolvidos no que tange ao conforto e bem-estar, mas também muito próximos ou até dividindo o mesmo espaço geográfico, o que poderá gerar um confronto de culturas e interesses.

O momento requer que exista, por parte da sociedade, um esforço contínuo, com objetivos bem definidos e considerados no tempo e no espaço, para que resultados positivos e consideráveis possam ser alcançados. De pouca validade serão as iniciativas que não apresentei nas suas concepções as condições necessárias para o prosseguimento das ações, poupando esforços e recursos, o que se apresenta como desejável para um país em desenvolvimento. Os projetos implementados com o objetivo da inserção dos brasileiros na Sociedade da Informação devem fazer parte de um programa mais amplo do Estado e não estar limitado às ações de um governo, ou seja, devem integrar um compromisso e satisfazer o desejo da sociedade como um todo, de considerar como prioritário o valor estratégico da inserção educacional.

Dayse de Melo Benzi

Bacharel em Informática – Sistemas de Informações



*Seja assinante
da BIBLIEX
e receba sempre
bons livros*

Destaques da Imprensa

A GUERRILHA DO ARAGUAIA: VERSÕES DUVIDOSAS

São os perdedores que escrevem a história ou a contam, a seu modo, nas salas de aula, nos órgãos de comunicação social, que dominam, nos parlamentos com minorias envolventes.

A falta de apoio popular às guerrilhas urbanas, de Marighella e Lamarca, foi decisiva para a derrota dos comunistas na luta armada que empreenderam entre 1967 e 1975. O mesmo se deu, antes, em 1966, com os nacionalistas revolucionários de Brizola e socialistas (financiados por Cuba), no fiasco de Caparaó na fronteira de Minas Gerais com Espírito Santo, presos sem dar um só tiro. Já a guerrilha do Partido Comunista do Brasil (PC do B), na floresta do sudeste do Pará, no Araguaia, seguiu o ensinamento de Régis Debray, o *foquismo*. Buscou o apoio popular. Chefiados pelo paraense Amazonas Pedroso, já sexagenário e rompido com Prestes, os stalinistas, desencantados com o *revisionismo* de Krushev, transferiram seu modelo para a Albânia, o mais subdesenvolvido país da Europa. Não chegavam a setenta, entre eles alguns jovens que haviam interrompido curso superior - um de medicina, Haas, outro, como José Genoino, universitário cearense. A rádio de Tirana, a capital, fazia a propaganda da guerrilha e mentia a valer.

Relacionaram-se eles efetivamente com uma população desprovida de toda assistência, particularmente de saúde e educação, e da qual os governos eram totalmente ausentes. Conquistaram os pobres, que pobres eram praticamente todos na região hoje próspera do Pará Meridional. De resto, padres que lá atuavam, já desavindos com o governo militar, eram-lhes simpáticos e envolveram o bispo de Marabá. O foco guerrilheiro frustrou Médici de entregar ao seu sucessor o País totalmente democratizado, como prometera em seu discurso de posse. Enquanto seus generais haviam desbaratado a guerrilha urbana (e daí o ódio que os vencidos lhe devotam), a do Araguaia só veio a ser vencida no mandato de Geisel.

O Exército, que tentara eliminar o foco, só mais tarde viria a aprender como fazê-lo. Milhares de soldados antes empregados como se se tratasse de uma guerra convencional - pára-quedistas inclusive - haviam fracassado. Pequenos grupos infiltrados na floresta, bem informados sobre o inimigo e adestrados para o combate a curta distância, foram, afinal, vitoriosos em janeiro de 1975. A atuação dos quadros de contra-insurreição deixou cicatrizes na população. A repórter Sônia Zeghetto, de *O Liberal*, recentemente publicou entrevista cheia de simpatia pelos guerrilheiros do PC do B e de agravos ao Exército, obtidas na Região do Araguaia, que foi o Teatro de Operações da guerrilha.

Não há nenhuma referência elogiosa, sequer caridosa, aos militares que morreram ou foram gravemente feridos na luta. A reportagem fala de *torturas, espancamentos, remorsos de delatores*. Relatos absurdos. Um diz que o corpo do comunista histórico Grabois ficou insepulto *até ser comido pelos bichos*. Pior: O pessoal do Exército, quando passava por ele, levava um dedo como recordação. Ou um cacho de cabelo. Os militares que enfrentavam os comunistas passam, pois, por sádicos monstruosos a mutilar o cadáver abandonado na floresta, reduzido, afinal, aos ossos.

Enquanto isso, outras testemunhas se condoem dos guerrilheiros. Um diz: *Não eram terroristas. Só pensavam diferente*. Outro: *O mais chocante era a violência do exército contra um grupo de esfarrapados, esfacelado e mesmo assim impiedosamente massacrado*. Outro corrobora: *Não ofereciam perigo algum. Não sei porque mataram esses coitados. Não eram brasileiros como nós? Eles davam remédios, arrancavam dentes e fizeram até um parto na floresta*. Uma comerciante diz ter recebido a visita de um Capitão, que se vangloriava de ter matado uma guerrilheira porque cuspira na cara de um Coronel durante uma investigação.

A sucessão dessas respostas à repórter induz a uma errônea conclusão, dos que nelas vierem a basear-se para julgar os fatos: os guerrilheiros não teriam feito mal a ninguém, só pagaram o preço de pensar diferente do governo e foram cruelmente mortos pelos militares do Exército, sádicos, perversos e covardes, que trucidaram um grupo de esfarrapados brasileiros como nós. Dos guerrilheiros não se diz que assas-

sinaram colonos informantes do Exército, nem para que pretendiam tomar o poder pela força. Para derrubar um governo transitoriamente autoritário e edificar a democracia? Ou, adeptos fervorosos de Stalin, para erigir uma ditadura, essa sim totalitária, nos moldes da que esmagou as liberdades na União Soviética por 72 anos? Que o suposto grupo de esfarrapados, um exército de Brancaneone, estava bem armado, bem adestrado, com excelentes atiradores, que fizeram mortos e feridos?

Não é só de antigos moradores do Araguaia, porém, que surge essa imagem da luta do Bem (os guerrilheiros bondosos) contra o Mal (os militares do Exército), um maniqueísmo primário e ridículo. Até de militares que integraram as forças legais surgem *testemunhos* que só a elas comprometem. Um soldado do Batalhão de Caçadores de Goiânia, que combateu inicialmente a guerrilha, disse em entrevista ao *Correio Braziliense* *nunca ter visto um guerrilheiro abatido na selva. Mas viu dois padres de Xambióia degolados numa cela do Exército na cidade*. Puro delírio! Imagine-se o que teria feito o Vaticano em defesa de seus *mártires*! Qual teria sido a repercussão no exterior, na imprensa internacional que certamente teria tido informação imediata, a revolta de nossos bispos da CNBB e a força com que a Igreja, como um todo, afrontaria o governo.

De tudo o que vem acontecendo, há que tirarmos lições. Uma, a de que a contra-insurreição ganhou a luta armada – uma luta suja de ambos os lados, à moda dos franceses na Argélia – e perdeu a batalha da comunicação. Hoje, paradoxalmente, são os perdedores que escrevem a história ou a contam, a seu modo, nas salas

de aula, nos órgãos de comunicação social, que dominam, nos parlamentos com minorias envolventes, na comissão do governo que indeniza comunistas abatidos em luta aberta e despreza os mortos por eles. Entrementes, não têm voz os que cumpriram o seu dever, muitos com sacrifício até da própria vida. O silêncio os deixa perante a história como se criminosos hajam sido por haverem combatido os que quiseram fazer do Brasil a cobiçada jóia do movimento comunista internacional na América Latina.

Reprodução de artigo publicado no *Correio Braziliense*, edição de 26.06.01, e assinado pelo Coronel Jarbas Passarinho, Presidente da Fundação Milton Campos.

ARMAS E GUERRAS ÉTICAS?

O livro *A volta do inimigo*, de Roberto Toscano, tem como subtítulo *A derrota da ética nas relações internacionais*. Toscano é diplomata italiano com atuação em áreas estratégicas, sobretudo de análise e programação. Outro italiano, o cineasta Ermanno Olmi, diz que seu último filme é sobre *o fim da nobre arte de guerra*. Quartel-General da OTAN no Mediterrâneo, a Itália tornou-se cabeça-de-ponte de intervenções na África e nos Balcãs.

Foi um horror a Primeira Grande Guerra. Combates corpo a corpo, carnificinas imobilizadas em trincheiras, emprego de armas químicas (não se guerreia com veneno, diziam os romanos) e campos de batalhas com massas humanas expostas a baionetas e balas. Mas eram soldados que *cumpriam seu papel*, disse um historiador. Os mortos civis ficaram abaixo dos 10% do

total. Na Segunda, subiram para 50%. Na do Vietnam, mais de 90%. Nos bombardeios da Iugoslávia, 2 mil. Não existem estatísticas de mortos militares, de tão poucos. As guerras se tornam matanças de civis.

O martírio da Bósnia ressuscitou a idéia de *guerras justas*. Era preciso punir sérvios *terroristas e incivilizados*. As ações humanitárias, dizia-se, perdiam o sentido. Proteger o povo da Bósnia com negociadores e observadores desarmados seria missão impossível. Sem o emprego de armas, nada feito. A exarcebação desses impulsos levou à guerra de aviões e foguetes da OTAN contra a Iugoslávia e à ocupação militar do Kosovo. O diplomata italiano presenciou tudo isso e constatou a *expulsão sistemática da ética do campo das relações internacionais*.

Os acordos de Dayton, formato da Bósnia pós-guerra, refletiram a substituição do *justo* pelo *possível*. Ou pela moldagem ocidental. Ela foi imposta a delegados fechados numa base militar americana, de onde só poderiam sair com papéis assinados. Até Milosevic, agora respondendo por crimes de guerra, foi convocado. Mas faltou à nova nação, hoje aos pedaços, o pilar de uma paz verdadeira. Toscano fala da escassa governabilidade de um mundo em desordem. Sustenta que mais vale prevenir, com diplomacia e fundações seguras, do que recorrer às armas.

Kosovo teve um forte componente ético, os direitos da maioria albanesa. Mas os sérvios foram tratados como animais depois da guerra. Embora minoria, também têm direitos. Os albaneses, donos de máfias que enchem os países europeus de imigrantes ilegais, não tardaram, em boa parcela, a mostrar as caras de bandidos. E

sob proteção internacional. Fazem tráfico de seres humanos, entre outros negócios sinistros, como partes de ampla rede do crime organizado que fatura 7 bilhões de dólares por ano. Nos Balcãs estão os corredores mais movimentados. Criou-se um monstro. A própria OTAN, enrascada com seu albanismo, admite.

Aviso de Toscana: avançar sob bases pragmáticas ou ditadas por idiosincrasias, sem encarar problemas morais, *é o mesmo que conduzir um veículo sem saber para onde*. Depois da ocupação de Kosovo, os albaneses foram em cima da Macedônia em busca de uma *grande Albânia*. Em Kosovo constatou-se afinal o uso, por parte da OTAN, de armas revestidas de urânio empobrecido. Torrente de denúncias sobre suspeitas de pessoas de vários países, ex-soldados das tropas de paz, com doenças provocadas por contaminação radioativa. Armas empregadas também na Somália, no Golfo Pérsico e provavelmente em outros cantos do mundo.

Fazem parte do arsenal de rotina da OTAN e seus defensores garantem ter justificativa ética. Elas abreviam guerras e reduzem baixas. Trumam usou o mesmo argumento em defesa dos bombardeios atômicos de Hiroxima e Nagasaki. O Japão declarou-se derrotado sem a necessidade de um desembarque de tropas com mortes a granel e combates sangrentos esticados. Mas não se apagaram até hoje as marcas de crueldade extrema. Por mais eficientes que sejam, do ponto de vista bélico, as armas de urânio carregam esse mesmo estigma.

Armas de destruição maciça atrás de sustentação ética, como no caso do National Missil Defense, o NMD dos Estados Unidos. Projeto de construção de um

escudo espacial de defesa contra foguetes. Teria a nobre missão de proteger populações civis de ataques terroristas. Mera hipótese de que *rogue states*, os estados malfeitores, ou irresponsáveis, no jargão de Washington, tipo Líbia ou Irã, terão algum dia capacidade nuclear ofensiva. Riscos de desmontagem da complexa rede de controle armamentista tecida a duras penas ao longo da falecida (?) Guerra Fria.

A primeira vítima seria o ABM, o tratado de 1972 proibindo a instalação de sistemas antifoguetes, como o NMD. *O ABM é relíquia do passado*, segundo a Casa Branca e o Pentágono. Mas as 6 mil ogivas russas não são e o tratado é tido por especialistas como garantia *de estabilidade estratégica*. Ele assegura o princípio da mútua destruição. Qualquer ataque com armas de destruição maciça sofrerá retaliação por parte de países que contem com armas de igual magnitude. A impunidade, ou a proteção de um escudo espacial, liberará a tentação de atacar primeiro.

A China tem 20 foguetes em condições de alcançar o território americano. São armas de dissuasão. Se o National Missil Defence tornar-se realidade, deixarão de ser.

Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 02.07.01, e assinada pelo jornalista Newton Carlos.

QUEBEC E A RESISTÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO

No mundo atual, muitos problemas tornaram-se imediatamente globais, impossíveis de serem resolvidos por meio de políticas nacionais isoladas. Os mercados se globalizaram, o meio ambi-

ente não conhece fronteiras, os meios eletrônicos de comunicação muito menos.

Inúmeros tratados internacionais foram aprovados na segunda metade do século XX nas áreas ambiental, científica, cultural, econômica, social e criminal.

Os impactos da globalização reorientam o Estado e os interesses das elites dominantes, conferindo-lhes perspectivas não territoriais e extra-nacionais. O Estado reformula seu papel em função de variáveis econômicas externas, como expansão do comércio mundial, políticas macroeconômicas e maior mobilidade internacional do capital. A mentalidade das elites dominantes se desterritorializou a tal ponto que mesmo a segurança é definida mais em termos da economia global do que em relação à defesa da integridade territorial.

Dessa forma, em face das graves implicações sociais da globalização econômica, nem o Estado nem o mercado estão interessados em incentivar a mobilização popular, mantendo a cidadania passiva e apolítica. Coube à sociedade civil, voltada para a defesa do interesse público, a tarefa de mobilizar as energias cívicas da população para defender, no plano transnacional, os princípios da cidadania fertilizados com os ideais de democracia política, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental.

Surgiu, assim, em todo o mundo, um sem-número de associações de militantes idealistas que oferecem resistência à globalização dominante, propondo uma globalização alternativa, um projeto emergente de construir uma sociedade civil global visando à democratização das relações internacionais.

Um dos principais objetivos desses atores não estatais é assegurar normas que regulem as operações das empresas transnacionais. Um dos cenários desse confronto tem sido as Nações Unidas, com suas conferências globais sobre temas sociais, econômicos e ambientais, onde essas associações civis transnacionais tiveram intensa participação. Hoje, organizações como Anistia Internacional ou Greenpeace, por exemplo, têm mais poder no cenário internacional do que a maioria dos países.

Todas essas manifestações de protesto realizadas nas reuniões internacionais de Seattle, Washington, Montreal, Genebra, Praga, Nice, Davos e, agora, Quebec são demonstrações da resistência à globalização autoritária por parte do movimento mundial de cidadãos. Elas apontam, sem dúvida, para o fortalecimento transnacional da sociedade civil, de que o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, foi um bom exemplo.

Trabalhando de forma mais constante e menos ruidosa, milhares de organizações da sociedade civil pressionam diariamente as instâncias internacionais de tomada de decisões, transmitindo-lhes suas próprias posições com o objetivo de confrontá-las com os interesses dos governos e das corporações transnacionais.

Segundo o professor Boaventura de Souza Santos, os protestos contra a (des)ordem neoliberal global constituem uma afirmação vigorosa de que as lutas democráticas transnacionais já são hoje um pilar importante do sistema político internacional. Para ele, a grande maioria dos manifestantes protesta contra a globalização predadora, protagonizada pelo capitalismo global, mas em nome de uma globalização

alternativa, mais justa e equitativa, que permita uma vida digna e decente à população mundial, e não apenas a um terço dela.

O próprio presidente do Banco Mundial, na reunião de Praga, afirmou: *Algo está errado se os 20% mais ricos da população mundial recebem mais de 80% do rendimento mundial. A continuar essa situação – em que mais de metade da população mundial vive com dois dólares por dia, até menos – o mundo caminha para um colapso social.*

Uma das propostas mais importantes desse movimento mundial de cidadãos é a aplicação da Taxa Tobin, que prevê a cobrança de 1% sobre cada transação financeira para fins sociais. Segundo os membros da ATTAC (Associação pela Taxação das Transações Financeiras para Ajudar os Cidadãos), 0,05% seria suficientes para cobrir duas vezes as necessidades fundamentais da humanidade.

As organizações da sociedade civil assumiram assim a postura de um contrapoder ao executivo global formado pela OMC, o Banco Mundial, o FMI e a OCDE, o qual decide soberanamente, sem qualquer abertura democrática, acerca do destino de todos os habitantes do mundo. Expressaram, das formas mais diversas, a demanda por justiça e igualdade que irrompe em contrapartida ao processo de globalização. Constituíram-se em uma fiscalização essencial em meio ao poderio das organizações internacionais e notadamente das empresas multinacionais.

A repressão policial às manifestações de protesto em Quebec, como as anteriores, constitui apenas a ponta do iceberg. A ascensão de novas forças sociais no plano mundial demonstra que os Estados não detêm o monopólio da esfera pública e

que, ao contrário, existem formas não estatais de governança que podem ser usadas para promover a democracia e o desenvolvimento sustentável, regular o mercado e defender a civilização contra a barbárie.

Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 07.05.01, e assinada pelo Sociólogo e Professor Liszt Vieira.

CHINA BASES PARA NOVA SUPERPOTÊNCIA

Encerrou a China o ano, o século e o milênio deixando estabelecidas sólidas bases para reconquistar, no futuro não muito distante, a hegemonia perdida a partir do século XVI. O ciclo histórico da fantástica recuperação da milenar nação asiática começou exatamente na metade do século passado, com a chegada ao poder do líder comunista Mão Tsé-tung, em 1950, que eliminou os resquícios da retrógrada dinastia imperial da minoria manchu, além de expulsar as forças colonialistas japonesas e o exército contra-revolucionário de Chiang Kai-chek. Quase 30 anos depois, em 1979, o Vice-Primeiro-Ministro Deng Xiao-ping, exilado em Paris, comandava uma nova revolução, esta de origem pacífica, mas que alterou radicalmente não só as estruturas econômicas mas também os próprios costumes da população. Porém, o lado positivo do antigo sistema – quanto a educação, saúde e assistência social – não só foi mantido como até aperfeiçoado.

Para justificar as modificações propostas, particularmente junto aos radicais do Partido e do Exército Vermelho, o genial Deng criou uma série de significativas expressões, como *economia socialista de*

mercado e economia de mercado com características chinesas. Mas a que não só convenceu o povo chinês da necessidade das reformas sob qualquer regime, e ganhou o mundo, foi a célebre *não importa a cor do gato, contanto que coma o rato*. Com essa política de persuasão, mas de firme aplicação, Deng (falecido em 1977) deixou implantada uma renovada, eficiente e irreversível estrutura, com reais condições, ainda nesta década, de até superar os Estados Unidos como superpotência econômica, segundo admitiu o próprio Departamento de Comércio americano.

Mantendo a ininterrupta expansão registrada desde a abertura decretada por Deng, em 2000, a economia chinesa voltou a crescer de forma expressiva, com o Produto Interno Bruto elevando-se 8,2%. Com suporte dos pontos-chave da abertura – investimento estrangeiro e exportação – praticamente todos os setores econômicos, abrangendo agricultura, comércio e indústria, apresentaram resultados satisfatórios, alguns deles marcas mundiais. Ainda segmento fundamental para a economia do país, a agricultura está sendo reestruturada, com a introdução de novas tecnologias e seleção de culturas. Com base na eficiente reforma agrária implantada – contrato de responsabilidade, assegurando a produção e venda livre da colheita continuou a China na liderança mundial do setor, com safra de cereais em torno de 460 milhões de toneladas (o dobro dos EUA). O verdadeiro milagre é que a China, com apenas 7% da área agricultável, alimenta 22% da população terrestre. Dentro da nova política, estão sendo substituídas antigas plantações pouco rentáveis de milho e arroz por culturas de maior valor (nutritivo e financeiro) como trigo e colza.

No ano passado, apresentaram crescimento médio de 6% as produções de carne, aves, ovos e de frutos do mar (peixes, camarões e mariscos), também lideradas pela China. Com excepcional colheita de 59 milhões de toneladas, tornou-se a China a maior produtora mundial de frutas. A grande novidade, aperfeiçoada pelos cientistas chineses, é o aproveitamento da água do mar para o cultivo de vários cereais, como trigo e arroz, e oleaginosos, como soja. Mais de 300 mil hectares de plantações litorâneas nas províncias de Shangdong, Hefei, Guangdong e Hainan já são irrigados regularmente com a água do mar.

Impulsionado pela maciça entrada de investimentos externos na economia chinesa – no ano passado somaram cerca de US\$ 40 bilhões, chegando a US\$ 662 bilhões o total aprovado em duas décadas, atrás apenas dos EUA na esfera mundial – o comércio exterior continuou crescendo expressivamente, alcançando US\$ 474,3 bilhões. Computados os resultados de Hong Kong e Macau províncias devidamente reincorporadas – o comércio externo chinês deve situar-se agora em 4º lugar no ranking internacional, em seguida a Estados Unidos, Alemanha e Japão. Descartando a nefasta desvalorização da moeda, as exportações chinesas atingiram US\$ 249,2 bilhões, aumentando 27,8%, o melhor índice internacional. As empresas com capital externo – atualmente são 349,5 mil, com destaque para as vinculadas às 400 das 500 maiores multinacionais já instaladas na China – respondem por 47% das exportações. No Brasil, sem qualquer compromisso no ingresso dos investimentos, a participação estrangeira nas vendas externas não chega a 20%. Dispondo de mão-de-obra e

matérias-primas fartas, boas e baratas, contando com a indispensável ajuda dos investimentos externos, a China explora exemplarmente as vantagens do sistema capitalista. Produzindo em massa, a custos reduzidos, vasta gama de artigos manufaturados, pode suprir (inundar talvez seja o termo) a preços imbatíveis os mercados interno e externo. Dessa forma, crescem a economia, o nível de emprego e a riqueza do país, melhorando, conseqüentemente, o padrão de vida do povo. Em decorrência, passaram os chineses a liderar a produção/exportação mundial de muitos artigos industrializados, como bicicletas, brinquedos, roupas, calçados, ventiladores; aparelhos de ar-condicionado, de som e de televisão, geladeiras, telefones e, agora, computadores, entre outros. Para aproveitar as condições favoráveis oferecidas, as principais multinacionais da indústria eletrônica, de informática e telecomunicações programaram elevados investimentos, como Ericsson (US\$ 5,1 bilhões) e Motorola (LJ\$ 3,1 bilhões), além da Microsoft e IBM, o que tornará a China, a curto prazo, a maior fabricante/exportadora desses produtos.

Preparando-se para seu próximo ingresso na Organização Mundial de Comércio, e avançar ainda no mercado internacional, dispõe a China de dois entre os dez, maiores portos do planeta: Xangai, o 3º quanto ao volume de carga (200 milhões t/ano) e Hong Kong, líder na movimentação de contêineres (17 milhões de unidades/ano). Valendo-se da condição de principal produtora de aço, a indústria-chinesa tornou-se também a maior fabricante de contêineres (70% do total universal) e ainda de equipamentos portuários (guindastes, gruas etc.). Para coroar, con-

tando agora com os bons resultados de Hong Kong, a China passou a ser a nação com maior volume de reservas cambiais, US\$ 273 bilhões, ultrapassando o Japão.

Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 01.02.01, e assinado pelo jornalista Carlos Tavares de Oliveira.

ALCA, O CONTROLE NEOCOLONIAL

As negociações da Alca são muito mais amplas do que as de formação de uma área de livre comércio tradicional. Seus efeitos poderão ser muito mais profundos do que a mera ampliação do comércio de bens e serviços. Assim, as estimativas que vêm sendo apresentadas de quanto aumentariam as exportações brasileiras, e que setores e empresas se beneficiariam com a derrubada de barreiras tarifárias e não tarifárias nos Estados Unidos e nas Américas, discutem apenas a questão mais superficial dessa iniciativa estratégica dos Estados Unidos, a hiperpotência, e ocultam suas principais conseqüências.

A principal conseqüência da Alca será a radical limitação, e até mesmo eliminação, por tratado internacional de que participará a maior potência do mundo, da capacidade soberana do Estado brasileiro de articular, estimular e promover, através de políticas comerciais, industriais, tecnológicas, agrícolas e de emprego, o desenvolvimento econômico, como tal entendidos a acumulação de capital, a diversificação e integração do parque produtivo, o aumento da produtividade e o emprego da mão-de-obra, a redução gradual das disparidades, inclusive regionais, e da vulnerabilidade externa.

O corolário desse processo de redução negociada da soberania será, como é natural, a diminuição da possibilidade de o Brasil promover e defender seus interesses de toda ordem, inclusive políticos e estratégicos, na dinâmica de um mundo multipolar que está emergindo, com a progressiva formação do Estado europeu, a emergência econômica e política da China, futuro maior PIB do planeta, e, em um segundo plano, o Japão, a Rússia e a Índia. Esse mundo multipolar será, como tudo indica, violento, arbitrário e concentrador de riqueza, poder e conhecimento.

O Brasil, por suas características de extenso território, grande população, recursos naturais abundantes, nível de desenvolvimento industrial, capacidade tecnológica, unidade de idioma, ausência de agudos conflitos religiosos e étnicos, reúne condições mais do que suficientes, mesmo quando comparado àqueles países, para participar desse processo de forma autônoma, caso não se deixe incorporar a nenhuma das esferas de influência que se organizam, levado pelas sereias ideológicas do pan-americanismo, do *livre comércio* e da integração.

A Alca tem como seu objetivo central criar um conjunto de regras, que, limitando a capacidade de formular e executar política econômica, incorpora de forma assimétrica e subordinada a economia brasileira ao território econômico (e ao sistema político) norte-americano. Somente remotamente tem ela a ver, na concepção estratégica americana, com os micro, mini, pequenos e médios Estados das Américas.

Depois da Alca, o Brasil não mais poderá exercer políticas capazes de atrair e disciplinar os investimentos estrangeiros, de forma a ampliar a capacidade instalada, es-

timular a criação e integração das cadeias produtivas, promover a transferência efetiva de tecnologia e o fortalecimento do capital nacional. As megaempresas multinacionais poderão vir a adquirir, no espírito do esdrúxulo projeto de Acordo Multilateral de Investimentos, um poder superior ao dos Estados nacionais.

Depois da Alca, o Brasil não mais poderá exercer políticas comerciais, industriais e tecnológicas efetivas, capazes de criar novas vantagens comparativas dinâmicas pelo estímulo ao surgimento de empresas, pois não terá mais nenhuma possibilidade de proteger tais empresas da competição avassaladora das megaempresas já existentes nesses setores, pois não terá mais tarifas e barreiras não tarifárias, em especial e provavelmente em setores de tecnologia mais avançada.

Depois da Alca, o Brasil não mais poderá utilizar o poder de compra do Estado para fortalecer a empresa nacional, desenvolver novas tecnologias, aumentar sua escala de produção e ter empresas capazes de disputar mercados no exterior, em qualquer região do mundo, por não estarem vinculadas aos esquemas de divisão de mercados praticados pelas multinacionais.

Depois da Alca, o Brasil se tornará ainda mais indefeso diante do poder, agora acrescido, dos detentores de tecnologia e não disporá mais dos investimentos necessários para combater os abusos decorrentes do uso anti-social de patentes, como o caso das patentes farmacêuticas revelou de forma escandalosa.

Depois da Alca, não haverá, para todos os fins práticos, mais Brasil, como possibilidade e visão de construção de uma sociedade mais democrática, mais justa,

menos desigual, mais próspera, de acordo com os traços nacionais e culturais que a duras penas os brasileiros vinham construindo ao longo de séculos, contra a crua opressão colonial e, hoje, o sofisticado controle neocolonial.

Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 20.04.01, e assinada pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

GLOBALIZAÇÃO E LATINIDADE

Os meios tecnológicos e econômicos, nestes tempos de globalização, tornam possível a difusão de preferências de valores culturais, padrões políticos, liames sociais e interesses econômicos. Levada a extremo, a mundialização pode induzir à uniformização de hábitos e preferências, privilegiando países que se sobressaem na estrutura de poder internacional.

É fundamental, pois, que se tenha presente a necessidade de resguardar as características básicas que marcam nossa civilização e a identidade de nações. Daí a importância de manter-se viva a latinidade, isto é, preservar a herança latina para evidenciar que globalização, identidade e memória não se devem contrapor necessariamente nem se autocancelar.

A cultura latina tem como uma de suas principais características a pluralidade. Roma aceitou a diversidade cultural dos povos que integravam o Império para ver seu poderio aceito sem contestação. O cidadão romano era sujeito de direitos e deveres, não importando qual sua origem étnica, seu credo, sua forma de vestir. A isto, aliás, refere-se Sérgio Paulo Rouanet,

no artigo *Por uma latinidade aberta*, ao observar, com propriedade, que a vastidão do Império Romano imbuíu a latinidade das noções de pluralismo e diversidade cultural. O autor recorda o episódio da prisão de Paulo de Tarso, São Paulo, que receberia dos magistrados em Roma tratamento condigno à sua condição de cidadão.

À predisposição natural para a diversidade soma-se, no caso do Brasil, o caráter também pluralista da formação lusitana pré e pós-românica. Gilberto Freyre, ao estudar as características da colonização portuguesa, identifica no colonizador um viés já profundamente mesclado.

A esses povos se juntaram mais tarde os judeus e, principalmente, os mouros, que traziam também raízes multirraciais e culturais africanas. Por isso, na latinidade que o Brasil herdou de Portugal, a pluralidade já veio reforçada, no mesmo sentido, por outros componentes culturais, que a enriqueceram.

A latinidade se tropicalizaria, como também observou Darcy Ribeiro, recebendo componentes culturais indígenas – personalizados, sobretudo, nos *brasilíndios* – e africanos. O caso do Brasil é particularmente relevante, pois fomos, por força da história, beneficiados pela presença africana, que viria reforçar o caráter nacional com a contribuição de diferentes culturas.

Num universo menos propenso à tolerância da diversidade, a incorporação do componente *tropical* requereria um processo histórico necessariamente mais alongado. A latinidade de nossa origem facilitou a absorção mais rápida das novas influências, abrindo-nos uma perspectiva mais dilatada dos trópicos.

A abertura às influências externas e a aceitação do convívio com diferenças continuaram presentes em nossas características nacionais. O forte caráter plural de sua latinidade permitiria ao Brasil, a partir do século XIX, a incorporação do modo de ser de todos os contingentes de imigrantes que aqui, aportaram. De tal sorte esse processo se generalizou que o brasileiro pode dizer, como Jorge Amado: *Sou brasileiro puro-sangue... uma mistura de português, de negro, de índio, de italiano e, possivelmente, em medida igual, de alemão e árabe*. Explica-se, assim, a afirmação de Carlos Fuentes: *Os brasileiros podem comemorar o fato de que formam uma grande nação latina, mestiça*.

A cultura latina continua, ao longo dos séculos, a marcar o mundo, especialmente a civilização ocidental, na França, na Itália, na Espanha, em Portugal, no Brasil, seja nas artes, nas letras, nas ciências, na filosofia, na política. *O projeto Vozes da Latinidade*, que está sendo desenvolvido sob a liderança do professor Cândido Mendes de Almeida, é bom exemplo da recorrência dessa herança.

O Mercosul, por sinalizar a união em torno da inserção internacional de seus integrantes, tem na latinidade significativo reforço a cimentar esse projeto de união que deverá abrir-se, no médio prazo, para toda a América do Sul. Aprofundá-lo será consolidar nossa força como mercado próprio e reforçar sua participação no cenário global.

Nesse processo, a integração também terá forte impacto na divulgação de nossos valores culturais latinos comuns. Passo relevante nesse rumo é a difusão do

idioma português entre nossos vizinhos e do espanhol, no Brasil.

Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 02.05.01, e assinado pelo Senador Marco Maciel, Vice Presidente da República.

O TEMPLO DE DIANA

A destruição das torres gêmeas de Nova York gerou conseqüências tão profundas que só aos poucos o mundo as vai assimilando. No entanto, passada a surpresa inicial, vê-se que nem tudo é tão surpreendente assim, como diz o filósofo (e também arquiteto) francês Paul Virilio que, já em 1993, quando o World Trade Center sofreu um primeiro atentado, com cinco mortos, por intermédio de uma caminhonete cheia de explosivos, falou da fragilidade desse tipo de arranha-céus símbolos que não levam em conta a insensatez de um urbanismo que multiplica as torres gigantescas, aumentando assim sua fragilidade.

Mas não é só no urbanismo que incidem as modificações. Todas as áreas da vida privada ou pública foram atingidas, como por efeito de ondas de repercussão. Nos EUA, fundos públicos estão sendo vertidos em favor de algumas indústrias e do transporte aéreo - coisa inimaginável até há pouco. O governo Bush pensa até mesmo em hostilizar paraísos fiscais, suspeitos de abrigar dinheiro do terrorismo. A Inglaterra cogita de restabelecer a carteira de identidade. Talvez a *Internet* passe por processo de vigilância rigoroso. O Estado adquire papel intervencionista maior. Ninguém escapa

a esse redemoinho, incluindo o Brasil, onde, a começar pela tríplice fronteira no Sul, e passando pela larga fronteira amazônica, medidas de segurança que sugerem até mesmo a reformulação do papel das Forças Armadas.

Tudo isso assinala que a era do *equilíbrio do terror* que durou aproximadamente 40 anos cede lugar ao *desequilíbrio do terror*. A derrubada das torres gêmeas é um ato de guerra histórico, equivalente ao assassinio do arquiduque Francisco Fernando, em junho de 1914, em Sarajevo, quando começou a Primeira Guerra Mundial. Com o desmoronamento da primeira torre em Nova York estalou a primeira guerra da globalização. Na Guerra do Golfo, no início dos anos 90, vivia-se ainda a estratégia de dissimulação, que reclamava zero morto para um lado e camuflava os mortos do outro lado. Já na Primeira Guerra Mundial se dizia que os americanos preferiam lutar por máquinas interpostas enquanto os europeus enfrentavam homens.

A atual guerra contra o terrorismo é uma guerra não clausewitziana: não é substancial, com exércitos, bandeiras e inimigos, mas accidental, na qual tudo é imprevisível, o inimigo anônimo e as ações se assemelham a acidentes. O próprio Clausewitz se preocupou quando Napoleão foi derrotado na Espanha pelos resistentes, porque descobriu que a guerra, quando sai dos limites da guerra, não pode mais ser controlada. A velha guerra que o Ocidente conheceu desde os séculos XVII e XVIII era entre Estados ou coalizões de Estados, com exércitos organizados e uma economia de guerra baseada em cada um deles, e objetivos políticos. No século XIX, a guerra mo-

derna deu ênfase à dimensão e à mobilidade. No século XX, incorporou os exércitos em massa e a guerra revolucionária, portadora de alguns germes da guerra do século XXI. A nova guerra se generalizou no começo dos anos de 1990 em consequência da queda do Muro de Berlim. Os EUA emergiram como potência sem igual, após a dissolução do império soviético. A desigualdade entre adversários deu lugar às chamadas guerras limpas, em que a potência hegemônica operava com avassalador poder aéreo sem expor a vida de seus combatentes.

Na Europa, agora unida, tendo como símbolo o Euro sem fronteiras, o valor da universalização dos direitos humanos pôs em dúvida as soberanias nacionais, em benefício de um governo de funcionários universais e de juizes transnacionais. No atual vazio político, de perda de legitimidade dos Estados, de desordem crescente e de fragmentação militar, estalam as guerras globalizantes num mundo que ficou pequeno, porque o que ocorre num lugar tem repercussão instantânea nos outros. A televisão consolida a globalização e configura a atitude da opinião pública dos países ocidentais. As novas guerras são guerras de exclusão, baseadas na adesão a princípios de identidade, com diversidade de atores militares que recusam o combate convencional, provocam mais mortes entre a população civil do que entre os próprios combatentes organizados e não reconhecem nenhuma legislação internacional.

Hoje em dia, bandos de pára-militares atuam muitas vezes como franquias dos Estados para fazer o trabalho sujo. Essa terceirização das unidades de com-

bate afeta a economia de guerra porque os combatentes recorrem à extorsão, à pilhagem, ao narcotráfico, para substituir salários que não recebem. Ainda por cima, as novas guerras são causa permanente de ondas migratórias. E são bem mais difíceis de acabar, por causa da cumplicidade dos protagonistas e pela trama econômico-mafiosa que se tece em torno delas.

Avisos não faltam. Todos os países (vide o Brasil nos anos de 1970) sofreram fenômenos de terrorismo, mas o ataque em Nova York é de outra dimensão; é, para falar em termos de Clausewitz, a ida ao extremo da nova guerra. No extremo, a guerra se converte em violência selvagem. *Uma vez derrubadas as barreiras do possível*, dizia Clausewitz, *é extremamente difícil colocá-las de novo em pé*.

O francês André Glucksman, autor de *O discurso da guerra*, lembra que ela deve ser pensada sempre em termos de longa duração, às vezes de séculos. A este respeito citou a maneira como Tucídides pensou a guerra do Peloponeso: durou muitos anos, houve até alguns momentos de paz, mas, no entanto, ele a entendeu como guerra única. É assim que devem ser entendidas as guerras do século XX: um longo processo de desenvolvimento com lógica própria e sucessiva. Os dados são eloqüentes: na guerra de 1914, morreram 80% de militares e 20% de civis; em 1945, as perdas entre civis e militares se equilibraram; hoje, a proporção se inverteu: 80% de civis, 20% de militares.

Glucksman citou, como exemplo de violência destrutiva por excesso, o comportamento de Putin na Chechênia e exemplo de erro por defeito quando Clinton rechaçou o projeto de seqüestro

de Bin Laden. Com exceção talvez de setembro de 1945, ao término da Segunda Guerra Mundial, o mundo não viveu um só mês sem algum confronto bélico, incluindo toda a fase da Guerra Fria. Houve desde então quase 200 conflagrações, das quais nove décimos em países em desenvolvimento. Três em cada quatro casos eram guerras internas ou civis, o que explica que 85% das vítimas foram pessoas não envolvidas diretamente com algum dos bandos beligerantes.

O objetivo não é o exército, é a população civil. Por isso são atacados objetivos simbólicos – a síndrome de Eróstrato. Eróstrato viveu em Éfeso em torno de 350 a.C. No dia do aniversário de Alexandre o Grande, queimou o templo de Diana, símbolo de seu poder, para adquirir a imortalidade juntamente com ele. As Torres Gêmeas são o templo de Diana do início do século XXI.

Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 30.09.01.

O NOVO THERMIDOR UNIVERSAL

Cinco dias passaram e talvez já me seja possível escrever sobre o que aconteceu na terça-feira com um pouco menos de ódio e horror e, quem sabe, alguma lucidez. Muitos disseram que o mundo não será mais o mesmo e, ao menos até certo ponto, têm razão; o clima político e moral, não só nos Estados Unidos, mas em todo o universo civilizado, mudou; tornou-se mais sombrio, mais severo, mais realista. E vai continuar assim

por algum tempo, talvez até o fim desta primeira década, pelo menos.

A fórmula dos terroristas é diabolicamente simples e até econômica. Desde que se disponha de pilotos-suicidas bastante hábeis para comandar um Boeing e atingir um alvo determinado, a melhor e mais barata das bombas que se pode ter é um avião de carreira, carregado de passageiros e com os tanques cheios de querosene de aviação. Deve-se de preferência escolher aeronaves preparadas para vôos longos, embora domésticos, porque no caso dos vôos domésticos a vigilância das autoridades aeroportuárias é menor. Ainda assim, os assaltantes precisarão de armas para submeter rapidamente a tripulação e os passageiros e, até o momento em que escrevo, não se explicou ainda como os fanáticos de terça-feira puderam subir a bordo armados, ou encontrar nos próprios aviões os instrumentos de que necessitariam. Sabe-se que, num dos vôos, pelo menos (o que atingiu o Pentágono), os terroristas estavam armados de facas, simplesmente. De fato, se usassem armas mais potentes arriscavam-se a explodir sua bomba antes de chegar ao alvo. Chocariam o mundo, mas não levariam o pânico, o horror e a morte a Nova York e Washington.

Pode-se dizer que o chamado terceiro milênio da era cristã não começou no dia 1º de janeiro de 2001, mas na terça-feira, 11 de setembro. Pelo menos, é assim que a História, provavelmente, registrará os fatos contemporâneos. Na manhã daquele dia, em minha casa, vendo na TV o avião que cruzava rapidamente o *écran*, até atingir a segunda torre do WTC, pensei por um instante, um décimo de segun-

do, que podia estar assistindo a uma versão moderna, televisiva, da célebre invasão de Nova York pelos marcianos, criada por Orson Welles ainda nos inocentes tempos da radiodifusão. Desta vez, entretanto, não era fantasia, era realidade.

Por seu caráter traiçoeiro, sua extrema violência e sua deliberada desumanidade, o ato terrorista tem sido assemelhado a um ato de guerra, e comparado ao ataque a Pearl Harbor, que desencadeou a guerra do Pacífico, há 60 anos. Mas Pearl Harbor teve um óbvio sentido militar; o que os japoneses queriam era o domínio naval do maior dos oceanos. Agora, o que querem os terroristas? Que o mundo se curve diante do seu fanatismo ensandecido? Não é preciso pensar duas vezes para concluir que o que vai acontecer é exatamente o oposto: a forte reação da opinião pública nos Estados Unidos e no universo civilizado mudou o clima político e moral em que vínhamos vivendo, e essa mudança deve ser bem mais profunda e persistente do que se pode supor à primeira vista.

O quadro atual, posterior ao atentado, é comparável ao que tivemos a partir de 1968, depois das rebeliões estudantis que começaram em maio, em Paris, e logo se estenderam ao mundo inteiro, até o massacre de Tlateloco, no México. Vamos atravessar um período de reação conservadora, um novo Thermidor universal, destinado não só a permitir um combate mais firme e eficaz ao terror, mas a corrigir os excessos de permissividade e a virtual anomia que tanto marcaram a vida nas sociedades ocidentais nos últimos anos.

Essa é uma reação que vinha amadurecendo já há tempo e que o atentado de

terça-feira apenas precipitou ou cristalizou. Tudo o que se pode desejar é que as terríveis circunstâncias do momento não levem a ação conservadora a exagerar na dose, como aconteceu em 1969, não só no Brasil, mas na América Latina e em boa parte do Terceiro Mundo. Desta vez, pode-se supor que, até por força da experiência anterior, a democracia e a liberdade estejam mais solidamente estabelecidas e garantidas.

A correção de curso que hoje se desenha deve atingir não só a política e o estilo de governo, mas o comportamento público e a mídia. Vamos nos tornar, quem sabe, menos permissivos e irresponsáveis, mas sóbrios e severos, mais realistas. Oxalá. Os atentados não teriam sido possíveis se as companhias aéreas americanas adotassem o regime da El Al, israelense, em cujos aviões as cabines de pilotagem são blindadas e invioláveis. Mas terroristas têm mil recursos e, se lhe fechamos uma porta, certamente tentarão outra. Pretendemos, hoje, eliminar ou calar os principais focos terroristas, e isso seria possível, ao menos por algum tempo: mas a verdade é que o terror é uma doença, uma patologia social que acompanha os humanos desde o início, desde os primórdios, e da qual não nos livraremos, talvez nunca. Temos a memória curta, mas ainda há bem pouco tempo o chefe de uma seita *perseguida* em Tóquio, injetou um gás mortal no metrô da cidade. Queria matar os habitantes todos como ratos, na hora do *rush*.

São hoje três os grandes focos do terror no mundo: o país basco, a Irlanda e os árabes. Em todos os três casos, embora variem a fúria e a virulência, o alimento e

a substância são os mesmos: o fanatismo religioso ou étnico; o aguilhão de uma terrível injustiça suposta ou verdadeira; a promessa do paraíso (na terra e no céu) graças à destruição do inimigo odiado. E o que complica as coisas é a freqüente cumplicidade entre os grupos radicais, terroristas, militarizados, e setores da sociedade civil, que muitas vezes condenam suas teses e seus atos, mas na realidade lhes dão abrigo e apoio e recursos.

O mal, observava o poeta inglês John Milton, é o bem pervertido. Podemos (devemos) tornar nossos aviões e nossas cidades imunes ao terrorismo. Podemos (certamente devemos) destruir campos de treinamento e prender e condenar seus chefes e chefetes. Mas a batalha pela mente e pelo coração dos homens é mais lenta e difícil; e o pior é que muitas das queixas e recriminações de agora vêm de um passado que não se pode revogar e que custará muito, ainda, antes que possa ser esquecido.

Reprodução de matéria publicada em *O Globo*, edição de 16.09.01, e assinada pelo jornalista Fernando Pedreira.

SAUDADE DE WATERLOO

Quando Timothy McVeigh chamou os cento e tantos que morreram no prédio que ele destruiu para protestar contra o governo americano de *estragos colaterais*, estava dizendo as apropriadas últimas palavras do criminoso século XX, o século que acabou com a distinção entre alvos *legítimos* e não *legítimos*. Não faltaram chacinas de civis nos séculos anteriores, das legiões massacrando quem se opunha à civilização romana à conquista

genocida da América, passando pelas Cruzadas, quando os soldados cristãos agradeciam a Deus suas vitórias sobre os infiéis com sangue pelas canelas. Mas até os aperfeiçoamentos da arte de matar, no século da tecnologia, os exércitos geralmente se aniquilavam mutuamente e o espectador inocente só precisava temer a eventual bala perdida. Ironicamente, quanto mais precisas ficaram as armas, mais aumentaram os estragos colaterais. Mais difícil ficou ser um espectador inocente.

É famosa - ou não tão famosa, pois não me lembro do autor - a história da mulher que se queixava de um dia particularmente agitado na redondeza da sua casa e do que o movimento constante de cavaleiros e carroças fizera à sua roupa estendida para secar, sem saber que estava falando da batalha de Waterloo, que mudaria a história da Europa. Contam que famílias inteiras da sociedade de Washington pegaram suas cestas para piquenique e foram, de carruagem, assistir à primeira batalha da Guerra Civil americana, em Richmond, e não tiveram baixas. A Primeira Grande Guerra, ou a primeira guerra moderna, mutilou uma geração inteira, mas uma geração de homens de uniforme de combate. Mulheres e crianças foram poupadas. só 5% das mortes na Primeira Guerra foram de civis. Na Segunda Guerra Mundial, a proporção foi de 65%.

Os estragos colaterais da Segunda Guerra se deveram ao crescimento simultâneo de duas técnicas mortais, a do bombardeio aéreo e a da guerra psicológica. Bombardear populações, civis foi adotada como uma legítima tática militar, para atingir a moral do inimigo.

Os alemães começaram, com suas *blitzes* sobre Londres, que tinha importância simbólica como coração da Inglaterra, mas nenhuma importância estratégica. Os foguetes disparados pelos nazistas contra Londres perto do fim da guerra nem podiam ser mirados, caíam quando acabava o combustível. Mas ingleses e americanos também se dedicaram com entusiasmo ao bombardeio indiscriminado, como o que provocou a tempestade de fogo que arrasou a cidade de Dresden, por nenhuma razão defensável salvo a do terror. E os *estragos colaterais* chegaram à sua apoteose tétrica, claro, em Hiroshima e Nagasaki.

Hoje a guerra psicológica é o pretexto legitimador para quem usa o terror por qualquer causa, incluindo o novo e curioso conceito de bombardeio humanitário desenvolvido pela OTAN. E cada vez que vemos uma das vítimas do terror, como o último cadáver de uma criança judia ou, palestina sacrificada naquela guerra especialmente insensata, pensamos de novo nos tempos em que só os soldados morriam nas guerras, e ainda era possível ser um espectador, mesmo distraído como a dona de casa de Waterloo, da história. Ou ser inocente.

Reprodução de artigo publicado na coluna do jornalista Luiz Fernando Veríssimo de *O Globo*, edição de 24.04.01.

SEGURANÇA OU MACARTHISMO?

A terrível ação terrorista que ameaça a humanidade sinaliza que não há segurança absoluta frente à incerteza das relações de força no mundo. O poder

de destruição do mais forte frente ao fraco, sustentado na superioridade tecnológica, se contradiz em face da ameaça do mais fraco, através de atos de terror e da iniciativa imprevisível. Mais detectores, mais sensores, mais mísseis não vencerão um conflito em que o fator essencial é a disposição ao martírio. Embora a maioria dos fundamentalistas não seja terrorista, uma corrente religiosa, com pretensões políticas e sociais, pode proporcionar uma razão para morrer – ou matar.

Quando o conflito militar opõe um Estado a outro ou envolve um grupo de Estados, é possível controlar os enfrentamentos. Mas no caso de um conflito que opõe um Estado a grupos ou indivíduos não identificados, sem território localizado e que atuam com autonomia operacional, a ameaça ao aparentemente fraco torna-se perigosa, difusa e devastadora.

Com certeza o terror não é movido, apenas, por iniciativa de loucos ou tampouco por serem radicais religiosos. Causas diversas, combinadas e sedimentadas ao longo do tempo, tomaram forma num caldo de cultura que serve de motor a tantas ações e reações violentas: séculos de animosidade entre um Ocidente dominante e um mundo islâmico debilitado; poder, riqueza e valores ocidentais, transformando e destruindo padrões de vida em todo o mundo; rejeição das idéias ocidentais de organização econômica e política; mercantilismo generalizado; falta de compreensão e de aceitação da diversidade cultural; carência de entidades internacionais que desenvolvam a capacidade de liderar o sistema internacional, visando a novas formas de cooperação; aumento da exclusão e da desigualdade social com a globalização.

É preciso, portanto, uma ampla negociação política que mude a situação mundial, de forma a que todas as nações tenham garantidas sua segurança e o seu modo de ser. E a saída para o restabelecimento da confiança entre povos é a renúncia à padronização como fruto da mundialização, a busca de valores comuns e a aceitação da diversidade. A reação de vingança dos americanos, gerada pela emoção e pelo pânico, é compreensível num primeiro momento. Agora deve prevalecer a sensatez, para que não se enfatize a questão da segurança de forma estritamente maniqueísta.

Os Estados nacionais se vêem, hoje, invadidos tanto pela violência da globalização como pela globalização da violência. Devem aliar-se para combater o terrorismo, mas só serão vitoriosos se defenderem, juntos, um mundo mais justo. Urge uma liderança mundial que desenvolva a capacidade de organizar um sistema internacional em direção a novas formas de cooperação, respondendo às demandas das nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento. A melhor política de segurança para o mundo será sempre a de prevalecer a justiça sobre a força, porque a justiça é o direito reconhecido, e o direito é a razão aceita e respeitada. Medidas antiterroristas, prometidas pelo presidente Bush num pacote enviado ao Congresso, ferirão com certeza direitos civis e humanos assegurados pela Constituição dos Estados Unidos. Decisões como essa reviverão o macarthismo que há décadas perseguiu 6 milhões de pessoas. O projeto da Casa Branca remove barreiras judiciais à escuta telefônica, possibilita a prisão por tempo indeterminado, libera buscas secretas e facilita a deportação de estrangeiros.

Se tais medidas foram aprovadas, está ruindo o edifício civilizacional que depende, principalmente, da confiança entre as pessoas. Está aberta a temporada de caça aos diferentes.

Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 04.10.01, e assinada pelo sociólogo e escritor Carlos Alberto Rabaça.

O PAPEL DAS LEGIÕES

A polêmica sobre poder de polícia das Forças Armadas reacendeu a discussão a respeito do papel dos militares na atualidade. A crise das PMs e suas constantes greves fizeram o exército voltar às ruas. Diante dos desafios dos tumultos, combate ao tráfico de drogas, ocupação de morros, os militares são unânimes em rejeitar esses encargos, como se exclamassem a uma única voz: *não somos polícia*.

Militares são treinados para matar inimigos e destruir alvos, não para investigar e prender. Há outros desafios mais importantes no horizonte, como a consolidação do Ministério da Defesa, profissionalização das Forças Armadas, redução de efetivos ou a busca de novos objetivos. No mundo atual, os militares dependem do desenvolvimento tecnológico dos armamentos, criando crises de identidade que não podem mais ser adiadas.

Até os anos de 1990, antes da criação do Mercosul, o Brasil centrava suas preocupações estratégicas no Cone Sul, assim como, a partir de 1947, a ameaça comunista era o inimigo declarado dos militares. A total distensão no Cone Sul pode ser exemplificada com a entrega, por par-

te do ministro da Marinha argentina, ao colega brasileiro, do Plano Estratégico da esquadra argentina.

O eixo da estratégia militar mudou. O tema de maior apelo hoje é a Amazônia. É atualmente a grande hipótese de conflito. A fronteira desguarnecida torna o Estado brasileiro vulnerável sobretudo pelo potencial desestabilizador de ações de origem externa envolvendo narcotráfico, garimpo, associação com os índios, ou incêndios provocados e outras agressões à ecologia. Soma-se a isto a instabilidade de países fronteiriços como a Colômbia.

O efetivo do Comando Militar da Amazônia é cerca de 20 mil homens - 10% do total. Mas o objetivo do Exército é passar da quantidade de tropas para a qualidade do preparo e do equipamento. Precisa de tecnologia, sensores, interceptadores, armamentos mais modernos, visores noturnos... Ali há de tudo, quadrilhas de narcotráfico, ONGS, missões religiosas - entrando e saindo, sem controle sobre o que levam e trazem. A resposta a essas ameaças constantes, na vastidão territorial, é o SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia).

Isso faz parte da necessidade de definições a respeito do que o governo e a sociedade querem. Democracia por sinal exige definições. A criação do Ministério da Defesa, anunciada já no discurso de posse do presidente Fernando Henrique em 1995, mas adiada por alguns anos em face do desencontro de opiniões dentro das próprias Forças Armadas, preencheu grande lacuna. Hoje a maioria dos militares concorda em que a maior vantagem de ter um Ministro da Defesa é justamen-

te assegurar que ele tome decisões considerando não os interesses desta ou daquela Arma, mas do País. No início de 1998 o presidente perguntou: *É fácil fazer um Ministério da Defesa?* e ele mesmo respondeu: *Não é, mas eu vou fazer e ninguém está vendo crise, queixas ou reclamações.*

Mesmo na Inglaterra, país precursor do controle unificado das três armas, a ideia surgiu ao tempo do conservador Disraeli, em 1856, no reinado da Rainha Vitória, mas sua implantação só se deu na gestão do trabalhista Clement Atlee, sucessor de Churchill, em 1946. Exército, Royal Navy e RAF, no entanto, continuaram desfrutando de grande liberdade de manobra. Extensos debates expuseram o risco de perda do espírito de corpo de cada uma das forças. Só em 1962 o conservador MacMillan obteve de fato a integração completa das forças armadas, abolindo o tradicional cargo de Primeiro-Lorde do Almirantado, cassando a autonomia das três forças e instalando a direção unificada no edifício de White Hall. Os tempos de fato são outros: quando se fez uma pesquisa em 182 países, verificou-se que apenas 20 não tinham Ministério da Defesa, nenhum dos quais na América do Sul.

Mudou também o conceito de conflito armado. Na Europa, cenário dos maiores conflitos mundiais no século XX, a guerra entre países soberanos saiu de moda. Conflitos se dão dentro das fronteiras dos Estados nacionais. A estrutura dos exércitos e o perfil dos soldados mudaram profundamente. A tarefa mais provável para os exércitos nacionais passa a ser a intervenção em conflitos localizados, para os quais, em lugar de exércitos numerosos de soldados sem preparação ade-

quada, é preciso contar com contingentes menores de homens bem treinados.

O último inimigo externo enfrentado pelo Exército Brasileiro foi a Wehrmacht alemã, em 1944. As tropas brasileiras se portaram bem na Itália, dando ao Brasil o prestígio de ter sido o único país latino-americano a lutar no teatro europeu. Depois de uma passagem não tão bem sucedida pelo governo – o regime militar – seguramente os militares brasileiros se convenceram de que procurar inimigos, internos ou externos, é coisa do passado.

O caminho agora é a profissionalização, necessidade que obrigou o Exército a criar duas forças especiais. Uma delas é a Força de Pronto Resposta, encarregada de atender solicitação de um dos três Poderes constituídos, por intermédio do Presidente da República. A outra é a Tropa de Paz, preparada para se juntar às forças da ONU em qualquer parte do mundo.

Nos últimos anos diminuíram os gastos com investimento e custeio, de onde são tirados os recursos para o treinamento das tropas e a compra de equipamentos, armas e munições. A maior parte do orçamento militar se destina ao pagamento de pessoal. O Brasil deseja se projetar internacionalmente, ser membro do Conselho de Segurança, mas não quer gastar com isso. A redução das horas de voo dos pilotos da FAB ultrapassou o limite da segurança. A Marinha desenvolve com lentidão o submarino a propulsão nuclear. Levantamento recente mostrou que o Exército, de 1992 a 1998, envolveu-se em 114 missões subsidiárias, várias delas consideradas sensíveis, como apoio logístico e de comunicações no combate ao tráfico, isolamento de áreas, forças de pacifi-

cação, presença nos morros do Rio, distribuição de água e de alimentos, perfuração de poços e assim por diante.

A atual geração de militares se mostra ansiosa por se dedicar apenas às tarefas profissionais. Hoje em dia o problema é saber quem é o inimigo. Invasão da Amazônia por terra? Quem conhece a Amazônia sabe que isso não é possível, mas ao mesmo tempo os focos de tensão estão lá. Tudo isso é real, é palpável, e está longe da política. Nem mesmo há necessidade de cuidado com a *cólera das legiões* (advertência do centurião romano Marcus Flavinius há 2 mil anos) quando se trata de reivindicação salarial. A democracia criou canais de discussão pelos quais se pode transitar com absoluta segurança - em todos os temas.

Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 05.08.01.

INIMIGOS OCULTOS

Quando os terroristas atacaram as torres gêmeas e o Pentágono, terça-feira, o Presidente Bush, que estava na Flórida, foi imediatamente levado para a base da Força Aérea de Louisiana, onde, enquanto alguns acontecimentos se desenrolavam, manteve o comando e controle da situação. Viu-se como, em caso de emergência nacional e militar, o binômio *comando e controle* é fundamental e vem em primeiro lugar.

Só depois, quando os fatos tomaram enfim forma, o presidente voltou para a Casa Branca e, a partir daí, se iniciou o contra-ataque sob rígido controle. A ação

terrorista foi de tal monta, pondo em risco a segurança nacional americana, que seus efeitos logo se irradiaram para o mundo, incluído aí o Brasil, onde foi redobrada a vigilância na fronteira tríplice do extremo sul, com a Argentina, Paraguai e Uruguai.

Ali, nas imediações de Foz de Iguaçu, foram detectados, não há muito tempo, focos de terrorismo que estariam na origem das explosões de prédios ligados ao judaísmo em Buenos Aires. A segurança nacional cada vez se engloba num conceito internacional que exige providências permanentes em qualquer fronteira. Recentemente, o Ministro brasileiro da Defesa, Geraldo Quintão, expressou o conceito de que *as fronteiras brasileiras têm de ser preservadas porque isso significa a soberania nacional*. Sua preocupação era motivada pelo precedente de 1998, quando um avião colombiano invadiu a fronteira brasileira e, sob alegação de razões humanitárias (transporte de feridos), utilizou a pista de pouso de Yaurê para combater guerrilheiros na região de Mitu. Brasil e Colômbia estiveram prestes a protagonizar um incidente diplomático, felizmente debelado a tempo.

Hoje mais do que nunca o papel da Defesa, mesmo considerando os velhos dilemas a respeito de sua função na sociedade brasileira, acresceu-se de novos dilemas resultantes das mudanças no cenário internacional, dos imperativos da democratização do Brasil e da profissionalização das Forças Armadas - sem falar no terrorismo em larga escala praticado em algumas regiões mundiais.

O próprio ministro, diante do episódio terrorista nos EUA, acompanhado

com perplexidade, pela televisão, no mundo, manifestou a crença de que, se deve promover completa mudança nas políticas de defesa dos demais países. Segundo ele, ficou evidenciada a absoluta ineficácia da defesa das nações frente a inimigos ocultos, como os terroristas, *que não agem com a razão*.

Enquanto isso não acontece, o Brasil, ainda segundo o ministro, *está fazendo seu dever de casa*. Há algum tempo vem reforçando o policiamento na fronteira, implantou o Sistema de Vigilância Amazônica (SIVAM), prestes a se mostrar completamente operacional, e alocou novos recursos para o Projeto Calha Norte. A segurança amazônica é indiscutivelmente, sob o ponto de vista militar, o tema de maior apelo. Todos os conceitos caros aos militares, como soberania, presença e operacionalidade, convergem para aquela região. A segurança amazônica cabe só ao Brasil: apesar da imensidão territorial, pode ser de realização difícil, mas não impossível, graças principalmente aos recursos tecnológicos do SIVAM. Em setembro do ano passado, o Presidente Fernando Henrique teve oportunidade de visitar o Complexo Manaus do SIVAM, conjunto de prédios com 29 mil metros quadrados de área construída. Seu principal objetivo é permitir o monitoramento do espaço aéreo da Amazônia Legal, que corresponde a 60% do espaço aéreo do País.

Até os anos de 1990, antes da criação do Mercosul, o Brasil centrava suas preocupações estratégicas no Cone Sul, da mesma forma que após 1947 a ameaça comunista era o inimigo declarado dos militares. O foco de tensões ao Sul está desarmado, ao contrário da Amazônia, enor-

me fronteira desguarnecida que torna o Brasil vulnerável não só a invasões no sentido clássico mas sobretudo devido ao potencial desestabilizador de ações de origem externa envolvendo narcotráfico, garimpo, mescla com índios, incêndios provocados e outras agressões ecológicas.

Sob todos os aspectos a criação do Ministério da Defesa, vista inicialmente com desconfiança pelos chefes das três Armas, hoje começa a dizer a que veio. Nada como um comando único para reordenar as prioridades e estabelecer diálogo amigável com a Presidência da República quando se trata de encaminhar reivindicações das Armas. O próprio texto da Política de Defesa Nacional, de 1996, com o qual o governo ofereceu a base para o planejamento do preparo militar, é considerado hoje insuficiente pela maioria dos especialistas.

O Exército encara duas estratégias como prioritárias: dissuasão e presença. Como a ameaça é indefinida, a força de dissuasão busca o máximo de flexibilidade: tem de ser totalmente profissional, preparada para vários empregos que vão da ameaça interna à externa, passando pelas missões internacionais de manutenção de paz. O objetivo do Exército é passar da ênfase dada antes à quantidade de tropas para a qualidade do preparo e do equipamento. Precisa servir-se mais de tecnologia, sensores, interceptadores, armamentos modernos, visores noturnos. A FAB conduz ambicioso plano de modernização de suas aeronaves enquanto a Marinha desenvolve o submarino a propulsão nuclear e remodelou o porta-aviões *Minas Gerais* para embarcar 23 aviões A-4.

Para manter a estratégia da presença, os militares argumentam que é necessário

manter o atual efetivo de 310 mil homens. Para eles, o Brasil, com 170 milhões de habitantes, tem proporcionalmente menos militares do que os vizinhos. Boa parte das mudanças no papel das Forças Armadas, nos últimos anos, foi precipitada pela reaproximação do Brasil com a Argentina. Com o desaparecimento de inimigos históricos já não se sabe atualmente quem é o inimigo potencial, e residiria aí a dificuldade de estabelecer metas concretas de ação.

Nada é mais indefinido do que o ataque aos dois principais símbolos americanos: o Pentágono e as torres gêmeas. Neste incidente, a estratégia terrorista se valeu de muita inteligência e pouco custo para investir contra a maior potência mundial que se preparava para se defender contra qualquer inimigo com a alta tecnologia do escudo espacial antimíssil e se deixou apanhar de surpresa onde menos esperava.

As hipóteses de conflito são portanto imprevisíveis, ocultas. Daí a importância da adoção do binômio *comando e controle*.

Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 16.09.01).

OLHO POR OLHO

Enquanto se esgotam ultimatoss e a máquina de guerra dos EUA procura os culpados pela explosão das torres gêmeas e do Pentágono, para efetuar a punição, o Afeganistão, abrigo do suspeito nº 1, Osama Bin Laden, continua na berlinda perigosa. Este país da Ásia Central espremido entre o Paquistão, Irã, e Turcomenistão,

Uzbequistão e Tadjiquistão (antigas repúblicas soviéticas) é um dos mais pobres do mundo e passou os últimos 20 anos em guerra. Aparentemente para ele o pior ainda está por chegar.

Para o Afeganistão que pretende assumir a vanguarda do islamismo, praticando um fundamentalismo que diz puro (pureza que se confunde com o mais patético atraso), pode soar a hora decisiva, porque durante cinco anos concedeu proteção a Bin Laden. Enquanto isto, quase 4 milhões de afegãos, depois da revolução fundamentalista, refugiaram-se no Irã e no Paquistão e prevê-se que, caso os EUA bombardeiem o país, outros 1,5 milhão se juntem aos antigos párias.

Provável vingança dos EUA, no entanto, não seria fácil. No Afeganistão encalharam o Império Britânico no século XIX e a URSS no século XX. Somente os mongóis de Gengis Khan conquistaram o Afeganistão. Mas no século XIII. Na desolação de suas montanhas, hoje o país é o principal produtor de ópio do mundo, tem reservas inexploradas de gás natural e é terra de passagem do transporte de petróleo do Golfo Pérsico. A cobiça de algumas potências redundou, na história recente, em centenas de milhares de mortos e expectativa de vida de 46 anos; só 25% dos adultos sabem ler.

Em novembro de 1994 entraram em cena os talibãs (literalmente os *estudantes da religião muçulmana*), cujo sonho de construir, em pleno terceiro milênio, um emirado medieval com base na interpretação rígida do islamismo apagou os esforços de diversos regimes liberais de modernizar o país desde os anos de 1920. Em setembro de 1989, eles entraram em Cabul e seu primeiro gesto político foi

assaltar a sede da ONU, onde se refugiara Mohamed Najibullah, ex-presidente e antigo aliado da URSS, e fuzilá-lo junto com o irmão, para depois pendurar os cadáveres numa praça central.

Era o aperitivo de sua peculiar declaração de guerra às mulheres. Todas as leis a favor delas foram abolidas. Em seu lugar, chegou a proibição de mulheres trabalharem ou freqüentarem escolas, o apedrejamento dos adúlteros, a flagelação dos homossexuais, a amputação das mãos dos ladrões, a proibição do futebol, do xadrez e dos jogos de azar, e o fechamento dos cinemas e da televisão.

A atual aposta é a de se erigir em modelo e guia de uma revolução islâmica mundial. Como no passado, sua defesa, agora contra o Ocidente em geral e os americanos em particular, é a geografia.

Não são poucas as pessoas no Ocidente que dissociam a imagem de talibãs e terroristas da religião islâmica – que é uma religião de paz. A luta contra o terrorismo não é simples, mas tampouco a arrogância de certos líderes religiosos é igualmente simples. A política de provocações do lado de lá incentiva a política do lado de cá de retaliação, igualmente inspirada na bíblia, de *olho por olho, dente por dente*. A verdade é que os EUA, única superpotência mundial remanescente da Guerra Fria, jamais sofreram ataque tão poderoso desde que as forças britânicas incendiaram Washington em 1814. A globalização do terror engendra seus próprios fantasmas.

Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 18.09.01.



Diretoria de Assuntos Culturais



Fortaleza de São João

Av. João Luiz Alves, s/nº – Urca

CEP: 22291-090

Tel: 2543-3323, ramais 2056, 2057 e 2058

Fax: 2295-0743

Visitação: (apenas para grupos, com hora marcada)

— de 2ª a 5ª-feira, das 9h às 11h30min e das 13h30min às 16h30min.

— 6ª-feira, das 9h às 12h

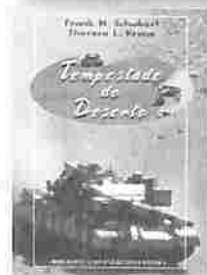
Ingressos: R\$ 3,00

Livraria

Leonardo da Vinci

e Biblioteca do Exército
Editora

Agora, as obras editadas pela BIBLIEX
estão também a sua disposição para
aquisição na livraria Leonardo da Vinci



Avenida Rio Branco, 185 – subsolo
Centro – Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 2533-2237
Fax: (21) 2533-1277
www.leonardodavinci.com.br
info@leonardodavinci.com.br



Algumas das obras
a sua disposição
na livraria
Leonardo da Vinci

BIBLIEX
Sempre bons livros!

POSTO DE VENDAS
NA BIBLIEX
Palácio Duque de Caxias – térreo
Pça. Duque de Caxias, 25 – Centro
www.bibliex.eb.br
E-mail: bibliex@ism.com.br



**Atualize os seus conhecimentos por
intermédio da Biblioteca do Exército,
a preços nunca vistos!**

PEDIDO DE ASSINATURA

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO — ANO 2002

Composta de 10 (dez) obras selecionadas, de renomados autores, nacionais e internacionais, sobre temas de grande interesse na atualidade.

REVISTA DO Exército Brasileiro

Periódico quadrimestral com informações variadas sobre a vida na caserna, temas históricos e técnico-profissionais desde 1882.



REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA

Periódico quadrimestral sobre pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico do Exército Brasileiro.



Periódico quadrimestral de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros. Circula nos meios civil e militar desde 1913.

Faça seu pedido!

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

- ☐ à vista – R\$ 210,00
- ☐ 02 vezes – R\$ 105,00 (válido até 20 Set)
- ☐ 03 vezes – R\$ 70,00 (válido até 20 Ago)
- ☐ 05 vezes – R\$ 45,00 (válido até 20 Jun)

REVISTAS

- ☐ Exército Brasileiro – R\$ 40,00 (à vista)
- ☐ A Defesa Nacional – R\$ 40,00 (à vista)
- ☐ Ciência & Tecnologia – R\$ 40,00 (à vista)

Envie cheque correio ou vale postal, nominal à "Biblioteca do Exército" para efetuar sua assinatura.

Dados cadastrais

Nome			Profissão		
Militar	OM	Posto/Grad	Prec – CP		
<input type="checkbox"/> Ativa <input type="checkbox"/> Reserva					
Endereço Rua			Nº	Complemento	
Cidade	UF	CEP	Tel.	Fax	
E-mail					

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25 Ala Marcílio Dias – 3º andar – CEP 20221-260 – Rio de Janeiro, RJ.
Assinaturas 0800 238365 (grátis) ou (21) 2519-5715 – Fax (21) 2519-5569 – E-mail: bibliex@ism.com.br

Recorte e preencha este PEDIDO DE ASSINATURA, junte o(s) cheque(s) e use o envelope anexo para envio à Biblioteca do Exército.

seja
assinante
da BIBLIEX
e receba
sempre
as
melhores
obras

impressão

Sempre uma alternativa viável,
dimensionada às suas necessidades.



SERMOGRAF
artes gráficas e editoria lda.

Ligue e comprove a diferença.

(24) 2237-3769



Quando falta investimento, falta cultura.

A riqueza cultural do povo brasileiro é enorme. Assim como são enormes as dificuldades que a cultura enfrenta para se manter viva. É por isso que o Centro Cultural Banco do Brasil investe em música, literatura, teatro, dança, artes visuais e plásticas. Porque cultura se faz com talento, paixão e investimento. Banco do Brasil. Investir em cultura é investir em você.



 **BANCO DO BRASIL**

